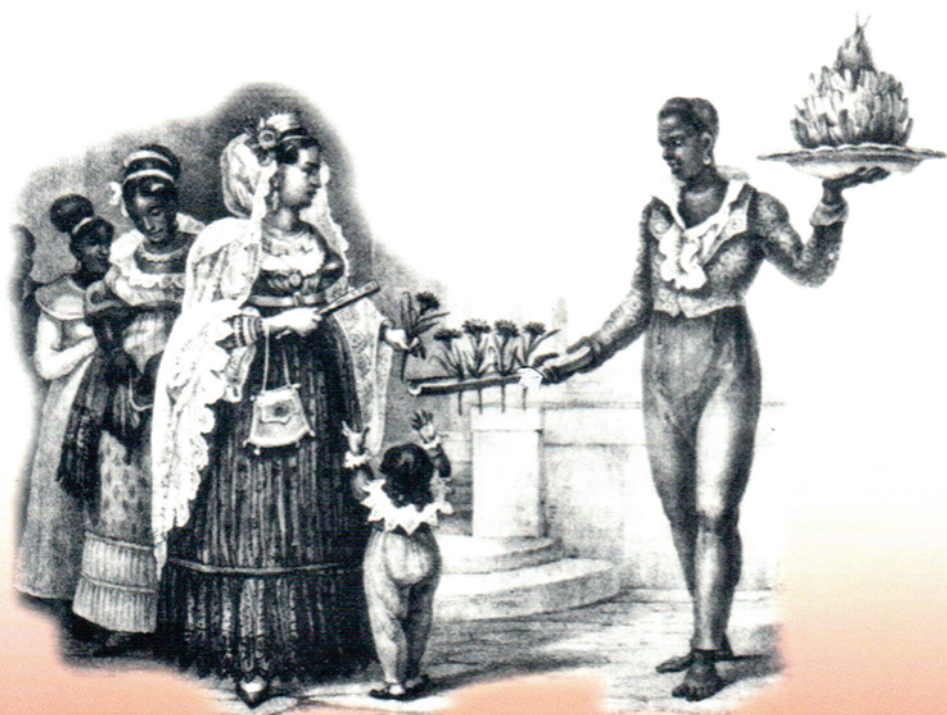


MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade



A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)
cultura e sociedade



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor Nival Nunes de Almeida

Vice-reitor Ronaldo Martins Lauria



Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Conselho Editorial

Augusto José Maurício Wanderley

César Benjamin

Donaldo Bello de Souza

Evanildo Bechara

Francisco Manes Albanesi Filho

Lúcia Bastos (presidente)

Maria Beatriz Nizza da Silva

A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)
cultura e sociedade



Rio de Janeiro, 2007

Copyright © 2007, Maria Beatriz Nizza da Silva

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.

EdUERJ

Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 | Maracanã

CEP 20550 900 | Rio de Janeiro | RJ

Tel. | Fax.: (21) 2587 7788 | 2587 7789

website www.eduerj.uerj.br

email eduerj@uerj.br

Editora Executiva

Assessoria de Comunicação

Coordenador de Publicações

Coordenador de Revisão

Revisão

Coordenadora de Produção

Projeto Gráfico

Capa

Apoio Administrativo

Lúcia Bastos

Sandra Galvão

Renato Casimiro

Fábio Flora

Andréa Ribeiro

Jaqueline Cosendey

Rosania Rolins

Anderson Leal

Heloisa Fortes

Maria Fátima de Mattos

Rosane Lima

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / NPROTEC

S586 Silva, Maria Beatriz Nizza da.
A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade /
Maria Beatriz Nizza da Silva. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ISBN 978-85-7511-105-5

1. A Gazeta do Rio de Janeiro (Jornal). 2. Jornais brasileiros.
3. Imprensa – 1808-1822. I. Título.

CDU 070.481(815.31)

Sumário

Apresentação 7

- O conceito de gazeta 7
- Periodicidade e preços 10
- Os redatores 12
- A gazeta como documento 22

O cotidiano 25

- A moradia 25
- A alimentação 33
- Vestuário e modas 39
- Meios de transporte 43
- Festas reais profanas e religiosas 46
- Espectáculos teatrais e novas formas de lazer 64
- Procissões e outras expressões de religiosidade 69
- Doenças e curas 75
- A morte como espectáculo 80

População e grupos socioprofissionais 89

- Os estrangeiros 89
- Empregados públicos: magistrados e advogados 100
- Mestres e professores 103
- Médicos e cirurgiões 116
- Negociantes de grosso trato, seus caixeiros e guarda-livros 122
- Mercadores de retalho 125
- Fabricantes 127
- Artesãos 130
- Criados 133
- Escravos 136

Vida mercantil 147

- Formação e dissolução de sociedades 147
- Administração de bens de negociantes falecidos ou falidos 148
- Atividades de corretagem 155
- Companhias de seguros 158
- Leilões 163

Banco do Brasil 165
Embarcações à venda 172
Fretes 174
O corpo do comércio e a Coroa 174

Vida cultural 177

Publicações da Imprensa Régia 177
Os livreiros e o comércio de livros 185
Bibliotecas 192
Periódicos em circulação 193
As belas-lettras 200
O surto novelístico 206
A música 210
As belas-artes 215
Ciências e artes 220
Os folhetos políticos 229

Notícias 237

O perigo francês 237
A ofensiva contra os índios 238
A melhoria das comunicações 242
O apoio à colonização 245
A mineração em Goiás 248
Notícias mercantis 249
O Reino Unido 253
A Intendência Geral da Polícia 255
A rebelião de Pernambuco 260
Uma viagem científica 263
A colônia suíça 264
O movimento constitucional em Portugal 265
O 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro 267
A censura prévia e a tranqüilidade pública 269
A publicidade das contas do governo 270
As eleições e os acontecimentos de abril de 1821 273
Medidas de economia de D. Pedro 275
D. Pedro imperador 276

Fontes 279

Bibliografia geral 287

Apresentação

O conceito de gazeta

Na definição de Antônio de Morais Silva, gazeta era simplesmente um “papel de notícias públicas, que sai regularmente”, e seu redator se chamava gazeteiro. A palavra jornal surgiu na edição de 1813 de seu *Dicionário da língua portuguesa* apenas como a paga diária do jornaleiro ou trabalhador braçal.

Ora, no início do século XIX, exigiam-se outros tipos de periódicos, e as gazetas, quer a de Lisboa ou a do Rio de Janeiro, apareciam a alguns estrangeiros como formas superadas de um periodismo que tivera seu auge no século XVIII. É bem conhecido o comentário de Hipólito da Costa, em seu *Correio Brasiliense*, acerca da “mísera *Gazeta do Rio de Janeiro*, em que se gasta tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria, que melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga”.¹

Esse comentário depreciativo surgiu na seqüência de um arrazoado sobre os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura no Brasil e da necessidade de facilitar aos lavradores “a leitura das gazetas e jornais em que leiam as notícias políticas e mercantis”. Ou seja, não eram as notícias publicadas pelo gazeteiro do Rio de Janeiro as mais propícias à propagação dos conhecimentos agrícolas. Nesse aspecto, a gazeta da Bahia, *Idade d’Ouro do Brasil*, com publicação iniciada em 1811, cumpriu melhor o objetivo de divulgação do saber, pois não tinha autorização para publicar o que era privilégio dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e constituía a matéria da *Gazeta do Rio de Janeiro*: os papéis do governo.

Ao escrever sua *História do Brasil* (1972), John Armitage apontou que

só se informava ao público com toda a fidelidade do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, e de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícia dos dias natalícios, odes e panegíricos a respeito da família reinante.

Tudo se passava como se o Brasil fosse “um paraíso terrestre onde nunca se tinha expressado um só queixume”. Sua opinião, contudo, não fazia justiça ao real conteúdo da gazeta, muito mais variado do que Armitage deixa entender.

1. *Correio Brasiliense*, Londres, 1820, n. 8. “Comércio e artes”, p. 289.

Na verdade, o tipo de publicação periódica desejado por Hipólito da Costa para o Brasil em 1812 viria a concretizar-se no Rio de Janeiro no ano seguinte, com *O Patriota*, jornal literário que divulgou memórias científicas e incluiu uma seção especial sobre agricultura. Porém, um jornal era diferente de uma gazeta, e nesta não cabiam em princípio tais temas. Mesmo as gazetas manuscritas produzidas na primeira metade do século XVIII em Portugal, que poderiam abordar outros assuntos, pois circulavam entre poucos leitores, se circunscreveram às “notícias” relacionadas à família reinante e aos nobres da corte (ver Lisboa et al., 2002).

Aqui e ali, ao longo dos anos, apareceram textos em que os sucessivos redatores revelavam sua concepção de gazeta. Em 1813, lemos:

Quando faltam novidades guerreiras, que desgraçadamente são o objeto principal da atenção do público, em vez de consumir o tempo em declamações estéreis, cumpre ao redator escolher uma matéria que, para ser interessante, não precise da pompa das palavras, antes se apresente com todo o seu garbo, despida de ornatos e de reflexões intempestivas. Tal a nossa mira em todo o tempo, tal hoje o nosso plano (n. 71).

As habituais notícias sobre a guerra na Europa foram nesse dia substituídas por comentários sobre o governo da Índia. Em outro número, devido à falta de notícias políticas, foi apresentada “uma relação dos progressos da vacina e do bem que ela tem feito à humanidade” (1813, n. 93), retirada do *London Chronicle*.

Em 1816, novamente temos uma revelação daquilo que o redator entendia ser seu papel:

A bonança da paz, que felizmente sopra no horizonte político, oferece à vista do observador poucos objetos. Coligi-los com desvelo, traçá-los com exatidão, é quanto cumpre a um redator, por mais abalizados que sejam seus conhecimentos. Cabendo-nos um pequeno quinhão, nada mais faremos do que ser fiel expositor, deixando sisudas reflexões a engenhos mais atilados (n. 55).

Portanto, não competia ao gazeteiro exhibir seus conhecimentos, caso os possuísse, mas tentar apagar sua individualidade como letrado. Daí ser difícil perceber, ao analisar a gazeta, em que momento preciso um redator foi substituído por outro.

Para se redigir uma gazeta, bastava saber línguas estrangeiras – sobretudo

inglês ou francês, pois a maior parte das notícias era retirada de periódicos nessas línguas – e ser suficientemente erudito para descrever uma festa real ou uma cerimônia fúnebre da corte. É preciso lembrar que alguns documentos emitidos pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, principalmente no tempo do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, eram passados ao redator para divulgação da atividade do governo em setores como colonização, melhoria dos meios de comunicação entre as capitanias, desenvolvimento da agricultura e outros.

Outra qualidade necessária ao gazeteiro era a aptidão para selecionar e organizar as matérias coligidas nos vários periódicos consultados por ele. Sua narrativa procurava seguir a ordem cronológica dos eventos que se sucediam com grande rapidez em período de guerra na Europa, como foram os anos de 1808 a 1815. Porém, nem sempre a cronologia era seguida; por vezes, o redator preferia informar logo, em poucas palavras, aquilo que o público ansiava ler. Assim, a 30 de agosto de 1815, escreveu:

São tantas e tão importantes as notícias últimas recebidas pelo paquete, que não tememos que nos taxem de anacronismo, se começarmos pelas mais interessantes. Tais julgamos nós aquelas que, malogrando os projetos do desertor de Elba, restituem à Europa a seguridade e a paz de que tanto precisava (*Gazeta extraordinária*, n. 13).

Dessa forma, era considerada prioritária a informação de que Napoleão, o “desertor da Ilha de Elba”, encontrava-se em dificuldades na Europa e estava perdendo as batalhas.

Terminada a guerra, os periódicos estrangeiros ficaram “estéreis”, isto é, não continham mais notícias de grande interesse para o público, e a tarefa do gazeteiro se tornou mais difícil:

O extrato que oferecíamos aos leitores das notícias que recebíamos pelo paquete, tendo por fim dar uma idéia precisa das mudanças sobrevindas no estado da Europa, não tem hoje objeto algum pela esterilidade dos papéis públicos. Nem uma só notícia que perturbe as relações anteriores, nenhuma alteração em cada um dos Estados separadamente. O silêncio da paz, que afortunadamente sucedeu ao estrondo das armas, deixa apenas recolher, de quando em quando, um objeto digno da atenção do público. Os poucos artigos que têm um interesse intrínseco são menos assunto de um extrato do que de uma narração fiel (*Gazeta extraordinária*, 1816, n. 2).

Os conceitos de “extrato” e “narração” resumem aqui a atividade do redator: quando ele atuava de maneira mais pessoal, extraía notícias dos periódicos estrangeiros e elaborava uma súmula delas; quando interferia menos, limitava-se a seguir a narração alheia.

Na comemoração do primeiro centenário da imprensa periódica brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou dois livros. No primeiro, vem o n. 1 da *Gazeta do Rio de Janeiro* (que saiu num sábado, 10 de setembro de 1808), acompanhado da seguinte legenda: “Da *Gazeta* foram redatores fr. Tibúrcio José da Rocha, substituído em 1813 pelo brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e este em 1821 pelo cônego Francisco Vieira Goulart”. Esse era o modelo da *Gazeta de Lisboa*, publicada desde a primeira década do século XVIII com algumas interrupções, também com um só redator que selecionava e traduzia as notícias das principais gazetas européias, sem fazer comentários ou emitir opinião.

O periódico era completado por uma seção de avisos e, a partir do n. 53 de 1812, pela indicação das entradas e saídas de embarcações do porto nas “Notícias marítimas”, que informavam a procedência da embarcação, o número de dias de viagem, seu consignatário e, eventualmente, as mercadorias transportadas. Sempre que necessário, a *Gazeta do Rio de Janeiro* imprimia a lista dos despachos régios por ocasião do aniversário do monarca, ou de outro evento relevante na vida da família real – e algumas gazetas extraordinárias foram impressas para listar todos os beneficiados. As notícias sobre a ação do governo nas várias capitanias eram freqüentes. Em 1821, os eventos políticos ocuparam mais espaço no periódico do que antes do movimento constitucional de 26 de fevereiro no Rio de Janeiro. Em 1822, o periódico surgiu com novo formato e título reduzido: *Gazeta do Rio*. Os avisos desapareceram em alguns números, ou diminuíram consideravelmente, pelo menos aqueles que não eram oficiais, como se a vida econômica e social da cidade estivesse em fase de estagnação.

Periodicidade e preços

O primeiro número prevenia os leitores de que a *Gazeta* sairia aos sábados de manhã, sendo vendida na casa de Paulo Martin Filho, mercador de livros, no fim da Rua da Quitanda, ao preço de 80 réis. Contudo, logo a 17 de setembro de 1808, o periódico passou a ser bissemanal, saindo às quartas-feiras e aos sábados. Quando era maior o número de folhas – numa *Gazeta* extraordinária, por exemplo –, o preço aumentava para 160 réis (1811, n. 4). Quem quisesse fazer uma assinatura do periódico deveria deixar naquele local o nome e o endereço, pagando logo os primeiros seis meses a 1\$900 réis. A *Gazeta* chegava

à casa dos assinantes no próprio sábado pela manhã. Os anúncios deveriam ser entregues na Imprensa Régia na quarta-feira anterior à data da publicação. Era feita uma ressalva importante: “Esta gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo oficial e o governo somente responde por aqueles papéis que nela mandar imprimir em seu nome” (1808, n. 1).

Passados alguns dias, saía uma *Gazeta* extraordinária anunciando que fazia parte do plano publicar números extraordinários, quando houvesse notícias tão importantes que fosse necessário comunicá-las antes de sábado. O fato de os números subseqüentes trazerem notícias anteriores às do número extraordinário não prejudicava a coleção da *Gazeta*, “considerada como resumo da história dos tempos” (*Gazeta* extraordinária, 14 set. 1808). Foram 32 os números da *Gazeta* publicados em 1808, e 19 os extraordinários.

No início de 1809, o preço da assinatura aumentou, porque iria de março até o fim do ano “para se poder depois seguir regularmente para o futuro os dois semestres, como de costume”. Seriam pagos 9\$000 réis pelas gazetas ordinárias e extraordinárias. Já se falava em uma “loja da *Gazeta*”, onde deveriam ser entregues os textos dos anúncios (1809, n. 40). Nesse ano, saíram 104 números, com 18 gazetas extraordinárias.

Com os semestres acertados em 1810, o preço da assinatura semestral foi fixado em 5\$000 réis. Eventuais queixas dos assinantes – acerca da entrega dos números em casa, por exemplo – deviam ser apresentadas na loja da *Gazeta* para serem tomadas as providências necessárias (*Gazeta* extraordinária, 1^o jun. 1810).

Ao longo dos anos, o preço da assinatura não mudou. Em janeiro de 1821, continuava a ser 5\$000 réis semestrais. Nesse ano, foi informado o preço cobrado pelos anúncios: “200 réis por cada regra”, ou seja, por cada linha. Porém, a partir de julho, a periodicidade foi alterada e a *Gazeta* passou a sair às terças, quintas e sábados, sendo o preço da subscrição semestral 6\$000 réis (1821, n. 20).

Alguns exemplares tiveram uma venda grande, o que obrigou à sua reimpressão, como ocorreu com os n. 44 e 45 de 1812, que noticiavam o falecimento e o funeral do infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, genro do príncipe regente e seu sobrinho.

Convém lembrar que o uso do nome de gazeta dado a um periódico não terminou com o fim do Antigo Regime. A *Gazeta do Pará*, em 1821, e a *Gazeta de Portugal*, em 1822, são prova disso, para citarmos apenas dois exemplos, um de cada lado do Atlântico. O fato é que por vezes se procurava indicar um conteúdo diferente, como aconteceu com a *Gazeta Universal Política, Literária*

e Mercantil, publicada em Lisboa em 1821. Um de seus dois redatores era José Agostinho de Macedo, notável polemista. Logo no n. 1, de 1º de maio, foi anunciado que, na publicação das notícias estrangeiras, seriam “um pouco escrupulosos”, já que não se podia admitir como verdadeiro, sem crítica, aquilo que se publicava nos outros países ou no próprio. Entretanto, a concepção de gazeta permanecia inalterável: “Os periódicos de notícias são uma das fontes em que procuram os historiadores fatos e documentos para a história”.

Os redatores

Padre Tibúrcio José da Rocha

Pouco sabemos acerca do padre Tibúrcio José da Rocha, a não ser a informação dada em uma petição por ele encaminhada em 1830, na qual declarava servir há “19 anos completos” como oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, apesar de seu estado eclesiástico – o que nos remete, portanto, ao ano de 1811.² Porém, no *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, publicado em finais de 1810, seu nome não consta da lista de oficiais daquela secretaria. Consultando os almanaques de Lisboa dos anos de 1812 e 1814, que forneciam igualmente os nomes dos empregados das secretarias de Estado no Rio de Janeiro, seu nome também não aparece. Só no *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816* é que o padre figura entre os oficiais da secretaria, agora mais numerosos.

No *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, ele surge como redator da *Gazeta*, mas não sabemos se a redigiu em finais de 1808, quando apareceu o primeiro número, pois não dispomos de almanaques para esse ano. Como os diretores da Impressão Régia eram José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, certamente o padre estava subordinado a essa junta, bem como os demais funcionários da tipografia.

É difícil apreender como o primeiro redator encarava seu trabalho e qual o critério adotado na seleção de notícias. Só uma vez transparece o desejo de atender a vários tipos de público: “Forma parte do plano da *Gazeta do Rio de Janeiro* publicar de vez em quando, sendo necessário, além dos artigos de novidades políticas, alguns outros relativos à literatura, comércio, artes etc., julgando-se assim agradar a todas as classes de leitores” (1808, n. 13). Ou seja, foi feita a promessa de inserir aqueles temas que saíam do âmbito das gazetas e eram próprios dos jornais.

Uma afirmação podemos fazer: Tibúrcio sabia inglês, uma vez que ele mesmo

2. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Ms., “Documentos biográficos”, C 834, 13.

declarou haver traduzido do *London Chronicle* um artigo sobre a população de Portugal e suas colônias, corrigindo posteriormente a informação ali contida:

Agora, mais bem informados, podemos participar aos nossos leitores que, segundo os numeramentos ultimamente feitos, e que sempre são inferiores ao cálculo verdadeiro, a povoação de Portugal se aproxima muito a três milhões de almas, e a da América portuguesa, entre todas as cores, passa de três milhões (1810, n. 97).

Ainda no tempo do primeiro redator, foi anunciado que a *Gazeta* tornaria-se “muito mais interessante”, já que seriam inseridos todos os despachos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, bem como as “Notícias marítimas”: “Os nossos leitores se poderão informar dos navios que entrarem neste porto, das suas cargas, portos donde saíram e em que tocaram, navios a quem falaram, notícias que derem, dias de viagem etc., e também dos navios que saírem e suas cargas”. Além dessas mudanças de conteúdo, a *Gazeta* mudaria de formato. Passaria a ser mais larga, para caber maior número de palavras – e não seria aumentado o preço. Tudo para agradar os leitores (*Gazeta* extraordinária, 27 jun. 1811).

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães

O segundo redator é bem mais conhecido por sua atividade científica. Nascido na Bahia em 1777, Araújo Guimarães foi aluno e lente da Academia Real da Marinha de Lisboa; nesta cidade, traduziu algumas obras relevantes para os estudos acadêmicos. Regressou ao Brasil e, no Rio de Janeiro, lecionou como professor honorário (não proprietário) de matemática na Academia Real dos Guardas-Marinhas, transferindo-se em seguida, a 28 de fevereiro de 1811, para a Academia Militar. Traduziu vários textos para uso dos estudantes dessas academias e elaborou um compêndio. Assim, a redação da *Gazeta* acrescentava-se a uma intensa atividade de professor. Em abril de 1812, numa petição, Araújo Guimarães orgulhava-se da tarefa realizada:

Fui o primeiro que imprimiu nesta corte uma obra matemática, com artistas inteiramente ignorantes deste gênero, com imenso trabalho, incômodo de minha saúde e até despesa, devendo-se à minha assiduidade não só uma edição mais correta do que fora de esperar, mas a habilitação dos compositores para a continuação de semelhantes trabalhos.³

3. BNRI, Ms., I – 28, 32, 13.

Referia-se o professor a *Elementos de geometria*, de A. M. Legendre, por ele traduzido em 1809, quando era lente de matemática da Academia Real dos Guardas-Marinhas e capitão do Real Corpo de Engenheiros. Essa tradução apresentava 13 estampas com figuras geométricas, as primeiras a serem gravadas na colônia, obra certamente de dois gravadores da Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, que acompanharam fr. José Mariano da Conceição Veloso ao Brasil.

Foi em 1812 que ele publicou, pela Impressão Régia, *Varição dos triângulos esféricos para uso da Academia Real Militar*. Era então sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros e lente do quarto ano dessa academia. Essa obra, primeiro texto científico original publicado no Brasil, trazia no fim uma parte intitulada “Trigonometria”, com 17 figuras.

Araújo Guimarães fez ainda, sem muito sucesso, algumas incursões pela poesia, publicando pela Impressão Régia em 1809 uma *Ode pela restauração do Porto oferecida a Sua Alteza Real*, um *Testemunho da saudade pela lamentável morte do (...) Conde da Ponte* e um *Epicédio ao ilmo. e exmo senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho* (1812), oferecido à Condessa de Linhares – esta última produção poética foi distribuída gratuitamente na loja da *Gazeta* e publicada em *O investigador português em Inglaterra*.

Nesse *Epicédio*, lemos as seguintes estrofes:

As Ciências que fogem de Mavorte
O sanguinoso estrépito, se abrigam,
Do trono de João sob os auspícios,
No Brasil venturoso.

As vedadas prisões quebra o comércio,
Salta barreiras que a ambição defende:
Por primeira vez caudalosos rios
Sob a quilha se curvam.

Minerva e Palas, em abraço eterno,
Juram da glória transportar à estância,
O ministro imortal que o bem do Estado,
Não o próprio, desvela.

Ignora-se a data exata em que Araújo Guimarães substituiu padre Tibúrcio, mas é provável que tenha sido no início de 1813. Com uma enorme capacidade de trabalho, ele conseguiu conciliar suas aulas com a redação

da *Gazeta* e de *O Patriota*, publicado em 1813 e 1814. Em 1812, lançou o *Prospecto* desse periódico, distribuído juntamente com a *Gazeta* de 2 de dezembro. O n. 1 apresentava como subtítulo “jornal literário, político, mercantil etc.”.

No novo periódico, Araújo Guimarães comentava as obras que saíam dos prelos da Impressão Régia, e suas notas continham quase exclusivamente um resumo da obra, acompanhado de elogios mais ou menos eloqüentes. Com uma exceção: a maneira como criticou *O juramento dos numes*, drama escrito por D. Gastão Fausto da Câmara – para ser representado em 1813 na abertura do Real Teatro de São João –, provocou uma polêmica com o autor, a única ocorrida no Rio de Janeiro antes do movimento constitucional de 1821. Câmara revidou com a “Resposta defensiva e analítica à censura que o redator do *Patriota* fez ao drama...”. A controvérsia – em torno do que se devia entender por poema dramático e poema lírico – gerou ainda uma réplica de Araújo Guimarães (“Exame da resposta defensiva e analítica à censura...”), que se apoiou na autoridade da *Enciclopédia metódica*, obra “conhecida e respeitada pelos eruditos, e ilustrada com os nomes de sábios consumados”⁴.

Mais tarde, o professor publicou o *Índice geral de O Patriota*, com 13 páginas – um índice sistemático das matérias contidas nos 18 números do periódico. Essa publicação foi noticiada pela *Gazeta* em 1819 (n. 38), quando ainda era seu redator. Vendia-se por 160 réis na Impressão Régia, na loja da *Gazeta* e nas dos livreiros Manuel Joaquim da Silva Porto, Francisco Luís Saturnino e Jerônimo Gonçalves Magalhães. O número de pontos de venda correspondia ao interesse que a publicação periódica suscitara, e ainda se podiam adquirir neles coleções completas do jornal por 14\$000 réis, incluindo o *Índice*. Os números avulsos da 1ª e 2ª subscrições custavam 800 réis, e os da 3ª, 1\$200.

Araújo Guimarães organizou os *Elementos de astronomia para uso dos alunos da Academia Real Militar*, publicados em 1814 por ordem do príncipe regente. Lê-se na advertência à obra que os elementos tinham sido compilados dos mais célebres autores: “não só dos apontados na carta de lei de 4 de dezembro de 1810 no tit. 11, # 4, mas de outros que consultei quanto me permitiu a brevidade do tempo”. Foram utilizadas a *Astronomia física* de Biot, as obras de Vince, de Mackay e de outros astrônomos ingleses para deles retirar “os conhecimentos necessários a um militar”.

Em 1820, o redator encaminhou uma petição a D. João VI a fim de substituir, como deputado da Junta da Impressão Régia, Silvestre Pinheiro Ferreira, que fora nomeado para um lugar diplomático. Ele justificava seu pedido: além

4. *O Patriota*, jan.-fev. 1814, n. 1, 3ª subscrição, pp. 66-7.

de ser lente da Academia Real Militar, havia mais de vinte anos que se empregara em atividade literária, “dando ao prelo muitas traduções e redações, como é constante, sendo o único corretor das mesmas, e até de outros, e tendo adquirido neste prolongado exercício não só os conhecimentos, mas também a prática indispensável” àquele cargo.

O parecer da Junta da Impressão Régia, emitido a 13 de janeiro de 1821, alegava ser desnecessário um quarto deputado num “pequeno estabelecimento de pouquíssimas especulações”. Além disso, o número par obrigava a recorrer a instâncias superiores em caso de empate de pareceres. Lembrava ainda o documento que, ao ser criada a junta, somente tinham sido nomeados três deputados.⁵

Sua saída da *Gazeta* não foi pacífica. A 19 de maio de 1821, numa “Advertência” ao público, queixava-se Araújo Guimarães dos ataques de que vinha sendo alvo por parte do redator de *O Bem da Ordem*, Francisco Vieira Goulart, o qual veio efetivamente a substituí-lo na redação da *Gazeta*. Escrevia o queixoso: “Depois de havermos por muitos anos sustentado a redação desta gazeta, sem deslizardmos da verdadeira estrada, ainda em épocas difíceis, lemos uma terrível acusação em um periódico, cujo título e outras circunstâncias não faziam esperar este ataque” (n. 40).

Afinal, qual tinha sido a acusação? Vieira Goulart acusara o redator da *Gazeta* de interpretar uma passagem das bases da Constituição, quando este se limitara a transcrever o que, no *Diário da Regência*, em Lisboa, fora escrito sobre aquele trecho. Como Araújo Guimarães escrevia em sua defesa, apenas referia o que fora dito, “sem (de propósito) ajuntar uma palavra sua”.

Talvez por se sentir visado no modo como redigia a *Gazeta*, Araújo Guimarães enviou uma representação ao Conde dos Arcos, em que pedia para publicar as “providências de geral utilidade expendidas em avisos dirigidos às competentes autoridades”, a fim de que o Brasil pudesse conhecer “a plenitude de sua fortuna” com a regência de D. Pedro. Ou seja, não bastava transcrever decretos; era preciso também divulgar a concretização das medidas tomadas. A 30 de maio de 1821, o príncipe regente ordenou que os oficiais maiores das secretarias transmitissem ao redator todas as ordens que contivessem matérias suscetíveis de interessar ao público, para que fossem publicadas na *Gazeta* (*Gazeta* extraordinária, 1º jun. 1821, n. 13).

Entretanto, a briga com Vieira Goulart e *O Bem da Ordem* prosseguiu em inícios de junho, insistindo Guimarães que “a ação única da *Gazeta*, ou do seu humilde redator, foi transcrever”. As palavras de seu antagonista eram como

5. BNRI, Ms., “Documentos biográficos”, C 620, 15.

“uma seta envenenada” que, por menor que fosse a ferida, sempre provocava grandes estragos. Por fim, ele concluiu: “Longe de recearmos semelhantes conseqüências em um governo ilustrado e liberal, não cansaremos mais o público com esta questão, voltando-nos à insignificante tarefa de transcrever papéis” (6 jun. 1821, n. 45).

Entretanto, logo no começo de agosto, o professor apresentou suas despedidas na *Gazeta*:

No momento em que deixo de ocupar-me na redação deste periódico, julgo de minha obrigação agradecer ao respeitável público a bondade com que tem tolerado as faltas inseparáveis da minha inaptidão no longo espaço de nove anos em que fui encarregado desta árdua empresa.

Lembrou “o estado de descrédito e quase abandono” em que encontrara a *Gazeta* (depois do redator fr. Tibúrcio) e mencionou “o sucessivo progresso” que ela havia feito “em reputação e em interesses (sem cooperação nem auxílio estranho)”. Aludiu aos muitos “estorvos imprevistos” dos últimos tempos e afirmou que a *Gazeta* mudava de redator “por motivos econômicos” (2 ago. 1821, n. 66).

Que razões seriam essas? É por um requerimento ao príncipe regente publicado na *Gazeta* que conhecemos o desentendimento do redator com os proprietários da *Gazeta*. Escreviam estes no documento:

Não podem os oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra deixar de levar ao soberano conhecimento de Vossa Alteza Real a injuriosa ofensa que às suas pessoas faz o coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, publicando, em um dos números do *Diário*, uma carta que dirigira aos suplicantes, em o 1º do corrente mês, e na qual, falsa e inconsideradamente, lhes atribui a infração de uma das condições do ajuste que fizera em 1813 com o oficial maior, há muitos anos falecido, Pedro Francisco Xavier de Brito.

Afirmavam esses doze oficiais da secretaria, que detinham o privilégio da publicação da *Gazeta*, nunca terem visto a minuta desse contrato, do qual constava, segundo Araújo Guimarães, “que nem ele pudesse descontinuar a redação da *Gazeta*, nem os proprietários dela procurar novo redator, sem o aviso prévio de três meses”.

No dia 14 de maio de 1821, o redator lhes enviou um papel no qual alegava que, tendo mudado o formato da *Gazeta* e aumentado o número semanal

das folhas, seria justo que sua gratificação fosse aumentada também. A essa pretensão os proprietários responderam que teriam de esperar o fim do mês de julho para ver, pelas contas do semestre anterior, se o rendimento da *Gazeta* permitiria esse aumento.

No entanto, Araújo Guimarães, logo em 1º de julho, dirigiu uma representação ao ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra sugerindo dois modos de ser recompensado pelo maior trabalho redatorial. O primeiro seria

encarregar-se tanto da redação como da total administração, e ficar com metade do rendimento líquido pelo seu trabalho; e o segundo, incumbir-se somente da redação, dando-se-lhe 100\$000 réis por mês, e uma cota parte do dividendo igual à de cada oficial proprietário.

Colocados perante as duas propostas, os oficiais as classificaram de exorbitantes e “disseram que, achando-se tão minorados os emolumentos da secretaria, não podiam fazer-lhe mais vantagem”. Achavam que o redator estava muito bem pago, pois recebia anualmente 901\$988 réis, quando a cada oficial proprietário só cabiam 126\$968. Temos nessa resposta ao ministro claramente exposta a idéia de que o privilégio merecia maior remuneração do que o trabalho. Os doze oficiais recebiam sem nada fazer, a não ser a contabilidade da *Gazeta*, e consideravam que o redator estava bem remunerado. Aproveitaram o ocorrido para dizer que não lhes convinha a manutenção do antigo ajuste para além de 1º de agosto. Ou seja, serviram-se da reivindicação salarial de Araújo Guimarães para o substituírem, o que fizeram rapidamente, mostrando assim que desde o início da discussão, em maio, já tinham pensado na troca. Obtiveram do ministro a possibilidade da rescisão do contrato, mas acusaram publicamente o redator de ter sido ele quem rompeu o vínculo do antigo ajuste ao fazer aquelas propostas na representação ao ministro. Os oficiais proprietários da *Gazeta* pretendiam expor ao público sua representação ao príncipe regente para se ilibarem da acusação que lhes fora feita de terem rescindido um contrato sem aviso prévio (25 ago. 1821, n. 76).

Dessa forma, foi editada pela Impressão Nacional a *Defesa do coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães contra as acusações que na Gazeta n. 76 se publicaram*. O ex-redator logo assumiu outras responsabilidades editoriais, passando no mesmo ano a redigir *O Espelho*. O primeiro número saiu a 1º de outubro de 1821, e o último, a 27 de junho de 1823, constituindo-se a coleção de 168 números. Em 1822, Guimarães imprimiu o folheto *Um cidadão do Rio de Janeiro à Divisão Auxiliadora do Exército de Portugal, em que se refutam as gratuitas asserções do chamado manifesto da mesma Divisão*.

Em data não assinalada, o ex-redator da *Gazeta* solicitou a mercê do hábito da nova Ordem da Conceição, lembrando seus honrosos empregos:

Lente da Academia Real Militar desta corte que, gozando pela carta de lei de 4 de dezembro de 1810 de todos os privilégios, indultos e franquezas que têm e gozam os lentes da Universidade de Coimbra, e sendo considerado em tudo e por tudo como se realmente regesse a sua cadeira na dita universidade, e pelo exercício de 17 anos, já nesta academia, já na da Marinha (como prova o documento junto); competindo-lhe, segundo a lei de 4 de dezembro de 1804, a graduação de desembargador dos Agravos; sendo além disto o decano da mesma academia; acrescentando a esta honorífica distinção o posto de tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, posto a que V. M. concede na sua Real Casa privilégios ainda superiores.⁶

Francisco Vieira Goulart

Último redator da *Gazeta*, Francisco Vieira Goulart é, como o segundo, bem conhecido na elite ilustrada da época. Natural da Ilha Terceira, nos Açores, foi encarregado de “vários trabalhos físicos e econômicos”, segundo suas próprias palavras, na Capitania de São Paulo, em 1796. Na correspondência dos governadores dessa capitania, fez-se alusão ao elevado salário que lhe era pago, e ele, em uma petição, também se referiu a essa questão, mas formulando-a de forma que o apresentava sob uma luz favorável:

Como observasse que se havia carregado a mesma capitania de muitos outros naturalistas, tendo ela aliás poucos meios para suprir as suas despesas, vagando a cadeira de Filosofia Racional e Moral, sentou o suplicante que, dedicando-se ao ensino público daquelas disciplinas, fazia maior serviço ao Estado e à nação, por uma parte diminuindo o ordenado de um naturalista e por outra exercendo um tão útil emprego.⁷

Ou seja, sentindo que periclitava sua função de naturalista, preferiu antecipar-se e procurar um lugar mais estável no ensino.

Goulart ocupou aquela aula régia durante dois anos, mas precisou viajar à sua ilha natal. Quando retornou ao Rio de Janeiro em 1811, soube que a cadeira já tinha sido ocupada por outra pessoa. Obteve do príncipe regente D. João a nomeação para chantre da Catedral de Angra, na Ilha Terceira, mas não che-

6. BNRI, Ms., “Documentos biográficos”, C 620, 15.

7. BNRI, Ms., “Documentos biográficos”, C 851, 18.

gou a tomar posse do cargo, pois em 1812 foi escolhido diretor do Laboratório Químico Prático, criado por decreto de 25 de janeiro daquele ano. Esse laboratório aumentaria o “conhecimento das diversas substâncias que às artes, ao comércio e indústria nacionais podem subministrar os diferentes produtos dos três reinos da Natureza”. Tais substâncias não poderiam ser utilizadas “sem se analisarem e fazerem as necessárias tentativas concernentes às úteis aplicações de que são suscetíveis”. O Laboratório Químico Prático foi colocado sob o controle do ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que em 1812 era o Conde das Galveias.

Foi nessa qualidade que Goulart pediu para serem despachados na alfândega os 221 livros que mandara vir da França, e nestes incluíam-se os *Annales de Chimie*, as obras sobre química de Fourcroy, a astronomia de d’Alembert, o *Tableau de physique*, de Barruel, além de outras obras que nada tinham a ver com estas ciências, como o *Génie du christianisme*, de Chateaubriand, e o *L’esprit des lois*, de Montesquieu.⁸

Agraciado com a Ordem de Cristo em 1811, pretendia ser deputado da Real Junta do Comércio. Quando em 1821 rebentou o movimento constitucional no Rio de Janeiro, redigiu o periódico *O Bem da Ordem*, aprovado por D. João VI, “que o mandou imprimir à custa da nação para ser enviado, como foi, a várias províncias do Brasil”. Depois, “sendo incumbido da redação da *Gazeta*”, pôde combater as doutrinas de outros periódicos, entre os quais o *Revérbero*. Porém, logo se dispôs a redigir um outro jornal, *O Constitucional*. Para que não parecesse escrito por ele, “mandou-o imprimir na tipografia do *Diário*, que então se achava na Rua dos Barbônios, e pediu a um amigo que assinasse por ele a responsabilidade do mencionado escrito, do qual se publicaram oito folhas”. Dizia que estas tinham feito tanto sucesso que, pretendendo seu verdadeiro redator reunir uma coleção delas, não o pôde conseguir.⁹

Foram publicados dez números de *O Bem da Ordem*, impressos na Tipografia Nacional ou Imprensa Nacional (novas denominações da Imprensa Régia). Alfredo do Vale Cabral afirma que o periódico foi financiado pela própria tipografia por ordem de D. João VI, ficando o redator com trinta exemplares de cada número e vendendo-se o resto pela instituição impressora.

Logo no primeiro número, Goulart escreveu que, excetuados os homens de letras e algumas pessoas das cidades e vilas mais importantes, os demais habitantes do Brasil ignoravam o que fosse uma Constituição, ou os representantes da nação, ou o “ajuntamento geral das cortes nacionais”, pois faltavam

8. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), caixa 169, documento 59, “Licenças”.

9. BNRJ, Ms., “Documentos biográficos”, C 851, 18.

a eles a “educação liberal” e mesmo, por vezes, o mais elementar ensino. Para difundir os conhecimentos necessários, o redator do periódico assumiu tal empresa “sem outras vistas mais que o bem da ordem”, do qual dependia a prosperidade geral:

Os leitores menos instruídos e os que não têm meio de o serem de outro modo, suposta a falta de livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as idéias que lhes são indispensáveis para desempenhar com utilidade da nação os deveres de representantes ou empregados. E todos os homens de bem, todos os literatos que melhor conhecem a necessidade destas instruções são convidados a concorrer para esta importante obra com o precioso cabedal das suas luzes.

Como redator da *Gazeta*, Goulart começou sua atividade a 4 de agosto de 1821. Em sua apresentação ao público, escreveu:

Se em todo o tempo foi empresa difícil escrever para o público, cujas idéias, sentimentos e opiniões são tão diferentes como as fisionomias, muito mais o é na conjuntura presente, em que a mesma afluência de matéria deixa o escritor muitas vezes perplexo na escolha e preferência dos assuntos que deve apresentar (n. 67).

O novo redator declarou que iria manter o plano estabelecido por seu antecessor, continuando a transcrever as sessões do Soberano Congresso em Lisboa, bem como as notícias oficiais. Além disso, publicaria “todos aqueles discursos e reflexões que julgar convenientes para difundir e manter entre os povos, na maior pureza, os princípios liberais”. Quando fosse possível, seriam abordados “assuntos relativos à pública instrução e à nascente indústria do Brasil”.

Pouco tempo depois, a 14 de agosto – lembrando que no n. 3 de *O Bem da Ordem* Goulart tinha aconselhado fazer-se a mudança do sistema de governo “com a menor alteração possível das instituições atuais, pela conhecida vantagem que deste método tiram os mesmos povos e a nação toda” –, o redator elogiou os habitantes do Maranhão por terem feito sua regeneração política conservando o capitão general e mudando só o sistema de governo. Via nesse fato “uma demonstração prática de que a idéia sugerida naquele periódico não era tão quimérica como o projeto da paz universal do Bernardim de São Pedro, sendo por consequência possível, e mui possível, praticar-se o mesmo em toda a parte” (n. 71). Vemos, por esse exemplo, que o novo redator da *Gazeta* era mais opinativo do que o anterior. Posteriormente, no entanto, a avalanche de

notícias e de atos oficiais foi de tal ordem que pouco espaço lhe restou para expressar suas opiniões.

A gazeta como documento

Embora esse tipo de periódico não forneça artigos de opinião nem seções de literatura ou de ciências e artes, ele é precioso para o historiador como documento da vida cotidiana, pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação. Vejamos apenas um exemplo: enquanto os documentos referentes à instrução guardados nos arquivos se referem, sobretudo, às aulas régias, os anúncios da *Gazeta* revelam a proliferação de mestres particulares, nacionais e estrangeiros, ensinando as mais variadas matérias a grupos sociais e etários distintos.

Principalmente no que se refere às formas de morar, comer e vestir, os dados fornecidos pela *Gazeta* são muito mais numerosos do que os que encontramos, por exemplo, em inventários por ocasião de morte. Enquanto nestes a descrição dos objetos tem como finalidade sua avaliação, nos anúncios ela se destina a atrair potenciais consumidores e, portanto, é muito mais completa.

Em relação à vida cultural, as histórias da literatura ou da cultura desprezam tudo aquilo que não se encaixa em seu conceito do que seja literário ou cultural, numa atitude valorativa de alguns produtos e não de outros. Ora, só uma análise realista e não distorcida dos livros em circulação, por exemplo, permite desenhar um quadro cultural que não seja simplesmente uma projeção dos valores do historiador. Iniciei em 1977, com meu livro *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, a recuperação desse passado cultural e pretendo aprofundar alguns aspectos graças a uma análise sistemática da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Quando o livro se torna objeto de estudo, passa por uma “dessacralização” que consiste em retirar sua individualidade para inseri-lo num conjunto. Se pretendemos atingir os fenômenos coletivos de leitura, determinar os centros de interesse e as preocupações dos grupos sociais aos quais chega a cultura escrita, é preciso superar a produção individual e encarar o livro como uma mercadoria. Ele não se reduz aos atos individuais de escrita e leitura. É vendido, comprado e colecionado; aprovado ou censurado; retido pela memória coletiva ou lançado no esquecimento; classificado segundo o sistema conceitual da época. E mais: entra em relações complexas com a máquina estatal.

Além de constituir uma documentação relevante para a história do cotidiano carioca, do livro e da leitura, a seleção das notícias referentes ao Brasil em geral, ou à cidade do Rio de Janeiro em particular, não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio

governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado. Embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial, pois muitos temas surgem em outros periódicos e eram de interesse geral, como a abertura de estradas e canais, os projetos de colonização, os incentivos à agricultura, a domesticação dos índios etc.

Alguns aspectos da vida mercantil da praça do Rio de Janeiro aparecem com mais clareza na *Gazeta* do que em outro tipo de documentação. Refiro-me à atividade de corretagem e seguros, à multiplicidade de leilões de mercadorias, à sempre presente venda de embarcações e, sobretudo, à questão das falências e concordatas. Também acerca do Banco do Brasil encontramos informações relevantes, como os dividendos distribuídos anualmente aos acionistas.

Muito naturalmente ninguém vai estudar a Revolta de Pernambuco em 1817 por meio da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Contudo, as tardias notícias publicadas sobre ela revelam o ponto de vista do governo e o modo como este pretendia orientar a opinião pública, o que também contribui para a reconstituição histórica do movimento. Nesse sentido, o relato do gazeteiro igualmente se apresenta como um documento a ser consultado.

O mesmo ocorre em relação ao movimento constitucional e ao processo de separação do Reino Unido. Só a parte política desse período, no qual os eventos em Portugal e no Brasil se sucederam com uma rapidez vertiginosa, mereceria um estudo específico, que aqui não será feito, uma vez que nosso objetivo é ressaltar os aspectos em que o periódico fornece informações relevantes e não apenas o complexo momento no qual o sistema político foi mudado e o reino do Brasil se tornou independente.

O cotidiano

A moradia

As casas do centro da cidade dividiam-se em duas categorias principais: as térreas e as de sobrado. Mais simples, as primeiras adquiriam melhor aspecto nos subúrbios do que nas ruas centrais. No Largo do Catete, por exemplo, uma delas dispunha de três janelas e de uma porta à frente, “com mirante e vista para o mar”, e tinha quintal. Nem sempre se abriam janelas nas casas térreas, observando-se, em sua substituição, um maior número de portas, como uma construção na Rua do Lavradio, “com quatro portas na frente, bons cômodos, quarenta braças de fundo com arvoredos e plantas” (1811, n. 30; 1812, n. 15).

Os sobrados dominavam as ruas centrais. Alguns, mais distantes do centro, podiam abrigar famílias numerosas: na Rua da Prainha, anunciava-se a venda de um “com muitos cômodos, quintal, um bom poço com água muito clara”. Algumas dessas casas dispunham de maior número de benfeitorias: uma situada na Rua Formosa estava equipada “com cavalherice, cocheira e chácara que dá capim para quatro bestas e hortalice para gasto de uma família, com tanque e nora para regar e lavar, e um escravo que trabalha nela” (1812, n. 38; 1821, n. 14). É interessante notar o relevo dado nos anúncios aos mirantes com boa vista e à existência de sótãos ou águas-furtadas.

Outro tipo de moradia surge com menos freqüência: eram as chamadas “casas nobres”, muito procuradas pelos cortesãos que chegaram com a família real. Quem as possuía fez então bom negócio, enquanto os nobres não se convenciam de que sua permanência no Rio seria mais longa do que inicialmente supunham e não começavam a mandá-las construir para sua habitação: “Quem quiser alugar uma propriedade de casas nobres com boas salas, quartos, quintal e poço, fale com o porteiro da Imprensa Régia. O senhorio propõe-se a consentir que o inquilino faça as obras que forem necessárias à custa de meio aluguel anual” (1812, n. 7).

Quando os cortesãos deixaram o Rio de Janeiro em 1821 para regressar a Portugal, muitas casas nobres foram postas à venda, por vezes com seu recheio e escravaria:

Ausentando-se desta cidade o ilustríssimo e excelentíssimo Visconde de Vila Nova da Rainha por acompanhar a Sua Majestade para Lisboa, vende a sua casa nobre na Praia do Botafogo, ou a arrenda. Adverte-se que, mis-

tica à maior casa, se acha edificada outra mais pequena, a qual também se vende, ou se aluga, separadamente da maior. Ali mesmo se acham restos de mobília, escravos remadores e bons plantadores de horta e de jardim, e uma carruagem inglesa em muito bom uso, tudo para se vender. Quem quiser tratar qualquer destes negócios, fale com Faustino Maria de Lima e Fonseca Gutierrez, morador na Rua do Livramento a sair à Gamboa, que tem todos os poderes necessários (n. 44).

A Praia de Botafogo parece ter sido um dos locais de moradia preferidos pela nobreza reinol mais endinheirada e pelos estrangeiros, talvez por ali haver mais espaço para a construção de todas as instalações necessárias a uma casa nobre. Contudo, o Conde das Galveias, morto em 1819, não morou em Botafogo, no Catete ou no caminho de São Cristóvão, mas na Rua dos Latoeiros, lugar pouco nobre para tal personagem (1819, n. 28). Também, segundo o *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816*, o Conde de Valadares morava na Rua da Quitanda, e o Visconde de Magé, na Rua Direita, em pleno centro comercial da cidade.

Uma das casas nobres nos arrabaldes foi habitada por um inglês. Após sua partida, o cônsul de sua nação encarregou-se da venda:

Vende-se a chácara de Botafogo pertencente ao cavalheiro Diogo Gambier, a qual consta de casas nobres, bem repartidas, com água de beber, banho de água doce, cocheira, cavalharias e outras muitas comodidades, tanto na mesma casa como por ser tudo situado em um belo terreno fértil, espaçoso, bem cercado, regado com água doce, árvores, frutos, horta e jardim de recreio, assim como mui conveniente, por ser junto à pequena Enseada de Botafogo, para os banhos de mar (1812, n. 43).

Casas desse tipo também foram postas à venda em meados de 1821, como esta em que se realça a existência de uma divisão pouco mencionada nos anúncios – a cozinha:

Vende-se uma casa nobre, sita no princípio da Praia do Botafogo, com onze janelas de frente, bons cômodos, bastantes quartos capazes de acomodar uma grande família, boa cozinha e moderna, grande cocheira e cavalherice, com sala de espera, boa sala de jantar, e duas grandes salas para a frente do mar, dois quartos iguais, jardim, poço e diversas obras, e quintal murado (n. 17).

Na Praia do Flamengo, também estavam localizadas algumas casas nobres, como uma onde morou o Conde de Seia, que ficou vaga em 1821 e possuía “grandes arranjos para uma família” (1821, n. 8).

Enquanto algumas chácaras dos arredores não se destinavam à habitação, mas apenas à cultura de árvores de fruto e de hortas, outras com casas de vivenda, como então se dizia, eram alugadas por um alto preço, como uma situada na Ponta do Caju, cujo aluguel anual, pedido pelo cônsul inglês Alexandre Cunningham, era de 800\$000 réis. Logo adiante de Mataporcos, no início da estrada que ia para o Engenho Velho, vendia-se ou alugava-se uma chácara “com casas novas, boa sala, varanda na frente, sete quartos, uma sala mais pequena, cozinha e área” (1812, n. 9 e 14). No Catumbi, também havia chácaras e sempre constituía atrativo para o comprador ou inquilino a existência de um rio próximo, ou pelo menos de uma fonte de água de beber:

Quem quiser alugar uma bela chácara sita no Engenho Velho, ao pé da Freguesia, com casa nobre de sobrado, estrebaria para nove bestas, casa de banhos, e cômodos para uma família numerosa, toda plantada e que tem o rio por um lado e água corrente pelo meio, pode falar com Fielding Brander Aveline e Lyne, na Rua Direita, n. 65 (1821, n. 8).

Como na Ponta do Caju, em Mataporcos, no Catumbi e no Engenho Velho, também nas Laranjeiras estavam localizadas chácaras, como uma que foi anunciada em 1815 “com uma grande morada de casas, boa água para beber, com todas as qualidades de árvores de espinho e enxertos, e grande quantidade de café, boa horta plantada com curiosidade” (n. 71).

Nem sempre são mencionadas as dimensões dessas chácaras. Sabemos que uma delas, no caminho para a Praia Vermelha, tinha 16 braças de frente e noventa de fundo. Ali se plantavam capim e arvoredo de espinho. A chácara dispunha de “poço de muito boa água e tanque, rio corrente nos fundos, jardim na frente, casa nova com muitos bons cômodos para uma grande família, cavalherice para três ou quatro cavalos” (1821, n. 15). A elite do Rio de Janeiro preferia morar em chácaras com boas construções para habitação, e um atrativo suplementar seria certamente uma boa vizinhança, como sugere o seguinte anúncio de aluguel:

Quem quiser arrendar uma chácara no sítio de Andaraí Grande, junto ao Macaco, com casas novas de pedra e cal, arvoredo de espinho, um terreno grande, tanto para pastos como para plantações, com boas cercas de espinho e água em abundância todo o ano, dirija-se à mesma chácara a

ajustar com sua dona, que é viúva, chamada D. Maria. A dita chácara fica pegada com a do senhor infante D. Pedro Carlos (1811, n. 69).

No Leme, “princípio da Praia de Copacabana”, estava situada uma chácara, o que prova ser este local já habitado no período joanino.

As fazendas nos arredores da cidade, embora se destinassem a atividades agrícolas, serviam ocasionalmente de moradia, como uma longamente descrita por seu proprietário:

Quem quiser comprar uma das melhores fazendas do arrabalde do Rio de Janeiro, sita na extremidade da freguesia de São Gonçalo, no lugar denominado Nuam ou Cassorotiba, pronta de tudo quanto é preciso para o fabrico do açúcar, com sobresselentes de muitas coisas próprias para o mesmo fabrico, com partidos de canas, roças de mandiocas e mais plantações próprias do tempo, com bois mais que suficientes, bestas, carneiros, cabras e outras criações, com mais de 200 escravos, tudo o que é próprio para a fábrica de aguardente, em muito bom estado, assim como também todo o mais arranjo preciso para tais estabelecimentos, com a boa circunstância de serem a maior parte dos escravos crioulos, em que se acham pedreiros, carpinteiros, oleiros, tanoeiros, banqueiros grandes, pequenos, carreiros, serradores, pode ir ou mandar vê-la e examiná-la, e ajustá-la com José Joaquim Ferreira Barbosa, que se acha assistindo nela, que a possui livre e desembargada (1812, n. 38).

Ora, se o proprietário estava morando no local, é porque alguma forma de habitação lá existia, embora a retórica do vendedor apenas ressaltasse a parte agrícola da propriedade.

Mais do que as fazendas, eram os sítios locais de moradia, por vezes com boas acomodações para uma família numerosa:

Quem quiser comprar um sítio em Irajá com casas com cinco quartos, sala, duas varandas, pátio, cozinha e lugar de fazer farinha, tudo coberto de telha; um bom aparelho, roda, forno, prensa e coxa, cochos e gamelas etc.; ornada de cadeiras e alguns trastes, forno de doce e ferramenta necessária, com um grande laranjal, bananal, ananás, parreiral, muito café, dois quartéis de mandioca e algum milho, e outras muitas coisas como figueiras, romeiras, mangueiras, cajueiros, limeiras da Índia e das nossas, limoeiros doces e azedos, tangerinas, cabaceiros, jambeiros, algodoeiros, muitas roseiras, um grande pasto de bom capim, tudo bem cercado com

cancelas novas e muito farto de água, fale com Manuel do Rosário, morador na praia de D. Manuel, que o dá muito em conta (1808, n. 27).

No Andaraí Pequeno, estava à venda em 1810 um sítio

com casa de telha, e de sapé para o feitor, cozinha, forno de cobre e roda de fazer farinha, cavalherice, um reduto para pastos, muitas árvores frutíferas de espinho, quase todas de enxertos, parreiras, figueiras, um grande cafezal de muitos mil pés, um grande bananal de toda a qualidade.

Situado entre dois rios, dispunha de uma grande cachoeira com capacidade para dois ou três moinhos. O anúncio ressaltava que o sítio tinha “muito boa vista”. Na freguesia de Irajá, “muito perto do porto”, vendia-se em 1818 um sítio com casa de vivenda coberta de telha “e toda ladrilhada”, o que não era muito comum, e senzalas cobertas de sapé, com bons pastos, grande bananal, muito café e laranjeiras (1810, n. 3; 1818, n. 39).

Numa cidade onde, a partir de 1808, chegaram muitos reinóis e estrangeiros e na qual habitações adequadas a famílias escasseavam no centro, os anúncios de sítios e chácaras para vender ou alugar procuravam atrair os recém-chegados enumerando todas as vantagens desse tipo de habitação, apesar da distância em relação à zona central.

No centro da cidade, a abolição das rótulas e a implantação de balastradas de ferro trouxeram consigo algumas modificações nas fachadas. Como na Bahia fora criada uma fábrica de vidros, o que não acontecera na corte, ficou mais fácil colocar vidraças nas janelas. Porém, mesmo assim elas ainda eram raras, passando a ser indicadas nos anúncios de venda de casas como um atributo que as valorizava: uma na Praia do Flamengo tinha “duas janelas de vidros”. A difusão das janelas envidraçadas ocorreu quando os armazéns da cidade passaram a vender “vidros para vidraças” em caixões e “postos em caixilhos” (1819, n. 5; 1821, n. 92).

Depois da partida da corte, foi posta à venda a casa de um dos homens mais influentes do Paço, e sua descrição revela a maneira como os cortesãos se instalaram no Rio de Janeiro. Os procuradores do conselheiro Joaquim José de Sousa Lobato pretendiam vender seus prédios urbanos para pagamento dos credores que ele deixara na cidade, sendo o principal localizado no Catete, certamente seu local de residência:

A casa nobre sita na estrada do Catete com mais de 23 braças de frente e fundo até à Praia do Flamengo, com todas as acomodações para uma

grande família, contendo cavalharices, cocheira e casas para criados e escravos, chácara com muito arvoredo e pelo meio da qual atravessa o Rio do Catete, tendo excelente lavagem de roupa (1822, n. 56).

Deve dizer-se que o Senado da Câmara intervinha no modo de construção das casas da cidade, por meio de seus editais. Por um de 25 de outubro de 1819, transcrito na *Gazeta*, foi determinado que não se empregasse madeira de pinho na edificação sem expressa licença camarária, que levaria em conta a maneira como essa madeira seria usada. Isso porque resultavam prejuízos “do inconsiderado uso” que se fazia dela, do qual provinha “a instabilidade e fraqueza dos edifícios que se levantam com tão inconsistentes materiais”, para não falar dos perigos de incêndios “que facilmente se ateiam e propagam pela natureza das sobreditas madeiras, e ainda mais pela natural inadvertência e desleixo dos escravos que se empregam nos serviços domésticos”.

Muitos edifícios no centro do Rio de Janeiro conjugavam a habitação nos andares superiores com armazéns no térreo, destinados ao comércio ou a oficinas de artesãos, como revelam as estampas de Debret. É raro encontrar uma descrição adequada desses prédios urbanos. Uma só surgiu na *Gazeta*, quando de um leilão no Juízo Cível, em 1819, de uma moradia na Rua do Valongo, com porta e cocheira:

Na loja tem três salas, cozinha, quintal, poço, muro de pedra e cal, e um telheiro para cavalharice. No primeiro sobrado, grades de ferro e vidraças, três salas, duas alcobas [sic], quatro quartos, sua cozinha e forno, seis armários grandes introduzidos nas paredes, vidraças na área, com escada para o quintal. No segundo andar, janelas de peitoril, vidraças, duas salas, duas alcobas, um quarto, cozinha, três almários [sic] grandes introduzidos nas paredes, e vidraças na área. No mirante, uma sala, uma copa, tem duas portas com serventia para as águas furtadas, que dá bastante cômodo, e vidraças. Toda a casa é construída de pedra e cal até os freixais, e as melhores madeiras e boas ferragens (n. 23).

Essa descrição permite-nos chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, a chamada loja estava preparada para habitação, pois dispunha de uma cozinha, embora não tivesse alcovas como os dois andares de cima. Esses também possuíam cada um uma cozinha, o que significa que o prédio podia ser residência de várias famílias. É digno de nota o uso de vidraças e armários embutidos. Um enigma era o mirante com serventia para as águas-furtadas. Esses mirantes aparecem freqüentemente nos anúncios de casas do Rio de

Janeiro, mas resta saber se esse espaço pertencia ao segundo andar, pois ele não dispunha de cozinha e, portanto, não podia ser uma habitação independente. O mais provável é que servisse aos criados da casa, pois os escravos no centro urbano em geral dormiam na cozinha, uma vez que na habitação urbana não havia senzalas para eles.

Os comerciantes procuravam as casas do centro para alugar e, graças ao sentido prático dos ingleses, podemos fazer uma idéia do custo desses aluguéis: “Um negociante inglês precisa de uma casa com um bom armazém, grande e claro, da Rua da Quitanda para baixo, cujo aluguel seja de 500 a 600\$000 réis por ano” (1812, n. 87).

Com uma população que aumentara 100% desde a chegada da corte, era natural que a maior quantidade de anúncios fosse de venda ou aluguel de imóveis, sendo raros os de procura. Esses eram colocados em geral por estrangeiros que sabiam exatamente o que desejavam e não estavam interessados em negócios imobiliários, como os negociantes locais, que compravam casas como investimento. Provavelmente, era francês o seguinte comprador:

Uma pessoa que mora atualmente no Rio de Janeiro deseja comprar terras com casa, ou sem casas; em conseqüência convida os senhorios que forem na intenção de vender as suas a dar todas as informações em casa de M. Du Lac, Rua de Matacavalos, no canto da Rua dos Arcos (1819, n. 1).

Em 1820, uma pessoa interessada em alugar uma casa numa determinada zona central da cidade foi bem específica em suas condições. O lugar teria de ter as seguintes acomodações: “armazém na frente, escritório, sala para jantar, três quartos, cozinha, e um quarto ou lugar para negros, e se tiver estrebaria será preferida” (1820, n. 52).

Se é relativamente fácil conhecer a arquitetura civil do Rio de Janeiro nesse período, é difícil saber como as famílias organizavam e decoravam o interior de suas habitações urbanas. No entanto, um elemento decorativo é bem conhecido: as esteiras. Embora as menores fossem fabricadas localmente, há notícia da importação de “tiras para organizar esteirados para salas grandes e pequenas”, vindas de Moçambique. Além disso, foram aparecendo no mercado “alcatifas aveludadas para tapeçar [sic] salas ricas” e encerados para forrar salas e quartos; vendia-se também mármore preto e branco “para ladrilhar salas”. Por fim, começaram a ser usadas “armações de seda modernas e ricas”, ou seja, cortinas para janelas ou para dossel de camas.

Os objetos de pura decoração foram introduzidos nas habitações da elite local: vasos e figuras de alabastro, jarras para flores, biombos de charão,

caixas para costura, jóias, voltarete (jogo muito em voga na época), entre outros.

Os artesãos estrangeiros contribuíram para a moda de ornamentar as paredes, antes praticamente destituídas de decoração, talvez devido ao clima quente e úmido do Rio de Janeiro:

Antonio Giorgi, de nação romano, faz saber que ele é pintor que pinta quaisquer casas e forra salas de papel inglês nas paredes mais húmidas, sem que o dito papel seja ofendido, e pega papel nas ditas paredes com uma certa composição de cola que também a todo o tempo, assim de frio como de calor, a humidade nunca ofenderá pela dita composição de cola e estará livre de qualquer qualidade de bichos e de cupim (1812, n. 74).

Divulgaram-se os espelhos e os quadros, havendo quem anunciasse a venda de “sete quadros com molduras douradas de 13 palmos de circunferência, com os seus vidros, que representam as ruínas de alguns soberbos edifícios da antiga Roma, com a pintura trabalhada a pincel”. Nesse mesmo ano, o francês Bourdon vendia, entre artigos “de gosto esquisito”, oito quadros “com pinturas de flores”; ameaçava embarcá-los para a Europa se não fossem vendidos dentro de dez dias depois daquele aviso, o que parece significar que os compradores do Rio de Janeiro não eram muito numerosos para esse tipo de objeto decorativo. Raramente era indicado o nome dos artistas, mas em 1817 encontramos referências a quadros de flores pintadas por Redouté, estampas de João Volpato “segundo Rafael” e algumas vistas da Alemanha pintadas por Bleute (1816, n. 7 e 77; 1817, n. 93). As gravuras eram muito apreciadas, e um mestre marceneiro anunciava seus autores: Morghen, Raynaldi, Folo e Bartolozzi.

Algumas peças de mobiliário se tornavam indispensáveis a quem escrevia com frequência, como as escrivaninhas, pequenas e transportáveis, em geral com uma tampa e uma espécie de caixa onde se guardavam papéis e, por vezes, até dinheiro, como se constata pelo anúncio seguinte:

Roubaram de um quarto nas casas n. 4, na Travessa da Alfândega, uma escrivaninha que continha vários papéis e 100\$000 réis, pouco mais ou menos, em ouro e prata. Qualquer pessoa que mande entregar a dita escrivaninha e papéis à casa número acima, ser-lhe-á dado o dinheiro que ela continha e mais 30\$000 réis, e não será interrogada sobre o modo como a houve (1812, n. 24).

Nas escrivaninhas, geralmente, eram guardados os “papéis de conse-

qüência”, como então se dizia, mais importantes do que as próprias quantias em dinheiro.

Foram sobretudo os negociantes ingleses que diversificaram a oferta de peças de mobiliário, possibilitando assim, a quem tivesse dinheiro para comprá-las, preencher melhor suas casas:

Bourdon e Fry, Rua Direita, n. 18, receberam ultimamente novo sortimento de móveis, a saber, guarda-roupas, guarda-louças, secretárias, cômodas, aparadores, mesas de todas as qualidades, uma cama rica com todos os seus pertences, canapés e cadeiras de mogno, e outras mais ordinárias, que admitem ser transportadas por terra em cima de bestas (1820, n. 12).

Com o fim da guerra na Europa e a paz na França, surgiram “trastes franceses muito ricos e de último gosto”, como camas, sofás, cômodas, mesas de costura para senhoras, secretárias etc. Algumas lojas de produtos nacionais também ofereciam mesas de jogo de jacarandá, mesas de jantar de vinhático, “com suas cabeceiras” que serviam de aparadores, e outras peças, como consoles, tremós e toucadores de senhoras. Abundavam as mesas para chá e para costura, e da China vieram mesas de louça azul e móveis de charão.

As formas de iluminação diversificaram-se com candeeiros de vários tipos, entre os quais os “quinqüés”, do francês *quinquet*. Os lustres eram grandes, de seis ou 12 arandelas para luzes. Havia ainda as “mangas” de parede ou para cima das mesas, em geral de vidro, com casquinha ou outro metal. Os relógios de sala eram denominados “pêndulas” por terem um pêndulo; e foram anunciadas mesmo uma “pêndula de música que repete as horas e os quartos e toca uma sonata em cada hora” e outra “a compensador, que a faz invariável apesar das mudanças do tempo”. Também um relógio inglês de parede era musical, “tocando em cada hora lindos e diferentes minuets, com uma variedade de música de gosto admirável”, assim como um relógio de mesa “com 13 tocatas diferentes”.

Não eram anunciados na *Gazeta* apenas os requintes decorativos. Os anúncios se referiam ocasionalmente a objetos práticos, como tinas para banho, “lavatórios com todos os pertences” (jarro para água e saboneteira), instrumentos de cozinha, fogões e “bancas de lavar”.

A alimentação

Durante o período da ocupação francesa em Portugal, era dos portos ingleses, especialmente de Liverpool, que chegavam os produtos alimentícios europeus. Em 1809, foram exportados daquele porto para o Brasil bacalhau, manteiga, queijo, sardinha, batata, sal, aguardente e azeite. Outros produtos europeus

eram vendidos em 1811 pelo italiano João Barbon na Rua dos Latoeiros, tudo “ao uso da Itália”: paios, duas qualidades de lingüiça e salsichas. Na Rua do Ouvidor, também abriu em 1813 “uma casa de salsichas e salame de toda a qualidade à moda da Itália”. Outro anúncio da mesma loja falava em salame de cabeça de porco e em “codegini para panela”.

Não seriam os produtos da terra que dariam maior lucro aos comerciantes. Além disso, era necessário atender aos gostos dos europeus residentes no Rio de Janeiro. As preferências alimentares destes ficam bem claras no seguinte anúncio:

Na loja de Luís Zoveti e Cia., na Rua do Ouvidor, n. 9, se acham a vender os gêneros seguintes: licores de Martinica de várias qualidades, ditos da fábrica, finos, de muitas qualidades, ditos para medidas; mostarda, conservas inglesas de muitas qualidades, cidra, molhos para peixe, vinhos de muitas qualidades estrangeiros, vinagre engarrafado de França, azeite engarrafado de Florença, frutas em aguardente, chá de diferentes qualidades, genebra, cerveja, doces para chá, também se preparam bandejas de doces, águas-de-cheiro de várias qualidades, gotas amargas, chocolate de Espanha. Todos estes gêneros são por preços muito cômodos (1813, n. 101).

Nessa variedade de produtos importados, há de ressaltar que se tratava sobretudo de bebidas e temperos. Uma incógnita são as águas-de-cheiro. Em que seriam usadas? E as gotas amargas, para que serviriam? Tratar-se-ia do *bitter* usado na preparação de mistura de várias bebidas?

Não seriam apenas os ingleses residentes no Rio de Janeiro a consumir o chá importado anunciado nas páginas da *Gazeta*. Vendia-se mais de um tipo, com preços diferentes: “Na Rua das Violas, n. 14, se vende chá às libras, vindo na ‘Maria I’, Aljofre, 1\$800; Pérola, 1\$500; Hisson, 1\$000; Uxim, \$720; Sequim, \$560” (1816, n. 8).

Produtos exóticos e desconhecidos também mereciam publicidade na *Gazeta*. Um armazém vendia “tâmara doce muito fresca, fruta de grande estimação que pela primeira vez vem a este país e serve para qualquer sobremesa pela sua qualidade e delicadeza” (1814, n. 89).

Só com a presença de muitos estrangeiros na cidade se difundiu o hábito de comer fora de casa, sobretudo os almoços – ou seja, a primeira refeição do dia acontecia logo de manhã, e os jantares eram servidos do meio-dia em diante nas chamadas “casas de pasto”:

José Narciso, mestre cozinheiro, faz saber ao respeitável público que no

Catete, junto à venda do Machado, se abriu uma nova casa de pasto, na qual dá mesa redonda a 800 réis por pessoa, e quem a quiser separada para jantar, tem quarto fechado, havendo na dita casa boas massas, salsichas, e tudo o mais com muito asseio. Também dará jantares para fora a quem lhos encomendar, pois é muito hábil em caçarolas e massas (1809, n. 99).

A procura por cozinheiros que não fossem escravos aumentou com a chegada da corte – e era esse um ofício bem remunerado. Em 1808, um cozinheiro que soubesse “trabalhar de caçarola e massas” ganharia por mês 14\$400 réis, mais do que muitos letrados obtinham com suas aulas. Tratava-se de uma profissão respeitada, desempenhada sempre por homens – as mulheres se dedicavam apenas ao trivial doméstico –, e que levava muitas vezes à comercialização dos talentos culinários. Em 1821, o cozinheiro José Luís Rodrigues da Silva encontrava-se à frente de uma casa de pasto e café na Rua Direita, dando-lhe seu nome: *Silva* (1808, n. 30; 1821, n. 7).

Os estrangeiros também se dedicaram a esse tipo de negócio e, em 1816, foi inaugurada na Rua da Alfândega uma casa de pasto inglesa, onde havia “mesa redonda às 2 horas por 640 réis, com uma garrafa de vinho de Bordeaux a cada pessoa” (n. 7). Convém explicitar o que se entendia por esse tipo de serviço. Tratava-se de um cardápio fixo servido aos comensais numa mesa coletiva. Quem preferisse serviço individual teria uma mesa separada e o preço seria maior.

Em 1816, foi aberta a hospedaria Reino do Brasil, na Rua da Alfândega:

Para a comodidade do público há de ter duas mesas de hóspedes: uma às 2 horas precisas, e a outra às 4 e meia precisas. O preço das mesas há de ser de 800 réis por pessoa. Se terá à sua escolha uma meia garrafa de vinho do Porto, ou uma garrafa de Bordéus. Se achará na mesma vinhos e licores de várias sortes. As pessoas que desejarem ser servidas em quartos particulares às horas que lhes convierem acharão deles que são decorados com gosto e elegância. Se abrirá também no mesmo dia um café tido no melhor gosto (n. 102).

Passado pouco tempo, esse estabelecimento mudou de proprietário e afrancesou-se, mas manteve o mesmo tipo de serviço pelo mesmo preço:

A casa de pasto da Travessa da Alfândega, *Hôtel Royaume du Brésil*, foi passada em propriedade a Gafurio e Cia., os quais prometeram de fazer servir na dita casa mesa redonda às 2 horas e meia, pelo preço de 800 réis,

compreendida uma garrafa de vinho de Bordéus, ou meia do Porto. Dão jantares em mesas particulares com serviço decente e preços cômodos. Também mandarão jantares para fora de casa. Na mesma há uma sala para almoços de café, fiambres etc. (1817, n. 28).

Em 1820, Duran, que se apresentava como “sucessor da casa de pasto e hospedaria de Chevalier”, localizada na Rua do Ouvidor, anunciava a continuidade dos serviços prestados e preços baixos: “se pode almoçar bifstebes [sic] com um copo de vinho e pão pelo módico preço de 160, e jantar de sopa, cozido e dois pratos do meio, sobremesa e meia garrafa de vinho, tudo pelo módico preço de 320 réis” (n. 57). Ele foi o único a divulgar esse tipo de almoço, pois o que geralmente se servia na primeira refeição da manhã eram “fiambres”.

O botequim e casa de pasto do Largo do Rossio, defronte do Real Teatro, reabriu em 1820 e seu proprietário teve o cuidado de esclarecer que naquele local só entrariam “pessoas qualificadas”. Afinal, ele considerava importante selecionar os freqüentadores de seu estabelecimento (n. 60).

Os últimos a entrar nesse negócio de alimentação foram os franceses: em 1819, já funcionava na Rua do Ouvidor a casa de pasto de Pharoux. Em 1820, José Spitere (de nacionalidade ignorada) abriu a casa de pasto Cruz de Malta, na Rua do Cano, n. 17, onde servia caldo de galinha pela manhã e, no jantar, “tudo quanto apetecer, empadas, pastéis e doces diferentes”. Mais tarde, anunciava no jantar, entre uma e duas horas, “mesa redonda pelo preço de 600 réis, a saber, uma sopa, um cozido, três pratos de diferentes qualidades, um de pastéis ou doce, e sobremesa, e meia garrafa de vinho”. Essa casa de pasto desdobrava-se em hospedaria, alugando quartos a 320 réis por noite (1819, n. 86; 1820, n. 27 e 30).

Além das casas de pasto, as confeitarias, principalmente as dos italianos, especializaram-se no fabrico de empadas. Na de Francisco Galli, na Rua da Quitanda, vendiam-se empadas com recheio de ave, de porco ou vitela, de camarão “ou outro marisco” e pastéis com picado de carne e com marmelada ou nata (1812, n. 16). Dois anos mais tarde, a viúva, proprietária da confeitaria que Galli administrara, anunciou:

Se preparam jantares e refrescos para fora com todo o asseio e delicadeza, pois na dita loja se acha o mesmo mestre que dantes existia. Também se acham na dita loja vinhos generosos e esquisitas massas para sopas, conservas, doces etc. E também durante a Quaresma se preparam empadas, tudo isto por preço módico, isto é, as empadas se preparam todos os dias ao meio dia (1814, n. 25).

A procura por esse tipo de comércio alimentar foi tanta que em 1820 o italiano Horácio Messeri teve de suspender o serviço de refeições “por causa de arranjar a sua cozinha com maior asseio e capacidade”. Quando reabriu sua confeitaria, anunciou “as costumadas empadas de galinha, lombo de porco e peixe”. Quem não quisesse se deslocar até a confeitaria podia mandar buscar os jantares (1820, n. 5). Pouco depois, foram divulgados novos serviços:

Horácio Messeri participa que, tendo feito em sua confeitaria na Rua Direita, n. 13, nova reforma não só nos preços como também em dar café e chá, dará da mesma forma todas as segundas-feiras roviolos [sic], e também continuará a ter as costumadas empadas de galinha, lombo de porco e peixe, principiando no dia 20 do corrente mês de maio de 1820 (n. 42).

Também era costume das confeitarias vender licores. Na de Aimable Sabatu, eram vendidas compotas e geléias, quer as fabricadas a partir das frutas nativas, quer as importadas, com frutas européias:

Na Rua do Ouvidor, n. 9, loja de confeitaria, há para vender doces em calda em boiões pequenos, os seguintes: ananás, laranja, cidrão, caju, limão, tangerina, grumixama, orumbeba, quartos de marmelos, açúcar rosado em copos. Há também doces da Europa em frascos de 5 a 6 libras, de ginja, pêra, damascos, pêssegos, figos, vindos proximamente. Também se vendem em libras (1820, n. 26).

Outra loja de confeitaria na Rua do Ouvidor vendia “barrelinhos de doces de frutas secas, vindos ultimamente de fora”, e anunciava ainda os feitos com caju, pitanga e mangaba. O comércio alimentar era por vezes híbrido. Vários tipos de estabelecimento surgiam no mesmo local, como ressalta o seguinte anúncio:

O dono da casa de bebidas, pasto e hospedaria no princípio da Rua da Alfândega faz saber ao público que no dia 1^o de março do corrente ano de 1813 continuará a mesma na forma do estabelecimento antigo, que vem a ser: loja de bebidas com diversidades de comestivos; e no primeiro sobrado bilhar; e conservando-se a casa de pasto nas salas interiores, e ficará acabado o título da casa de Raposo, e sim a *Fama do Rio* (1813, n. 17).

A oferta de mão-de-obra especializada em culinária aumentou no fim do período colonial. O “mestre cozinheiro” Luís Rubin, por exemplo, oferecia-se

para ir à casa das pessoas fazer jantares ou preparava em sua residência, à Rua da Moeda, “qualquer coisa de seu ofício que se lhe encomende, como pastéis, sobremesa”. Também um romano, Jacomo Fognoli, recém-chegado à corte, oferecia na *Gazeta* seus préstimos na “arte da cozinha”. Mais especializado era “um maravilhoso mestre copeiro, estrangeiro, com as habilidades que se podem excogitar nesta arte, fazendo todas as qualidades de doces finos para bandeja, chá etc.” (1815, n. 58; 1820, n. 20).

Uma inovação nos hábitos alimentares foi a produção das novas padarias. Desde o início da colonização, apesar da escassez de trigo, surgiram padarias em várias regiões do Brasil. Porém, os estabelecimentos então abertos na sede da corte apresentavam uma maior variedade de produtos, destacando-se sempre na publicidade as novas formas de fabricação: “Avisa-se ao público que na padaria nova da Rua dos Ourives, entre a Rua do Ouvidor e a do Cano, n. 5, todo o pão que se fabrica é com trigo lavado à moda de França, e também se fabrica pão cevado e bolachinha fina para o chá e o café” (1815, n. 62).

O italiano Messeri, que em 1820 montou seu negócio de confeitaria, anunciava anteriormente os produtos de sua padaria na Rua dos Ourives:

Fabrica pão de luxo, francês, inglês, italiano e espanhol, amassado por máquina de nova invenção, sem entrar mão-de-obra de pretos, que infetam a massa com o suor que largam enquanto amassam. E fabrica bolachinha doce, biscoito e bolacha de água e sal para o chá, e bolacha para embarque de toda a qualidade (1816, n. 77).

Mais tarde, em 1820, Messeri passou a disponibilizar na padaria farinha e “pão de família” das sete horas em diante. Anunciava vender o referido pão também em sua confeitaria, no mesmo horário. Uma ficava na Rua dos Ourives e a outra na Rua Direita, com uma proximidade, portanto, que permitia a venda quase simultânea nas duas lojas.

Apesar de a arte culinária ter se desenvolvido no Rio de Janeiro no período joanino, é muito rara a referência a instrumentos de cozinha, aparecendo uma única menção a “fogões de ferro e seus pertences para cozinhar, da melhor invenção”. Já as maneiras à mesa se modificaram profundamente e o serviço ficou mais sofisticado com louças e vidros importados. Num armazém da Rua da Alfândega, vendiam-se “cristais para serviço de mesa e dessert” importados da Inglaterra, assim como aparelhos para mesa e chá ingleses e chineses. Por preços menores, estavam à venda no mesmo armazém “louça branca e pintada” e “louça preta de novos padrões”. Um comerciante francês da Rua Direita anunciava “sete xícaras de porcelana com retratos, o aparelho com vistas do

Egito” (1814, n. 69; 1816, n. 77; 1820, n. 12). Os objetos chineses eram geralmente provenientes do comércio com Macau:

Rua de São Pedro, casa n. 15, há um sortimento completo de xícaras finas esmaltadas, poncheiras, bules, aparelhos de almoço, jarras sortidas para guarnecer iluminações, pratos para doce ou copo de água, charões e jogos, tudo da China em preços cômodos (1817, n. 16).

Pelo que se pode perceber por meio dos anúncios da *Gazeta*, a importação de gêneros alimentares europeus aumentou nessa época, embora ela sempre tivesse existido, pelo menos para a elite. Importavam-se produtos naturais e manufaturados. Entre os primeiros, podemos citar azeitonas, batatas, chá, amêndoas, avelãs, nozes, mexilhão, atum, cavala, salmão e pescada. A variedade dos segundos era grande: nas bebidas (cerveja, diversos tipos de vinho, aguardente de conhaque ou de anis, genebra, moscatel, marrasquino e licores variados); nos frutos em aguardente (ameixas, damascos, pêras, ginjas e pêsegos); e nas frutas secas (passas e ameixas). Havia ainda lingüiças, paios, salames, presuntos, salsichas, manteiga e queijo. Quanto às técnicas culinárias, foram divulgados vários tipos de pão, massas, empadas e pastéis.

O serviço de mesa ficou mais requintado, pelo menos no que diz respeito aos utensílios. Enquanto as pratas surgiram já nos primeiros séculos de colonização, as louças e os vidros tornaram-se mais abundantes posteriormente, graças à importação de Macau, da Inglaterra e da França. Aparelhos de chá e de café dispunham de grande número de xícaras (entre 18 e 24), certamente pela dificuldade de repor uma peça quebrada. Cafeteiras eram anunciadas ressaltando-se o pouco tempo que levavam para fazer café. As toalhas de damasco ou de linho, com seus guardanapos, eram anunciadas como sinal de requinte à mesa.

Vestuário e modas

Alguns adereços acompanhavam os membros da elite endinheirada. Relógios de marca e, em geral, de ouro, com a respectiva cadeia ou corrente e um ou mais sinetes, tornaram-se o complemento indispensável à indumentária masculina. Dado seu valor, prometiam-se sempre alvíssaras no caso de perda, como ocorreu uma noite, na Igreja dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo, quando desapareceu “um relógio de ouro com uma cadeia e três sinetes, autor Roskell, n. 9553, e um dos sinetes com as letras W. M.”. As iniciais gravadas eram usadas para marcar o lacre das cartas, e é interessante notar a utilização dos sinetes acoplados à corrente do relógio. Em outros casos, os sinetes tra-

ziam gravadas as armas ou o brasão de nobreza de quem os usava. Os avisos de roubos ou perdas de relógios revelam que eles eram a jóia masculina por excelência, muito estimada por seus proprietários. A um morador do Valongo levou descaminho um relógio “de dois tampos com correntes e sinetes de ouro encobrado, um destes com coralina, o outro com uma ágata de raridade, a qual forma um perfeito olho” (1816, n. 10; 1821, n. 12).

Também os cavaleiros das três ordens militares traziam por vezes sobre a roupa as insígnias dessas graças honoríficas concedidas pelo monarca, às quais se acrescentaram no período joanino as da Ordem da Torre e Espada. Além disso, os cavaleiros tinham de aparecer em público, em determinadas cerimônias, como a procissão do Corpo de Deus, com os trajes correspondentes àquelas dignidades. Por essa razão, o comércio local procurava satisfazer tal procura: “Quem quiser comprar mantos de cavaleiros da Ordem de Cristo de escumilha bem clara, e superiores em tudo o mais, dirija-se à Travessa da Candelária em casas, n. 11, do capitão João de Araújo Silva, que os tem para vender” (1810, n. 37).

Terminada a guerra na Europa e feita a paz com a França de Luís XVIII, pode-se dizer que os comerciantes de modas francesas invadiram o Rio de Janeiro em 1817, depois da embaixada do Duque de Luxemburgo em 1816. Tratava-se de um comércio de luxo destinado aos cortesãos e à nobreza, como é dito expressamente no seguinte anúncio:

Na esquina da Rua Direita, na Rua do Ouvidor, n. 8, em casa de Bellard, há para vender véstias de corte bordadas em ouro ou seda, vestidos de senhora desde 16\$000 réis até 100\$000 réis, rendas, plumas brancas, bijuterias, toda a espécie de enfeites com rendas, em prata e ouro (1817, n. 15).

O mesmo Bellard anunciou mais tarde “chapéus de senhora modernos a 6\$400, vestidos de seda com rendas, plumas de várias cores, rendas de França, fitas”. Seu compatriota, Durand, oferecia produtos de toalete: “cheiros, água de Cologne, pomadas, diversas essências e vinagres para toucador”, além de sabão. Ele se dedicava ainda à venda de acessórios femininos e masculinos: luvas, suspensórios, leques, escovas e pentes, sapatos e chinelas, botas de Paris, chapéus de palha e de castor para homens e meninos, chapéus de palha para senhoras (guarnecidos e não guarnecidos), flores artificiais, véus e bijuteria “verdadeira e falsa”, como colares, brincos, anéis e enfeites.

Tudo o que vinha da França aparecia então como algo do melhor gosto e da última moda, até os calçados:

Carlos Durand e Cia., Rua Direita, n. 9, recebeu de França um sortimento de sapatos envernizados para homem e senhora, botas e botins feitos por um dos mais famosos sapateiros de Paris. Esta obra não é de fancaria, pelo contrário, é feita com toda a perfeição, o couro muito macio e da primeira qualidade a uso de América, tudo feito de encomenda à moda e gosto do país, mais coletes para senhoras, casquetes, brincos de criança de bom gosto, e outras mercadorias (1818, n. 88).

Esse Durand era o comerciante francês que mais gastava com publicidade na *Gazeta*. Era raro o número que não trouxesse um anúncio seu, sempre variando a enumeração das mercadorias à venda. Em 1819, dada a grande quantidade de mercês de ordens honoríficas concedidas pelo monarca no Rio de Janeiro, ele entrou também nesse tipo de comércio e passou a vender “hábitos grandes de comendadores da Ordem de Cristo, hábitos da Ordem de Avis, crachás da Torre e Espada e de Cristo, e hábitos da mesma ordem, de diferentes grandezas, e o desenho inteiramente conforme à lei, perfeitamente executados, e pelo preços mais cômodos”. O mesmo Durand, em 1820, oferecia uma mercadoria vinda da França que pouco tinha a ver com o clima do Rio de Janeiro: “xales de lã fingindo de camelo, de todos os tamanhos, e das cores do último gosto” (1819, n. 11; 1820, n. 30).

Outro francês mantinha dois endereços no Rio de Janeiro: um na rua atrás do Hospício, n. 9, e outro na Rua do Ouvidor, n. 46. Talvez por isso tenha decidido fazer publicidade, em duas páginas da *Gazeta*, de tudo o que recebera da França. Nessa longa lista, que inclui comestíveis, objetos decorativos, vidros, instrumentos musicais etc., as modas ocupam um lugar de relevo:

Chapéus de palha lisos pelo novo padrão; ditos de palha de Itália superfinos; véus; coletes com espartilho de aço cobertos de tafetá; vestidos bordados de flores; camisas muito bem bordadas; pescocinhos para senhoras; bonés; ditos de palha de arroz; ditos de tecido de algodão que se podem lavar; ditos finos para homem, com espelho dentro; vestidos de renda magníficos; lenços para o pescoço de senhoras, de renda, renda bordada, branca e preta; lenços de batista bordados; sedas, tafetás, vestidos estampados; seda com ramos muito delicados, estofos para calções; casacas muito bem feitas; leques riquíssimos; meias de seda; vestidos bordados; ditos de renda; sapatos de homem e mulher; sacos de veludo para senhoras muito bem bordados; mantinhas para senhoras, de garça e seda com borlas; bolsas para a cabeça, de flores e cabelo; plumas para chapéus de senhoras, brancas e pretas de todo o tamanho; flores sortidas; vestidos estampados e lenços.

Destituída de qualquer lógica, a lista termina com a seguinte frase: “Finalmente acha-se em casa do senhor de Amerval um sortimento completo de muitos objetos, que seria preciso muito tempo para os escrever, e o mesmo senhor tem sumo gosto em os vender por preço muito moderado” (1818, n. 81).

Embora os franceses dominassem esse comércio de luxo, um inglês, Mr. Harris, recebia na Rua do Ouvidor, provenientes de Londres e Paris,

ricas flores de ouro e prata, grinaldas do mesmo e de pérolas, coletes para senhoras e meninas de todo o tamanho do último gosto moderno, tonquins, cabeleiras, e rendas de prata e ouro, guarnições para mantos, leques de pelica, e outras mais modas do último gosto (1820, n. 7).

Além de trajes e acessórios conforme a moda européia, nobres e ricos tinham acesso a cuidados de toalete antes inexistentes na cidade. Além de vários cabeleireiros franceses oferecerem seus préstimos, divulgou-se o uso de perfumes, águas-de-cheiro, banhas e sabonetes. Em 1811, já se fabricava, no laboratório de uma farmácia à entrada do Rossio, um “específico” chamado água diamantina, que servia para fazer pretos os cabelos brancos. Não se tratava de um remédio qualquer, pois o produto recebera as necessárias licenças, e o boticário ensinava o modo de se aplicar (1811, n. 101; 1821, n. 19).

Os mercadores do Rio de Janeiro dirigiam sua publicidade à população branca e adulta, e pouco sabemos do modo como as crianças se vestiam, a não ser por avisos daquelas perdidas ou em fuga. Um menino de cinco anos se perdeu na cidade e estava “vestido com uma jaqueta de gingau azul do tempo antigo e calças de algodão fino tintas de amarelo, rosariozinho de Jerusalém no pescoço com cruz de latão, sem chapéu nem camisa”. Num anúncio de fuga de um menino branco, de 11 anos, recolhemos alguma informação sobre o modo de vestir de uma criança desta idade: “casaca de pano azul, calças de ganga amarela, colete preto, chapéu redondo e pequeno, lenço amarelo no pescoço e camisa em meio uso”. Outro menino perdido, de 12 anos, vestia “uma niza azul, colete e calças brancas” e estava calçado com meias e sapatos (1809, n. 54; 1812, n. 36; 1818, n. 54).

Pode-se afirmar que, por meio da *Gazeta*, conhecemos a maneira de trajar dos extremos da sociedade carioca: a elite e a escravaria. Se os anúncios dos comerciantes de modas ignoravam esse último segmento da população, os que avisavam a fuga de escravos sempre descreviam como estes estavam vestidos no momento de fugir da casa de seus senhores, para que fossem mais facilmente reconhecidos. A descrição do vestuário acompanhava os sinais físicos dos fugitivos, tão bem estudados por Gilberto Freire. Vejamos um exemplo:

Um moleção por nome Paulo, estatura ordinária, nação Ussá Benim, olhos grandes, gordo, espáduas largas, pés grandes e largos, meio derreado das cadeiras, o que o faz embarçar no andar, vestido de camisa de algodão e calças de ganga, ladino e meio embarçado na fala quando quer, e a sua ocupação é cozinheiro, desapareceu no dia 21 de dezembro de 1814 da Praia do Flamengo, de casa de seu senhor... (1815, n. 1).

Nesse aviso, surge o que podemos denominar o uniforme do escravo: camisa de algodão e calças de ganga ou de outro tecido igualmente barato. Raramente são indicadas peças de vestuário diferentes: um moleque da nação Moçambique, além das calças de pano azul e da camisa de paninho, vestia um colete de baeta azul claro. Outros usavam jaqueta de pano ou véstia e, em vez das calças, calção, ou mesmo tanga. Um jovem mulato fugiu levando consigo várias peças de roupa (calças e jaquetas, uma libré azul com gola vermelha e um chapéu de copa com galão de prata), mas, como ele furto da casa de seu senhor alguns objetos de prata, fica a dúvida se esta roupa era dele ou se pertencia a outras pessoas (1821, n. 44 e 92).

Como as escravas fugiam menos, sua indumentária é conhecida principalmente por meio da iconografia da época. Todavia, a *Gazeta* também fornece alguns exemplos do vestuário das fugitivas. Uma negra da nação Benguela saiu da casa de sua senhora “em mangas de camisa, com uma saia de chita”. Já o traje de uma mulata era mais sofisticado, pois pertencia a um membro da elite administrativa:

No dia 9 do corrente mês fugiu ao conselheiro da Fazenda Antônio José da Franca e Horta, morador à Glória, uma escrava chamada Angélica, mulata cor de índia, cabelo grenho cortado, baixa, muito gorda, de 18 a 20 anos de idade, vestido de ganga açucarada guarnecido pelas costuras de cordão preto, capote de mangas de baetão encarnado com laivos pretos. Quem dela der notícias receberá boas alvissaras (1812, n. 6).

Meios de transporte

Morar em chácaras no subúrbio, ou mesmo em locais mais próximos do centro, como Botafogo e Catete, implicava algum meio de transporte: próprio, se houvesse dinheiro para isso, ou alugado. Para distâncias mais curtas, havia de se recorrer pelo menos a cavalos. O negócio de aluguel prosperou no Rio de Janeiro com o aumento da população e a presença maciça de estrangeiros. Na Rua da Alfândega, em frente à Santa Ifigênia, alugavam-se “bons cavalos por preço mais cômodo que o ordinário”. Numa loja do Campo de Santana, junto

do chafariz, vendiam-se “selins de senhora e de homem”, pois as mulheres também montavam em seus passeios pela floresta da Tijuca ou por outros locais aprazíveis da cidade, aos quais se não chegava de carruagem. Aliás, as cadeirinhas e liteiras eram menos usadas no Rio de Janeiro do que na Bahia para o transporte das donas. Na *Gazeta*, foi encontrado um único anúncio de “liteira com sua parelha de machos e arreio competente para viagem”, e outro de uma “cadeirinha de caixa, com postigos de vidro” (1819, n. 58; 1820, n. 102).

Foram os ingleses que se especializaram no comércio de acessórios para montaria:

Jackson e Richardson, n. 35, Rua do Ouvidor, anunciam que receberam proximamente de Londres um grande sortimento de selins de toda a qualidade, para senhoras e para homens, freios, mantas e chicotes da última moda e das manufaturas mais aprovadas, arreios para carrinhos e carruagens guarnecidos de latão e de casquinha de uma qualidade muito superior, de lanternas e de todas as coisas anexas a este gênero de mercancias, que estão habilitados e determinados a vender por vinte por cento menos do que se pode vender em qualquer outra loja (1818, n. 67).

Mesmo quando não eram os ingleses a comercializar esse tipo de mercadoria, as modas inglesas imperavam em tudo o que dizia respeito a meios de transporte e cavalos. Em 1819, numa cocheira do Largo de São Francisco de Paula, vendia-se “um sociável inglês”. Nesse mesmo lugar, o inglês Diogo Adamson tinha sua fábrica de carruagens, carrinhos e seges. Encarregava-se ainda de vender “em bom uso” um sociável inglês e um “landó”. Oferecia igualmente cocheira a quem quisesse acomodar ali suas seges (1816, n. 86; 1821, n. 26).

O negócio das cocheiras desenvolveu-se logo após a chegada da corte. Eram alugadas na Rua de Santa Teresa seges “muito asseadas e com boas parelhas, pelo preço de cinco patacas, tanto de manhã quanto de tarde, até a distância da Praia do Botafogo ou de São Cristóvão” (1809, n. 75). Havia ainda duas cocheiras na Rua dos Ferradores e na Rua da Misericórdia:

Antônio Valentim de Oliveira participa ao público que tem feito uma reforma na cocheira da Rua da Misericórdia, tendo seges e criados com toda a decência, tanto para boleia como traseira; cavalos muito bons e bem emparelhados, também aluga alguns preparados com bom selim à inglesa. Outrossim adverte a todos os senhores que o preço das seges

será o costumado e que, por ter notícia que alguns criados pediam paga avultada, logo que a qualquer pessoa tal aconteça e não seja servida como deseja, o participar ao sobredito, a fim de remediar a falta, despedindo o criado (1810, n. 59).

O anúncio revela que os reinóis não estavam mais habituados a serem servidos por escravos e preferiam criados como boleiros. Assim, os donos das cocheiras tinham de ter à disposição dos clientes uma criadagem que acompanhasse o aluguel das seges. Dada a raridade destes servidores livres, eles cobravam caro pelos serviços.

O hábito de alugar seges e criados para cerimônias e outras atividades manteve-se e, em 1818, uma cocheira dispunha de

muito boas seges para alugar, boas parelhas e criados com librés, pelo preço de 2\$400 réis por tarde ou manhã, isto não só nos dias de semana, como em domingos e dias santos, não se alterando o preço aquelas pessoas que forem fregueses da casa, ainda mesmo nos dias de grande função (n. 34).

O comércio de viaturas também aumentou: uma traquitana era anunciada por 700\$000 réis, por exemplo. Alguns desses meios de transporte tinham vindo de Lisboa; vendiam-se “duas traquitanas de quatro rodas, uma de vidraças, e outra de cortinas, muito boas e em conta” (1812, n. 42). Surge por vezes a indicação de que tinham lanternas, ou seja, podiam mais facilmente transitar à noite.

Mais imponentes do que as traquitanas ou as seges eram as carruagens:

Quem quiser comprar uma elegante carruagem de quatro rodas com varais de ferro, caixa de portas, com arreios para quatro bestas e almofada de pôr e tirar, e ferragem de casquinha branca, procure na Rua da Cadeia, na loja de segeiro, n. 53, aonde há ordem para se vender por preço cômodo (1812, n. 50).

Seu preço, contudo, podia ser inferior ao da traquitana acima mencionada, se fosse comprada em segunda mão:

Quem quiser comprar por 384\$000 réis, ou trocar por três escravos bons para os trabalhos da agricultura, uma carruagem inglesa grande, em bom uso e com arreios de casquinha, para andar a dois e a quatro, pode dirigir-

se à Rua dos Ourives, n. 42, ao lado do Hospício, antes das 8 horas da manhã (1811, n. 65).

Em 1820, numa loja de correeiro, estava à venda por 500\$000 réis uma sege quase nova, “montada em molas, com todos os seus arreios menos xairéis”. Porém, o preço variava muito: em 1821, uma sege francesa com arreios custava apenas 160\$000 réis (1820, n. 42; 1821, n. 9). No comércio de veículos, sempre se ressaltavam o número de rodas, o tipo de fechamento (vidraças ou cortinas) e até alguns pequenos luxos, como carruagem “ferrada de seda”. Além das seges, traquitanas e carruagens, circulavam os “carrinhos”, puxados em geral por um só cavalo ou mula: “Há para vender um carrinho de dois assentos e quatro rodas, com ferragem de casquinha, todo de muito bom gosto. Quem o quiser comprar pode dirigir-se a Alberto Inácio Ferreira, com loja de correeiro às Marrecas, n. 11” (1811, n. 45).

Possuir um meio de transporte próprio, fosse ele cavalo ou qualquer tipo de viatura com as parselhas necessárias, implicava morar em casas nobres que dispunham de cocheiras e cavalariças. Como eram poucos os que assim moravam, desenvolveu-se no Rio de Janeiro, como vimos, o aluguel acompanhado ou não dos criados necessários à condução de seges, traquitanas e carruagens. Até pessoas com alguma dificuldade de locomoção podiam encontrar no comércio local a solução para o seu problema; em 1813, por exemplo, foi anunciado “um carrinho para algum aleijado, que anda por molas sem ser preciso puxá-lo” (n. 81).

Em 1820, começou a circular entre o Rio de Janeiro e as ilhas de Paquetá e dos Frades, e também a Praia Grande, uma barca a vapor, que partia do Largo do Paço. A viagem para Paquetá custava 960 réis, mas as crianças e os escravos pagavam metade do preço. Inicialmente, os bilhetes eram vendidos na loja de João Buck, na Rua Direita, mas depois podiam ser comprados na própria barca. Para a Praia Grande, eram feitas quatro viagens por dia, de manhã e de tarde, e o mesmo número de lá para o Rio de Janeiro. Durante os dias santos do Natal desse ano, os destinos da barca alternavam-se – ora Paquetá, ora Praia Grande –, certamente para atender os moradores dessas localidades nesses dias festivos (1820, n. 79, 87 e 103).

Festas reais profanas e religiosas

Essas festas dividiam-se em duas categorias principais: as que celebram eventos nacionais e as que comemoram nascimentos, batismos, casamentos e aniversários de membros da família real ou o dia de seus nomes. Em todas, conjugam-se elementos sagrados e profanos.

Durante três dias, celebrou-se no Rio de Janeiro a restauração do reino de Portugal, liberto finalmente da ocupação francesa em finais de 1808. No dia 24 de dezembro, o redator comentou a festa:

Não se tendo anunciado individualmente na gazeta antecedente a maneira com que S. A. R. o príncipe regente nosso senhor mandou celebrar a feliz restauração de Lisboa e de todo o reino de Portugal, por ser nossa intenção fazê-lo depois de terminadas aquelas festividades, publicamos agora que houve um tríduo na capela real, que principiou no dia 19 do mês corrente, em que S. A. R. ali baixou com toda a real família e corte para assistir à missa cantada e exposição do Santíssimo Sacramento. Nessa noite houve iluminação em toda a cidade e teatro de corte, que o príncipe regente nosso senhor e a família real honrou com a sua presença. No dia seguinte tornou S. A. R. ao prosseguimento da festividade na capela real, e à noite continuou a iluminação nesta capital. No terceiro dia de manhã voltou S. A. R. e toda a augusta família à capela real para assistir à missa solene, e de tarde à procissão de encerramento e *Te Deum* (n. 30).

Se excetuarmos o “teatro de corte”, a celebração foi principalmente religiosa, acompanhada com a habitual iluminação das casas e fogos de artifício. De teor diverso foram outras festas que se organizaram na cidade, na maior parte das vezes à custa do Senado da Câmara.

O redator descreveu as duas celebrações realizadas por ocasião dos desposórios da princesa da Beira, D. Maria Teresa, com o infante de Espanha, D. Pedro Carlos, a 13 de maio de 1810, e, alguns meses mais tarde, das festas oferecidas pela cidade a 12 de outubro. Em relação ao primeiro evento, relatou que às quatro da tarde reuniram-se os membros da família real e a corte no Paço. Ali, segundo o gazeteiro, tudo respirava grandeza: “as paredes estavam forradas de damasco e tapeçarias e, desde a porta até o interior, brilhavam formosos lustres que, acendendo-se à noite, davam a claridade do dia”. Congratulava-se com as belas alcatifas da Pérsia que “felizmente escaparam à rapina dos monstros franceses”.

Depois, com grande pompa, formou-se o cortejo que se dirigiu à capela real: uma banda de música “que supria as charamelas, atabaleiros e timbaleiros da Casa Real”; uma escolta da Guarda Real; os porteiros da cana, os reis de armas, passavantes, arautos; toda a corte; moços da Câmara; oficiais menores da Casa Real; grandes do reino; o corpo diplomático; e as pessoas reais com os seus camaristas e veadores.

Na capela real, o cabido esperava o cortejo e “ali a prata e ouro eram mais

que abundantes em todas as partes e uma majestosa iluminação aclarava tudo”. Na capela-mor, realizaram-se os desposórios perante o bispo, os quais foram seguidos de *Te Deum*. À noite, houve ópera, para a qual foram convidados os membros do corpo diplomático. Além disso, coros de música cantavam sob as janelas do Palácio Real. Toda a cidade estava iluminada e soaram salvas na terra e no mar.

Nos dias posteriores, outras celebrações ocorreram, como serenatas na Real Câmara, danças africanas “representando as diferentes nações”, coros de música e encamisadas, fogos “de arquitetura e vistas”. O redator terminou seu relato com as seguintes palavras, mostrando que dependia de outros para a elaboração de sua tarefa:

Estas festas, que aqui anunciamos para assim dizer *em grosso*, teremos a satisfação de narrar miudamente aos nossos benévolos leitores logo que uma pena mais aparada que a nossa nos comunicar uma relação exata de tudo quanto se passou. Nós a esperamos ansiosamente e devemos comunicar ao público que não poderá tardar (1810, n. 40).

Na verdade, se compararmos sua descrição com o que Luís Gonçalves dos Santos relatou em *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, veremos que a do gazeteiro foi muito mais sucinta, sobretudo no que se refere à encamisada e ao teatro de corte.

Só em novembro foram narradas as festas magníficas realizadas a 12 de outubro “para perpétua memória” do consórcio de D. Maria Teresa com o infante D. Pedro Carlos, começando pelo palco privilegiado dos festejos, a Praça do Curro, erguida graças à diligência do intendente geral da polícia, Paulo Fernandes Viana:

No Campo de Santana, imediato à cidade, em um curro admirável pelo seu tamanho, elegância e cômodo, e que pelo assíduo zelo do respeitável e digno magistrado que preside à polícia, foi feito de propósito para as festas sem despesa de pessoa alguma, e em um tempo incrível pela brevidade, atendendo à vastidão da obra, nesse curro, digo, se apresentou gratuitamente por sete tardes sucessivas a seis ou sete mil espectadores que a praça encerrava, o vistoso entretenimento de touros e cavalhadas, findando a última tarde com a noite da iluminação, que em um momento tornou aquele lugar verdadeiramente delicioso.

Uma nota completava a descrição da Praça do Curro, que tinha 348 cama-

rotes e era adornada em vários pontos com figuras simbólicas: o Himeneu e a América, pirâmides, vasos e troféus, as armas portuguesas, as musas, a Justiça e a Fama. O camarim da família real estava virado para a Igreja de Santa Ana e dispunha de todas as comodidades.

O redator elogiou as cavalhadas, realçando “a variedade e boa escolha das cores dos seus vestidos, a muita riqueza e gosto com que eram acabados, e a formosura e adorno dos cavalos, asseio dos serventes etc.”. Apontou ainda a harmonia da música que, com sua cadência, marcava as danças que acompanhavam os carros ricamente enfeitados:

Os carros e danças eram os seguintes: carro da América, que serve de aguar a Praça do Curro, oferecido pelos negociantes de varejo e boticários; carro representando o império da China com dança própria, oferecido pelos negociantes de ouro e prata e relojoeiros; outro da Imortalidade com dança denominada “Heróis portugueses”, oferecido pelos negociantes de molhados e lojas de louças; outro que significa as ilhas do mar do Pacífico com índios próprios, oferecido pelos ofícios de latoeiro, ferreiro, segeiro, caldeireiro e ferrador; carro e dança dos mouros, oferecido pelos ofícios de alfaiate, correiro, sapateiro, sirgueiro, tintureiro e lojas de couros; um dito figurando um castelo com dança denominada “Chinas mouriscos”, oferecido por dois oficiais de carpinteiro; um escaler de Voluntários Reais com dança própria, oferecido pelos oficiais de carpinteiro, pedreiro, canteiro e tanoeiro; uma dança denominada “Mouros prisioneiros”, oferecida pelos operários da fábrica de tecidos; outra dita de ciganos, denominada fandango espanhol, que entram na praça a cavalo com as mulheres de garupa; outra dita, oferecida pelos oficiais de barbeiro, denominada “Mouros”; outra oferecida por oficiais de carpinteiro denominada “Macacos”; outra oferecida por várias pessoas denominada “Voluntários prisioneiros”; outra oferecida por vários serventuários do matadouro denominada “Chinas”. Ao carro da América acompanhava de fora a dança dos índios.

Carros e danças oferecidos por negociantes e pelos ofícios existentes na cidade constituíam a parte mais importante dos festejos na Praça do Curro. Depois, desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro e, em uma noite, dirigiram-se ao Largo do Paço “fazendo o entretenimento de imenso povo que corria após eles, atraído da suavidade dos instrumentos, dos ricos adornos e iluminação”.

O intendente geral da polícia, em todas as tardes das festas, fez distribuir doces e refrescos pelos cortesãos que ocupavam os camarotes. As festas du-

raram de 12 a 21, devendo terminar com fogos de artifício, mas estes foram transferidos para a noite de 26,

para dar tempo a formar-se, como se formou, fora da praça, e com a maior brevidade, uma peça magnífica de arquitetura para iluminação e fogo, e que era rodeada de um vistoso passeio ornado de lampiões e vasos, que apresentavam uma formosa perspectiva, a que o fogo deu o maior realce.

Tratava-se de uma daquelas arquiteturas efêmeras construídas para as festas da corte na Europa do Antigo Regime. Infelizmente, não chegou até nós o desenho dessa arquitetura, mas o redator não deixou de descrevê-la:

Esta peça é um oitavado, cada uma das faces tem 48 palmos de altura, em arcadas guarnecidas em cima de balaustradas etc., e uma pirâmide elegante, rematada por um sol. No corpo que servia de base à pirâmide estavam em transparente várias quadras alusivas ao objeto (1810, n. 89).

Complemento necessário dessas festas foram os despachos e mercês feitos pelo príncipe regente D. João “à classe de homens de bem que entraram nas cavalhadas e tiveram a honra de trabalhar na real presença, assim como a outros muitos que se distinguiram no preparo do curro e de outros públicos festejos”. No final de sua descrição, o redator, que nesse ano era ainda fr. Tibúrcio José da Rocha, congratulava-se pelo fato de não se ter constatado a menor desordem na cidade, apesar da quantidade de gente pelas ruas e de tantas máscaras, carros e danças.

Outro casamento real teve lugar no Rio de Janeiro no período joanino. Em 1818, o Senado da Câmara organizou as festas pelo casamento de D. Leopoldina e D. Pedro na nova praça da cidade, capaz de reunir a nobreza e as camadas populares. Tal praça foi desenhada por Grandjean de Montigny. A obra foi dirigida pelo arquiteto Manuel da Costa e executada pelo mestre de obras públicas José Feliciano de Oliveira (n. 84):

Mandou erigir, no vastíssimo Campo de Santana, uma praça magnífica, construída com o mais apurado gosto, a fim de dar ao povo, em públicos divertimentos por seis dias sucessivos de touros e de cavalhadas interpoladamente, um dilatado teatro para ostentar seus leais sentimentos (n. 82).

O redator calculou em mais de seis mil pessoas a multidão que preenchia as

trincheiras da Praça do Curro no dia 12 de outubro, aniversário do príncipe real. Por sua vez, os nobres, vestidos de grande gala, ocupavam os camarotes:

Começou o divertimento desta tarde por um pomposo carro, onde ia sentada a América, tendo na cabeça a coroa e na mão uma bandeira em que estavam as armas do Reino Unido, símbolos muito gratos aos espectadores, que despertaram a lembrança do sempre memorável dia 16 de dezembro de 1815. Representava este carro ser conduzido por dois cavalos marinhos, guiados por Netuno e lançando água pelas ventas (1818, n. 82).

Numa *Gazeta* extraordinária, o gazeteiro resolveu aprimorar sua descrição do carro da América, talvez porque lhe tivessem fornecido mais informações. Netuno segurava seu tridente e estava numa concha de madrepérola, encimada por dois golfinhos dourados que, “com sua grande cauda”, ajudavam a ornar uma tarja com as armas reais. Também eles “lançavam água pelas ventas por meio de quatro repuxos”. Pendiam da concha grinaldas de “mimosas flores do país”. Num pedestal, estava sentada a América, ricamente vestida e com um manto real e uma coroa, sustentando numa das mãos as armas do Reino Unido e na outra, “como depondo”, a aljava, as setas e o arco. Um maquinismo oculto movimentava o carro, que parecia estar navegando nas ondas do mar – e o redator forneceu ainda os nomes daqueles que o tinham dirigido e daquele que o executara (1818, n. 11).

O carro da América fora precedido por muitos índios tocando e dançando. Em seguida, desfilou uma banda de música. Ciganos e ciganas ricamente trajados “desempenharam com muito garbo as danças espanholas sobre estrados colocados na praça”. Depois, criados da Casa Real “em grande libré” entraram conduzindo cavalos “bem ajazados e cobertos de ricos telizes”. À tarde, quatro conjuntos de cavaleiros, num total de 32, vestidos de cores diferentes conforme o grupo, passaram em “vistosas escaramuças e torneios”.

Como sempre, os festejos terminaram à noite, no Real Teatro de São João. Representou-se um “elogio dramático” alusivo ao evento (com várias peças musicais cantadas pelo coro), viram-se “em transparente” os retratos de D. Leopoldina e D. Pedro e seguiu-se o drama *Camila* (com música de Paer). Depois, no fim do segundo ato, uma dança intitulada “Vênus e Adonis” encerrou o espetáculo.

Essas festas prolongavam-se por dias, com a repetição de alguns elementos e o acréscimo de outros. No dia 13 de outubro, o carro da América foi seguido por quatro carros oferecidos por vários grupos profissionais. Daquele apresentado pelo corpo de comércio “desceram vários máscaras no traje de antigos

portugueses, com capacetes, lança e escudo”. Vestiam calça e colete de cetim branco bordado a ouro, e “uns tinham capas de cetim gredelim, outros amarelas, todas bordadas de prata”, e com estas roupas apresentaram várias danças. Gredelim era a “cor da flor de linho”, segundo Antônio de Moraes Silva.

O corpo do comércio ofereceu um “carro de triunfo à romana” e apresentou vários quadros emoldurados com as iniciais do rei e do príncipe e princesa reais. Duas figuras douradas representavam D. Afonso Henriques e D. Manuel. Essa “brilhante peça de arquitetura” foi executada por Luís Xavier Pereira, maquinista do Real Teatro de São João; os diretores foram José Alves da Costa Basto Portugal e Antônio José Airosa. O primeiro era um negociante que, pouco tempo depois, teve sua falência decretada.

O carro dos ourives representava o triunfo do Rio de Janeiro e conduzia 16 dançarinos e oito músicos, vestindo-se os primeiros “à trágica asiática”, com gibões de veludo carmesim bordados de ouro, jaleco de cetim amarelo, calças azul claro também bordadas e turbante dessa cor. Executaram uma dança “tendo nas mãos faixas de seda azuis e amarelas e acompanhando a música com a harmonia dos pratos”. Na frente do carro, aparecia uma carranca asiática “com longos bigodes e um turbante”. Nele, erguia-se um palacete fingindo mármore em cujos quatro cantos foram colocadas as quatro partes do mundo aonde chegara a dominação da Coroa portuguesa, com versos alusivos a cada uma delas. A figura do Rio de Janeiro, sentada, lançava água de uma urna. Os nomes dos responsáveis por esse “aparatoso carro” também foram divulgados.

No carro dos marceneiros iam 16 máscaras “vestidos à curlandesa”, com calças e vestes de cetim branco bordadas de ouro, jaqueta vermelha bordada de prata e debruada de pelúcia preta, gorro também debruado, plumas brancas e um cinto verde bordado de ouro. Carregavam bandeiras, umas com as armas do Reino Unido e outras com as do império germânico. Descendo a praça, fincavam-nas e executavam sua dança. No carro, podiam-se ler versos dedicados a D. João VI e ao príncipe. Seus elementos decorativos iam da coroa ao clarim, às águias, aos festões de flores. O carro fora “inventado” por um tenente do Real Corpo de Engenheiros.

Finalmente, o carro alegórico figurando a barra do Rio de Janeiro, oferecido pelos alfaiates, conduzia portugueses e ninfas da cidade:

As ninfas fingiam nuas pelo vestido de meia de seda cor de carne. Um cendal descia do ombro esquerdo até meia perna direita, o qual era de seda cor de pérola, bordado e franjado de prata. Os cabelos desgrenhados como de quem sai da água, com uma grinalda de pérolas e uma flor de prata. Ao pescoço pérolas e pedras e braceletes de pérolas (1818, n. 85).

Posteriormente, o redator descreveu com mais pormenor esse carro:

Tinha por divisa o Pão de Açúcar e na sua frente uma concha, cor de madrepérola, que designava a Baía de Niterói, ou o concurso das águas dos diversos rios que descem do interior e neste lugar se abraçam com o oceano. Sobre o remate desta concha descansava a figura do Brasil, representada em um índio trajando ao uso dos indígenas, revestido porém do manto real para significar a preeminente categoria a que a liberalidade de S. M. elevara esta vastíssima porção da América (*Gazeta extraordinária*, 1818, n. 11).

Completando essa figuração, o velho Rio de Janeiro derramava água na concha, e na parte inferior desta “dois corpulentos jacarés” pareciam sustentá-la.

Retirados os carros, que eram puxados por bois, entravam os cavaleiros fazendo cortesias e seguia-se um combate de touros. Nos demais dias das festas, esses elementos repetiam-se e alternavam-se, sem nada de novo: ciganos e danças espanholas; cavaleiros e escaramuças; carros e danças. Esses seis dias e noites de festejos certamente custaram um bom dinheiro aos cofres camarários. Mas não pensemos que as festas pelos casamentos reais constituíam novidade no Rio de Janeiro. Em 1786, o vice-rei Luís de Vasconcelos organizou as festividades pelos desposórios de D. Carlota Joaquina e D. João. Pelos desenhos que constam de um manuscrito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pode-se verificar a monumentalidade dos carros alegóricos (ver Mendonça, 2001).

Longe dos olhares do público, cantou-se na Quinta da Boa Vista, ainda por ocasião do casamento de D. Leopoldina e D. Pedro, a serenata *Augurio di felicità, o sia il trionfo d'amore*, com música e letra de Marcos Portugal. No libreto, o autor escreveu que se inspirara nos versos de Metastasio.

As festas da aclamação de D. João VI em 1818 foram grandiosas, tendo os particulares colaborado com iluminações e dísticos, como se pode ver pela *Relação dos festejos que à feliz aclamação do muito alto, muito poderoso, e fidelíssimo Senhor D. João VI* (Tipografia Real, 1818), de Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, oficial da Intendência Geral da Polícia, e pela *Descrição dos emblemas alegóricos e seus epigramas com que se adornou a iluminação que na fachada das casas de sua residência apresentou ao público o coronel Antônio José da Silva Braga* (Impressão Régia, 1821).

O redator ocupou duas gazetas extraordinárias com a descrição das festas da aclamação e com a relação dos despachos por ocasião daquele evento no dia

6 de fevereiro de 1818. Na véspera, os vereadores tinham-se dirigido primeiramente à Quinta da Boa Vista e depois ao Paço da cidade, onde se encontrava a rainha, para ler o bando anunciando a celebração:

Rompia o cortejo uma guarda a cavalo do Real Corpo da Polícia. Seguia uma banda militar de música, e logo os oficiais de justiça, os almotacés e os senadores com o seu presidente, todos ricamente adornados de capas de seda preta com bandas brancas bordadas com primor. Acompanhava o numeroso estado de cavalos das reais cavalherices, soberbamente ajazados e guiados por criados da Casa Real em grande uniforme (*Gazeta extraordinária*, n. 2).

Fechavam o cortejo um destacamento de cavalaria e outra banda de música. O dia 6 começou com uma celebração religiosa (e uma missa cantada), sendo orador o fr. José de N. S. de Monserrate:

Para se celebrar a gloriosa aclamação estava destinado o Largo do Paço, onde se erguia uma suntuosa varanda, delineada pelo arquiteto João da Silva Moniz, e dirigida pelo ilustríssimo Barão do Rio Seco, hoje visconde do mesmo título. Ocupava ela toda a face do Real Paço contígua à capela. Compunha-se de 18 arcos elegantes e, no princípio do seu dilatado plano, se fabricou um corpo de vistosa arquitetura, em que havia uma escada, que servia para subir a nobreza e pessoas distintas que deviam concorrer aquela soleníssima ação. No meio da dilatada frontaria se notava um elevado pórtico que avançava para a praça, sustentado por colunas, entre os pedestais das quais e das outras que compunham a varanda, corria uma artificiosa balaustrada. No remate do balcão estavam pintadas as armas reais, e por cima destas a figura da Fama. A parte interior era guarnecida de veludo e damasco carmesim com franjas e galões de ouro. Entre as colunas, que adornavam os corpos laterais, pendiam vários gênios sustentando as reais insígnias.

Debret desenhou essa arquitetura efêmera, erguida apenas para a ocasião, em sua estampa *Vista do Largo do Paço no dia da aclamação de D. João VI*. Depois de as tropas ocuparem o largo, pelas quatro horas da tarde, D. João VI saiu de seu aposento para se dirigir à varanda, “acompanhado dos grandes títulos seculares e eclesiásticos, e dos oficiais da sua Real Casa”. Foi descrita a ordem do acompanhamento: iam adiante os porteiros da cana; seguiam-se os reis de armas, arautos e passavantes “vestidos com suas cotas de armas”; depois

os moços da Câmara e os fidalgos; após estes, os grandes da corte e títulos, os bispos e os oficiais da Casa Real. O ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o Conde de Viana, o bispo capelão-mor, o Conde de Barbacena e o Marquês de Belas também faziam parte do grupo dos acompanhantes do rei.

D. João VI vestia o manto real “todo recamado de ouro” seguro por duas presilhas de brilhantes. Mal chegou à varanda, “tangeram os ministréis, charamelas, trombetas e atabales”. Além dos personagens que ocupavam o primeiro estrado da varanda, encontravam-se num segundo estrado os representantes das várias instituições: Senado da Câmara, Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Casa da Suplicação, Conselho Supremo Militar, Real Junta do Comércio, Real Junta dos Arsenais do Exército, Junta da Bula da Cruzada, Real Erário e ainda os enviados da Universidade de Coimbra.

Depois do juramento e da aclamação, salvaram as fortalezas e navios, soltaram fogos de artifício, e a população deu vivas ao monarca. D. João VI dirigiu-se então à Capela Real, onde beijou a relíquia do Santo Lenho que lhe apresentou o capelão-mor. Seguiu-se um *Te Deum* com música de Marcos Portugal, cantada pelos músicos da Real Câmara.

Além de transcrever o decreto da criação de uma nova ordem militar (a da Conceição) e o dos privilégios concedidos aos que ocupassem cargos de governança na cidade, bem como a longa lista de despachos comemorativos, o redator procurou dar uma idéia da iluminação oferecida pela Real Junta do Comércio:

Ao longo do cais que forma a face da praça do lado do mar, se levantou um arco de triunfo de 70 palmos de largo e 60 de alto, em honra do augusto soberano. De ambos os lados havia colunas isoladas, com coroas sobrepostas que continham a cifra de S. M. (J. VI), enlaçadas entre si por grinaldas que prendiam nos pedestais que formavam a base dos grandes mastros, nos quais flutuava a bandeira do Reino Unido (*Gazeta extraordinária*, n. 4).

Colunas coríntias, estátuas de Minerva e Ceres “aludindo às Ciências e Agricultura” e baixos relevos que representavam, de um lado, o desembarque no Rio de Janeiro e a cidade entregando as chaves e, de outro, o rei “agasalhando as artes e o comércio que ao pé do seu trono lhe vinham oferecer suas homenagens”. Os escudos dos três reinos (Portugal, Brasil e Algarves), os rios Tejo e Janeiro e o dístico “Ao libertador do comércio” eram alguns dos elementos constitutivos deste arco de triunfo. Já no centro da praça, havia um obelisco de

100 palmos de altura. E esses dois monumentos, obra de Grandjean de Montigny e Debret, estiveram sempre iluminados durante as três noites dos festejos.

Por seu lado, o Senado da Câmara ofereceu ali “um soberbo templo consagrado a Minerva”, quadrado, todo de mármore branco com veios, e sustentado por 12 colunas dóricas. No centro, erguia-se a estátua da deusa “cobrindo com a sua égide o busto de Sua Majestade”. O baixo relevo da empena representava os rios principais das quatro partes do mundo, oferecendo a D. João VI os produtos da agricultura e da indústria. Uma estátua alada da Fama tocando trombeta completava o conjunto. Concluía o redator:

Fazia uma agradável sensação a vista simultânea de monumentos gregos, romanos e egípcios, que foram desempenhados pelo mesmo arquiteto. Este encanto era ainda realçado pela agradável cena que ofereciam os navios iluminados com muito gosto e profusão ao longo deste majestoso porto, cuja vista se gozava ao través mesmo das aberturas dos soberbos monumentos que havemos descrito.

Resta saber como num espaço não muito grande, o Largo do Paço, couberam um arco de triunfo, um obelisco e um templo de Minerva. Mais amplo era o Campo de Santana, também iluminado e ornamentado para a ocasião. Nos cantos de um passeio com coqueiros e amoreiras, foram construídas quatro torres e em cada uma delas “um coro de música instrumental tocava escolhidas sinfonias”. No centro, foram colocadas 16 estátuas “e uma formosa cascata artificial dentro de um belo tanque de conchas esquisitas, lançando um repuxo continuamente água a uma grande altura”. Desse centro saíam ruas “adornadas com 64 bustos e 102 agulhetas de sete luzes”. Num dos lados, foi erguido um palacete chinês e, entre este e a cascata, estavam dispostas duas alas de pirâmides com 400 luzes cada uma. Em outro lado, erigiu-se um teatro “com agradável vista de bosque”. O redator acentuava a bela iluminação da praça: lampiões de quatro luzes produziam ao todo 65 mil luzes, postas ali pela Intendência Geral da Polícia.

A cidade se embelezara para a aclamação de D. João VI, mas todas essas construções eram efêmeras e desapareciam mal a festa acabava. O que se fazia com essas arquiteturas? Seriam reaproveitadas em outras celebrações? Por enquanto, é difícil responder a essas perguntas.

O rei compareceu ao Campo de Santana ao lado da rainha, de D. Pedro e de D. Leopoldina. Do interior das torres, “se distribuíram gratuitamente em todas as três noites muitos refrescos e doces”. No palacete chinês, numa grande sala forrada de damasco e veludo carmesim, as pessoas reais tomavam refres-

co numa baixela de ouro e prata, podendo ainda descansar em três pequenos quartos preparados para elas.

No teatro erguido no Campo de Santana, os dançarinos do Real Teatro de São João apresentaram no dia 7 “uma agradável dança séria”, assistida pelo rei e seus familiares, pelos gentis-homens e veadores e pelo corpo diplomático. No dia 8, foi lançado um magnífico fogo de artifício que representava um palácio com as armas reais e as figuras da Fortaleza, da Fama e de Vulcano.

Todos esses festejos angariaram a colaboração de particulares endinheirados que iluminaram feericamente suas casas e nelas colocaram dísticos alusivos ao evento. Na relação dos festejos feita pelo oficial da Intendência da Polícia, Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, publicada e distribuída gratuitamente aos habitantes do Rio de Janeiro, encontramos os nomes daqueles que tinham decorado suas casas em homenagem a D. João VI. Ali estavam grandes negociantes: Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Manuel Guedes Pinto e Francisco José da Cunha. E também altos funcionários: Luís José de Carvalho e Melo e Luís Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça, desembargadores do Paço; Teodoro Ferreira de Aguiar, cirurgião-mor dos Exércitos; Manuel Vieira da Silva, médico já nobilitado com o título de Barão de Alvaiazere; e José Albano Fragoso, corregedor do Crime da Corte e Casa.

Já vimos que a descrição de uma dessas iluminações correu impressa, para que todos ficassem cientes do modo como Antônio José de Oliveira Braga, um notável negociante, demonstrara seu regozijo pela aclamação de D. João VI. Outros o fizeram também. O desembargador Paulo Fernandes Viana, intendente geral da polícia, mandou erigir em frente de sua casa uma grande iluminação com emblemas e inscrições descritas pelo redator da *Gazeta*. E mais: “Em todas as três noites teve este digno magistrado coro de música vocal e instrumental, que cantava o hino nacional e várias peças de música”. Em comemoração ainda pela aclamação de D. João VI, o intendente mandou soltar da cadeia 31 pessoas e dar alimentos a 239 presos que, devido à gravidade de suas culpas, não podiam ser libertados (*Gazeta* extraordinária, 1818, n. 4).

O redator também citou a iluminação de Antônio José da Silva Braga, em sua residência na Rua Direita. Toda a fachada da casa estava dividida em três quadros que tinham por molduras colunas guarnecidas de capitéis, donde saíam “uns elegantes arcos, tão bem executados que imitavam alto relevo”. Ao meio, o retrato do rei sentado no trono com o manto real, a coroa e o cetro. Aos seus pés, uma matrona representando a cidade de Braga, certamente o local da naturalidade do negociante. Os versos nos dísticos elogiavam D. João VI e o Reino Unido. Num deles lia-se: “Debaixo de tal rei, que imenso império/ se verá florescer neste hemisfério!”.

Como não podia deixar de ser, o grande negociante Amaro Velho da Silva não deixou seus créditos por mãos alheias. A iluminação por ele financiada na Rua da Glória era imponente, segundo a descrição da *Gazeta*:

Uma galeria, composta de 13 arcos com 154 palmos de comprimento e 53 de alto, era ornada com estátuas de mármore e bronze fingido em baixo relevo, com festões, e tudo desempenhado com o melhor gosto. O corpo do centro era ornado de três transparentes alegóricos, a saber: no centro o templo da Imortalidade, dentro do qual se divisavam os três gênios de Portugal, Brasil e Algarves. [...] No transparente do lado direito se via a figura da Memória no templo da Eternidade. [...] No transparente do lado esquerdo se continha a figura da América, arrancando com a mão esquerda o cocar de plumas e pondo na cabeça com a direita a coroa real. Via-se no horizonte a figura da Aurora que conduzia à direita a Razão e à esquerda a Abundância (*Gazeta* extraordinária, 1818, n. 4).

O uso de transparências era constante nessas iluminações. Eram postas velas de cera em globos e mangas de cristal por detrás delas para melhor se verem as pinturas e os versos escritos.

Outro particular teve sua iluminação divulgada na *Gazeta*. Em Mataporcos, na frente de sua casa, o comendador Joaquim José de Siqueira fez erigir um arco “de forma antiga” de uma só abertura. Escudos e lanças, as armas dos três reinos e as iniciais (cifras, como então se dizia) de D. João VI faziam a ornamentação, e tudo tinha sido idealizado e desenhado por Bouet, personagem acerca do qual nada foi encontrado. “Este arco, que foi só destinado à iluminação, continha 6.000 luzes em copos corados variadamente, que faziam realçar a arquitetura”.

O desembargador do Paço, Luís José de Carvalho e Melo, igualmente iluminou a frente de sua casa, e muitas outras luzes ainda ornavam o Rossio, o Real Erário e vários edifícios públicos, “não se havendo jamais visto tão brilhante e espontânea iluminação” – maravilhava-se o gazeteiro. De todas as festas reais realizadas no Rio de Janeiro no período joanino, a da aclamação certamente foi a mais feérica.

O nascimento de D. Maria da Glória, filha de D. Leopoldina e D. Pedro, foi devidamente noticiado, e as festas por ocasião de seu batizado foram minuciosamente descritas. Como habitualmente, o local escolhido para a celebração foi o Largo do Paço:

Apareceu logo o Real Paço rica e elegantemente ornado, assim como os

edifícios que bordam a praça, sobressaindo a Real Capela pela magnificência que ostentava, assim o seu frontespício como o interior do templo. Estava o adro coberto de ricos tapetes e a fachada ornada de seda e ouro. Na igreja admirava-se a riqueza da armação e dos ornatos e à abundante preciosidade que se notava nos altares acrescia uma pompa consagrada ao objeto, como logo à entrada, da parte do Evangelho, o elegante batistério, onde à seda e ao ouro se ajuntavam finíssimas toalhas e rendas (1819, n. 36).

O batismo foi seguido por um *Te Deum* com música de Marcos Portugal, “assim como muitas agradáveis sinfonias que se tocaram em todo o tempo que durou esta augusta cerimônia”. Finda esta, a família real dirigiu-se da Real Capela para o Paço, protegida por uma “teia” coberta de tapetes e forrada pelos lados de seda escarlate e galões de ouro; essa “teia” a separava dos populares que assistiam ao desfile, como mostrou Debret em sua estampa. O redator esmerou-se na descrição:

A vistosa iluminação que bordava a teia, o agradável som das músicas que em quatro numerosos coros tocavam o hino nacional e outras harmoniosas sinfonias, e o pomposo aparato das pessoas que concorriam, enleavam os sentidos e derramavam nos ânimos uma alegria extraordinária.

À noite, foram lançados fogos de artifício, e o gazeteiro ressaltou “o imenso concurso de povo” pelas ruas, a iluminação profusa das casas e embarcações e a presença de bandas de música.

O calendário da corte era marcado pelos 27 dias de gala e pelos 11 de “grande gala”, como se pode ver nos almanaques publicados no Rio de Janeiro. Nessas ocasiões, ocorriam várias formas de celebração. O dia 7 de março, por exemplo, era de gala por ser o da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, e cerimônias religiosas assinalavam o evento. Em 1819, na Real Capela, celebrou-se uma missa em que foi recitada uma “oração gratulatória” na qual Luís Antônio Carlos Furtado de Mendonça “mostrou a felicidade dos portugueses na salvação da preciosa vida de Sua Majestade”. No dia seguinte, o Senado da Câmara mandou celebrar outra missa na capela dos terceiros do Carmo, também com uma oração gratulatória, recitada pelo padre mestre fr. Inocêncio Antônio das Neves Portugal (1819, n. 20).

O dia 24 de junho era de grande gala por ser o do nome de D. João VI. Em 1818, à noite, a família real assistiu a uma récita no Real Teatro de São João:

Começou o espetáculo por um elogio alegórico. A cena representava o Parnaso e, rompendo-se, deixava ver um vistoso jardim, tendo de cada lado dois repuxos que lançavam água. Mais acima, no meio do teatro, de uma grande coroa de flores suspensa no ar saíam várias grinaldas, que sustentavam figuras alegóricas sobre pedestais. Debaixo da coroa havia uma coluna, sotoposta uma ara, sustentando a coluna uma flor que, abrindo-se, representava um girassol, onde apareceu o retrato de Sua Majestade. Romperam os espectadores em novos e acordes vivas. Findo o elogio, que era acompanhado de música, se representou a ópera séria *A vestal*, música do célebre Puccita, e no intervalo do 1º ao 2º ato se executou o grande baile sério pantomimo em um ato intitulado o *Prodígio da harmonia*, inventado e dirigido pelo bem conhecido Luís Lacombe. Ao aparecer o quadro final, os vivas e o ondear dos lenços fizeram uma vista encantadora (n. 51).

Assim, a comemoração do dia de grande gala assumia um caráter profano. Por vezes, incluía-se um divertimento destinado aos nobres, sendo um dos principais as corridas de touros na Praça do Curro, especialmente erguida para tal fim. O dia 22 de janeiro era de grande gala e

se dignou S. M. de assistir com a sua real família, alguns membros do corpo diplomático, grandes do reino e oficiais-mores da Casa Real, à corrida de touros que teve lugar em frente do mencionado Paço, onde se erigiram elegantes trincheiras, a que acudiu um grande número de pessoas distintas. Receberam os duelos os picadores da Real Casa, que mostraram a sua perícia e dexteridade, com grande satisfação de todos. A chuva que sobreveio inesperadamente impossibilitou acender-se o magnífico fogo de artifício, que estava preparado com o melhor gosto e abundância (1818, n. 7).

A presença da corte trouxe para a cidade os festejos por ocasião dos aniversários régios, celebrados com muito maior pompa do que anteriormente. O dia 13 de maio de 1818 começou com salvas das fortalezas e embarcações e uma parada militar pela Tropa de Linha, à qual seguiram-se os cumprimentos do corpo diplomático e o beija-mão dos vassalos. À noite, realizou-se um espetáculo oferecido gratuitamente no Real Teatro de São João. Embora no número extraordinário da *Gazeta* em que foi descrita a celebração desse aniversário de D. João VI não tivesse sido indicado o nome de quem financiara aquela récita teatral, no número seguinte foi revelada a identidade do benemérito: o coronel Fernando José de Almeida, que já por ocasião das festas da aclamação

tinha oferecido “a brilhante iluminação em frente do mesmo teatro” (*Gazeta extraordinária*, 1818, n. 8).

A sessão teatral começou com um “elogio alegórico” em que entravam Mercúrio, Amalteia, Portugal e o Brasil:

Seguiu-se o drama por música intitulado *Coriolano* com elegante cenário e rico vestuário. No intervalo do primeiro ao segundo ato se executou um baile sério pantomimo em um ato intitulado o *Prodígio da harmonia, ou o triunfo do Brasil*, inventado e dirigido pelo compositor do mesmo teatro Luís Lacombe, acompanhado de nova música, composta por Pedro Teixeira de Seixas (*Gazeta extraordinária*, n. 7).

No final desse bailado, foi apresentado um quadro de Debret, “pensionado de S. M.”, alusivo aos três eventos dos últimos meses: o casamento do príncipe real com D. Leopoldina, a aclamação de D. João VI e o aniversário do rei:

Na parte mais elevada do centro se reverenciava o retrato de Sua Majestade em pé, com o manto real e a coroa, e sob seus pés os dois gênios de Portugal e Brasil. À direita se via Júpiter em uma vistosa nuvem e da parte esquerda o retrato da rainha nossa senhora. Sustentavam o amor e o himeneu a feliz cifra das letras iniciais dos augustos nomes de Suas Altezas Reais, cujos retratos gostosamente avistavam os espectadores. Neptuno e as Graças sustentando as armas de Portugal e da Áustria estavam mais próximos ao teatro. O mar se apinhava de sereias, e a estas estavam sobrepostas ninfas com gratos emblemas.

Perante esse quadro, todos se levantaram, soltaram vivas e cantaram o hino nacional. O espetáculo tinha numerosas luzes e as pessoas estavam vestidas com grande gala. Os demais aniversários reais repetiram mais ou menos a mesma fórmula, variando apenas as óperas e os bailados. Em 1820, no aniversário da rainha, D. Carlota Joaquina, depois do hino nacional, cantou-se a ópera *A vestal*, de Puccita, e, no intervalo entre os dois atos, dançou-se o bailado *Acis e Galateia*. No mesmo ano, no aniversário de D. João VI, o espetáculo foi mais variado: tocou-se uma sinfonia, apresentou-se um “elogio dramático” intitulado *Homenagem dos poetas*, representou-se o drama *Aureliano em Palmira*, com música de Rossini, e seguiu-se um bailado entre os dois atos, *Apeles e Campaspe*. O gazeteiro acentuou que todo o vestuário e o cenário eram novos nesse espetáculo, o que deixa entender que nas demais récitas não se fazia muito esforço pela novidade da encenação (*Gazeta extraordinária*, 1820, n. 4 e 5).

Mesmo depois da partida do rei, seu aniversário continuou a ser celebrado no Rio de Janeiro com a habitual sessão teatral na presença de D. Leopoldina e D. Pedro. Representava-se um “elogio dramático” alusivo à saudade que D. João VI tinha deixado nos corações de seus súditos. Os músicos cantavam o “hino constitucional” com letra e música do príncipe regente do Brasil: “A peça por música *Pamela Nobile*, composição de Generali, foi desempenhada pela Companhia Italiana e no fim dela se fez uma elegante dança” (1821, n. 39).

Em 1822, em pleno processo de independência, o aniversário de D. João VI foi comemorado com uma ênfase especial, para mostrar que o Brasil continuava fiel ao seu monarca:

À noite dignou-se S. A. R. assistir à representação teatral com sua augusta e excelsa consorte. O teatro estava ricamente ornado e novas ordens de luzes tornavam mais encantador o espetáculo, a que concorreu imensa quantidade de pessoas de ambos os sexos e das mais distintas, ficando de fora imenso povo por não ter cabimento.

Rompeu o espetáculo pela aparição do busto de S. M. com uma legenda que dizia que seria sempre obedecido. Cantando grande parte dos atores e outras pessoas o hino constitucional, seguiu-se um elogio dramático intitulado *Fidelidade brasileira*, findo a qual se representou a peça destinada para entretenimento daquela noite, terminando todo o espetáculo com a pantomima do novo desertor francês. Os intervalos foram cheios com excelentes e escolhidas peças de música italiana, e com muitos versos alusivos à celebridade de tão fausto dia, que torna sempre cara e saudosa a memória do augusto e magnânimo monarca que colocou o Brasil no mesmo nível dos Estados livres, dando-lhe a prerrogativa de que há muito se fazia digno pela sua grandeza e opulência (n. 59).

Depois do casamento do príncipe real, o aniversário de D. Leopoldina passou a ser igualmente festejado na cidade. A 22 de janeiro de 1818, D. João VI e toda a família real, corpo diplomático, grandes do reino e oficiais maiores da Casa Real assistiram à corrida de touros que aconteceu no Largo do Paço, “onde se erigiram elegantes trincheiras”. Relatou o gazeteiro: “Receberam os duelos os picadores da Real Casa, que mostraram a sua perícia e dexteridade, com grande satisfação de todos”. Infelizmente, sobreveio uma forte chuva, o que impossibilitou os fogos de artifício preparados para a festa (n. 7).

Os festejos do aniversário da princesa não ficaram por aqui. No dia seguinte, a corrida de touros foi repetida na Quinta da Boa Vista, com um acréscimo musical:

Este divertimento foi interrompido por uma agradável dança militar, formada por muitos soldados dos Batalhões números 11 e 15, que entraram na praça com as suas numerosas bandas de música e, depois das continências, executaram com suma elegância e firmeza várias e mui bem desempenhadas evoluções, fazendo por três vezes fogo volante e, finda aquela vistossíssima cena, se repetiram as continências e se retiraram os soldados para dar lugar à continuação da corrida de touros (n. 8).

No terceiro dia dos festejos, além da repetição da corrida de touros e da dança militar, o rei e a família real desceram à Quinta, que estava toda iluminada, e assistiram às seguintes danças:

No primeiro teatro, aos boleiros dançados pelos meninos espanhóis; no carramanchão seguinte se apresentou uma bela dança de índios; no imediato a dos jardineiros; em outro o dos mouros; no último a dos portugueses. E no segundo teatro se executou uma operação grotesca e dançaram os meninos um terceto sério. Todas estas danças foram acompanhadas de vistosos fogos de artifício, que faziam daquela excelente quinta uma habitação encantada. Assistiu a estes belos espetáculos um imenso concurso de povo, a quem foi concedida a sublime honra de acompanhar a Sua Majestade.

Essa última frase destinava-se a mostrar que a festa na Quinta da Boa Vista não tinha sido apenas da corte: o povo também tivera acesso a ela. Além desses festejos em São Cristóvão, o aniversário da princesa foi celebrado com um “elogio dramático”, composto e recitado no teatro por Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, cujo texto foi publicado pela Impressão Régia em 1818.

Após o movimento constitucional, os eventos políticos passaram a dominar os festejos, como o grande baile oferecido pelos oficiais da guarnição da corte e dos corpos da Marinha a 24 de agosto de 1821, celebrando o aniversário da “regeneração política”, cuja organização foi minuciosamente descrita na *Gazeta* n. 79 desse ano. Houve também a festa pelo regresso de D. Pedro, após ele ter ido a Minas Gerais em 1822. Improvisou-se um espetáculo, a 27 de abril, no então chamado Teatro Nacional “para ver e contemplar o novo herói”:

Apenas apareceram SS. AA. RR. na sua tribuna, é inexplicável o alvoroço e regozijo com que foram recebidos e para o qual ainda mais concorreu a preparação que se havia feito no teatro. Levantado o pano da boca dele, então apareceu um quadro alegórico em que se achava pintada a sua

triumfante entrada em Vila Rica. A pessoa augusta do heróico príncipe regente, montado em um soberbo ginete, com um ramo de oliveira na mão, ocupava a parte principal e mais notável do quadro. Por um e outro lado se viam povos em ação de lhe oferecerem o maior culto de respeito, o mais rendido tributo do seu obsequioso afeto (1822, n. 52).

Espetáculos teatrais e novas formas de lazer

A construção do Real Teatro de São João em 1813 contribuiu para aumentar a oferta de espetáculos em relação àquilo que a antiga Casa da Ópera tinha capacidade para apresentar. Aliás, logo em 1809, um dos proprietários da Casa da Ópera do Rossio, Antônio Pinto dos Santos, pôs à venda sua metade no negócio por estar de partida para a Europa; no entanto, o local continuou funcionando até haver outra sala mais adequada (1809, n. 35).

O Real Teatro de São João foi inaugurado em 12 de outubro de 1813, dia do aniversário de D. Pedro. À inauguração assistiu toda a família real, e o redator fez uma descrição do edifício e dos que o freqüentaram nessa noite:

Este teatro, situado em um dos lados da mais bela praça desta corte, traçado com muito gosto e construído com magnificência, ostentava naquela noite uma pomposa perspectiva, não só pela presença já mencionada da S. A. R. e pelo imenso e luzido concurso da nobreza e das outras classes mais distintas, mas também pelo aparato de formosas decorações e pela pompa do cenário e vestuário (n. 83).

O espetáculo começou com o “drama lírico” *O juramento dos numes*, de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho. Esse drama incluía peças de música de Bernardo José de Sousa e Queirós, mestre e compositor do teatro. Nos intervalos, a apresentação de danças. No final, a encenação do *Combate do vimeiro*.

Os primeiros tempos não foram fáceis para o empresário do novo teatro, como se pode ver pelo seguinte comunicado de janeiro de 1814:

Havendo pessoas mal intencionadas que andam desacreditando a administração do Real Teatro de São João, o proprietário faz público que, abrindo este espetáculo no dia 12 de outubro do ano passado, pagou um mês adiantado a Companhia Cômica e de Dança, e que a 15 e 17 do corrente mês pagou o terceiro mês que venceu a 12, vindo por este modo a estar de contas justas com todas as pessoas que trabalham dentro dele, a saber, cômicos, cantores, dançarinos, músicos, pintores, alfaiates, comparsas, carpinteiros e porteiros etc. (n. 6).

Mais do que os problemas trabalhistas do empresário, interessa aqui ressaltar a variedade de pessoas implicadas nas produções teatrais. Os maquinistas e os pintores constituíam elementos fundamentais de qualquer representação:

Sexta-feira, 27 do corrente [janeiro] no Real Teatro de São João se há de representar a nova comédia mágica intitulada *O mágico em Valença*, peça muito galante, além das tramóias com que o ator Luís Xavier Pereira, maquinista atual do mesmo teatro, pretende mostrar a tão erudito público o seu préstimo como maquinista, e igualmente na pintura Jacomo de Argencio, arquiteto pintor do mesmo teatro (1815, n. 7).

Esse Giacomo d'Argencio, como vem registrado nos livros da polícia, era um arquiteto napolitano que chegara de Londres em julho de 1811. A seguir, uma nova menção ao maquinista do teatro, desta vez como o beneficiário de uma sessão teatral beneficente:

Sexta-feira, 19 do corrente mês, no Real Teatro de São João, a benefício de Luís Xavier Pereira, maquinista do mesmo, se há de expor em cena a comédia *O mágico em Valença*, com algumas novas transformações, os seus atos serão ornados com cantorias e danças e finda com o entremez *O bruxo por arte*, adornado também de algumas visualidades (1816, n. 4).

O repertório do teatro era variado. Cumpre sublinhar que cada récita apresentava uma grande variedade de elementos de entretenimento, como se pode constatar pelo programa do dia da inauguração, que continha um drama lírico, uma comédia e danças nos intervalos, finalizando o espetáculo com mais uma peça.

Em 1815, foi representada uma comédia inédita na corte, *Os três gêmeos*, com cenário novo, seguindo-se um elogio de gratidão, uma dança e um “gracioso entremez”. Em janeiro de 1816, veio outra comédia, *Dever e natureza*, produção de Antônio Xavier Ferreira de Azevedo, um dos autores teatrais de maior sucesso em Portugal, falecido em 1814. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, ele deixou impressas várias composições dramáticas. Em 1819, abriu a sessão teatral “um elogio alegórico acompanhado de música”, seguindo-se a “ópera séria” *Caçada de Henrique IV*, “música do célebre Puccita”, terminando com um “baile sério pantomimo” intitulado *Ulisses e Penélope*, composto pelo primeiro dançarino Augusto Toussaint. Em março de 1821, depois da eclosão do movimento constitucional, novamente subiu à cena a ópera *Caçada de Henrique IV*, “e os espectadores aproveitaram as felizes alusões que oferecia

a peça”. Logo após o movimento, em fevereiro, recitaram-se “vários versos análogos ao objeto, que foram seguidos do devido aplauso”: “Representou-se o drama que tem por título *Cenerentola*, música da composição do célebre Rossini, a que um jornalista francês chama o moderno Orfeu. No intervalo do primeiro ao segundo ato houve um elegante baile” (n. 17).

Eram comuns na época os “benefícios” aos artistas, talvez para compensar seus salários. Em 1815, anunciou-se no Real Teatro de São João o benefício de Vítor Porfírio de Borja; em 1818, foi a vez de Estela Joaquina de Moraes, e o “elogio ao público” por ela recitado foi publicado nesse mesmo ano pela Impressão Régia; em 1819, realizou-se o do compositor Paulo Rosquelas. Embora isso não seja explicitado, parte ou mesmo a totalidade da receita do espetáculo destinava-se ao beneficiado.

As récitas teatrais não estavam ao alcance de todos os bolsos. Mesmo os lugares da platéia, mais baratos do que os camarotes, implicavam uma assinatura que custava 6\$400 réis mensais, pagos sempre adiantadamente. Em 1818, anunciava-se que a nova assinatura da platéia ia da Páscoa daquele ano até o Entrudo do ano seguinte e incluía todos os espetáculos, ainda que estes fossem benefícios, “tanto da Companhia como de qualquer outra pessoa, estabelecimento, obra pia ou pública” (n. 18).

Ao que parece, o Real Teatro de São João não foi suficiente para distrair os cortesãos e a elite da cidade, pois funcionavam ainda dois teatros particulares, um no Rossio e outro na Rua de São Pedro. Os sócios do primeiro resolveram comemorar naquele espaço a vitória sobre os rebeldes de Pernambuco em 1817:

Achava-se o teatro iluminado, exterior e interiormente, e cheio de um concurso numeroso, e por ventura o maior que ali se vira. Depois de uma escolhida sinfonia, levantou-se o pano e começou o hino nacional cantado excelentemente e acompanhado pelos espectadores, que não podiam conter-se de enunciar as expressões de fidelidade que terminam aquele hino. Seguiu-se um elogio, feito e recitado por um dos sócios, findo o qual continuou o hino e se deram os costumados vivas a S. M. e à sua real família. Desempenhou-se então a *Medeia*, tragédia do célebre Longepierre, traduzida pelo insigne Francisco Manuel, e os atores se esmeraram e conseguiram retratar fielmente aquele original. A música tomou então a sua vez e, entre as escolhidas peças que se ouviram, ocuparam o primeiro lugar as belíssimas variações que executou com a maior perfeição o professor Ansaldi, músico da câmara de S. M. Concluiu-se o divertimento com o entremez da *Castanheira* com toda a sua música, o qual se representou com a mais completa satisfação de todos os espectadores (n. 56).

O outro teatro particular da Rua de São Pedro foi palco de outra manifestação de regozijo pela derrota dos rebeldes pernambucanos, seguindo mais ou menos o mesmo modelo. Depois de uma sinfonia e de um elogio alegórico composto por um sócio, “que tinha por fito mostrar que o coração dos portugueses era inabalável às sugestões do crime”, apareceu o retrato de D. João VI, cantou-se o hino e soltaram-se vivas. Representou-se ainda a comédia *Delirante por amor*, seguida de uma dança cuja música tinha sido composta por um sócio.

Essas sociedades teatrais, não apenas em ocasiões de festejos cívicos, mas também em dias normais, mantinham seu próprio repertório e seus atores. Infelizmente, suas récitas não eram habitualmente referidas pelo gazeteiro. Este mencionou, contudo, um espetáculo organizado pelo teatro particular do Rossio para festejar o aniversário de D. João VI em 1817, quando foi convidado grande número de pessoas “vestidas de gala”. Ao levantar do pano, surgiu o retrato do soberano todo iluminado. Um dos atores recitou um elogio e, após os vivas ao rei, foi representada a comédia *A mulher inimiga do seu sexo, ou o cego de chorar*: “Uma grande orquestra enchia os intervalos com excelentes peças de música, distinguindo-se dois solos, um de flauta, outro de trompa. Concluiu-se com uma dança que tinha por título a *Diligência feliz*” (n. 41).

As corridas de touros realizadas no âmbito das festas reais se destinavam aos cortesãos, e esse tipo de divertimento tornou-se mais popular graças à atuação de alguns empresários. José Inácio da Costa Florim arrematou a praça do Campo de Santana e ali anunciou, em janeiro de 1820, “um combate de touros da melhor escolha”, alugando os camarotes, sem, contudo, indicar o preço. Porém, o mau tempo, por ser época de chuvas, impediu que a corrida se realizasse. Em abril do mesmo ano, uma companhia inglesa de cavaleiros anunciava que iria apresentar-se na Praça do Curro, “permitindo o tempo” (1820, n. 3, 5 e 27). Esta era provavelmente a companhia dirigida por Guilherme Southby, que já atuava no Campo de Santana desde 1818.

Não há notícia da realização de concertos no Rio de Janeiro antes da chegada da corte, mas em 1809 Madama d’Aunay, “cômica cantora” recém-chegada de Londres e que sempre atuara no teatros de Paris, avisava:

Pretende dar um concerto de música vocal e instrumental na casa n. 28, na praia de D. Manuel no dia 14 do corrente outubro. Nele cantarão ela e a senhora Joaquina Lapinha a mais bem escolhida música dos melhores autores, e tocarão os senhores Lansaldi e Lami concertos de rebecca e executar-se-ão em grande orquestra as melhores overtureas de Mozart. Vendem-se bilhetes em sua casa, n. 8, Rua de São José, a preço de 4\$000 réis (n. 113).

Nessa época, a demonstração de maquinismos sofisticados constituía um divertimento para quem pudesse pagar o preço da entrada no local da apresentação, ou então o deslocamento do proprietário às casas particulares. Cobravam-se 240 réis para ver, numa sala por cima de uma casa de pasto, uma peça “de grande gosto”, segundo a descrição:

Esta peça tem relógio de sala e um realejo com uma grande máquina de figuras, as quais manobram debaixo de compasso de música, e cada uma em suas ocupações, umas trabalhando em seus ofícios, e outras contradançando, outras passeando em boa harmonia de música, e um esquadrão de cavalaria (1818, n. 42).

Com o aumento da população do Rio de Janeiro e o crescente cosmopolitismo, diversificaram-se os divertimentos e surgiram pela primeira vez as competições:

Segunda-feira, 30 do corrente mês, fazem-se as carreiras na Praia do Botafogo (pela manhã, às horas que permitir a maré) por prêmio de uma taça de prata do valor de 100\$000 réis, e logo depois entrará quem quiser noutra carreira, por prêmio de uma bolsa de ouro (1814, n. 42).

Pelo menos desde 1810 encontrava-se ancorada na Baía a barca Flutuante. Os banhos de mar foram assim anunciados no ano seguinte:

No dia 13 de janeiro do presente ano se oferece ao público a Flutuante para uso de banhos, fundeada defronte do Largo do Paço, a qual é muito bem construída e com toda a comodidade, segurança e decência, havendo lugares separados para descanso, banhos de homens e senhoras. As pessoas que quiserem utilizar-se daqueles banhos acharão embarcação gratuita e pronta a conduzi-los a qualquer ocasião até às 10 horas da noite, a qual se achará nas escadas adiante do chafariz. O tempo do banho será de meia hora pelo preço de 320 réis. As pessoas que quiserem receber bilhetes mensais pelo preço de 8\$000 réis dirigir-se-ão à casa de Francisco José Moreira de Carvalho, na Rua da Quitanda, n. 40 (1811, n. 1).

Um mês depois, foi colocado mais um escaler para serviço da Flutuante no cais de Brás de Pina, em frente à Rua dos Pescadores, e à noite os dois escaleres saíam do Largo do Paço. Esse anúncio significa que os banhos de mar obtiveram sucesso entre a população, talvez por influência dos reinóis recém-chegados.

Como se viu acima, a duração do banho era curta, porque tal atividade era encarada não só como lazer, mas também como benéfica à saúde, desde que limitada. No ano seguinte, algumas melhorias foram acrescentadas:

No 1º de outubro próximo achar-se-á a Flutuante dos banhos fundeada defronte do Largo do Paço para uso do público desta corte. Os camarotes e tanques foram aumentados e se acham com todas as comodidades, tendo salas de espera e tanques separados, assim para homens como para senhoras, e igualmente tanques separados em que poderão entrar homens casados juntamente com suas mulheres, o que terá lugar tão somente por bilhetes de assinatura, não se admitindo casais de outra maneira. Os escaleres estarão prontos desde que amanhecer até às 10 horas da noite, um no cais do Largo do Paço e outro no cais novo da ponte do Arsenal da Marinha. O preço de cada banho será de 200 réis por pessoa, e querendo entrar duas juntamente pagarão 320 réis e os bilhetes da assinatura serão pelo mesmo preço (1812, n. 76).

O preço foi variando ao sabor da maior ou menor procura pelos banhos. Em 1813, era 240 réis por pessoa e, em 1815, baixou para 160 réis.

Alguns espaços públicos, como os botequins, tornaram-se lugares de lazer, mais virados para a distração com jogo de gamão ou bilhar do que para a alimentação.

Procissões e outras expressões de religiosidade

Além das quatro festas religiosas principais, das quais a mais imponente era a do Corpo de Deus, realizavam-se na cidade outras celebrações religiosas, devidamente anunciadas na *Gazeta*:

Em 21 do corrente mês, à noite, se pretende fazer a trasladação do glorioso Santo Antônio Pobre, que se acha na capela da Lampadosa, para a sua nova capela, sita na Rua de São Lourenço, ao pé da chácara dos inválidos, indo também São Lourenço, fazendo-se para este fim uma procissão com toda a pompa e solenidade (1811, n. 101).

Quanto às formas de religiosidade doméstica, a mais freqüente era a posse de oratórios em casa, mas para se poder dizer missa ali era necessária a autorização do bispo. Assim se compreende que em 1811 estivesse à venda “um oratório com todos os seus pertences para a celebração do santo sacrifício da missa”. Outros oratórios, sem essa função, não estariam equipados com tão

grande quantidade de alfaias religiosas, mas todos eram em geral ricos, como um posto à venda: era “magnífico, dourado e circulado por dentro de pedras grisolitas, e juntamente com suas pirâmides pelos lados, também douradas” (1810, n. 32; 1811, n. 12).

Nas esquinas das ruas centrais do Rio de Janeiro, abriam-se nichos para imagens que eram objeto de devoção por quem passava – as ave-marias, por exemplo –, quando as pessoas se reuniam em frente a elas para rezar. Algumas imagens eram ricamente adornadas, mas a devoção não impedia o furto de adereços. Na *Gazeta*, encontramos eco de tal prática:

Em o dia domingo, 10 do corrente outubro, tendo-se guarnecido a imagem de Nossa Senhora dos Enfermos, que se colocou no canto da Rua do Rosário, faltou da mesma imagem um fio de pérolas finas, que terá de 900 a 1.000. Quem tiver notícia dele e o queira entregar, procure na Rua dos Ourives a casa de D. Águeda Maria Francisca de Queirós Malheiro, que é a da esquina do mesmo oratório, que lhe dará suas alvíssaras (1819, n. 85).

O gosto pelos santinhos justificava a publicidade em torno de “dois baús cheios de estampas de santos de diversas qualidades”. Vendiam-se vestidos para imagens, paramentos “e o que mais se precisa para se celebrar missa”, bem como um “altar com todos os paramentos para uma capela particular”. Uma grande imagem de Cristo, “cravada de pedras e prata”, também aguardava seu comprador.

Raramente os livreiros do Rio de Janeiro ressaltavam em seus anúncios obras de devoção, mas o livreiro baiano e dono da tipografia da Bahia, Manuel Antônio da Silva Serva, em seu catálogo de livros destinados aos cariocas, incluiu 133 títulos de obras religiosas, umas dirigidas aos profissionais (padres e frades) e outras aos devotos.

Entre estes últimos, escolherei apenas dois exemplos de obras muito populares: os livros de horas e os diretórios. As *Horas da semana santa, empregadas na lição e meditação dos principais ofícios e sagrados mistérios deste santo tempo*, de fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento, continha “várias ilustrações históricas, oportunas reflexões morais e diferentes práticas de piedade para melhor inteligência, devoto exercício e espiritual proveito dos fiéis cristãos nestes grandes solenes dias”. Trata-se de uma espécie de guia ou roteiro dos devotos, que, nessa época do ano, eram obrigados a jejum mais rigoroso, oração mais freqüente, retiro mais apertado, séria meditação sobre os mistérios, assistência contínua aos ofícios divinos, participação na penitência e na eucaristia.

Quanto ao *Diretório cristão, que facilita a oração mental, o modo de ouvir a santa missa, visitar a igreja e via sacra, preparar para confessar e comungar, fazer a novena de Nossa Senhora e das Almas, e que propõe ditames breves e sólidos para alcançar a perfeição cristã*, é uma obra que apresenta temas para meditação para cada dia da semana e indica várias regras a serem seguidas pelos devotos no dia-a-dia.

Muito naturalmente, o Hospício de Nossa Senhora do Patrocínio vendia alguns livrinhos de devoção baratos, ao contrário das obras de teologia. As *Cartilhas doutriniais* custavam 200 réis; *Horas da Quaresma*, 410; *Espírito de São Francisco de Sales*, 520; *Flos Sanctorum* abreviado, 800. Já um *Flos Sactorum* in fólio, para profissionais, tinha um preço bem mais elevado: 6\$240 réis. Uma *Bíblia* de Sarmento, em 44 volumes, atingia o preço de 32\$000 réis, que certamente só podia ser pago pelo bispo ou por algum convento.

Práticas de filantropia adquiriam então um significado religioso, pois proporcionavam um caminho para a salvação da alma. Por essa razão, oferecer dotes para órfãs desprotegidas constituía uma das práticas filantrópicas mais comuns:

O capitão Francisco Duarte Monteiro, testamenteiro do falecido Manuel Mendes Salgado Guimarães, faz público que em seu poder se acham 10 dotes de 128\$837 réis cada um para órfãs, a quem devem ser conferidos pela irmandade do Divino Espírito Santo da Lapa e entregues pelo dito testamenteiro no ato em que a dita irmandade fizer casar as ditas órfãs. As que pretenderem algum dos ditos dotes devem apresentar os seus requerimentos com os competentes documentos na forma mencionada, segundo a disposição do testador (1812, n. 7).

Embora fosse a Santa Casa de Misericórdia a que mais legados recebia para o casamento das órfãs, graças a esse aviso percebemos que outras irmandades também se dedicavam a essa prática filantrópica.

Tal como a concessão de dotes para o casamento de órfãs destituídas de bens, a proteção às crianças abandonadas representava uma forma de caridade cristã propícia à salvação dos beneméritos. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro congregava aqueles que se dispunham a contribuir para a criação dos expostos. No período joanino, ela incorporou uma inovação descrita nas páginas da *Gazeta*:

O provedor e Mesa da Real Casa da Santa Misericórdia desta corte faz saber que, no dia 3 de março do corrente ano, se faz trasladação solene dos

meninos expostos desta mesma Real Casa para o depósito geral, que se acha edificado defronte da porta principal da igreja da mesma Santa Casa, com roda patente para a recepção dos mesmos expostos e pia batismal na dita igreja para os mesmos. Toda e qualquer pessoa em cuja casa forem lançar os meninos, ou que os haja de enjeitar, os fará conduzir ao sobredito lugar, onde se encontram todas as providências necessárias (1811, n. 26).

A roda permitiu o segredo desejado por quem abandonava uma criança, e a pia batismal facilitou o batismo daqueles expostos que não eram acompanhados de uma nota informando seu nome e sua condição de batizado. Na época, a preocupação era grande com este sacramento – e ninguém queria que os inocentes morressem sem ele.

Só ocasionalmente as irmandades e ordens terceiras colocavam avisos na *Gazeta*. Em 1819, a irmandade de Nossa Senhora da Penha de França, da freguesia de Irajá, anunciou que sua festa se realizaria no dia 19 de setembro; mas nenhuma outra irmandade fez aviso semelhante acerca de sua festa (1819, n. 55).

Em outros anúncios, tratava-se da venda ou do arrendamento de prédios urbanos pela Ordem Terceira da Penitência. Essa associação religiosa laica, a fim de adquirir ações do Banco do Brasil, dado que eram grandes suas despesas e dívidas, resolveu vender umas casas na Rua Direita. Para obter “uma renda certa de seus bens e livrar-se de outras pensões na administração deles”, decidiu também vender uns terrenos na Prainha e Barreira de Santo Antônio, bem como arrendar o trapiche da Prainha por três anos, “vendendo juntamente os escravos necessários para o custeio do mesmo a pagamentos”. Isso mostra como as ordens terceiras ficavam por vezes mais oneradas do que enriquecidas com os legados de seus irmãos. Alguns anos mais tarde, em 1819, a mesma Ordem Terceira da Penitência punha em arrematação a renda do trapiche da Prainha, devendo os interessados apresentarem-se com seus fiadores no consistório da ordem, onde também lhes seriam mostradas as condições do arrendamento (1812, n. 103; 1819, n. 29).

Em 1820, a Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição e a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, eretas na Igreja do Hospício, formaram uma só corporação, com o nome de Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, e esta fusão foi divulgada na *Gazeta* (1820, n. 23).

O aviso mais longo colocado à custa de uma associação religiosa laica destinava-se a angariar irmãos para uma nova ordem terceira:

Joaquim Gomes de Santa Ana, procurador geral bastante da arquiconfraria

de São Francisco de Assis, da vila da Campanha da Princesa, faz saber ao público que, por bula do Santíssimo Padre Pio VII, datada de 6 de março de 1818 (à qual Sua Majestade se dignou acordar o seu real beneplácito), a dita arquiconfraria passou a ser ereta em Ordem Terceira da Penitência dos Homens Pardos e, portanto, como em virtude do seu compromisso e régio beneplácito se acha autorizado para erigir filiais à mesma ordem, ele anunciante passa a erigir a primeira filial na Igreja de São Joaquim, na qual Sua Majestade por sua real grandeza lhe concede não só um altar, mas também a faculdade de celebrar na mesma todas as funções e misteres inerentes à mesma ordem, enquanto não se erigir igreja própria, e portanto todos aqueles fiéis que se quiserem alistar deverão comparecer na Rua da Mãe dos Homens na casa n. 22, do capitão-mor Nuno da Silva Reis, em que assiste o dito procurador geral e fundador, para ele os mandar entrar, professar e alistar na dita ordem, para que no dia que Sua Majestade aprazar assistam com as suas competentes insígnias à colocação do santo patriarca que se há de transferir da Real Capela da Boa Vista para a dita Igreja de São Joaquim. Lembra-se mais ao público que Sua Majestade por sua real grandeza com toda a real família se dignou ser protetor da dita ordem, e portanto em atenção a tão grande mercê esta filial fica desmembrada da sua cabeça e munida de todas as graças, regalias e privilégios (1819, n. 100).

Novidade no Rio de Janeiro com a chegada da corte foram as loterias em benefício de instituições, como o Real Teatro de São João. Excepcionalmente, em 1814, a irmandade de São José punha à venda com seu tesoureiro os bilhetes para a loteria que D. João lhe concedera. Porém, a extração dessa loteria não foi pacífica e, passados poucos meses, foi colocado o seguinte aviso:

O tesoureiro da loteria de São José, a fim de dissipar os boatos que algumas pessoas mal intencionadas têm espalhado, afirmando estar em grande atraso e paralisada a venda dos bilhetes, faz público que por todo o corrente mês de maio, impreterivelmente, há de ter princípio a extração dos prêmios em o novo consistório da Igreja de São José (que para esse fim já se acha pronto), se a venda dos poucos bilhetes que existem corresponder às suas esperanças (n. 38).

Em momento algum foi esclarecido quantos bilhetes tinham sido feitos para a loteria e quantos restavam para a venda. A própria Intendência Geral da Polícia se viu obrigada a pôr ordem no caos das loterias:

A loteria concedida à irmandade de São José é a primeira que se vai extrair logo que seus bilhetes estejam vendidos. Depois dela imediatamente se seguirá a do Real Teatro de São João, que já estava em venda quando aquela foi concedida, e assim se irão seguindo alternadamente até se concluírem (1814, n. 39).

Uma prejudicava a outra “por não poderem estar duas ao mesmo tempo em venda”. Além da desorganização, o próprio tesoureiro da irmandade confessou que ainda havia 2.965 bilhetes para vender, mas em junho os irmãos estavam dispostos a abrir mão da venda total. Isso realmente aconteceu, pois ficaram enalhados entre 500 e 600 bilhetes. Só em 1816 a irmandade de São José divulgou o plano de sua terceira loteria na *Gazeta*. Por ele se vê que eram sete mil os bilhetes e que o primeiro prêmio ascendia a oito contos de réis. A loteria era lucrativa, pois da quantia obtida com a venda dos bilhetes se deduzia uma percentagem para a entidade beneficiada (1814, n. 53 e 87; 1816, n. 8).

Acoplada a essa loteria fez-se outra:

Plano da loteria dos prédios que faz o padre João Bernardes Nogueira com permissão de S. M., debaixo dos números e extração da loteria da irmandade de São José, composta de 3.500 bilhetes a 4\$000 réis cada um, em lugar de 7.000 de que se compõe a de São José, por irem em cada bilhete incluídos dois números. Os prêmios serão entregues livres de sisa.

O que estava em jogo eram dez casas, assim como uma chácara e casas no Rio Comprido, que, se tivessem sido vendidas em vez de loteadas, teriam de pagar sisa (1816, n. 48). Ignoramos para que fim essa loteria foi concedida por D. João VI ao padre, mas em geral elas visavam a um objetivo específico. Quando foi permitida uma à irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Parati, destinava-se o dinheiro à obra da nova matriz da vila. Nesse caso, a concessão foi por seis anos de uma loteria anual no valor de oito contos de réis, deduzindo 12,5% para a obra (1818, n. 11).

Sabemos por Sérgio Chahon que a irmandade do Santíssimo Sacramento pediu ao príncipe regente, em data desconhecida, a concessão de oito loterias no espaço de quatro anos, de acordo com o plano anexo à petição, cuja renda seria empregada na construção de sua igreja. Mas na *Gazeta* não encontramos nenhum eco dessas loterias.¹

1. BNRJ, Ms. II – 34, 29, 14 e II – 34, 29, 21 (Chahon, 1996, capítulo 3).

Doenças e curas

Desde o começo do período colonial, as bexigas atormentaram as populações brasileiras. Várias medidas foram tomadas para evitar seu contágio, mas só no início do século XIX se começou a aplicar a vacina inventada por Jenner. O redator ressaltou todos os cuidados da Coroa com a vacinação. D. João mandou traduzir em Portugal a obra de Jenner sobre a vacina e incumbiu Teodoro Ferreira de Aguiar, seu cirurgião da Câmara, de aplicá-la na Casa dos Expostos e nos Regimentos, introduzindo-a também nas províncias do reino e nas ilhas. Em 1804, enviou a vacina para a Bahia, graças à cooperação do brigadeiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, que remeteu a Lisboa escravos “que a viessem reproduzindo na viagem, a fim de chegar em toda a sua energia”. A vacinação teve início naquela capitania e dali se espalhou para outras “e mesmo Angola”.

A vacinação na Bahia, entre 1805 e 1808, foi divulgada na *Gazeta* com os seguintes números: 1805, 2.510 vacinados; 1806, 1.416; 1807, 954; e 1808, 1.035. Em seu comentário sobre esses dados, o redator lembrou que a vacinação tinha sido adotada “por todos os povos civilizados, salvando-lhes milhares de braços para todos os empregos úteis” (1809, n. 50).

Quando D. João chegou ao Rio de Janeiro, “achou extinta a vacina e em seu lugar uma matéria que não produzia os efeitos desejados”. Mandou então vir da Bahia “o bom pus” e criou a Instituição Vacínica, entregue a seu cirurgião, Teodoro Ferreira de Aguiar. A vacinação começou pela Casa dos Expostos na Misericórdia, sob a inspeção do físico-mor do reino e do intendente geral da polícia. No *Mapa dos vacinados com a matéria que veio da Bahia, desde o dia 17 de janeiro até ao último de maio do presente ano de 1811*, vê-se o total dos inoculados: 620 do sexo masculino e 229 do feminino, sendo 143 brancos, 75 pardos, três índios e 628 negros (apêndice do n. 80, de 1811).

A vacinação não tivera mais sucesso pela “ignorância, frouxidão e preguiça com que os pais e cabeças de família se têm descuidado de fazer vacinar os filhos”, com a desculpa de que era incerto o efeito da vacina. Aqueles dados, mandados publicar pelo governo, deviam servir de incentivo a esse recurso.

A vacinação das crianças enjeitadas manteve-se ao longo dos anos e, em 1817, foi publicado o seguinte aviso:

Os administradores dos expostos da Misericórdia fazem saber às criadeiras dos mesmos expostos que forem maiores de 4 meses e que ainda não tenham tido bexigas, que os deverão levar à vacina no consistório da Igreja do Rosário nas quintas-feiras e domingos pelas 10 horas da manhã, devendo aí apresentar a guia para se mostrar que se fez a vacina, ficando

as mesmas certas que se lhe não farão pagamentos de criações e vestidos enquanto não mostrarem os expostos vacinados (n. 11).

Mais tarde, o quadro da vacinação publicado na *Gazeta* passou a fornecer dados mensais. Foi também elaborado pelo inspetor da vacina, Teodoro Ferreira de Aguiar, o *Mapa das pessoas que se têm vacinado na Casa da Câmara desde o 1º de julho de 1811 até 1819, e não se faz menção do grande número que particularmente se tem vacinado em suas casas*. Portanto, temos apenas os dados da vacinação pública durante oito anos. Resumindo o mapa, obtivemos as seguintes informações: foram vacinados nesses anos 4.198 brancos, 2.130 pardos, 29 índios e 10.902 negros, sendo muito inferior o número de pessoas do sexo feminino vacinadas – apenas 6.482 mulheres para 10.777 homens (1820, n. 59). Em dezembro de 1821, foram vacinadas 196 pessoas, entre brancos, “de cor” e pretos, numa distribuição mais equilibrada entre os sexos, sendo sempre, porém, mais numerosos os homens vacinados (1822, n. 11).

A maioria dos doentes pobres e escravos era atendida no Hospital da Misericórdia. Embora não tenhamos dados acerca das doenças que motivaram a internação, conhecemos os quantitativos daqueles que por ali passaram, pois a instituição divulgava pela *Gazeta* extratos trimestrais da receita e da despesa. Vejamos o quadro seguinte:

Doentes do Hospital da Misericórdia

Trimestre	Ano	Curados	Falecidos	Internados
3º	1813	594	115	264
4º	1813	499	130	278
1º	1814	580	79	275
2º	1814	567	109	271
3º	1814	516	114	281
4º	1814	450	92	381
1º	1815	543	85	347
3º	1815	425	80	292
4º	1815	483	113	369
1º	1816	559	118	480
4º	1816	605	133	445

Fonte: 1813, n. 82; 1814, n. 9, 35, 59 e 84; 1815, n. 6, 29 e 86; 1816, n. 7 e 31; 1817, n. 7.

Em 1819, a Santa Casa passou a fornecer dados semestrais, não mais trimestrais. Assim, no segundo semestre de 1818, tinham saído curados 1.261 doentes, morrido 293 e permanecido no hospital 361. Não é informada a capacidade, mas pelo quadro acima se constata que podiam estar internados ao mesmo tempo 480 doentes.

A Misericórdia recolhia escravos enfermos mesmo sem saber o nome de seus senhores, como se pode ver pelo seguinte aviso:

Na Real Casa da Misericórdia acham-se os pretos seguintes, ignorando-se a quem pertencem, e são: Mariana Cassange, de estatura baixa, cheia de corpo, andava com quitandas, foi achada em um buraco na Praia de D. Manuel em 30 de junho de 1811; Joaquim Cabinda, molecão de boa estatura, mal feito de pernas, foi achado na chácara do capitão Manuel Gonçalves de Carvalho e conduzido à Santa Casa com um dedo grande do pé quase podre em 30 de abril de 1813; Maria Conga, ainda rapariga, estatura alta e bem parecida, foi achada na chácara do conselheiro físico-mor do reino e conduzida à Santa Casa com moléstia de febre em 28 de junho de 1813. O referido se faz noticiar ao público para que as pessoas a quem pertençam os referidos pretos os possam procurar na mesma Real Casa da Santa Misericórdia (1814, n. 9).

Note-se que a negra Mariana estava no hospital havia mais de dois anos, sem que sua moléstia fosse especificada, embora o fato de ela ter sido encontrada num buraco da praia pudesse indicar uma perturbação mental não identificada pelos administradores.

Pela *Conta geral da receita e despesa* da Misericórdia entre julho de 1814 e julho de 1815, constata-se que não eram apenas os pobres que recebiam tratamento ali. Entre os rendimentos assinalados foi incluído o “dos enfermos curados à sua custa”, no valor de 5:024\$220 réis, quantia quase suficiente para pagar os ordenados dos médicos, cirurgiões, boticários, capelães e serventuários, com os quais se despenderam nesse ano 5:450\$923 réis (1815, n. 60).

A Ordem Terceira da Penitência de São Francisco também mantinha um hospital, mas só uma vez colocou um aviso na *Gazeta* para recrutar enfermeiros. Os candidatos deveriam ser solteiros – para morar no hospital – e irmãos da ordem (1820, n. 65) (ver Martins, 2001).

Embora houvesse quem defendesse a idéia de que os remédios preparados com as plantas medicinais locais curariam melhor do que os importados do reino, que já chegavam velhos e sem suas virtudes curativas, o comércio farmacêutico aumentou consideravelmente neste período e nem sempre eram

só os boticários a comercializar os medicamentos. Um certo Francisco José Pereira das Neves, que nada indica que tivesse botica, vendia na Rua de São Pedro “pílulas da família” que lhe eram remetidas “em diretura” da botica do Porto onde eram confeccionadas (1817, n. 1). Ignoramos para que serviam tais pílulas, mas é importante ressaltar esse tipo de importação do reino.

Um estrangeiro também entrou neste negócio, ao mesmo tempo em que na sua loja vendia vinhos e espelhos: “Imber faz saber ao público que ele tem em sua casa, Rua do Rosário, n. 60, umas garrafas do xarope anti-sifilítico de M. Boyveau Laffectur, médico químico autor deste remédio, que é bem conhecido pelo seu efeito para curar os males venéreos” (1817, n. 11).

A sífilis assustava demais a população masculina e daí a freqüência de anúncios de remédios para sua cura. Em 1818, Gadet e Jalasson vendiam “o verdadeiro arrobe anti-sifilítico”.

Objeto de constante publicidade era a “água de Inglaterra”, cujas virtudes curativas nunca eram mencionadas, como se fossem do conhecimento geral. Em 1810, a firma Pirro, Freitas e Silva tinha para vender “uma porção de água de Inglaterra da excelente composição de Antônio José de Sousa Pinto, boticário de Lisboa”. A “água” tinha sido aprovada pelo delegado do físico-mor e pelos melhores professores, era reconhecida por ser superior, transparente e incorruptível e não fazia náusea, o que estava comprovado por documentos autênticos e impressos (n. 78).

Também se vendia em 1811 “água férrea natural, examinada pelos professores e aprovada pelo físico-mor”, a qual seria adequada àqueles que sofriam de anemia. No ano seguinte, foram fornecidas mais informações sobre essa água:

No Beco dos Cachorros, n. 7, se acha de venda a água férrea ultimamente descoberta no sítio das Laranjeiras, aprovada por alguns médicos desta cidade. Chega todos os dias às 6 horas da manhã, bem acondicionada e fresca. Preço 100 réis, levando a garrafa (1812, n. 23).

No entanto, a concorrência era grande: na botica de João Luís da Silva Souto, em 1811, vendiam-se “águas férreas e hepáticas fabricadas no Laboratório Químico do Rio de Janeiro por José Caetano de Barros”; na de Antônio Pinto Cerqueira, estava à venda em 1813, de acordo com o anúncio, “a água férrea verdadeira em botijas”, dando a entender que qualquer outra era falsificada (1811, n. 74; 1813, n. 70).

Outra água era oferecida por um boticário da Bahia que a exportara para a corte. Tratava-se da “água antifebril”, de sua composição, vendida a 1\$000

réis a garrafa ordinária e a 600 réis a garrafinha. Mais tarde, importava-se da Alemanha a “água mineral de Selter”, vendida a dúzia de botijas a 1\$920, e a centena a 12\$800 réis (1813, n. 26; 1819, n. 1).

Em 1816, o redator deu grande realce a uma carta que lhe chegara de Santa Catarina anunciando a descoberta de águas termais:

De Santa Catarina escrevem que se descobriram ali caldas, 6 léguas distantes por terra, e onde se pode ir embarcado 4 léguas e meia, que foram observadas, como se vê na relação junta. Tesouro precioso para o Brasil, onde tanta falta faziam as águas termais (n. 37).

A relação mencionada apontava a temperatura das águas nos vários poços e o modo de alcançá-las a cavalo por caminhos fáceis em tempo seco, mas que pioravam em período de chuvas. O prestígio das águas termais fez com que a firma de José Luís Mendes obtivesse o privilégio exclusivo da importação e venda da água proveniente de Caldas da Rainha, em Portugal.

Além das múltiplas águas naturais ou fabricadas nas boticas que se destinavam a uma grande variedade de doenças, o rapé de uma certa fábrica francesa fazia bem, segundo a publicidade, àqueles que padeciam de “enxaqueca, perturbações de cabeça e de falta de sono” (1811, n. 68).

Apesar de uma maior vigilância da fisicatura-mor, curandeiras continuavam a divulgar seus métodos de cura na *Gazeta*. Uma certa Ana Joaquina, por exemplo, tinha uma receita “para curar a enfermidade das chagas no útero” e já a tinha posto em prática. Esse anúncio foi repetido dois anos mais tarde, desta vez com a indicação de ter “licença para curar enfermidades na madre” (1816, n. 27; 1818, n. 92).

Indivíduos que não eram médicos nem cirurgiões também divulgavam seus talentos curativos:

Joaquim José Pereira noticia saber curar hérnias no escroto com toda a perfeição sem que fique defeituoso, nem passe pelo menor risco de vida o que delas se curar, como tem verificado por este continente. Toda a pessoa que quiser se servir do seu préstimo, o pode procurar na Rua dos Ferradores na casa n. 175 (*Gazeta* extraordinária, 1809, n. 26).

Colaboradores de médicos e cirurgiões, alguns artesãos fabricavam os equipamentos necessários ao bem-estar dos doentes, como aquele que anunciava:

Pedro Crisólogo de Bastos, na Rua de São Pedro, n. 64, faz fundas elásticas que têm merecido a aceitação do ilustríssimo cirurgião-mor do reino e de toda a corporação médico-cirúrgica. Toda a pessoa de fora da terra que as precisar é bastante mandar a medida da cintura, com declaração direita ou esquerda e, sendo umbilicais, a medida da grossura da barriga na direção do embigo e o diâmetro da rotura. Acham-se também na loja de Manuel Luís de Castro no Rossio (1816, n. 32).

A morte como espetáculo

Raramente a morte surgia nas páginas da *Gazeta*, a menos que se tratasse das exéquias de algum membro da família real, de algum grande do reino ou de um militar de prestígio – tais exéquias eram realizadas com toda a pompa na cidade. Em 1809, foi noticiada a morte de Joaquim José Ribeiro, marechal de campo inspetor dos corpos milicianos da corte. “Filho único de pais ricos”, já no tempo dos vice-reis Conde da Cunha e Marquês de Lavradio prestara importantes serviços, principalmente durante a guerra do sul. Fora governador interino da capitania do Rio Grande de São Pedro durante três anos. De regresso ao Rio de Janeiro, seu Regimento de Cavalaria Miliciana era elogiado “pelo rigor da disciplina militar que nele se via” e pela regularidade do armamento e fardamento pagos pelo então coronel à custa de sua própria fortuna. Ribeiro fora promovido e, com a chegada do príncipe regente, tornara-se marechal de campo. A longa notícia era proporcional ao mérito do falecido (1809, n. 98).

O prestígio científico justificou o necrológico de fr. José Mariano da Conceição Veloso em 1811. Este falecera de “hidropesia anasarca”, aos 69 anos, no Convento de Santo Antônio. É interessante notar que o redator não se referiu à atividade de fr. Veloso na Casa Literária do Arco do Cego, em Lisboa, nem a seu papel na divulgação científica, realçando apenas seus estudos “na vastíssima ciência da história natural”, durante mais de trinta anos, e a elaboração, “depois de imensas fadigas pelos sertões da América”, da *Flora do Rio de Janeiro*, “obra de 11 volumes em folio, onde se acham analisadas mais de 3.000 plantas, e classificadas segundo o sistema de Lineu”. Com grande otimismo, o redator anunciou que esta obra ia ser publicada (o que só ocorreu em 1825) e lembrou que o nome do frade era citado no compêndio de Willdenow, “botânico alemão e um dos mais célebres do século presente” (1811, n. 50).

A morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, vítima de uma “febre maligna”, mereceu as seguintes palavras:

Comunicar tão infausta notícia aos nossos leitores é dizer-lhes que faltou um dos mais firmes esteios da monarquia portuguesa, um dos mais ativos,

zelosos e amantes servidores do príncipe regente nosso senhor, o varão mais interessado pelo aumento e prosperidade da nação, ornado de consumada literatura e das mais amáveis virtudes sociais (1812, n. 9).

Não foi o redator, mas um médico que divulgou na *Gazeta* uma morte relevante do ponto de vista científico:

O primeiro médico graduado do Hospital Real Militar desta corte do Rio de Janeiro, Mariano José do Amaral, tendo em 21 de dezembro de 1819 mandado proceder à autópsia no cadáver do cocheiro de Sua Majestade a rainha nossa senhora, José Maria Maquinez, que com todos os sinais de uma inflamação agudíssima no baixo ventre entrara para o dito hospital às 9 horas da manhã do dia 20, em que faleceu pelas 6 horas da tarde, assistindo o mesmo facultativo e na presença de muitas pessoas que concorreram, achou terem os intestinos padecido a inflamação indicada, com diferentes pontos de supuração, e sobre todos o duodeno, donde se extraiu uma colher inteira de latão, de polegadas quase 6 e meia de comprimento e 1 e meia de largura na concha, por onde se achava presa naquele intestino, com parte do cabo saída para a cavidade abdominal. O sobredito facultativo apresenta este fato de variedade, excitando desta maneira a atenção e curiosidade do público, tanto pelo mesmo objeto ingerido e qualidade do metal, como pela demora que parece tocar em mais de um ano depois da deglutição (1812, n. 7).

Exatamente por se tratar de um *fait divers* (traduzido pelo médico como “fato de variedade”) é que mereceu a divulgação, pois não tinha sido uma causa de morte freqüente, daquelas que ocorriam todos os dias no hospital.

Como seria de esperar, a morte da rainha D. Maria I e suas exéquias ocuparam vários números da *Gazeta*. Primeiro, o falecimento foi noticiado: a rainha tinha morrido em consequência de uma “extrema debilidade”, aos 81 anos, no dia 20 de março de 1816: “Apenas se divulgou a infausta notícia, fecharam-se as secretarias e tribunais, e começaram as demonstrações de luto, atirando as fortalezas e navios do porto de 10 em 10 minutos, e estando efetivamente a meio pau as bandeiras das ditas” (n. 24).

O redator anunciou para o número seguinte uma relação das cerimônias fúnebres e descreveu o solene beija-mão e a trasladação do corpo “do seu leito para o cofre e caixões do estilo e embalsamado com aromas” no dia 21 à noite. Na manhã seguinte, foi colocado o caixão na sala do depósito e os clérigos da Capela Real oficiaram sucessivamente nos altares armados nas salas contíguas.

No dia 23, na presença do bispo, começaram o coro e o ofício de defuntos, “sendo os responsórios cantados pelos melhores músicos da Real Capela”. Depois o bispo celebrou a missa pontifical e à tarde concorreram ao Paço as comunidades religiosas, irmandades e colegiadas para a encomendação do corpo. Findas as cerimônias religiosas, foi então descrito o cerimonial com a nobreza da corte.

A procissão fúnebre desde o Paço até o Convento da Ajuda, onde D. Maria I seria enterrada, revela toda a pompa do Antigo Regime e merece ser relatada:

Às 9 e meia saiu o real corpo na seguinte ordem. Na frente da comitiva ia um corpo de cavalaria com carabinas na mão. Seguiam-se em distância de quarenta passos os porteiros da câmara de cavalo do número. Vinha depois o tenente da Real Guarda, e corregedor do Crime da Corte e Casa, e o corregedor do Crime da Corte, seguidamente a corte, formando os grandes a sua direita e os oficiais da Casa e conselheiros a esquerda, todos com capas pretas compridas, montados em cavalos cobertos de mantas pretas e alumiados pelos seus criados de libré, que levavam telizes com as suas respectivas armas. Seguiam a estes o cabido em cavalcata, presidido pelo cônego mais antigo, vigário geral deste bispado com estola preta. Próximo ao grande coche que conduzia o real corpo, vinham à direita como mordomo-mor o exmo. Marquês de Angeja, e à esquerda como reposteiro-mor o exmo. Conde de Cavaleiros, e no meio, um pouco mais atrás, o estribeiro menor, seguindo-se imediatamente o coche puxado a oito machos cobertos de mantas pretas. Este era forrado por dentro e fora de preto, e vinha coberto com um grande pano de veludo também preto. Alumiavam ao real corpo os moços da Real Câmara. Pela parte de fora vinha a Guarda Real dos tudescos, cujo capitão (o excelentíssimo Marquês de Belas) seguia o coche e à direita o excelentíssimo Conde de Belmonte como estribeiro-mor. Seguiam-se depois mais três coches puxados a seis. O primeiro levava a coroa e o cetro, o segundo era de estado e o terceiro conduzia o reverendo cura da Real Capela. Logo atrás do último coche ia o excelentíssimo tenente-general Vicente Antônio de Oliveira, encarregado do governo das armas desta corte, acompanhado dos ilustríssimos marechais de campo Luís Inácio Xavier Palmeirim, comandante da infantaria e artilharia, tendo imediatamente às suas ordens o coronel José Maria Rebelo de Andrade Vasconcelos e Sousa, e Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, comandante da cavalaria, tendo imediatamente às suas ordens o coronel Antônio Lopes de Barros. Seguia-se o Estado Maior

do Quartel General, e depois disto o Regimento de Cavalaria de Linha e a Cavalaria da Polícia em coluna com as espadas em funeral (n. 25).

A fúnebre procissão percorreu as ruas do Rio de Janeiro até a Igreja do Convento da Ajuda, onde se realizaram as últimas cerimônias de entrega do corpo. O Marquês de Aguiar lavrou um termo, depois assinado pelos grandes do reino e pela abadesa da Ajuda, em que se declarava que nos três caixões estava o corpo da rainha. Reparemos que em todos estes atos não é feita menção à presença da família real, que só é citada no ofício solene pela alma de D. Maria I, celebrado a 22 de abril na Capela Real:

Toda a capela estava ricamente enlutada, assim nas paredes como no pavimento, e alumiada por um grande número de luzes. A armação era toda nova e suntuosa. Entre o altar-mor e o corpo da igreja se elevava um soberbo mausoléu, de figura octogonal simétrica, sustentado por oito colunas, tudo revestido de veludo e ouro (n. 34).

A coroa e o cetro repousavam sobre uma “pomposa eça” e, além de inscrições, “vários emblemas e as armas reais adornavam este sublime artefato, em que a arte excedia ainda a riqueza”. Como sempre ocorria na Capela Real, a música foi composta e dirigida por Marcos Portugal.

Era a primeira vez que o Rio de Janeiro assistia às cerimônias fúnebres por uma rainha, as quais impressionaram a multidão que, ao longo das ruas, acompanhou o cortejo a caminho do Convento da Ajuda. Porém, toda a pompa do cerimonial da corte se desenrolou longe dos olhos dos moradores. Afinal, estava circunscrita aos espaços onde eles não entravam: o Paço e a Capela Real.

A morte de D. Fernando José de Portugal, Marquês de Aguiar e ministro dos Negócios do Reino, foi noticiada com a indicação da *causa mortis*: “uma extravazão de água no bofe, consequência de um anasarca”. A idade do falecido foi fornecida de maneira precisa: 64 anos, um mês e 19 dias. O elogio de sua carreira foi redigido nos termos habituais, terminando com o seguinte parágrafo:

Zeloso da glória do monarca e da prosperidade dos vassallos, sacrificou seu descanso, e até mesmo sua existência, às ponderosas ocupações, e cheio das bênçãos dos seus concidadãos, terminou a sua carreira na constante prática de todas as virtudes, assim civis como cristãs (1817, n. 9).

Honras militares lhe foram prestadas, bem como ao cardeal Calepi, núncio papal, falecido mais ou menos na mesma época. A pompa fúnebre em relação a esse morto ilustre foi descrita com mais pormenores. O corpo do “defunto purpurado”, depois de embalsamado, foi depositado por três dias em uma sala de sua residência “funebrenemente preparada”, onde se levantaram três altares nos quais eclesiásticos regulares e seculares celebraram muitas missas. Feitas as encomendações e recitado o ofício dos defuntos, “o cadáver, que já se achava dentro dos dois caixões de cedro e de chumbo, foi à noite metido num terceiro”. A pompa do cortejo fúnebre foi descrita nos seguintes termos:

[Foi] transportado pelos juizes da Nunciatura a um coche magnífico, rodeado de muitos criados a pé com tochas acesas, e seguido por outros três coches, todos a seis, e mais quatro carruagens, tudo da Casa Real, dentro das quais foram os ditos juizes e mais família nobre de Sua Eminência, e se dirigiram à Igreja de Santo Antônio, onde o defunto tinha determinado sua sepultura (1817, n. 9).

O necrológio do Conde das Galveias, em 1819, foi sóbrio. Ele morreria na Praia Grande, à noite, “de uma catarral”, e no dia seguinte o corpo foi dali transportado para a Igreja de São Francisco de Paula, onde foi sepultado “com as honras competentes” (1819, n. 21).

Quando, em fevereiro de 1822, morreu o príncipe da Beira D. João, filho de D. Leopoldina e D. Pedro, a narrativa publicada na *Gazeta* revelou as práticas habituais em uma morte na família real:

No dia 5 do corrente mês, 24 horas depois do falecimento de S. A. lhe foi feita pelo cirurgião da Real Câmara a operação da extração das vísceras para poder ser embalsamado na forma do costume, o que sendo concluído foi colocado o corpo do príncipe pelo camarista referido (D. Francisco de Sousa Coutinho) sobre o seu leito ricamente armado, sendo primeiramente ornado com os vestidos próprios e mudado o leito para a sala chamada das estátuas, na qual se achava um aparador coberto de veludo carmesim e sobre este em banquetas de prata ardiam seis velas, três de cada lado de uma cruz do mesmo metal posta no centro delas, além de quatro [ilegível] velas que em tocheiros também de prata circundavam o leito.

Nesse dia, pela 1 hora da tarde, concorreu ao Paço da Boavista toda a corte e criados da Casa vestidos de segunda gala, tribunais e mais pessoas das classes mais distintas da sociedade ao beija-mão da despedida, e para cujo fim tinham sido avisados competentemente, o qual então se

efetuou. E finda esta cerimônia o camarista de S. A. e mais fidalgos que ali se achavam acomodaram o real cadáver em um caixão forrado de seda branca, com coxim e almofadas da mesma seda e cor, e fechado que foi se introduziu em outro caixão de chumbo, que foi soldado pelas juntas da tampa, tomando-se assento anteriormente das particularidades relativas ao modo com que ia vestido e colocado.

Este mesmo caixão foi metido noutra forrado de veludo carmesim todo agalado de ouro, fechado com duas fechaduras, cujas chaves o camarista guarda do corpo entregou ao mordomo-mor. Então se colocou em o pouso preparado para isso em uma das salas do Paço rica e completamente adereçada, sendo logo coberto o caixão pelo reposteiro-mor com um pano de tela encarnado bordado a ouro, ficando desde já a velar o corpo do príncipe seis moços da câmara (suplemento ao n. 2).

A morte da camareira-mor da princesa D. Leopoldina foi inserida na *Gazeta* em 1821, numa seção já denominada “Necrologia”:

Faleceu no dia 24 do corrente mês pelas 7 horas da noite, tendo suportado sete meses uma moléstia interna, que terminou a sua carreira com um ataque de convulsões que duraram 12 horas. Em idade de 50 anos, 5 meses e 24 dias. Boa esposa, boa mãe, teve a particular satisfação de ser duas vezes encarregada por el-rei nosso senhor das honrosas comissões de acompanhar sua filha e nora em longas e penosas viagens, e havendo praticado a virtude em toda a sua vida, findou a sua existência com a tranqüilidade de alma que só ela sabe inspirar, com mágoa e saudade de todas as pessoas que conheciam suas excelentes qualidades. Por sua última vontade jaz na igreja dos religiosos de Santo Antônio, junto com as cinzas de seu muito amado esposo, o exmo. Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja memória abençoada será eternamente saudosa, unindo-se no túmulo dois consortes, a quem o amor e ainda mais a virtude apertaram com vínculos tão estreitos que a própria morte não pôde desatar (n. 8).

Este é um necrológio típico da época: fornece dados sobre a doença e o modo como a morte ocorrera, bem como o local do enterro; e ainda faz o elogio da falecida, terminando com uma frase literária sobre a reunião de marido e mulher no túmulo.

Além do sepultamento, a trasladação dos restos mortais de membros da família real mereceu lugar nas páginas da *Gazeta*. Quando o túmulo encomen-

dado para o depósito final de D. Pedro Carlos de Bourbon, infante de Espanha, sobrinho e genro de D. João VI, chegou de Portugal em 1817, organizaram-se as cerimônias para a mudança do corpo:

À noite passou S. M., acompanhado do príncipe real e do senhor infante D. Miguel, à igreja dos religiosos menores observantes e mandou abrir o sepulcro do sereníssimo senhor infante almirante general, e reconhecer a identidade do corpo ali depositado pelo regedor e chanceler da Casa da Suplicação (que havia servido de secretário de Estado de S. A. no ato do depósito) em presença dos grandes do reino (n. 26).

Feito o exame, o caixão com o corpo foi levado à igreja e colocado numa eça, começando então “as matinas e ofício de defuntos com os responsórios do célebre Portugal, cantados pelos músicos da Real Câmara e Capela, e regidos pelo mesmo insigne compositor”, Marcos Portugal, o mais célebre de sua época e que substituíra o padre José Maurício nas funções de mestre da Capela Real. No dia seguinte, o bispo celebrou a missa perante uma seleta assistência:

Este templo estava ricamente revestido de fúnebres ornatos e continha no centro o elegante mausoléu, a que estava sobreposta uma coroa dourada. Assistiram, além dos grandes do reino, oficiais da Casa Real, nobres, muitas pessoas das classes mais distintas.

O falecimento de um simples letrado, ainda que ele tivesse ocupado cargos de prestígio, era noticiado muito sobriamente, não indicando o necrológio a causa da morte, a idade do falecido, suas virtudes ou o local do enterro:

O doutor Joaquim de Amorim e Castro, desembargador do Paço, juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, ministro adjunto ao Conselho Supremo de Justiça, deputado e fiscal da Junta do Arsenal do Real Exército etc., faleceu nesta corte a 27 de fevereiro passado (1817, n. 18).

O cônsul geral da França, Maler, fez celebrar em 1820, na Igreja dos Carmelitas, por ocasião da morte do Duque de Berri, um ofício solene e uma missa a que assistiram o corpo diplomático, a corte, os principais empregados públicos, os tripulantes da corveta *La Physicienne* (comandada por Freycinet e que se encontrava ancorada no porto), o Conde de Gestas (primeiro secretário da embaixada da França) e os franceses residentes na cidade e seus arredores.

Oficiaram vários abades franceses, entre os quais Boiret, mestre do príncipe real, e Franche, professor régio de língua francesa no Rio de Janeiro. A música do ofício era da autoria de Teodoro Ciro e a da missa fora composta pelo padre José Maurício Nunes Garcia:

A eça, de bom gosto e magnificência, elevava-se à altura de 40 palmos e era composta de três altos pousos forrados de seda adamascada e galão de ouro. Acima destes estava o mausoléu coberto com um pano de veludo com galão e borlas de ouro fino. Na frente do segundo pouso estavam as armas do duque e no cimo a coroa. Tanto o adorno desta como o da igreja e dos altares eram obra de Pedro Tavares, armador da Real Capela (n. 55).

O cerimonial da morte pode ser considerado um espetáculo por toda a pompa e riqueza que o rodeavam quando se tratava de um personagem de condição social elevada ou pertencente à família real. No entanto, o espetáculo destinava-se a um grupo restrito de cortesãos e servidores do Paço. Os moradores do Rio de Janeiro só assistiam a ele quando o cortejo fúnebre desfilava pelas ruas da cidade em direção ao local do sepultamento.

População e grupos socioprofissionais

Os estrangeiros

Depois da vinda da corte e da abertura dos portos, os estrangeiros passaram a chegar ao Rio de Janeiro controlados e registrados pela Intendência Geral da Polícia e eram ocasionalmente detidos pela guarda que fazia as rondas pela cidade. O Marquês de Casa Yrujo, ministro plenipotenciário do rei da Espanha, decidiu proteger seus compatriotas e, para isso, tomou algumas medidas em dezembro de 1809. Em primeiro lugar, os espanhóis que se encontrassem no Rio de Janeiro tinham de se apresentar na Secretaria da Legação Espanhola para registrarem num livro “os seus nomes por inteiro, os lugares de onde vêm e onde moram, e as mais circunstâncias que se julgarem oportunas”. Feita essa inscrição, receberiam uma declaração de que eram vassalos do rei da Espanha, “e este papel lhes servirá de proteção e terá anexa a filiação, ou descrição de sua pessoa para evitar abusos”. Além disso, deviam colocar no chapéu “o laço espanhol”, como forma de identificação de sua nacionalidade. Quanto aos marinheiros das embarcações espanholas ou de outras nações, estes constariam de um rol depositado na Secretaria da Legação (1810, n. 3).

Todos esses cuidados com a identificação dos vassalos de um soberano amigo e aliado se destinavam a evitar que os espanhóis fossem confundidos com elementos de outras nações “por falta de algum distintivo ou documento”. Logo em seguida à publicação desse aviso pela Legação de Espanha, a Intendência Geral da Polícia resolveu esclarecer, por intermédio da *Gazeta*, quais tinham sido os espanhóis presos depois da criação da Real Guarda da Polícia. Foram cinco: um porque se encontrava às três horas da madrugada no adro da Igreja de São Francisco de Paulo; outro por suspeita de furto de mais de 600\$000 réis em dinheiro e de 20 mil cruzados em letras a um capitão de fragata; um terceiro fora preso na Prainha “por se bradar contra ele da parte d’el-rei, aparecendo o escrivão do bairro, pelo encontrar com uma faca e em desordem com uma preta, que já estava com a cabeça quebrada”; o quarto tivera uma “desordem indecente” com um servente do Hospital Real; e do quinto se tinham queixado duas mulheres, pois, enquanto conversava com uma delas, o sujeito lhes furtara 20 doblas de uma cômoda (1810, n. 6).

Se percorrermos os códices da Intendência Geral da Polícia, constataremos que, além de espanhóis, outros estrangeiros foram detidos, como um inglês – “por insultos” a uma família – e outro – por ferimentos que fizera em um

escravo de um súdito britânico (ANRJ, cód. 401). A Guarda da Polícia não prendia apenas negros e mulatos: soldados, marinheiros e estrangeiros também iam parar com freqüência na cadeia.

Os estrangeiros eram cada vez mais numerosos na cidade, como podemos ver no *Mapa dos estrangeiros, cujos nomes se acham descritos nos livros de matrícula feita pela Intendência Geral da Polícia da corte e reino do Brasil*, elaborado em 31 de julho de 1820. É certo que alguns, embora entrando pelo porto do Rio de Janeiro, dirigiram-se a outras capitanias, mas o número daqueles que permaneceram na corte e na capitania é significativo.

Nações	Chefes de família	Mães	Filhos	Filhas	Total
Inglezes	347	33	33	30	443
Franceses	308	41	36	16	401
Espanhóis	247	13	30	20	310
Russos	4	1	1	2	8
Suíços	333	267	647	501	1.748
Suecos	15	—	—	—	15
Prussianos	6	—	—	—	6
Alemães	31	2	10	2	45
Holandeses	18	1	3	2	24
Italianos	49	10	15	4	75
Americanos	9	—	—	—	9
Das capitanias	—	—	—	—	992

Fonte: BNRJ, Ms. I-31, 30, n. 95.

Esse mapa já levava em conta a colônia suíça instalada por D. João VI, com famílias inteiras de imigrantes, e, portanto, não diz respeito apenas à cidade.

O número de comerciantes ingleses era já elevado no Rio de Janeiro em finais de 1808, quando lhes foi pedido um socorro pecuniário para os habitantes de Portugal. Foram trinta os nomes registrados na lista dos donativos: uns a título individual, outros formando sociedades mercantis (1809, n. 45).

É bem conhecido o nome de John Luccock graças à obra que escreveu narrando suas viagens pelo sul do Brasil e descrevendo a cidade do Rio de Janeiro. Apesar de se dedicar ao comércio, ele raramente colocava anúncios na *Gazeta*, ao contrário de seus conterrâneos. Apenas uma vez encontramos seu nome:

Quem quiser arrendar uma casa com jardim e cavalharice situada no caminho de São Cristóvão e própria para uma família numerosa fale com João Luccock e Cia., n. 35, Rua do Ouvidor, que também tem uma traquitana quase nova com seus arreios para vender (1816, n. 31).

De qualquer modo, a *Gazeta* contribuiu para o conhecimento das atividades de muitos estrangeiros, que raramente se dedicavam a atividades agrícolas; só um genovês, hortelão e jardineiro, ofereceu seus préstimos na *Gazeta*. Eram na sua maioria artesãos especializados que logo acrescentavam a seu ofício o de comerciante das próprias obras e de outras similares:

Diogo Forsyth, de Londres, tem a honra de participar que ele tem principiado a trabalhar no seu ofício de dourador na sua loja na Rua dos Barbônios, n. 17 (em que morava o falecido marceneiro inglês Guilherme Herdman). Pela sua grande experiência no seu ofício, ele está certo de dar inteira satisfação a todos os que lhe honrarem com as suas ordens, e nada deixará de fazer para ganhar a estima e proteção do público (1820, n. 6).

A clientela desses estrangeiros não se reduziu aos moradores da cidade. Estava também espalhada pela área rural, principalmente nas fazendas e nos engenhos:

B. Baglioni, destilador, ultimamente chegado de França, onde obteve um privilégio exclusivo para o uso de um novo aparelho destilatório contínuo de sua invenção, tem a honra de prevenir aos senhores de engenho desta província que ele lhes pode fornecer os novos alambiques por meio dos quais melhorarão a qualidade das suas aguardentes a ponto de poderem rivalizar com as aguardentes das ilhas francesas e inglesas. As pessoas que fizerem uso desta nova máquina de destilar podem contar que evitarão muita perda de tempo e de combustível, assim como sobre uma maior soma de produto. Antônio Pereira Pinto, que se acha estabelecido na Fazenda da Luz, poderá dar a este respeito as instruções necessárias e certificar que o novo alambique destila mais em um dia do que dois de forma e uso ordinário até aqui em prática (1816, n. 71).

Misto de artesão e inventor, Baglioni acreditava no poder da divulgação de seu invento pela *Gazeta* e utilizou, na redação do anúncio acima, todos os argumentos para atrair compradores. É interessante que, alguns anos depois, o artesão João Batista Butay – que, numa loja de caldeireiro, dirigia a fabri-

cação de “alambiques de destilação contínua da invenção bem acreditada de Baglioni” – prevenia os senhores de engenho de que só ele fabricava aquele tipo de alambique (1820, n. 75).

Também Dupont, caldeireiro francês, aceitava encomendas de alambiques “de invenção francesa”. Custavam 480\$000 réis os que destilavam três pipas em 24 horas; porém, podiam se comprar outros mais baratos, por 300\$000 e 200\$000, embora com menor capacidade. Dupont prometia uma vantagem a seus clientes: “recebe cobre velho a preço de 160 às pessoas que lhe encomendarem alambiques” (1820, n. 72).

Berenger, marceneiro maquinista francês que chegou ao Rio em junho de 1819, vendia moinhos de mão de aço e de ferro:

Estes moinhos, ultimamente aperfeiçoados em França, com a vantagem de dar farinha muito boa (o que até então não se tinha conseguido por meio de moinhos pequenos), acrescentam o recurso de muitas obras da casa em lugar de muitas outras máquinas, que são por isto melhor supridas. Por causa da sua utilidade são geralmente empregadas em França. Podem moer todos os grãos bem como café, cacau para fazer chocolate, milho etc. Não há precisão de grande lugar para esta máquina (1820, n. 10).

Esse artesão francês podia ter começado a trabalhar como marceneiro, mas logo viu a possibilidade de comerciar vantajosamente com máquinas importadas da França. Assim, foi sua atividade de comerciante que ele anunciou na *Gazeta*, e não suas habilidades artesanais.

Nem sempre é possível identificar a nacionalidade do artesão simplesmente pelo sobrenome, uma vez que o nome era traduzido, como se constata no seguinte anúncio:

Miguel Colombie, relojoeiro, faz todas as qualidades de consertos de relógios de algibeira ou de parede, e de cima de mesa, e faz os relógios de torre seguintes: um relógio dando horas e meias horas; um dito dando horas, meias horas e quartos; um dito dando horas, meias horas, quartos e meios quartos; dito de repetição de per si. Toda a pessoa que quiser utilizar-se de seu trabalho, procure na rua detrás do Hospício entre a Vala 2 e Rua dos Ourives, n. 47. Juntamente se propõe a tomar discípulos (1815, n. 63).

Um mestre relojoeiro que aceitasse aprendizes certamente teria sucesso numa cidade onde os artesãos especializados não abundavam. Porém, contra

esse relojoeiro surgiu no ano seguinte uma queixa na *Gazeta* e por ela ficamos sabendo que era francês:

Tendo-se mandado consertar ultimamente um pequeno relógio de ouro esmaltado, com repetição, e ornado de dois círculos de brilhantes, por Mr. Miguel Colombie, relojoeiro francês, que ultimamente partiu furtivamente desta cidade, se faz saber a qualquer que, ou possa dar informações deste relógio, ou o tenha em seu poder para o entregar, que a sua dona é a exma. Senhora Condessa de Linhares, que mora no Campo de Santana, e que dará boas alvissaras à pessoa que assim o fizer (1816, n. 38).

Em 1819, João Filipe Nolin, mestre marceneiro francês, anunciava móveis por ele fabricados e sua disposição para ensinar o ofício a principiantes e mesmo a escravos (n. 3). No registro de estrangeiros, esse Jean Philippe Nolin aparece efetivamente como marceneiro; chegou ao Rio em abril de 1818. Contudo, em 1821 e 1822, ele fez viagens para Vila Rica, onde talvez encontrasse um bom mercado para seus móveis.

Jean Baptiste Richaud, que chegou à cidade em outubro de 1818, era cunheiro e em 1819 já anunciava seus serviços: “faz e amola facas, tesouras, canivetes, navalhas à prova, ferramentas de cirurgia”. Além disso, cuidava de espadas e floretes: “em suma, faz tudo quanto é de seu ofício” (n. 35).

Também procuravam atrair clientela na sede da corte os mestres cabeleiros:

Girard, cabeleiro de Sua Alteza Real a senhora D. Carlota Joaquina, Princesa do Brasil, de Sua Alteza Real a princesa de Gales e de Sua Alteza Real a Duquesa de Angoulême, penteia as senhoras na última moda de Paris e de Londres, corta o cabelo aos homens e às senhoras, faz cabeleiras de homens e de senhoras e tudo o que consiste na sua arte. Tinge com os pós de George com a última perfeição o cabelo, as sobancelhas e as suíças, sem causar dano algum à pele nem à roupa, e tem uma pomada que faz crescer e aumentar o cabelo, água maravilhosa de Mme. Martin de Paris para fazer a pele da cara branca. Assiste na Rua do Rosário, n. 11, do lado esquerdo na casa de pasto (1816, n. 18).

Em 1817, outro cabeleiro francês veio fazer concorrência a Girard na mesma rua, embora sua atividade fosse mais comercial do que artesanal:

Catelino [noutro anúncio Catelineau], cabeleiro de homens e senhoras,

e a sua consorte modista, ambos chegados de Paris, anunciam ao público que abriram loja na Rua do Rosário, n. 34, onde se acharão chapéus e todos os mais objetos necessários para enfeite das senhoras, composto tudo segundo o gosto mais moderno, toda a sorte de perfumes em essências, águas e pomadas das melhores fábricas de França. Oferece na sua loja todos os cômodos necessários e decentes para as pessoas que nela se quiserem ou pentear, ou cortar os cabelos, assim como um sortimento de flores de todas as qualidades (n. 11).

Em 1820, esse casal transferiu seu estabelecimento para a Rua do Ouvidor e nele se instalou Lacroix, cabeleireiro de renome em Paris, que trouxera consigo “um sortimento de penteados como também cabelos de todas as cores, próprios para fazer todas as obras que competem à arte de cabeleireiro”. Pouco tempo depois, no entanto, Lacroix instalou-se por conta própria na Rua da Ajuda, fazendo penteados para senhoras “da última moda”. Em 1821, o anúncio de Catelineau já não fazia menção à atividade de cabeleireiro, aparecendo apenas como mais uma loja de mercadorias francesas de luxo (1820, n. 91; 1821, n. 4). Quando D. João VI decidiu partir para Portugal, Catelineau, que então se intitulava mestre cabeleireiro da família real, iria acompanhá-lo a Lisboa e por isso avisou: “Deixa procuração e todos os seus fundos a sua mulher, que tem estado sempre à testa de seus negócios. Portanto, a sua casa de negócio não perde nada com a sua partida, e merece sempre o mesmo crédito” (1821, n. 11).

Os alfaiates, por sua vez, igualmente se desdobravam em comerciantes, como Gudin, alfaiate de Paris, que tinha roupa já pronta para vender: “vestidos de corte de veludo de diversas cores e também de pano azul bordados de ouro”, vindos na última embarcação proveniente de Londres. Já César Bouliech, alfaiate francês, fazia “vestidos à moda do mais moderno gosto de Paris” e “vestidos à amazona”, ou seja, roupa para as senhoras montarem mais facilmente a cavalo (não havia qualquer referência à venda de trajes prontos). Além de Gudin e Bouliech, o alfaiate de Paris Fregère confeccionava “ao último gosto” casacos, pantalonas, robinsões e vestidos de montar (1817, n. 29; 1818, n. 26 e 32; 1820, n. 78).

No comércio feminino, Madame Chabry confeccionava “modas e vestidos de todos os feitios por um preço módico”, ao mesmo tempo em que vendia “as modas já feitas”. Cabe notar aqui o emprego da palavra moda no plural com um significado equivalente ao de acessórios para os trajes. Em 1820, Madame Josefina Meunier, modista francesa, instalou-se na Rua do Ouvidor, onde também abriu sua loja uma concorrente inglesa, Hannah Havris. Esta, porém, não ficou muito tempo no Rio de Janeiro, pois, segundo o registro de estrangeiros,

no mesmo ano partiu. Françoise Martin, modista e costureira, tendo chegado à cidade em 1820, instalou-se igualmente na Rua do Ouvidor com uma loja onde se achavam “vestidos e chapéus já prontos do melhor feitio, corpinhos de cetim e outros enfeites para senhoras”. Mas também se encarregava de confeccionar encomendas, inclusive de vestidos de senhoras “para as funções de corte” (1820, n. 35, 39 e 97).

Um chapeleiro de Paris, Tornier, vendia na Rua de São José “chapéus redondos e armados” e exercia outra atividade, a de restaurador, fundamental numa sociedade em que as peças de vestuário de luxo custavam caro:

Limpa dragonas e canotilhos de prata e ouro grosso e fino, que as faz parecer sem diferença de novas, e se encarrega de aprontar chapéus armados, guarnecidos de galão e sem ele, que se achem usados, que com a dita prontificação não diferenciam de novos (1818, n. 88).

Também Luísa Boudet, na Rua dos Latoeiros, lavava “xales de lã de camelo e os merinos, fazendo-os como novos”. Em outras palavras, a conservação do vestuário era tão importante nesse tipo de sociedade quanto a confecção de peças novas, devido ao elevado preço que certos trajes e acessórios alcançavam. Assim, dois tintureiros de Paris, Fregère e Bernard Filho, anunciavam tingir de todas as cores panos de seda, algodão e lã, meias de seda, chapéus de palha etc. Também tiravam manchas de vestidos e mantas de lã de camelo, chales e casacas (1819, n. 33; 1820, n. 79).

Desse modo, novos tipos de artesãos surgiram no Rio de Janeiro. B. Sinobaldi preparava “toda e qualquer obra de embutido, mosaico”, além de abrir “firmas e outras coisas por engenho em pedras finas, e a buril em madeira, metal etc.”. Atividade semelhante era desenvolvida pelo suíço José Boy Delatour, “gravador e lavrante em ouro e metais”. Para facilitar o contato com o público, Delatour avisou que falava francês e inglês. Mr. Bible, “bornidor”, dava cor a toda a sorte de metais, inclusive o ouro e a prata, deixando como novos pêndulas, cobres dourados etc. (1817, n. 31; 1818, n. 1 e 94).

Dois compatriotas se uniram em sociedade para montar seu estabelecimento:

Augusto Petit, chumbeiro, fabricante de canos para chafarizes, e Camilo Deloeuvre, fundidor de toda a espécie de metais, torneiro destes e de madeira, ambos participam ao público que, tendo desempenhado certas obras de que têm sido encarregados nesta cidade há um ano, acabam de formar seu estabelecimento na Rua de São Bento, n. 25, para empreender

e fazer todas as obras concernentes à sua profissão, como bombas para os incêndios e para os engenhos de açúcar, e todas as sortes de bombas, canos para fontes e cascatas e para toda a sorte de distribuição de água nos jardins, e canos de chumbo de qualquer dimensão e peso que sejam. Fundem em bronze e em chumbo toda a sorte de obras, como sinos, torneiras, ferragens de lemes e tudo o que for concernente à fundição de qualquer metal e a chumbeiro (1818, n. 55).

Augusto Petit tem seu nome no *Registro de estrangeiros, 1808-1822*. Chegou ao Rio de Janeiro em 1817 e foi registrado como comerciante, não como fabricante. Seu estabelecimento, contudo, não deve ter tido muito sucesso, pois em maio de 1819 o francês viajou para o Chile. Também foi registrado que Charles Michel Fontaine partira no início de 1822 para Campos dos Goitacazes, talvez para ampliar o negócio que estabelecera no Rio, como podemos ver no seguinte anúncio:

M. Fontain avisa ao público que ele acaba de abrir um armazém na Rua do Rosário, n. 34, onde tem à venda músicas para relógios, relógios e outros objetos de curiosidade e pertencentes também à relojoaria. Aí tem mesmo sua fábrica de fazer músicas e de dourar metais e pôr como novos todos os objetos desta natureza (1821, n. 14).

Importadores de mercadorias francesas eram Chardon e Vigneaux. Recém-chegados de Bordéus, anunciavam aos mercadores a instalação de seu armazém na Rua da Candelária, pensando, sobretudo, na revenda dos artigos importados:

No mesmo armazém têm exposto à venda em grosso um sortimento completo, o mais variado e satisfatório, de todos os gêneros da produção do terreno e indústria francesa, o qual se achará sempre aberto todos os dias, desde as 7 da manhã até às 9 horas da noite (1816, n. 53).

Esses negociantes franceses inovaram em matéria de horário comercial, pois não há notícia de outros armazéns com um período de abertura tão longo. Certamente pensavam que a venda “em grosso” exigia maior tempo para o atendimento dos fregueses.

Já vimos a presença de estrangeiros no comércio alimentar e em outras atividades mercantis. Porém, numa área eles desempenharam um papel fundamental: na educação, fosse nas aulas particulares, montando colégios, ou

ainda como preceptores. Especialmente as mulheres eram muito procuradas, desde que não fossem protestantes:

Se alguma inglesa, irlandesa ou escocesa que seja católica romana quiser viver por algum tempo em um sítio pouco distante da Praia Grande e quase à beira-mar, tratando de três meninos menores e falando inglês com eles, pode apresentar-se na Rua dos Ourives, n. 42, do lado oriental (1814, n. 43).

Enquanto os homens colocavam seus nomes nos anúncios, as mulheres evitavam fazê-lo: “uma inglesa” com casa de educação de meninas ensinava-as a ler, escrever e contar e a falar inglês e francês, além de coser e bordar. Por sua vez, João Lourenço Toole, professor de língua inglesa, ensinava também aritmética e escrituração dobrada, pensando numa clientela ligada ao comércio (1809, n. 10 e 99).

Durante o período das guerras napoleônicas, eram raros os franceses no Brasil, em virtude das suspeitas de que pudessem ser espiões do imperador. Entretanto, um ousou apresentar-se em público, por ter recebido sua naturalização:

João Batista Hugon, oficial de Marinha, natural de Bordeaux e naturalizado português por decreto de S. A. R., que Deus guarde, de 7 de julho de 1807, se oferece a todas as pessoas civilizadas desta corte para ensinar seu idioma e hidrografia, como já teve a honra de ensinar no real colégio da cidade da Bahia (1811, n. 74).

Hugon foi registrado na Intendência Geral da Polícia em setembro de 1810 como professor de língua francesa e como francês, o que significa que não foi considerada sua naturalização para fins de registro policial. Depois da paz na Europa, os franceses recém-chegados, antes de conseguirem outro tipo de emprego, passavam em geral os primeiros tempos no Rio de Janeiro ensinando sua língua e outras disciplinas. Em 1818, Mr. Chabry dava lições de francês em sua casa todos os dias pela manhã, das oito às dez, e à tarde, das três às cinco, cobrando 10 patacas por mês. Também ia à casa dos alunos (1818, n. 26). No anúncio seguinte, percebemos que os estrangeiros procuravam emprego em qualquer área, usando para isso seu capital cultural:

Um professor francês, recentemente chegado a esta corte, se oferece ao público para dar lições de língua francesa, aritmética, geometria, trigono-

metria retilínea e esférica, de navegação e de esfera. O mesmo professor, perfeitamente instruído na cultura do café, que tem exercitado na Havana, aceitará o lugar de diretor de qualquer plantação, debaixo das condições que convier (1820, n. 27).

Mais raros eram os alemães. Só em 1820 um se ofereceu para ensinar em sua casa a tocar piano, desenhar e escrever francês e alemão. Nem sempre os que pretendiam ensinar tinham alguma preparação para isso, como um sujeito francês que alegava apenas ter recebido “uma boa educação” e que, por isso, desejava “entrar em casa de qualquer família decente como mestre de seus filhos”, cobrando um preço muito razoável (1820, n. 86 e 1). Já uma francesa mostrava ter tido experiência educacional, sendo registrada na polícia como Clementiny, professora de música:

Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõe-se a dar lições de música vocal, de harpa, de piano e de língua francesa. Desejando não deixar dúvida alguma sobre sua suficiência na arte que professa, terá a honra de dar incessantemente um concerto, no qual se fará ouvir nos ditos instrumentos, assim como no harpa-piano de nova invenção, e certamente merece a particular atenção dos amadores das belas-artes. As pessoas que desejarem empregá-la na educação das suas filhas podem dirigir-se à casa da sua residência, na Rua de São José, n. 19 (1817, n. 63).

Em 1819, foi inaugurado um colégio francês para meninas no Catete, dirigido por Madame Mallet. Nele, ensinavam-se, além da língua francesa, os “diferentes ramos de instrução convenientes à mocidade”, segundo um plano que estava à disposição dos pais (1819, n. 25). Seria a diretora Sophie Barbara Mallet, que no registro de estrangeiros aparece como mulher de Jules Antonin Mallet? Este partiu em fins de 1819 para Campos e ela o seguiu em março de 1820, o que parece indicar que o colégio no Catete foi apenas um empreendimento momentâneo.

Provavelmente dedicava-se a adultos o professor de belas-letas Vasserot, membro da Academia de Lyon. No curso que ele organizava, das seis da tarde às nove da noite, ensinava gramática francesa, retórica e literatura, embora este último termo não fosse muito corrente no Rio de Janeiro. Noutro anúncio, explicitava que fazia conhecer a seus discípulos todos os autores clássicos e que lhes explicava “pelo meio da análise a ciência que o autor tem tratado”

– uma forma meio confusa de se referir a seu método de ensino (1820, n. 91 e 104).

Esses professores estrangeiros completavam o ensino ministrado nas aulas régias e nos seminários do Rio de Janeiro, e aqueles que ensinavam de maneira mais formal, e não apenas como preceptores na casa dos alunos, necessitavam de uma licença para lecionar. O padre Tillbury, clérigo *in minoribus*, aluno e membro do Colégio Católico de Londres, lecionava de manhã e à noite pelo menos desde 1818 e mudou várias vezes o local de suas aulas. Anunciou assim o horário para o ano de 1820:

De manhã, aula de francês das 8 às 10; geografia e prática dos globos, das 10 até às 11; inglês das 11 até à 1. Há uma aula de língua portuguesa para os estrangeiros, de tarde, nas segundas, quartas e sextas, das 5 até às 7. De noite, segundas, quartas e sextas, francês das 7 até às 9 e inglês, terças, quintas e sábados às mesmas horas. O preço de cada aula é 4\$000 réis por mês e, freqüentando duas ou mais, 6\$400 (1819, n. 102).

Depois de se ter instalado na Travessa da Candelária, o padre Tillbury divulgou sua mudança, mas manteve o mesmo horário:

O padre G. P. Tillbury, professor de inglês, francês, geografia e belas-letas nesta corte por provisão do Desembargo do Paço, faz ciente ao público que as horas das suas aulas, tanto de dia como de noite, continuarão sem mudança para o ano de 1821 na Rua do Cano, n. 56 (1821, n. 1).

No ano seguinte, em março, foi aberta no seminário de São José uma aula régia de inglês, sendo seu professor o mesmo G. P. Tillbury, que se desdobrava em aulas em sua residência, mas agora só de inglês, francês e geografia, em período diurno e noturno (1822, n. 37).

Profissão mais rara tinha um austríaco, o veterinário Martinho Pretzibill, que pretendia estabelecer uma aula de veterinária com Francisco Leandro Cardoso. Ambos eram alveitares nas cavalariças reais. Pela definição do dicionário, alveitar era aquele que curava cavalos. Procurando uma clientela maior, os dois anunciaram curar toda a espécie de moléstias de cavalos, bestas e outros animais “debaixo de princípios anatômicos”. Também João Moncouet, “alveitar que estudou na Real Escola Veterinária de França, com carta passada por aquele governo e pela Faculdade de Medicina”, se oferecia para executar “toda a sorte de operações veterinárias”, curando igualmente as doenças do gado vacum e cavalariça. Apesar de sua sólida formação profissional, a necessidade

de ganhar dinheiro levava-o a anunciar: “Também tem banco para ferrar de todas as maneiras que possam desejar” – tarefa que qualquer ferrador executava (1818, n. 99 e 53). No registro de estrangeiros, ele aparece como alveitar do 1º Regimento de Cavalaria em 1818.

Os estrangeiros que desejassem exercer a medicina ou a cirurgia tinham de receber a aprovação da fisicatura-mor:

Sálvio Gafarot, médico cirúrgico, espanhol europeu de nação, tem a honra de anunciar ao público que, havendo freqüentado todos os estudos da ciência médica cirúrgica, igualmente obteve no dia 10 do corrente mês de maio a sua aprovação perante o Juízo da fisicatura-mor do Reino, em consequência do que se acha incorporado e distinguido no corpo de medicina desta corte. Qualquer pessoa que se quiser servir de seus conhecimentos o achará nas casas de sua residência, Rua da Cadeia, canto da dos Ourives, n. 31. Igualmente se oferece a assistir gratuitamente a todos aqueles que, por falta de meios, se vejam privados de poderem recompensar. Quando o queiram consultar nas suas enfermidades, poderão comparecer na casa dita às 8 e meia da manhã até às 9 e meia todos os dias (1821, n. 46).

Como seus colegas nacionais, o atendimento gratuito aos pobres foi adotado pelo espanhol no horário de menor freqüência dos doentes pagantes.

O dr. Gardner, que tinha um laboratório no seminário de São Joaquim e ali fazia conferências para um público interessado em experiências de química e física, fazia saber na *Gazeta* que continuava a “eletrizar os doentes na forma do costume”, às quartas e sábados, das nove da manhã à uma da tarde em sua residência.

Pela informação contida na *Gazeta*, o leque profissional dos estrangeiros era amplo. Embora a historiografia mencione principalmente aqueles que se dedicavam ao comércio, era grande o número de artesãos. Além disso, o papel de franceses e ingleses na educação tem de ser ressaltado, pois contribuiu para a modernização do ensino no Rio de Janeiro.

Empregados públicos: magistrados e advogados

Se é verdade que a nomeação para cargos públicos era encarada no Antigo Regime como uma mercê do soberano, também recaíam imediatamente sobre os empregados da Coroa os pedidos de donativos em época de crise. Em finais de 1808, expulsos os franceses de Portugal, a população portuguesa precisava urgentemente de uma ajuda financeira que o erário régio por si só não tinha capacidade de dar. Daí a notícia divulgada a 30 de setembro:

S. A. R. o príncipe regente nosso senhor foi servido aceitar a patriótica oferta que lhe fizeram de um mês dos seus ordenados e soldos, para ser aplicado a benefício dos portugueses que gloriosamente restauraram Portugal, todos os conselheiros e ministros de Estado, camaristas, veadores, criados e oficiais da Casa Real, guarda-roupas, a que se uniram alguns fidalgos e os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e S. A. R. ordenou que no Erário se recebessem igualmente para o mesmo fim todos os donativos que se fizessem por semelhante causa, da classe dos eclesiásticos, dos militares e a quaisquer empregados civis, havendo cuidado em que tudo seja logo remetido fiel e prontamente ao seu destino, para cujo efeito se tomarão os nomes no Erário, quando se receberem as sobreditas quantias, que depois se hão de publicar por meio da Impressão Régia, onde se hão de remeter as competentes listas (1808, n. 5).

Aqueles que tinham recebido mercês se achavam na obrigação de contribuir para as necessidades financeiras da Coroa, fossem empregados públicos, servidores do Paço, eclesiásticos ou militares. Quem não contribuísse ficava mal visto e daí o porquê das longas listas de nomes dos que tinham feito donativo e das quantias doadas. As listas surgiram na *Gazeta* durante o resto do ano de 1808 e quase todo o de 1809.

Ao publicar as listas de despachos por ocasião do aniversário do príncipe regente ou de outros eventos festivos, a *Gazeta* permitia seguir a distribuição dos cargos da magistratura: desembargadores das Relações, ouvidores e juizes de fora. Enquanto não eram nomeados para qualquer “lugar de letras”, como então se dizia, os bacharéis em leis obtinham licença para exercer a advocacia, o que numa cidade populosa como o Rio de Janeiro constituía uma atividade rentável:

O doutor Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva participa aos seus constituintes que ele, apesar de despachado para ouvidor de São João d’el-rei, continua ainda a advogar nesta corte, pois que o seu antecessor não acaba tão cedo o serviço daquele lugar. Participa igualmente que se mudou para a Travessa de São Francisco de Paula, à esquerda, indo para a Rua do Cano, no sobrado n. 10 (1821, n. 46).

Segundo o *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816*, eram 27 os advogados ligados à Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, instituição que em 1808 substituiu a Relação. Alguns desses advogados colocavam avisos na *Gazeta*, como o bacharel Sérgio de Sousa Pinto e Melo, que tinha escritório

aberto na cidade, onde atendia os clientes entre as nove da manhã e as três da tarde. Já outro, advogado da Casa da Suplicação de Lisboa, mas habilitado a advogar na corte do Rio de Janeiro, estabeleceu seu escritório na Rua da Mãe dos Homens, recebendo seus clientes das oito da manhã em diante. Marcelino José Alves Macamboa, conhecido por ter participado mais tarde dos tumultos na Praça do Comércio, em abril de 1821, era também advogado da Casa da Suplicação e, em 1819, anunciou a seus clientes ter mudado sua residência para a Rua do Ouvidor, quando, segundo o almanaque de 1816, morava na Rua dos Ferradores (1816, n. 33; 1819, n. 25; 1821, n. 47).

A criação de novas instituições administrativas aumentou o número de funcionários públicos. A Provedoria-mor da Saúde foi um exemplo; o príncipe regente fez a mercê da propriedade do ofício de escrivão dela a Tomás Luís de Gouveia em 1810. Aqueles que ocupavam cargos elevados não aparecem nas páginas da *Gazeta*, a não ser com seus comunicados em editais. Também é raro surgir o nome de algum criado do Paço, categoria diferente e assente na nobreza e no favoritismo dos membros da família real.

Como o custo de vida no Rio de Janeiro aumentou muito com a vinda de tantos reinóis e estrangeiros, nem sempre os ordenados recebidos pelo funcionalismo garantiam a sobrevivência das famílias, sendo necessário recorrer a atividades complementares:

Um benemérito oficial de Fazenda, expedito em escrita e carecido de meios de subsistir com família numerosa, deseja empregar-se durante o tempo que lhe resta livre do exercício de seu emprego como secretário particular de algum autorizado representante da nação (1816, n. 13).

Mesmo aqueles que eram pagos pelo Senado da Câmara, como Antônio de Saldanha Andrade Vasconcelos, piloto medidor da cidade, procuravam serviços extras para ganhar mais. Vasconcelos se dirigia aos fazendeiros para medir e demarcar suas fazendas “geometricamente” e para o “lançamento de rumos e conhecimento das areias superficiais dos mesmos terrenos”. Ele era piloto aprovado pela Real Academia da Marinha de Lisboa (1808, n. 30).

Alguns cargos públicos eram entregues pela Coroa mediante donativo. Quem os recebia ficava proprietário do ofício, mesmo que não pensasse exercê-lo pessoalmente. Procurava então um serventuário que lhe devia pagar a terça parte do rendimento do cargo. Assim se compreendem os seguintes anúncios: “Quem quiser arrendar o ofício de escrivão da Chancelaria da corte e cidade, fale com o proprietário, que mora na Rua de São Pedro, n. 28” (1811, n. 32); “Quem quiser entrar na serventia do ofício de escrivão da almotaçaria da corte

dirija-se a João Francisco de Aguiar, na Gamboa, n. 22, que está autorizado para esse fim” (1821, n. 44).

Entre os que pretendiam arrendar os ofícios de que eram proprietários, encontramos o célebre compositor Marcos Antônio Portugal, que jamais ocupou o cargo de escrivão da Chancelaria, de sua propriedade (1819, n. 29).

Na corte, tratava-se também do arrendamento de ofícios em outras capitânicas, sendo esses anúncios mais numerosos do que os referentes à cidade do Rio de Janeiro: a serventia do ofício de escrivão dos órfãos da vila de Porto Alegre, de tabelião na vila de São Salvador dos Campos de Goitacazes, de escrivão da Câmara e almotaçaria da vila de Santo Antônio de Sá, de porteiro da Alfândega da Bahia etc. Alguns proprietários de ofícios pretendiam vendê-los: por exemplo, o ofício de escrivão da Ouvidoria, Auditoria e Correição da Capitania do Maranhão.

Havia empregos públicos que, por sua especificidade, não eram comprados nem arrendados, como os de intérprete ou tradutor oficial, funções tão necessárias numa cidade cosmopolita e mercantil como o Rio de Janeiro:

Agostinho da Silva Hoffman faz saber a quem e onde possa pertencer que, tenho-lhe S. A. R. feito mercê do ofício de intérprete das línguas estrangeiras da visita da saúde neste porto do Rio de Janeiro, no escritório do mesmo na casa n. 5 na Praia de D. Manuel, debaixo da fé do mesmo ofício, se fazem quaisquer traduções das línguas estrangeiras da Europa para o idioma português. O mesmo intérprete não tem dúvida de ir, ou mandar fazer quaisquer interpretações em Juízo, ou fora dele, onde convier para o cômodo público (1811, n. 37).

Em 1820, foi criado o cargo de tradutor de línguas estrangeiras “com fé pública”, sendo ao mesmo estabelecidos o regulamento e as taxas a serem cobradas. Para esse ofício foi nomeado o capitão Carlos Matias Pereira, o qual anunciou na *Gazeta* que tanto os nacionais como os estrangeiros deveriam recorrer a ele para as traduções de seus papéis. Pereira atendia em seu escritório, na Rua do Alecrim, das oito da manhã às duas da tarde (1820, n. 71).

Mestres e professores

Uma inovação resultante do cosmopolitismo da cidade foi a abertura de colégios e aulas destinados a meninas de todos os grupos sociais, dado que elas tinham sido excluídas das aulas régias criadas durante o ministério pombalino. Desde 1813, uma reinol, D. Maria do Carmo da Silva e Gama, divulgou seu “colégio de educação”, no qual ensinava a “coser, bordar, marcar, fazer toucados, e cortar e

fazer vestidos e enfeites, lavar filós, fazer chapéus de palha e lavá-los e outras miudezas pertencentes a senhoras”. Ela ainda ensinava a ler, escrever e contar. No ano seguinte, repetiu o anúncio, apontando o preço módico de seu colégio e garantindo que “empenhar-se-á com toda a atividade a fim de que em pouco tempo saiam perfeitas as suas educandas” (1813, n. 92; 1814, n. 10).

Ignoramos se era reinol a senhora que abriu sua instituição de educação feminina no início de 1813, mas ela inovou ao criar um internato caro para os padrões cariocas e com regras bem definidas:

D. Catarina Jacob toma a liberdade de fazer ciente ao público que ela tem estabelecido uma academia para instrução de meninas na Rua da Lapa, defronte da exma. duquesa, em que ensinará a ler, escrever e falar as línguas portuguesa e inglesa gramaticalmente, toda a qualidade de costura e bordar, e o manejo da casa. Está esperançada que, em consequência do seu cuidado e atenção na educação, religião e moral, merecerá eternamente a proteção dos pais, parentes e pessoas que lhe confiarem esta honra. Cada menina trará cama completa, três toalhas de mão, um talher completo e copo de prata. Pagarão por cada menina 18\$000 réis por mês, sendo a quartéis adiantados. Igualmente todas as pessoas que quiserem que as suas meninas aprendam música, dança e desenho, será pago à parte. Mandarão todos os sábados os seus criados ao colégio com roupa necessária para se fazer a mudança. Igualmente as pessoas que quiserem mandarão ao sábado de tarde, ou véspera de dia santo, buscar as suas meninas, contanto que às 8 horas da noite do mesmo domingo ou dia santo se recolham ao colégio. Poderá haver modificações a respeito de famílias que, pela distância de sua habitação, lhe seja incômodo o suprir aos oito dias com roupa e alguma outra coisa, para o que fará particular ajuste. A abertura do colégio deverá ter princípio no primeiro de janeiro de 1813 (1813, n. 2).

Talvez o sistema de internato não tenha tido o sucesso que D. Catarina esperava, pois em abril do mesmo ano ela inaugurou um externato por um preço menor: 12\$000 réis mensais (as educandas pagavam um mês adiantado). Além disso, resolveu facilitar o pagamento das alunas internas, que deixava de ser aos quartéis e passou a ser mensal, o que era mais suave para os pais (1813, n. 27).

Mais informal era o ensino ministrado por Ana Maria Rosa, destinado a meninas “e mesmo negrinhas” que ali aprendiam a costurar e bordar, “e querendo até ler e escrever”. Noutro anúncio de 1814, não era dito o nome

da pessoa que ensinava as meninas, “as crias e as escravas”, a ler, escrever e contar, coser liso, bordado, engomar, fazer renda e preparar meias de seda. Porém, essa publicidade revela a preocupação com o ensino prático destinado a quem tinha de trabalhar (1814, n. 55; 1821, n. 28).

Inovação também nessa época foi a abertura de instituições mistas de ensino, pelo menos desde 1815, muito embora se note a diferença entre o ensino ministrado aos meninos e o que se destinava às meninas:

Faz-se saber ao público que na Rua da Pedreira, números 5, 6 e 7, se tem estabelecido uma casa de instrução da mocidade de um e outro sexo. Além da formação dos bons costumes (primeiro e principal cuidado de um mestre), ensina-se gramática latina e portuguesa, língua francesa e inglesa, e primeiras letras com perfeição, método fácil e breve. Em sala separada, terão as meninas uma mestra de primeiras letras e de gramática portuguesa, as que quiserem; e outra de ensinar a coser, bordar e cortar todas as roupas de senhoras etc. e se fazem também costuras de todas as qualidades. Aceitam-se também meninos a morarem na mesma casa, tudo por preços cômodos. O público verá desempenhado tudo quanto se promete, porquanto há mestres diferentes e tudo está estabelecido por ordem bem regulada (1815, n. 50).

Fica bem claro que a alfabetização das alunas era facultativa e que, no fundo, a parte feminina da instituição mais parecia um atelier de costura do que um colégio. Mais igualitária era uma escola de meninas num sobrado da Rua dos Inválidos, onde estas aprendiam a ler, escrever, contar, costurar e bordar com igual obrigatoriedade. A diferença em relação à aula dos meninos, inaugurada em 1821, era a seguinte: além das primeiras letras, eles aprendiam gramática portuguesa e latina (1821, n. 2).

A partir dos anúncios da *Gazeta*, elaboramos o seguinte quadro da instrução feminina, em que as mestras eram nacionais, além daquelas já referidas de maneira mais completa na publicidade acima transcrita:

Ano	Mestra	Local
1814	Rosa Clara de Almeida	Rua da Alfândega, 50
1815	D. Emerenciana Joaquina da Cunha	Rua do Sabão, na Cidade Nova
1817	?	Rua Nova dos Arcos
1817	?	Largo da Lapa, 24
1818	uma senhora	Rua de Matacavalos, 3
1819	?	Rua do Piolho

1819	D. Maria Ana Bartlett	Rua das Violas
1821	Ana Maria Rosa	Rua do Alecrim, 111
1821	?	Rua da Cadeia, 30

Embora tenha um sobrenome inglês, D. Maria Ana Bartlett era natural de Lisboa e propunha-se a ensinar às meninas tudo o que fosse necessário “para a educação de uma senhora”. As alunas seriam divididas em seis classes, de acordo com seu avanço nos estudos. Pena é que essa mestra não tenha explicitado o conteúdo curricular de suas aulas (1819, n. 88).

A maior parte dessas mestras ensinava trabalhos manuais que de modo algum constituíam prendas de salão, mas um instrumento para as moças ganharem a vida. Além de engomar, coser e bordar, aprendiam a fazer renda, “bordar de ouro e de matiz”, marcar e fazer meia, flores e enfeites. Tratava-se de aprendizas que colaboravam com a dona da casa na preparação de encomendas para fora. Na Rua de Matacavalos, acima referida, anunciava-se: “se faz toda a qualidade de costura de homem e de senhora, lava-se, engoma-se de pregas, lavam-se meias de seda, tudo pelos preços mais cômodos”. Com o mesmo objetivo, abriu-se a escola da Rua do Piolho, na qual custava 4 patacas aprender a ler, escrever e coser e 10 patacas bordar, fazer flores e enfeites. Ao mesmo tempo, as mestras se propunham a “fazer qualquer enfeite de senhoras, assim como qualquer costura” (1818, n. 53; 1819, n. 52).

Em 1820, um casal de professores, instalado na Rua das Mangueiras com aula de primeiras letras, dividia as tarefas de ensinar alunos e alunas. Estas, além de aprenderem a ler, escrever e contar, treinavam com a mestra “as prendas próprias de uma senhora, tais como coser, marcar, bordar, tanto de branco como de ouro e matiz”. Nessa aula, as meninas adquiriam as prendas femininas e, ao contrário da escola da Rua do Piolho, não eram preparadas para exercer uma profissão (1820, n. 104).

Já a instrução masculina era mais cuidada e variada, desde as primeiras letras aos estudos mais avançados, ministrados por reinóis habituados ao ensino em Portugal e por eclesiásticos desocupados, sem paróquia para cuidar. Em 1817, um que fora mestre no Porto ensinava a ler, escrever e contar em casas particulares, anunciando ter elaborado “uma arte de escrita” que pretendia imprimir por subscrição. Outro, que fora mestre em Minas Gerais, ensinava a escrever “o caracter de letra inglesa”, fundamentos de aritmética, lições de civilidade e de gramática portuguesa (1817, n. 5; 1818, n. 65).

Algumas instituições recebiam o pomposo nome de colégio. O reinol Jordão Reinaldo, mal chegou ao Rio com sua família, anunciou encarregar-se da direção de um colégio, onde se iria ensinar tudo que era preciso “para ser

um hábil negociante e um útil cidadão”. Meses depois, sua “casa de educação” já estava funcionando no sítio do Catumbi (1811, n. 62 e 84).

Pelo menos dois colégios recorreram às páginas da *Gazeta*, ou para pôr em destaque seu corpo docente ou divulgar seus procedimentos pedagógicos:

O diretor do Colégio Minerva desta corte, sito na rua detrás do Hospício, n. 47, anuncia ao público que, tendo de lamentar a falta do erudito, virtuoso e incansável professor de língua francesa, o reverendo vigário Manuel Fernandes Leal, por este se retirar para o benefício que S. A. R. o príncipe regente nosso senhor se dignou conferir-lhe, parece ter satisfeito aos grandes favores de que se confessa devedor ao público e ao desmedido desejo que tem de promover a pública instrução, em entregar esta aula de tanta ponderação a Monsieur Lalain, sacerdote francês de nação, emigrado no tempo de revolução, igualmente respeitável pelos seus vastos conhecimentos, retidão de costumes, pureza de religião e avançada idade. É muito provável que este professor possua a pronúncia da língua que ensina na sua maior pureza. Também sabe a língua portuguesa, circunstância muito atendível para este fim (1813, n. 27).

Em finais de 1816, anunciou-se a abertura do Colégio de Nossa Senhora e São Caetano:

Na casa de Lírio, no Catete, se vai abrir um colégio de educação pública, onde solidamente se ensinam todas as ciências com o método mais fácil, novo e em pouco tempo, e onde há as melhores conveniências para a instrução de qualquer menino bem nascido. Quem quiser utilizar-se deste bem, dirija-se à mesma casa a falar com o seu reitor, onde verá por extenso em um plano a solidez desta casa (1816, n. 89).

Infelizmente, esses planos que regulamentavam o ensino nos colégios não chegaram até nós. No ano seguinte, um daqueles meninos bem nascidos deu provas de grande capacidade de aprendizado:

O reitor do Colégio de Nossa Senhora e S. Caetano, estabelecido nas casas do capitão Manuel Moreira Lírio, no Catete, faz ciente ao público que no dia 3 do mês de março, às 4 horas da tarde, há de fazer com plena satisfação, no seu colégio, um exame público das primeiras letras, aritmética, caracter de letra inglesa debaixo de princípios e regras geométricas, e primeiros traços do desenho, conhecimentos adquiridos por um seu aluno no curto

espaço de mês e meio, em que se lhe abriu a matrícula no dito colégio, inteiramente ignorando todo o objeto do seu exame (1817, n. 18).

Esta foi a forma que o reitor encontrou para fazer publicidade de seu colégio – situado num subúrbio elegante da cidade – e angariar mais alunos, evidenciando a rapidez do aprendizado de um estudante certamente bem dotado. Este não era o único colégio dirigido a meninos bem nascidos. Outro também escolheu como destinatários os filhos da nobreza:

Joaquim Manuel de Faria, diretor do novo colégio de nobres nesta capital, anuncia que, além das antigas aulas de português, latim, francês, princípios de matemática e desenho, se abriu mais a de inglês, cujo professor assistirá no colégio para que os ilustres colegiais que o compõem mais facilmente consigam a boa pronúncia (1812, n. 5).

Em 1809, esse professor de latim e português ainda não tinha inaugurado seu colégio, mas já se apresentava como “autorizado e privilegiado por S. A. R.” e mudara-se do Beco dos Quartéis para a Rua dos Pescadores “por ser melhor rua e melhores casas”. Em 1810, já conseguira um colégio de educação “por S. A. R.” e ali tivera início uma aula de francês, “na conformidade do plano” que apresentara ao príncipe regente. O mestre dessa disciplina era o padre Manuel Leal, “bem conhecido nesta corte assim pela sua vasta erudição como rara virtude”. No ano seguinte, mudara-se para a rua detrás do Hospício, continuando a dar ali suas aulas de língua francesa (1809, n. 114; 1810, n. 59; 1811, n. 16).

Os reinóis inovaram ao inaugurar no Rio de Janeiro as aulas noturnas destinadas a adultos:

Na freguesia de Santa Rita, Beco dos Quartéis, n. 5, assiste um professor de gramática portuguesa e latina, vindo há pouco tempo de Lisboa, em cuja casa se ensina com a perfeição possível a gramática da língua portuguesa com a sua ortografia; a sua escrituração debaixo de um caracter de letra o mais perfeito; ciência de contar, debaixo de todos os preceitos matemáticos; gramática latina; filosofia racional e moral, em diferentes horas do dia. Também se tratará, em certos dias, de política e civilidade cristã. Desde as 7 horas da noite por diante estará a aula aberta só propriamente para caixeiros que, em razão das suas ocupações, não puderem concorrer de dia. O professor terá muita satisfação e honra em que os pais de família entrem bem na indagação do sistema por que o dito ensina cada uma das coisas que promete. Abre-se a aula no 1^o de julho de 1809 (1809, n. 81).

Além deste, um mestre de primeiras letras, que durante o dia ensinava em casas particulares, “das Avé Marias em diante”, recebia em sua moradia pessoas que, desejando aperfeiçoar-se, não o faziam “por causa das suas ocupações diárias” (1818, n. 68). Também havia aulas que se destinavam a profissionais, ministradas por quem ainda estava à procura de outro tipo de emprego e, por isso, não revelava seu nome:

Um sujeito aprovado em matemáticas, que explica as diferentes partes desta ciência e suas aplicações ao comércio, Marinha etc., também se propõe ensinar elementos de geografia, precedidos de uma nova teoria geral do universo, onde se explicam as causas dos três movimentos da terra, das marés, dos ventos, e de outros fenômenos ainda não explicados por princípios tão simples (1810, n. 25).

Parece ser destinado a jovens e não a meninos um curso anunciado em 1815, visto ser de curta duração e intensivo:

Um sujeito que alguns anos estudou em França se oferece a ensinar a verter, escrever e falar a língua francesa, entrando no gênio dela. O curso durará seis meses, a uma lição por dia de hora e meia. Convir-se-á na parte do dia em que a lição terá lugar. O preço é de 4\$800 réis por mês. O estudante só carece de um Telémaco e de um dicionário de francês para principiar, visto que os rudimentos da língua serão postilados. E se quiser aperfeiçoar-se em latinidade, poder-se-ão analisar os clássicos romanos, e isto sem aumento de estipêndio. Findos os seis meses, o estudante sensato, havendo trabalhado, deve verter, escrever e falar o francês a ponto de conhecê-lo as principais elegâncias. Deve também conhecer as da nossa língua, que lhes serão explicadas, e mesmo as da latina. Quem o quiser, dirija-se à Rua do Senhor dos Passos, n. 65, a assinar-se. Logo que houverem 12 estudantes, abrir-se-á o curso. Pode-se admitir maior quantidade, mas com menor curso não pode fazer-se (1815, n. 96).

Se conseguisse reunir o número de alunos suficiente, esse professor ganharia mais do que a habitual remuneração de um mestre régio. É curioso notar que a obra usada para o ensino do francês é *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon, sucesso durante o século XVIII e o início do XIX. Podemos afirmar que o mercado livreiro do Rio de Janeiro, embora proporcionasse uma grande variedade de títulos, oferecia poucas obras de caráter didático aos que aprendiam em colégios e aulas. Em 1819, anunciava-se a *Escola nova cristã e política*, na

qual se ensinavam os primeiros rudimentos a um menino cristão e se davam regras gerais para em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar, além de princípios de geografia. Chama a atenção o fato de esta obra ter como autora uma mulher: D. Leonor Tomásia de Sousa e Silva. Em 1820, estava à venda *Leitura para os meninos, contendo uma coleção de historietas morais, relativas aos defeitos ordinários às tenras idades e um diálogo sobre a geografia, história de Portugal e história natural*, sem indicação de nome de autor (1819, n. 100; 1820, n. 1).

O número de eclesiásticos que se dedicavam ao ensino era elevado. O padre Felisberto Antônio de Figueiredo Moura criou uma “casa de educação” na Rua do Senhor dos Passos em 1811. Nela, por 4\$000 réis mensais, ensinava gramática portuguesa e latina, catecismo, história de Portugal, geografia e tradução de francês. Haveria no estabelecimento outros professores que ensinariam inglês, aritmética, pintura, desenho e retórica. O padre teve o cuidado de anunciar que o príncipe regente, por aviso de 8 de julho de 1811, isentara de prisões e recrutamentos os alunos, desde que estes fossem assíduos e de bom comportamento, incentivo que voltou a divulgar no ano seguinte (1811, n. 58; 1812, n. 99).

Em 1812, foi o reverendo Antônio Manuel de Moraes que abriu uma aula na casa onde morava, situada na Rua Direita de São Bento, no segundo andar:

O tempo de aula será das 8 às 10 da manhã para gramática portuguesa e latina; e de tarde, das 3 às 5 unicamente para a língua francesa, na qual promete que seus discípulos façam dentro de um ano tantos progressos como se aprendessem com peritos franceses, traduzindo-a, escrevendo-a e falando-a com a perfeição proporcionada à aplicação de cada um. A contribuição mensal será de 4\$000 réis, quer por um quer pelos três estudos (n. 15).

O padre mestre fr. José de São Jacinto Mavignier, franciscano, cobrava ainda mais caro, 6\$400 réis mensais, para ensinar a oito meninos – das nove às onze da manhã e das três às cinco da tarde – “a gramática latina deduzida pelos princípios lógicos, explicando-a em método fácil e claro às suas inteligências para melhor adiantamento dos seus alunos, inspirando-lhe ao mesmo tempo a boa moral e civilidade”. Bem mais barata era a aula do padre Agostinho José da Silva, em 1814, pois nela só se ensinavam as primeiras letras e rudimentos de religião, moral e política, entendendo-se por esta última o aprendizado das regras de bem viver em sociedade. Ele cobrava 1\$280 réis mensais (1814, n. 46; 1816, n. 57).

Outros eclesiásticos preferiam ser preceptores para não terem de gastar com o aluguel de casa:

Um eclesiástico de boa moral e conduta, com bastante lição do mundo e suficiente literatura, hábil para ensinar filosofia e geografia, deseja acomodar-se em uma casa particular. Toda a pessoa de caráter que se quiser utilizar dele, seja na qualidade de mestre de seus filhos, seja na de capelão, ou para ambos os ministérios, deixe o seu nome em casa de Antônio José Fernandes Dias, Rua da Quitanda, n. 37 (1814, n. 90).

Há notícia de que um desses pais oferecia o ordenado de 10 doblas, além de casa, comida e roupa lavada. Se o sacerdote quisesse ensinar a um menino a língua latina, ganharia mais. O senhor de um engenho que distava 14 léguas da corte procurava um sacerdote com boa letra e que soubesse aplicar a gramática francesa para ensinar seus filhos. Além disso, se desejasse, o padre poderia servir de capelão. Prometia-se “bom tratamento”, mas não se mencionava o ordenado. A dupla atividade de capelão e mestre era vantajosa para os eclesiásticos. Aqueles com mais conhecimentos não tardavam em arrumar emprego, como um que ensinava latim, francês, italiano “e outras línguas”, retórica, filosofia, matemáticas puras “e alguns dos direitos” (1816, n. 60; 1821, n. 46 e 56).

É interessante observar, contudo, que alguns padres se ofereciam para formar seus educandos sem se preocuparem em ministrar uma matéria em especial: “Quem quiser um clérigo para mestre de educação, civilização e instrução, quer na vida doméstica, na militar, do comércio e das letras, tanto civis como eclesiásticas, o achará à esquerda da Igreja do Rosário, Rua da Vala, n. 47, desde a 1ª hora até às 4” (1817, n. 10).

Alguns profissionais dedicavam-se a ensinar as matérias relacionadas com sua atividade, fosse esta no comércio ou na pilotagem. Enquanto uns lecionavam àqueles que não tinham condições de frequentar a aula de comércio, outros viviam aos que pretendiam seguir uma carreira na Marinha, como um piloto “de carta geral, examinado na forma da lei”, que se propunha “explicar teoricamente todas as matérias pertencentes à navegação” (1818, n. 100). Outro indivíduo, cuja qualificação e nome não são revelados, ensinava geografia elementar “com os detalhes relativos ao comércio, Marinha, arte militar etc.” e transmitia “os princípios necessários para a construção de cartas”, sem especificar, todavia, de que tipo (geográficas, náuticas etc.). Havia ainda um possível mercado de trabalho para os que desejassem aprender “estenografia portuguesa, ou arte de escrever com a rapidez da palavra, convenção adotada em todos os idiomas” – do que podiam resultar muitas vantagens (1817, n. 50).

Havia mestres que não se limitavam a lecionar na cidade, oferecendo-se também para “seus subúrbios ou recôncavos”. Desse modo, espalhava-se um ensino particular antes inexistente em tão larga escala.

Ao lado das aulas e colégios particulares, e das aulas régias cujos professores eram pagos com o rendimento do subsídio literário, surgiram no Rio de Janeiro instituições destinadas à preparação de jovens para a carreira das armas ou da Marinha. Mal foi criada a Real Academia Militar, a *Gazeta* publicou o seguinte aviso, em abril de 1811:

No dia 23 do corrente mês hão de principiar as aulas do 1º ano do curso da Real Academia Militar. Todos os que quizerem freqüentar as ditas aulas deverão entregar seus requerimentos ao secretário da mesma academia, Luís Prates de Almeida e Albuquerque, até ao dia 18 deste mês, que estará pronto para os receber em todas as manhãs nas casas do Arquivo Militar, Rua do Senhor dos Passos, n. 33, a fim de se proceder aos despachos determinados na carta de lei da criação da dita academia. Os requerimentos devem ser acompanhados da certidão de idade e da licença, ou dispensa do serviço, no caso de serem militares os que se destinarem a seguir os estudos (n. 28).

No ano seguinte, novo aviso referente aos exames destinados à matrícula:

Luís Prates de Almeida e Albuquerque, secretário da Real Academia Militar, faz constar ao público que em o dia 11 de abril do presente ano se abrem algumas das aulas da mesma Real Academia. Todas aquelas pessoas que se propuserem a freqüentar a aula do primeiro ano do curso matemático devem dirigir-se ao lente do dito ano, Antônio José do Amaral, morador na Rua da Cadeia, a quem compete proceder ao exame preparatório exigido para a matrícula, que há de ser feita no edifício da sé nova, recentemente preparado no Largo de São Francisco de Paula (n. 27).

As notícias sobre o funcionamento da Academia Militar continuaram a aparecer esporadicamente na *Gazeta*, quer acerca dos lentes que ali ensinavam, quer acerca dos prêmios concedidos aos melhores alunos:

Segunda-feira, 1º de março, se abriram as aulas da Academia Militar, exceto as do 7º ano, dirigidas pelos lentes seguintes: a do 1º ano pelo substituto João Paulo dos Santos, capitão do Real Corpo de Engenheiros, no impedimento do lente proprietário; a do 2º pelo lente fr. Pedro de Santa

Mariana; a do 3º pelo lente José Saturnino da Costa Pereira, sargento-mor graduado; a do 4º pelo lente Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, tenente-coronel efetivo; a do 5º pelo lente João de Sousa Pacheco Leitão, do mesmo posto; a do 6º pelo substituto Manuel José de Oliveira, capitão, todos do Real Corpo de Engenheiros. Igualmente se abriram as aulas secundárias de Desenho, Química e Mineralogia, dirigidas pelos respectivos lentes João José Ferreira de Sousa, sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, Daniel Gardner e fr. José da Costa. Também se abriram as aulas de inglês e de esgrima (1819, n. 19).

É de se notar que o próprio redator da *Gazeta* nesta época, Araújo Guimarães, lecionava na Academia Militar e que Daniel Gardner, professor de química, fazia conferências para outro público, além de magnetizar doentes. Em 1820, foi novamente divulgada a lista dos professores com pequenas alterações: o 1º ano tinha como lente Antônio José do Amaral, sargento-mor graduado do Real Corpo de Engenheiros, e o 7º já estava sendo ministrado pelo substituto João Paulo dos Santos, capitão do mesmo corpo. Indicavam-se ainda os mestres das aulas secundárias, acrescidas das de zoologia e botânica pelo naturalista e tenente-coronel João da Silva Feijó (1820, n. 19).

Foram igualmente divulgados os nomes dos alunos matriculados na Academia Militar em 1819: uns militares de várias patentes e outros “paisanos”, ou seja, civis. Enquanto no 1º ano os matriculados foram 371, nos posteriores os contingentes estudantis diminuíram brutalmente: sete no 2º, nove no 3º, oito no 4º, 11 no 5º e três no 6º. O que aconteceu com os restantes? Foram reprovados ou simplesmente desistiram? Em 1820, mesmo o número dos matriculados no 1º ano baixara consideravelmente: apenas 43. Embora 12 tivessem sido aprovados, no 2º ano só apareceram nove, o que significa que três desistiram da academia (1820, n. 6).

Quanto aos alunos da Academia Real dos Guardas Marinhas, no 1º ano (1819) eram 23, no 2º, dez, e no 3º, sete, havendo assim uma menor discrepância entre os que entravam na instituição e os que ali permaneciam (1819, n. 21). Adrien Balbi, em seu *Essai statistique sur le royaume de Portugal*, indicou o número médio dos alunos desta academia: quarenta, sendo sete os professores. Porém, ele não esclareceu aonde buscou essa informação. Apesar disso, fornece um dado importante: a Academia Real dos Guardas Marinhas foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro e aqui permaneceu mesmo depois da partida do rei para Portugal (1822, pp. 59-60).

Já o seminário de São José não se dedicava apenas à formação dos futuros eclesiásticos, como se pode constatar no seguinte aviso:

A 2 de outubro se abriu no seminário de São José desta corte a aula régia de língua francesa. Os que quiserem aprendê-la, tornando-se assim mais úteis à pátria, procurem ao digno professor, o padre Renato Pedro Boiret, morador na Rua do Cano, n. 13. Igualmente se faz público que o padre João Batista ensinará satisfatoriamente geometria no dito seminário, onde reside. S. A. R. nada poupa que possa contribuir ao melhoramento da educação dos seus fiéis vassalos (1809, n. 111).

No *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, esse seminário episcopal tinha, além do reitor e do vice-reitor, oito mestres nas seguintes disciplinas: gramática latina, matemática, filosofia e história natural, teologia dogmática, escritura sagrada, teologia moral, inglês e francês. A instituição, além de seis seminaristas que nada pagavam, recebia pensionistas cuja mensalidade era 8\$000 réis, variando seu número entre vinte e trinta.

Um de seus mestres, fr. Custódio de Faria, professor de exegética e moral, publicou na Impressão Régia, em latim, em 1816, a *Instrução moral ad ordinandos dedicada aos estudantes do Brasil*, à venda na loja do livreiro João Batista dos Santos, perto do correio (1816, n. 14). Ao texto latino, sucediam-se perguntas e respostas em português.

Em 1811, o seminário de São Pedro, destinado à educação dos órfãos pobres, estava sediado na Igreja de São Joaquim e possuía apenas um mestre de gramática, outro de cantochão e um de música. Os colegiais eram sessenta. Em janeiro de 1818, D. João VI decidiu usar o edifício do seminário de São Joaquim para aquartelamento das tropas recém-chegadas de Portugal, entre elas o corpo de artífices engenheiros. Quanto aos seminaristas, havia duas soluções:

Sem inconveniente se podem acomodar com aproveitamento e maior vantagem, tanto pública como particular, os atuais seminaristas deste colégio, ou seja no seminário de São José aqueles que pelo seu adiantamento nos estudos e vocação se julguem próprios para o estado eclesiástico, ou seja ficando adidos ao sobredito corpo de artífices engenheiros como aprendizes dos diferentes ofícios mecânicos nele estabelecidos aqueles que não estiverem no mesmo caso e circunstâncias dos primeiros (1818, n. 4).

As rendas do seminário de São Joaquim seriam incorporadas às do seminário de São José, devendo delas ser paga a aposentadoria do ex-reitor, o abade José dos Santos Sagueiro, no valor de 200\$000 réis, e o ordenado de 100\$000 réis do professor de gramática e língua latina, que passaria a ser substituído em São José. A capela seria destinada aos batalhões de Portugal, “servindo

de cabeça para uma confraria que se formará dos seus respectivos oficiais”. O decreto, transcrito na *Gazeta*, determinava ainda que o seminário de São José admitiria “pelo menos dez rapazes órfãos e pobres”, que se dedicariam à vida eclesiástica.

Dada a grande carência de médicos e cirurgiões, não apenas na corte, mas em todo o Brasil, em 1809 foi criada a primeira instituição necessária à preparação desses profissionais, sendo a notícia veiculada em 12 de agosto:

O príncipe regente nosso senhor, em benefício da conservação e saúde dos seus vassallos, mandou estabelecer no Hospital Real Militar e da Marinha, nesta corte, uma escola anatômica, cirúrgica e médica com os lentes e correspondentes cadeiras para se proceder ao ensino na seguinte ordem. Por decreto de 5 de novembro de 1808, foi provido na cadeira de Anatomia, com 600\$000 réis anuais de ordenado, Joaquim José Marques, cirurgião-mor do Reino de Angola, tendo de ensinar anatomia teórica e prática e fisiologia, segundo as partes e sistemas da máquina humana. José Lemos Magalhães foi nomeado lente de terapêutica cirúrgica, geral e particular por decreto de 20 de setembro de 1808, com o ordenado de 200\$000 réis, permitindo-lhe a faculdade de receber de cada um dos alunos 6\$400 réis na admissão e igual quantia pela certidão de frequência e aproveitamento. Joaquim da Rocha Mazarem despachado em lente de medicina operatória e arte obstetrícia por decreto de 25 de janeiro do presente ano, com o ordenado de 480\$000 réis anualmente. O doutor José Maria Bomtempo, médico da câmara do príncipe regente nosso senhor, foi provido em lente de medicina clínica, elementos de matéria médica e de farmácia, por decreto de 12 de abril do ano presente, com o ordenado de 800\$000 réis anualmente. Cujas escolas são particularmente destinadas para instrução dos cirurgiões que ignoram anatomia, fisiologia e medicina prática, e para ensino de alunos que se destinam à cirurgia militar e náutica (1809, n. 96).

Digamos que este foi um expediente da Coroa para, numa instituição já existente, o Hospital Militar, criar aulas destinadas a um maior aperfeiçoamento dos cirurgiões, utilizando como lentes, sucessivamente, aqueles que estavam à disposição para tal atividade de ensino. Só mais tarde se pensou na criação de uma Academia Médico-Cirúrgica que permitisse uma formação mais ampla do que a habitualmente ministrada aos cirurgiões, a fim de que estes pudessem atender melhor a população.

Em 1812, por ordem do príncipe regente, saiu dos prelos da Impressão

Régia um *Plano de organização de uma escola médico-cirúrgica*, elaborado pelo médico Vicente Navarro de Andrade. Contudo, não foi este o plano seguido no decreto de 1º de abril de 1813, que criou, no Hospital da Misericórdia, os estudos determinados pela Coroa. O plano aprovado foi o de Manuel Luís Álvares de Carvalho, médico honorário da Real Câmara, talvez por este apresentar um currículo menos exigente do que o de Navarro de Andrade.

O interesse da Coroa em aumentar o número de cirurgiões formados pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro está na origem do decreto de 16 de dezembro de 1820, transcrito pela *Gazeta*, segundo o qual os jovens sem meios de subsistência podiam receber ajuda para freqüentar os estudos. Foram então estabelecidas 12 pensões, de 9\$600 réis mensais cada uma, destinadas a alunos “pobres, de bom procedimento” que mostrassem ter aptidão para aquela carreira. Os pensionistas seriam escolhidos pelo cirurgião-mor dos exércitos reais e o pagamento das pensões teria início no dia 1º de janeiro de 1821 (1820, n. 103).

A aula de comércio, criada no Rio de Janeiro em 1810, procurava difundir os conhecimentos da escrituração mercantil, das operações cambiais e de línguas estrangeiras. O lente escolhido, José Antônio Lisboa, era um negociante de grosso trato, já matriculado na Real Junta do Comércio de Lisboa em 1801. Organizou o curso em três anos. No 1º, o aluno estudava aritmética e álgebra pelo livro de Bezout; no 2º, geometria, geografia e noções de comércio pelo compêndio de Manuel Teixeira Cabral de Mendonça; no 3º, escrituração mercantil pelo segundo volume do compêndio de Cabral de Mendonça e economia política pelos escritos de José da Silva Lisboa.

O único compêndio de Cabral de Mendonça localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa é *O guarda-livros moderno, ou curso completo de instruções elementares sobre as operações do comércio tanto em mercadoria como em banco*, publicado pela Impressão Régia em 1815-1818 e composto por três volumes. Se havia outro compêndio do mesmo autor em uso na aula do comércio inaugurada em 1810, ainda não foi localizado.

Entretanto, não foram muitos os jovens que seguiram essa formação. Caixeiros, guarda-livros e futuros negociantes em geral aprendiam na prática e por meio de algumas obras publicadas, como a de João Pereira dos Santos, *Instruções de aritmética para uso da mocidade comerciante que não pode freqüentar as aulas, com a redução dos pesos e moedas estrangeiras*, à venda na loja da *Gazeta* em 1818.

Médicos e cirurgiões

O *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816* menciona oito médicos e

25 cirurgiões (além daqueles que integravam o serviço do Paço) e, por estranho que pareça, o número destes últimos aumentou para setenta no ano seguinte. Isto só pode significar que muitos indivíduos pediram para fazer seu exame de cirurgia apresentando certidões passadas por médicos ou cirurgiões de renome que atestavam seu saber e sua boa conduta.

É curioso que pacientes agradecidos colocassem na *Gazeta* seus relatos de como determinado médico ou cirurgião os tinha curado, contribuindo assim para o bom nome e reputação desses profissionais:

Em junho de 1813 reconheceu D. Pedro de Meneses e Alarcão que nutria uma tênia (lombriga chamada solitária), por cuja causa consultou alguns facultativos dos mais sábios e de mais bem merecida reputação desta corte, que se dignaram de lhe aplicarem apropriados remédios e conseguiram fazer expulsar várias porções do dito verme (sendo uma de 15 palmos). Porém, os rápidos estragos que sofreu e a suma debilidade a que chegou o impossibilitaram da continuação dos drásticos que usava, até que proximamente o cirurgião Joaquim José de Carvalho lhe administrou uma bebida de sua composição e que apenas conservou no estômago 2 horas, o que não obstante teve a satisfação de expelir, dentro de 4 horas, a referida tênia. E como desgraçadamente esta terrível moléstia, dizem, é usual nestes climas, se faz este anúncio tanto por gratidão, como a bem da humanidade (1814, n. 92).

Esse agradecimento público provocou a reação de outro cirurgião, que se apresentou como o verdadeiro manipulador do preparado para fazer expelir a tênia. Ele não queria deixar seus créditos em mãos alheias. Além do mais, a invenção significava mais pacientes e, conseqüentemente, maiores honorários:

O cirurgião José Antônio de Carvalho, morador na Rua da Quitanda, à esquina da de São Pedro, lendo na *Gazeta* n. 92 o anúncio que nela fez inserir D. Pedro de Meneses e Alarcão, concernente a uma tênia que nutria (lombriga chamada solitária), viu com espanto a asserção que constitui autor da bebida com que foi curado a Joaquim José de Carvalho, e declara que ele, José Antônio de Carvalho, foi o primeiro a quem nesta corte chegou o conhecimento daquela bebida, próprio para extrair como um específico a referida lombriga. E depois de fazer com ela 22 observações, comunicou suas enérgicas virtudes a diversos facultativos, sendo um deles o doutor José Maria Bomtempo, para que a publicasse em uma obra médica que pretende dar à luz, e outro o sobredito Joaquim José de Carvalho, sendo

extraído este poderoso remédio das seguintes obras inglesas: de um conspecto das *Farmacopeias dos colégios de medicina de Londres, Edimburgo e Dublin*, edição de 1810, do *Novo dispensário de Edimburgo*, 6ª edição de 1811, e das *Transações médico-cirúrgicas da Sociedade Médica Cirúrgica de Londres*, tomo 2º, edição de 1811 (1814, n. 94).

Aliás, a *Gazeta* parece ter-se tornado o espaço por excelência para as polêmicas entre este grupo de profissionais. No ano seguinte, outra rebentou, dessa vez acerca da vacina contra a varíola:

João Jones, membro do Real Colégio de Cirurgiões de Londres, participa aos moradores do Rio de Janeiro que se acha em seu poder a legítima vacina, que ele deseja estender o mais possível, sendo convencido por uma residência de vários anos em esta grande e populosa cidade que a vacina estava perdida, pois que no decurso de sua prática não a encontrou mais de uma vez, e esta se perdeu, em conseqüência de não ter sido assaz comunicada de uma pessoa a outra imediatamente. Em ordem a prevenir este acontecimento, ele vacinará gratuitamente duas vezes por semana, domingos e quartas-feiras, entre as 9 e 10 horas da manhã, em sua casa n. 3 na Rua dos Pescadores, e roga que os vacinados venham todos os dias de vacina por espaço de 15 dias seguintes, para ele os inspecionar. Por meio do enxerto, há disseminado nesta cidade uma moléstia [...], seguida de grande febre e demasiada erupção, quando é bem notório que a vacina excita pouca ou nenhuma febre, e nenhuma erupção, excetuando a vesícula vacina no lugar vacinado. Os senhores professores podem ser supridos com a linfa vacínica, dirigindo-se como acima (n. 77).

Logo um dos mais importantes representantes da área médica reagiu a esse anúncio:

José Maria Bomtempo, médico da câmara de S. A. R., tendo lido o anúncio de que trata a *Gazeta* desta corte n. 77, feito pelo senhor João Jones, não pode deixar de anunciar ao mesmo senhor Jones, por uma maneira idêntica, e até para o crédito facultativo que merece a faculdade médica do Rio de Janeiro, que ainda que o mesmo anúncio seja, como é, muito verdadeiro, todavia como ele pode induzir a que alguém se persuada que o senhor Jones foi o primeiro conhecedor desta verdade, e que os facultativos do Rio de Janeiro vêem coisas de tanta entidade superficialmente, por este motivo o mesmo facultativo tem o gosto de comunicar que esta

verdade, que descobre o senhor Jones, já há anos é conhecida dos médicos deste país, e que para se demonstrar que os mesmos médicos satisfazem aos seus deveres públicos e da humanidade, ele tem a honra de citar ao senhor Jones a sua obra de *Medicina prática*, que está a sair do prelo, na qual à página 55, nota 6, o senhor Jones poderá ver o que há mais de um ano se imprimiu sobre semelhante assunto, do qual poderá o mesmo facultativo subministrar muitas idéias e observações particulares relativas à falsa vacina, tanto neste país como em outros da América portuguesa (1815, n. 81).

Bomtempo tinha na verdade abordado a questão em *Compêndios de medicina prática* – publicado em 1815 – ao fazer a distinção entre a inoculação das bexigas e a vacina legítima:

Aquela era antigamente adotada, entretanto as vantagens que a vacina legítima e bem entendida traz à sociedade e à mísera humanidade, o resultado constante de imensas observações feitas por toda a Europa obrigam o facultativo à adoção deste preservativo, cujo método de o empregar é conhecido de todos os práticos, assim como o da sua progressão (1815, p. 55).

Como discutir mais profundamente a questão da vacina o afastaria do tema de sua obra, o médico limitou-se a dizer que não duvidava da eficácia dela na Europa. Quanto à América, a tópico ainda estava em estudos, sendo necessário usar aquela descoberta “com método”.

Um dos responsáveis pela vacinação dos habitantes do Rio de Janeiro não podia ficar calado nem aceitar aquele atestado de incompetência passado pelo cirurgião inglês:

Hércules Otaviano Muzzi, cirurgião do partido régio da vacina, vendo na *Gazeta* n. 77 o anúncio que fez o senhor Jones, em que assevera não existir nesta capital a verdadeira vacina, dando por causa o não se ter ela praticado de braço a braço, responde-lhe que, apesar da sua asserção, ela existe reconhecida pelos facultativos que a praticaram na Europa. Quanto a ser acompanhada algumas vezes de febre e irrupções mais ou menos consideráveis, é isto devido à influência do clima e constituições individuais, o que se apóia com as opiniões de muitos práticos nacionais e estrangeiros, entre estes Moreau de la Sartt (*Trat. histor. e prat. da vacina*, pp. 88, 94, 201 e 208). Este grande homem expõe imensos fatos encontrados na sua

prática, que justificam estes sucessos, bem como irrupções semelhantes às bexigas naturais, outras ao sarampo e outras muitas anômalas, e até mesmo seguidas de convulsões, cujos incidentes não são tão passageiros como o senhor Jones o afirma. E em Lisboa eles foram observados algumas vezes, conforme o tem certificado um respeitável médico de reconhecida probidade, e outros muitos que merecem o mesmo crédito. O mesmo facultativo acrescenta que a vacina que se tem propagado nesta capital, e daqui enviada para outras partes, foi transmitida (braço a braço) da cidade da Bahia por ordem do Estado, e não é “uma doença desconhecida com o nome de vacina”, como quer persuadir o senhor Jones. Ele mesmo acaba de ver um vacinado, a quem o senhor Jones subministrou o vírus de braço a braço, que ao nono dia teve febre e ao 12^o uma irrupção de pequenos botões cristalinos no rosto, braços e pernas, e apesar deles não deixa de ser “verdadeira vacina”. Não consta que a decantada vacina do senhor Jones tenha vindo de braço a braço de Inglaterra, mas sim em vidros, como é costume vir a todos que a têm obtido! E qual será o fito das constantes declamações do senhor Jones? Persuadir que só ele possui o verdadeiro e genuíno pus vacínico, e tudo o que não seja seu é espúrio (1815, n. 84)!

Além dessas polêmicas, constatamos na *Gazeta* a presença dominante de médicos e cirurgiões que não ocupavam cargos nas instituições de saúde criadas no Rio de Janeiro (Fiscatura-mor, Provedoria-mor da Saúde e Instituição Vacínica), nem nos hospitais então existentes. Eram os profissionais liberais, aqueles que não tinham ordenado fixo pago pela Coroa, os que mais anunciavam seus préstimos. Todavia, deve-se ressaltar que muitos atendiam gratuitamente a população desfavorecida, sobretudo os cirurgiões.

Um médico tomou a mesma atitude, talvez porque passara por uma experiência desagradável. O doutor Vicente Navarro de Andrade fora detido algum tempo na França e chegou ao Rio de Janeiro via Estados Unidos. Foi preso ao desembarcar, assim como Domingos Borges de Barros, por suspeita de que fosse partidário dos franceses. Mais tarde, ele foi considerado inocente, e o fato, noticiado na *Gazeta* em 1811. É provável que por isso Navarro de Andrade tenha impresso um anúncio de uma página, em 3 de dezembro de 1811, que foi distribuído anexado ao n. 97 do periódico:

O doutor Vicente Navarro de Andrade, desejando fervorosamente ser útil ao público desta cidade, e mui particularmente à classe desfavorecida da fortuna, propõe-se a comparecer todas as terças e sextas-feiras de cada semana na Casa da Câmara às 8 horas da manhã, para que aí possam

consultá-lo gratuitamente as pessoas carecidas e doentes que nele tiverem confiança. O dito médico roga a todas as pessoas, e em particular aos senhores párocos, hajam de dar toda a publicidade a este anúncio para que chegue à notícia de todas as pessoas destituídas de meios, enquanto não pode pôr-se em prática um projeto de maior utilidade pública, que ele espera promover em benefício da pobreza.

Ignoramos qual seria o projeto. Só sabemos que seu plano para a criação de uma Academia Médico-Cirúrgica, apresentado em 1812, foi preterido. De qualquer modo, esse é o único caso de um médico atendendo gratuitamente a população. Eram os cirurgiões os que habitualmente o faziam: “O cirurgião Francisco Coelho Pinto, assistente na Rua dos Pescadores, n. 33, oferece o seu préstimo pela sua arte aos doentes pobres para lhes assistir por caridade, para o que estabelece 4 horas no dia, de manhã das 6 às 8, e de tarde das 2 às 4” (1818, n. 25).

Qual seria sua motivação? Pura filantropia numa época em que dava prestígio exercer a caridade? Desejo de praticar sua arte em períodos em que as classes abastadas não o iriam procurar, ou por ser demasiado cedo ou por se tratar do período da sesta depois do jantar? Difícil responder, tanto mais que este não foi o único caso de cirurgião filantropo. O cirurgião-mor José Celestino da Costa Pereira também atendia gratuitamente naqueles horários, três vezes por semana, tendo o cuidado de prevenir:

Aqueles que pela longitude não possam alcançar a casa da sua residência do meio dia até à 1 hora da tarde, o procurem na botica de Manuel José da Costa Guimarães, na rua detrás do Hospício, na qual botica se dará gratuitamente aos muito pobres alguns remédios de pouco preço (1818, n. 30).

Outros cirurgiões aprovados mantiveram o atendimento gratuito a indigentes, como José Joaquim da Encarnação, que os recebia às segundas e sábados entre oito e nove da manhã. Manuel Peixoto Lopes se oferecia para curar gratuitamente em sua casa “ou fora dela” as pessoas destituídas dos meios necessários e dava esmolas àquelas que mais precisassem. Era mais pródigo com seu tempo, pois recebia esses doentes todos os dias, das sete às nove da manhã e, à tarde, das três às cinco (1819, n. 82; 1820, n. 85).

Já Manuel José Fernandes parecia não se preocupar com a clientela desfavorecida. Anunciava apenas curar “admiravelmente cravos, verrugas, lobinhos, cancros e dores ciáticas”, especificando que, para fazer esse curativo, não se servia de ferro algum (1819, n. 9; 1820, n. 34).

Dado o número insuficiente de médicos e cirurgiões no Rio de Janeiro e nas outras capitâneas, quem dispunha de meios financeiros contratava esses profissionais com altos salários e outras regalias. Em 1821, buscava-se “um cirurgião hábil para uma fazenda de engenho”, cujo proprietário oferecia o ordenado anual de 200\$000 réis “e os cômodos de casa, cama, mesa e roupa lavada”. Também eram muito requisitados os cirurgiões para as embarcações que faziam a travessia atlântica, sobretudo os navios negreiros, pois era necessário cuidar da mercadoria comprada em portos como Cabinda (1811, n. 34; 1821, n. 46).

Negociantes de grosso trato, seus caixeiros e guarda-livros

John Luccock avaliava em quarenta o número de negociantes, 2 mil o de mercadores de retalho e 4 mil o de caixeiros e empregados de lojas. É difícil confirmar ou invalidar esses números, a não ser em relação aos negociantes, ou seja, aqueles que, por disporem de capitais avultados e de escrita mercantil organizada por caixeiros e guarda-livros, estavam matriculados na Real Junta do Comércio, conforme se pode comprovar pelo livro de matrícula conservado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ, cód. 170).

Alguns já tinham se matriculado na Real Junta do Comércio de Lisboa (Agostinho da Silva Hoffman, Domingos José Ferreira Braga, Francisco Ferreira Tavares e Francisco José da Rocha) ou na do Porto (Domingos José Correia de Araújo) e voltaram a fazê-lo quando foi criada a do Rio de Janeiro.

Tratava-se, contudo, de um grupo social em constante mudança, com novas gerações da mesma família tomando o lugar das antigas, o que torna difícil, portanto, quantificar a cada ano seus membros. Segundo o *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, eram 207 os negociantes nacionais e 65 os ingleses. O almanaque de 1816 aponta para 273 nacionais e 59 ingleses.

As atividades desses negociantes eram variadas: comércio marítimo como proprietários ou consignatários de embarcações, seguros, corretagem, ações do Banco do Brasil e contratos reais em triênios (sisa dos bens de raiz com o da meia sisa dos escravos ladinos; o rendimento do imposto anual de 16\$000 réis sobre as casas que vendiam aguardente da terra e o de 10\$000 réis sobre as mesmas casas abertas; impostos criados pelo alvará de 20 de outubro de 1812 sobre carruagens, seges, armazéns, lojas e embarcações; e a meia sisa da compra de embarcações da corte e da província) – tudo isso pode ser lido num aviso do Conselho da Fazenda Real, em 1814, divulgado pela *Gazeta*.

Em 1818, entre os negociantes interessados na arrematação de contratos reais, estavam Custódio Moreira Lírio, Manuel Moreira Lírio, Manuel José da Costa, Henrique José de Araújo, Joaquim José Pereira de Faro, Manuel José Ribeiro de Oliveira, Antônio José da Costa Barbosa, Antônio José Airoso, Antônio

José de Brito e João Gomes Barroso, que assinaram uma petição pedindo que o Conselho da Fazenda não admitisse lances particulares e só permitisse fazê-lo em praça, a fim de se evitarem “preferências odiosas e queixas”.¹

Os nomes dos negociantes surgem no periódico, na seção de avisos, em relação a essas múltiplas atividades: “A galera Resolução, de que é proprietário Fernando Joaquim de Matos, pretende sair para Moçambique até 28 de junho, e o Protetor Geral até 15 de julho. Quem quiser carregar dirija-se à Rua Direita” (1816, n. 48).

Este é um dos 273 negociantes listados no almanaque de 1816. Por vezes, os avisos destinavam-se a corrigir erros cometidos na seção “Notícias marítimas”: “A galera Marquês de Aguiar, vinda de Cabinda a 16 do corrente mês, é consignada a seu dono Francisco José Fernandes Salazar, e não a João Inácio, como se disse nas ‘Notícias marítimas’ da *Gazeta* precedente” (1816, n. 102).

Quando o corpo do comércio da praça do Rio de Janeiro se dirigiu a D. João para agradecer a elevação do Brasil à categoria de reino, foi escolhida uma delegação dos “mais notáveis negociantes”, os quais, no início de 1816, eram quase todos comendadores: Fernando Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida, Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Joaquim José de Sequeira, Geraldo Carneiro Beléns e José Luís da Mota. Só Mateus Pereira de Almeida ainda não era comendador (1816, n. 27).

Mais tarde, depois do movimento constitucional, alguns negociantes tiveram prestígio suficiente para serem eleitos compromissários pelos paroquianos da freguesia de Santa Rita, em abril de 1821, embora não o tivessem, ao contrário dos letrados, para serem deputados nas cortes de Lisboa. Foram eles: Joaquim José Pereira de Faro, Joaquim Antônio Ferreira, João Pereira de Sousa, Francisco José Fernandes Barbosa, João Gomes Vale, João Lopes Batista, José Diogo de Gusmão, Paulo Martin, José Francisco de Mesquita, Joaquim José Cardoso Guimarães, Francisco Luís de Almeida, Manuel Teixeira da Costa e Silva, Manuel Gonçalves Viana, Manuel Caetano Pinto e João da Costa Lima. Ou seja, 16 em 31 compromissários.

O aumento do número de negociantes desse período fez crescer a procura por caixeiros. Portanto, aqueles que possuíam as habilitações competentes não enfrentariam dificuldade em encontrar trabalho, embora fosse comum na época empregar familiares nessa tarefa. Por exemplo: Domingos José da Cruz matriculou-se, em 1816, como caixeiro da casa de negócios de seu pai, Francisco José da Cruz.

Ainda que os caixeiros devessem fazer sua matrícula na Real Junta do

1. BNRJ, Ms. II – 34, 26, 14.

Comércio, nem todos o faziam, e o mercado de trabalho parecia aberto àqueles com preparação para essa atividade. Contudo, os anúncios desses profissionais jamais revelavam seus nomes, num secretismo que encontra explicação na concorrência entre negociantes:

Uma pessoa de consumada experiência e talentos mercantis, e que fala e escreve perfeitamente todas as línguas da Europa, e que possui extensas correspondências em todas as praças de comércio, se oferece para conduzir a correspondência e escrituração em partidas dobradas e singelas de qualquer casa bem acreditada que se quiser servir de seu préstimo. Na loja da *Gazeta* receberão ulteriores informações (1810, n. 35).

Em que pese o exagero na afirmação de suas capacidades, esse indivíduo possuía experiência mercantil e o saber essencial: a escrituração em partidas dobradas. Esse conhecimento era sempre realçado nos anúncios. Em 1817, um guarda-livros que se oferecia para a casa de comércio, além de salientar “não ser homem de suspeita”, pois viera de Portugal munido com o necessário passaporte e as referências das casas comerciais em que trabalhara, recebeu a formação exigida para essa profissão:

A sua escrituração é governada pelo método das partidas dobradas, aprofundando desde já as profundidades exigíveis nesta importante ciência. Findo o ano, ele fecha a escrituração que nele ocorreu por um formal e muito exato balanço, demonstrando então o estado verídico da casa, suas conseqüências e o capital então existente. É instruído nas operações cambiais, redução das moedas estrangeiras à nossa moeda, conforme o câmbio corrente na praça (n. 90).

A prática e os conhecimentos eram sempre salientados na oferta dessa mão-de-obra. Era ainda ressaltada a flexibilidade no exercício da atividade de caixeiro ou guarda-livros, como nos dois anúncios que se seguem:

Um sujeito, chegado há poucos dias de Lisboa, deseja acomodar-se por caixeiro ou guarda-livros em qualquer casa de negócio, tendo toda a prática de tratar de fazendas como igualmente de escritório, sabendo de escrituração por partidas dobradas. Quem dele precisar deixe o seu nome na Rua do Ouvidor, em casa de Antônio Joaquim de Almeida, mestre alfaiate de Lisboa (1818, n. 52).

Um sujeito com suficientes luzes do comércio não tem dúvida de se encarregar da escrituração e dependências de uma boa casa de negócio, ou ainda mesmo de qualquer especulação para Cabinda, ou outro qualquer porto. Quem dele se quiser utilizar, poderá ter informações na casa n. 27, defronte da padaria do Vitela, na Travessa da Candelária (1811, n. 95).

É enigmático o fato de todos esses indivíduos preferirem não se identificar nos anúncios. Seria porque estavam trabalhando com outros negociantes e procuravam novo emprego? Seria porque a vida mercantil exigia tal secretismo? Difícil responder. De qualquer modo, o grupo dos caixeiros e guarda-livros era respeitado por seus conhecimentos (línguas estrangeiras, escrituração mercantil, operações cambiais) e muitos se tornaram negociantes com casa própria ou em sociedade.

Já em 1810, o livreiro Paulo Martin punha à disposição desse grupo uma grande variedade de obras, como o *Cálculo dos câmbios de Portugal com várias praças estrangeiras, principalmente com a Inglaterra*, que mostrava “em uma só vista a redução da moeda portuguesa em dinheiro estrangeiro, isto é, segundo a alta, ou baixa, do câmbio, o método de fazer os câmbios até os mínimos quebrados”. O volume custava 800 réis, o que era um preço razoável, bem mais barato do que os livros de direito. Havia ainda o *Guia de negociantes e guarda-livros, ou novo tratado sobre os livros de contas em partidas dobradas*, por 1\$280 réis; a *Escola mercantil sobre o comércio, assim antigo como moderno*, de Manuel Luís da Veiga, por 4\$800; *Novo método de partidas dobradas para uso de quem não tiver freqüentado a aula de comércio*, do mesmo autor, por 2\$880; e, finalmente, *Aritmética universal para uso do Comércio e Fazenda*, de José Maria Dantas Pereira, por 4\$480 (1810, n. 33).

Mercadores de retalho

São esses mercadores que surgem com maior freqüência nos anúncios da *Gazeta*. Tinham vendas de molhados, casas de pasto, lojas de bebida etc. As casas comerciais não eram em geral especializadas e vendiam de tudo um pouco, além de prestarem alguns serviços: “Na loja de Francisco José Pereira das Neves e Cia., na Rua de São Pedro, n. 6, vende-se chá novo por varejo em caixas de todos os tamanhos, vidros e louça, e se põe vidros em caixilhos, tudo por preços cômodos” (1821, n. 12).

Num armazém de molhados, a aguardente de anis encontrava-se lado a lado com o queijo parmesão e as conservas. Numa loja de confeitaria, podia encontrar-se “boa graxa de lustro” misturada com vinhos, licores, figos, passas e nozes. O vinho tinto da Catalunha coexistia com o papel almaço. Mesmo os

estancos de tabaco não vendiam apenas esse produto. Um na Rua do Ouvidor tinha à venda “tinta de escrever muito boa, a 320 réis o quartilho” (1814, n. 23).

Entretanto, algumas lojas apresentavam um maior grau de especialização, como um “armazém de louças e vidros” da Rua do Ouvidor que efetivamente só vendia estas mercadorias: “um grande e rico sortimento de louça fina de bom gosto, tanto aparelhos de mesa como para chá e café, e também vende separado sopeiras para caldo, xícaras às dúzias e vasos para flores, tudo de louça dourada e superior qualidade, por preços cômodos” (1814, n. 23).

Também Costa Guimarães, na Rua do Cano, se especializara na venda de objetos de ferro:

Engenhos para açúcar de diferentes tamanhos, os mais completos e aperfeiçoados; tachas e caldeiras, portas para fornalhas de engenhos e alambiques, tachas de diferentes tamanhos com tampas; grelhas e portas para fogões de cozinhas econômicas no combustível e úteis à saúde dos cozinheiros; fornos de diferentes tamanhos para assar com o mesmo fogo das cozinhas; agulhões com piões, bronzes e mancaés para moendas de pau; rodas de ferro para carrinhos de mão; fornos de ferro para torrar a farinha de mandioca e o mais que se oferecer; cozinha portátil econômica de vapor, que ao mesmo tempo serve para assar (1820, n. 56).

Graças aos anúncios, podemos referir uma grande diversidade de armazéns: de fumos, louça e vidros, madeira, molhados, chá, carne seca, mantimentos, massames. As lojas eram ainda mais variadas. Além das que pertenciam aos artesãos (loja de sapateiro, chocolateiro, confeitiro, barbeiro, caldeireiro etc.), surgiam na publicidade lojas de ferragem, de caixas de sege, de livros, de cera, de fazendas, de fazendas secas e de vidros.

Eram muito freqüentes os anúncios de trespasse e de venda das “armações” das lojas, ou seja, suas prateleiras e outras formas de exposição das mercadorias. Mas eram ainda mais numerosos os anúncios de venda da própria loja, o que significa que esses negócios passavam de mão em mão com muita facilidade. Comum na época era a venda de um estabelecimento mercantil com todo o seu recheio, e daí o elevado preço que essas lojas atingiam. Por exemplo: uma cocheira era vendida com dez cavalos e duas mulas, tenda de ferrar “e todos os mais preparos, tanto de arreios como de móveis” (1814, n. 69).

É comum pensar que os mercadores de retalho dirigiam seus negócios e estavam à frente de suas lojas, mas por vezes eles delegavam essa função a um administrador, sobretudo quando tinham várias lojas a gerir. Em 1816, o dono

de uma loja de fazendas secas na Rua da Quitanda anunciou na *Gazeta* a fuga do administrador e deu um mês de prazo para o pagamento de “letras, créditos e clarezas”. Findo o prazo, não se responsabilizava por essas dívidas.

Fabricantes

A liberdade ou franqueza de indústria foi concedida pelos alvarás de 1º de abril de 1808 e 28 de abril de 1809 e depois ampliada pelo alvará de 11 de agosto de 1815, que restabeleceu o ofício de ourives. Essas medidas constituíram, segundo José da Silva Lisboa, um grande benefício político, “visto que o antecedente sistema proibitivo era fundado na geral economia das potências da Europa que tinham colônias na América” (1818a, p. 103).

Quem pretendia estabelecer uma fábrica “em grande” apresentava sua proposta à Real Junta do Comércio a fim de obter sua matrícula, do mesmo modo que o faziam os negociantes de grosso trato. O que se queria com esta matrícula era a obtenção de “graças, isenções e privilégios”, além da possibilidade de ostentar as armas reais. Entretanto, não foram muitas as fábricas matriculadas. As manufaturas têxteis surgiram com uma fábrica de galões de ouro e prata, outra de tecidos de seda e algodão, duas apenas de algodão, uma de meias e outra de estamparia; na área dos comestíveis, havia uma de chocolate e outra de massa, além de uma destilaria; duas eram as fundições; instalaram-se ainda fábricas de rapé, papel, couro e tijolos.

Em relação a esta última, nos deparamos com um anúncio em que se buscavam sócios para o empreendimento:

A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação concedeu a José Cadiz um privilégio exclusivo pelo tempo de 14 anos para ele só poder fazer tijolo em todo o continente do Brasil de muito superior qualidade por meio de uma máquina de sua invenção (1813, n. 96).

Embora o privilégio fosse inconcebível num território tão vasto como o Brasil, a fábrica existiu, ainda que o inventor não dispusesse de capitais para implantá-la sozinho.

O privilegiado do anúncio acima referia “uma máquina de sua invenção”. Na verdade, diversos inventos eram anunciados na *Gazeta* para atrair possíveis fabricantes, como “um engenho para fiar algodão, ou lãs, que um rapaz movendo uma manivela fia 12 fusos ou mais”. Em 1819, Antônio Gustavo Bjurberg obteve provisão para usar um “moinho impelido por máquina de vapor nos subúrbios da corte do Rio de Janeiro e seu distrito, com privilégio exclusivo por oito anos”, contados a partir do dia em que o pusesse para funcionar. Tinha um

prazo de dois anos para isso. Porém, foram impostas condições: “esta exclusão não compreende a outra qualquer forma de moinhos já usados, ou que se pretender usar, tanto melhorada como diferente”. Bjurberg teria de franquear seu moinho a quem quisesse “tirar-lhe o molde” (1820, n. 10). Só não é dito de que tipo de moinho se tratava nem que produto moeria. O que interessava a esse estrangeiro que pediu a patente de exclusividade era a aplicação do vapor ao moinho que ele provavelmente já conhecia em seu país de origem.

Havia quem possuísse habilidades suscetíveis de interessar a um fabricante:

Antônio Ribeiro Bastos noticia ao público que ele sabe fazer toda a qualidade de tecidos, tanto em sedas como em algodões, com pelo ou sem pelo, e também sabe fazer uma máquina de tecer de dez até vinte peças, tudo ao mesmo tempo, e fazer engenhos de dar lustro em seda, algodão e lã em peça, e colorista de todas as cores fixas ou ordinárias em algodão, em peça ou em meada, ou outras quaisquer cores. Todos os senhores que quiserem pôr fábricas e servir-se das suas instruções, dirijam-se ao princípio da Rua do Rosário, n. 39 (1813, n. 7).

Uma das fábricas que mais anunciava na *Gazeta* ficava em São Cristóvão:

Tem cerveja, genebra, e licores de todas as qualidades, cerveja preta da Flandres, medicinal etc. Quem as quiser comprar em grandes porções ou às dúzias dirija-se à casa n. 6, de Francisco José Fernandes Barbosa, na Rua Direita junto ao Carmo, ou à mesma fábrica. Os seus preços são moderados (*Gazeta* extraordinária, 1811, n. 26).

Ignoramos se o indivíduo aqui referido era um dos fabricantes ou apenas um vendedor. Os nomes raramente eram citados, mas não há dúvida quanto à existência de sociedades industriais, semelhantes às mercantis. Em 1818, negociava-se o “traspasse” de uma fábrica de rapé “com todos os seus pertences e uma grande quantidade de rapé por preparar”, devendo os interessados contatarem “um dos seus donos” na própria fábrica, situada na Rua do Conde, perto da Intendência (1818, n. 7).

As fábricas da cidade eram identificadas mais por sua localização do que pelos capitalistas que as tinham instalado ou mesmo por seus produtos. Assim como havia a fábrica de São Cristóvão, havia a do Catete, provavelmente de estamparia, pois para ela se pediam estampadores num anúncio. Uma fábrica

de galões estava localizada na Rua dos Ciganos. Outra, de socar arroz, na Rua da Prainha (1811, n. 77; 1820, n. 48 e 93).

Alguns capitalistas, em vez de instalarem suas próprias fábricas, preferiam tornar-se acionistas das fábricas reais, como a da pólvora, que distribuía os juros semestralmente no escritório de Joaquim Pereira de Almeida. Em 1810, a Fábrica Real da Pólvora tentou contratar os mestres tanoeiros da cidade para fazer “de empreitada” os barris necessários para aquela instituição (1810, n. 8; 1812, n. 31).

No entanto, o reduzido número das fábricas matriculadas era acompanhado de uma grande variedade das pequenas, que faziam sua publicidade na *Gazeta*. Algumas formavam sua própria mão-de-obra especializada, pois era difícil encontrá-la na cidade: “João José Delduque, proprietário de uma fábrica estabelecida na Rua do Senhor dos Passos de ferraria e serralharia [...] noticia ao público que na dita fábrica se tomam aprendizes recebendo diariamente 80 réis” (1810, n. 13).

Em 1812, procuravam-se rapazes brancos, mulatos ou crioulos (note-se que não queriam africanos), entre 18 e 25 anos de idade, para trabalhar como aprendizes numa fábrica de meias no Valongo, devendo estes combinar com os mestres as condições de aprendizado. A mão-de-obra especializada era muito requisitada. Em 1811, buscavam-se indivíduos que soubessem “trabalhar em fábricas de papel” (1811, n. 77; 1812, n. 98).

Alguns destes empreendedores eram reinóis que tentavam reproduzir no Rio de Janeiro as pequenas fábricas que tinham montado no reino:

Domingos Duarte, que chegou a esta cidade vindo de Lisboa com sua fábrica de maquinismo, a qual abriu na rua detrás do Hospício, n. 44, do lado direito, faz saber que na dita fábrica se fazem parafusos de ferro, de latão e de madeira de toda a qualidade de grossura, e igualmente bombas para apagar fogos e esgotar águas, calandras para dar lustre em fazendas em frio ou calor, prensas para lustrar roupa branca, engenhos de fiar algodão, cardas e outras muitas coisas (1812, n. 6).

Havia fábricas que comercializavam sua produção no local do fabrico, como a de São Cristóvão, que vendia “em grandes porções ou às dúzias” cerveja, genebra, licores etc. Já na fábrica de chocolate da Rua do Ouvidor, eram vendidos “em grosso ou pelo miúdo” toda a qualidade de chocolate e extrato de manteiga de cacau (1811, n. 26; 1813, n. 58).

Parece ter havido alguma espécie de controle de qualidade sobre o fabrico de certos produtos. Em 1812, um fabricante teria declarado que, “depois de um

exame de química elementar, obteve licença para poder fazer e vender vinagre, vinho, licores, descarbonizar aguardente etc.”. Este ou um outro indivíduo instalou alguns anos mais tarde uma fábrica de vinagres na Rua do Cano, que foi posta à venda em 1816 (1812, n. 87; 1816, n. 25).

O grupo de fabricantes não foi numeroso no Rio de Janeiro, apesar da liberdade de indústria. Para José da Silva Lisboa, isso era normal e ocorreria também nos Estados Unidos após a independência. Nas *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*, publicadas pela Impressão Régia em 1810, ele afirmou que o Brasil podia adquirir muita riqueza “sem ter as artes e manufaturas superiores, que são naturais da Europa”. Mais tarde, escreveu: “Já vemos fecundos elementos das manufaturas mais ligadas à cultura e defesa do Estado, donde gradualmente se há de subir às fábricas superiores” (1818a, pp. 104-5). Fabriquetas e não grandes manufaturas caracterizavam, portanto, a atividade no Rio de Janeiro durante o período joanino – e o número de capitalistas empreendedores era muito reduzido nessa área.

Artesãos

Quando a oficina de um artesão adquiria uma dimensão maior, ocupando um grande número de oficiais, passava a denominar-se “fábrica”, como aquela montada por Guilherme Hardman na Rua dos Barbônios. Depois de sua morte, a “fábrica grande de marceneiro” foi posta à venda, em 1818, com “bancos e ferramentas para cinqüenta oficiais, um sortimento de madeiras, seis escravos serradores, dois palheiros, todos eles oficiais superiores, e um moleque de servir a fábrica” (1818, n. 2).

Os vários ofícios mantinham no Brasil do início do século XIX a mesma organização em corporações reunidas sob uma bandeira e a mesma hierarquia: mestre, oficial e aprendiz. Enquanto estes dois últimos grupos podiam ser constituídos por gente de cor e mesmo escravos, apenas os brancos recebiam sua carta de mestria:

Manuel Ferreira Lisboa, mestre barbeiro examinado na cidade de Lisboa, participa ao público que em 18 de fevereiro abriu a sua loja com toda a decência defronte da porta travessa da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, e se oferece a fazer a barba e cortar cabelo a homens e senhoras, e a amolar toda a qualidade de ferramentas (1811, n. 16).

Alguns artesãos adquiriam maior estatuto social devido à especificidade de seus ofícios, como os ourives e os relojoeiros, o que não impedia que fossem considerados “mecânicos” como os demais. Mestres relojoeiros encarregavam-

se também dos “instrumentos de reflexão” da Armada, das agulhas de marear e, por vezes, das próprias máquinas utilizadas nas manufaturas (1810, n. 88).

Muitas lojas do Rio de Janeiro aliavam a prática artesanal à venda dos produtos ali confeccionados, ou mesmo importados. Surgiam assim lojas de caldeireiro, carpinteiro, chapeleiro, chocolateiro, confeiteiro, correeiro, marceneiro, sapateiro, serralheiro e serigueiro. Os artesãos, desde que fossem mestres em sua arte, podiam ter loja aberta para a venda de suas obras: “José Vítor, mestre carpinteiro de carruagens no Largo de São Francisco de Paula, aonde tem sua loja, tem para vender uma carruagem de dois assentos. Quem quiser comprá-la pode dirigir-se à dita loja aonde a poderá ver e ajustar” (1814, n. 43).

Nem sempre as lojas artesanais vendiam o mesmo tipo de mercadorias. Era comum misturarem as atividades, como uma no Campo de Santana, onde se faziam chapéus de palhinha e se colocava aço em vidros de espelho, o que implicava artesãos diferentes.

Além disso, parece ter havido um comércio de mercadorias usadas, sobretudo de móveis e objetos de decoração, e nesse caso eram os marceneiros que em suas lojas se encarregavam da venda:

Quem quiser comprar, por junto ou separadamente, 1^ª uma coleção de gravuras de Morghen, Raynaldi, Folo, e Bartolozzi com molduras douradas de gosto moderno; 2^ª um excelente cravo de penas de oitava larga de Mathias; 3^ª uma mesa de jantar de vinhático com suas cabeceiras, que servem também de aparadores; 4^ª duas mesas de jogo de jacarandá com faixas de cores, tudo em bom uso, dirija-se à Rua da Mãe dos Homens, à casa do mestre marceneiro Antônio Soares (1813, n. 79).

Uma tinturaria artesanal localizava-se no centro do Rio de Janeiro, onde Manuel Pereira Paiva, mesmo em frente à loja da *Gazeta*, tingia “de todas as cores” retrós, seda, lã e algodão, além de tirar mofo em diferentes fazendas (1811, n. 49). Tingir tecidos era uma prática comum em sociedades pouco opulentas como a luso-brasileira, já que permitia renovar um guarda-roupa com pouca despesa. Outro tintureiro, talvez prejudicado pelas pessoas que não iam buscar suas peças, resolveu colocar o seguinte aviso:

Manuel José de Barros, tintureiro, morador na Rua das Violas, faz patente a todas aquelas pessoas que lhe deram roupa para tingir a vão procurar e pagar-lhe a importância da sua tinturaria pelo tempo de dois meses, que principiará a correr da data desta, e não indo no referido tempo serão avaliadas e rematadas em praça para seu pagamento, e as que não chega-

rem a cobrir a dita tinturaria em razão de serem restos, serão eles ditos obrigados a pagar-lhes o que faltar por já terem levado os melhores trastes e deixando-lhe o mais insignificante resto, que por muito tempo prontos estão se danificando com o mofo e traça, e nestes termos move evitar tudo quanto couber no possível (1817, n. 3).

Temos aqui um artesão ressabiado com clientes que deixavam em sua oficina, por um longo período, as peças que tinham mandado tingir, principalmente pedaços de tecido. Esses tintureiros eram muito requisitados quando havia luto nas famílias, ou na própria corte, pois as pessoas preferiam tingir roupas já esmaecidas a ter de comprar trajes negros. Os estrangeiros também se dedicaram a essa atividade. Salingre e Cia. anunciava em 1820: “fazem tudo quanto é do seu ofício, lavam toda a roupa de cor e tiram toda a sorte de nódoas”. O artesanato relacionado à conservação da indumentária estava presente no Rio de Janeiro. Na Rua das Violas, anunciava-se: “se lavam meias de seda que ficam como novas e se faz tudo o que conserva a roupa fina” (1818, n. 85; 1820, n. 69).

No fim do período colonial, alguns artesãos apostaram na boa publicidade de seus trabalhos e confiaram na *Gazeta* para lhes trazer clientes. Um alveitar das cavaliças reais resolveu estabelecer uma loja de ferrador no Campo de Santana, “tanto à inglesa como à portuguesa, debaixo dos princípios físicos da anatomia do casco”. Para atrair a clientela, divulgou a lista de preços de seus serviços:

Os preços são os seguintes: cada uma ferradura de cavalo custa 360 réis, e de besta a 280; referrá-la a 160 réis; cravo cada um 20 réis. E também se oferece mais a ver e examinar qualquer cavalo ou besta que queiram comprar, a 960 réis, declarando a idade certa, moléstia interior ou exterior, e o seu justo valor, isto é, para o vendedor não enganar o comprador (1821, n. 9).

Um caldeireiro também aperfeiçoou sua retórica publicitária, fornecendo ao leitor um relatório técnico-científico sobre suas obras:

No mês de março do ano passado foram construídas no engenho do sargento-mor Bento Antônio Vahia umas fornalhas, com as quais fez ele a sua safra de 1820, empregando o bagaço e palhas de cana para o combustível, e na falta deste os gravetos de lenha. Deste método de fornalhas resulta, como consta da experiência feita pelo mesmo Vahia, uma grande

economia de combustível, muita facilidade na condução do dito, e grande melhoramento na qualidade do açúcar pela presteza com que este se fabrica. Quem pretender as ditas fornalhas dirija-se à casa de caldeireiro, Rua da Alfândega, n. 12 (1821, n. 7).

Às vezes, a administração joanina impulsionava a prática artesanal com encomendas, como a que fez o intendente geral da polícia em 1810:

Pela Intendência Geral da Polícia desta corte se faz saber a quem quiser arrematar a fatura dos lampiões e seus competentes ferros, pelo mesmo método dos que estão ao redor do Paço, para se adiantar a iluminação da corte, que concorra à secretaria da mesma intendência até o fim do mês a dar o menor preço por que os quiserem fabricar e ver as condições para a entrega deles e recebimento do preço (1810, n. 96).

Em 1820, artesãos do Rio de Janeiro foram procurados pelos moradores da colônia suíça – a vila de Nova Friburgo –, que se encontravam em fase de construção de casas. Eles pretendiam contratar falquejadores, carpinteiros, pedreiros e serventes (1820, n. 83). Falquear ou falquejar é, segundo o dicionário, “desbastar a madeira; aplinar; tornar quadrado um tronco de madeira; esquadriar”.

Criados

A criadagem, que era rara antes da chegada da corte e da abertura dos portos, aumentou nessa época, pois, embora muitos estrangeiros tenham comprado escravos domésticos no Rio de Janeiro, eles preferiam em geral aquele tipo de serviços a que estavam habituados na Europa. Em 1808, pedia-se num anúncio “uma mulher” que soubesse bem lavar, engomar e coser, para servir em casa de uma senhora inglesa “pagando-se-lhe um tanto por mês”, mas sem indicar quanto. Já um cozinheiro que soubesse “trabalhar de caçarolas e massas” ganharia mensalmente 14\$400 réis (1808, n. 29 e 30).

Dois anos mais tarde, as exigências em relação à criadagem já eram maiores:

Um comerciante inglês necessita de um criado que seja muito bem recomendado por sua fidelidade, de pessoa a quem tiver servido, limpo em sua pessoa, que saiba cozinhar, ou que ao menos faça a este respeito o que mandar seu amo, e que se sujeite a estar sempre em casa quando não seja mandado fora, tendo tudo em perfeita ordem e asseio e fazendo com

boa vontade aquilo em que puder ser útil. O ordenado é de 12\$800 cada mês (1810, n. 29).

Eram sobretudo os ingleses que procuravam esse tipo de serviço assalariado:

Precisa-se de uma criada que saiba coser e engomar bem, deve ter informações capazes dos últimos amos que tem servido, relativo ao seu caráter. Toda a pessoa que se quiser acomodar, tendo estas qualidades e sendo solteira, queira dirigir-se à casa do encarregado dos negócios de S. M. britânica no Catete (1816, n. 57).

Em 1818, havia quem estivesse à procura de uma “senhora capaz e suficiente para arranjo de uma casa de família”, o que significa que as governantas começaram a ser solicitadas no Rio de Janeiro (1818, n. 15). Numa mesma casa, serviços livres e escravos coexistiam, como se depreende do seguinte anúncio:

Precisa-se de uma mulher branca ou parda, que seja de reconhecida capacidade e que esteja nas circunstâncias de tratar de uma casa de um homem viúvo e três filhos, advertindo que é só para coser, engomar, tratar do asseio da casa, e para este tem escravas para ajudar (1820, n. 25).

Ainda que o dono da casa preferisse uma branca ou uma parda, também aceitava uma negra livre desde que fosse dotada das qualidades exigidas.

Constituía também tarefa masculina cuidar da organização doméstica: em 1819, alguém precisava de “um homem decente, de bons costumes, fiel, que cozinhe bem e seja hábil para superintender o manejo de uma casa”. Embora, no caso da criadagem, a procura fosse maior do que a oferta, em 1818 oferecia-se “um criado branco, filho de Portugal, para serviço de uma mesa, ou guarda-roupa” (1818, n. 3; 1819, n. 81).

Pouco antes da independência, essa preferência por criadagem – que custava caro – acentuou-se também em relação às mulheres. Em 1819, era procurada uma mulher branca, ou parda, “para governar uma casa de pouca família e tratar de uma senhora que goza de pouca saúde”, ou seja, mais do que governanta, seria uma dama de companhia e enfermeira. Em 1820, um homem solteiro buscava uma mulher branca ou parda que soubesse lavar, engomar, costurar e cozinhar e tomar a seu cargo as obrigações anexas ao governo de uma casa. Ainda nesse ano havia quem quisesse contratar uma branca ou parda “para

administrar uma casa de família nas ocasiões em que o dono sai para fora, ficando na certeza de ser bem tratada” (1819, n. 94; 1820, n. 81 e 97). Todos esses anúncios revelam que o estatuto das pardas no que se refere a um serviço doméstico de qualidade era igual ao das brancas.

Em 1821, continuava a procura por essas governantas e por amas-de-leite que acompanhassem as famílias de partida para a Europa: “Precisa-se de uma ama-de-leite branca para ir criando uma menina daqui para Espanha. Quem estiver nas circunstâncias de fazer a viagem, dirija-se à Rua das Mangueiras, n. 7, lado direito, onde se tratará do ajuste” (1821, n. 54).

Mesmo amas secas eram requisitadas: “Precisa-se de uma mulher que queira servir e acompanhar uma família com duas crianças para a Europa. Terá passagem franca, seja para Inglaterra, ou para França, e um salário conveniente” (1820, n. 22). Não é explicitado no anúncio se esta acompanhante só teria emprego durante a viagem, ou se continuaria no serviço quando os patrões chegassem a seu destino europeu.

Os próprios nacionais admitiam agora “alugar” negras ou pardas forras para o serviço doméstico, em vez de comprar escravas. Em 1811, já se pedia uma que soubesse cozinhar, lavar, engomar “e ainda mesmo algum arranjo de costura” (1811, n. 92). Como a lavagem de roupas se tornou uma atividade rendosa numa cidade cheia de estrangeiros, era comum o aluguel de negras lavadeiras por parte de brancas que se dedicavam a esse negócio.

A malandragem era freqüentemente atribuída aos criados, tanto em Portugal quanto no Brasil. Daí a razão para o seguinte aviso do embaixador espanhol no Rio de Janeiro:

A rogos do excelentíssimo senhor marquês de Casa Yrujo se faz saber a todos a quem pertencer que não vendam a seus criados gênero algum a crédito, ou fiado, de baixo de pretexto algum, pois sua excelência paga tudo imediatamente em dinheiro corrente e satisfaz, e sempre satisfez, os salários a seus criados com toda a pontualidade no fim de cada um dos meses. Todo o que tiver alguma pretensão legítima por decidir encaminhe-se à casa de sua excelência para ser pago imediatamente (1810, n. 29).

O representante da Espanha, assim como os demais membros do corpo diplomático, fazia-se acompanhar de seus próprios criados, sem recorrer aos escravos locais para o serviço doméstico, a não ser para as tarefas mais pesadas, como carregar água ou despejar as imundices na praia.

Escravos

Mais do que a procura de escravos, era a venda que ocupava a maior parte dos anúncios da *Gazeta*. Realçavam-se suas aptidões e qualidades morais e físicas, como ser “isento de vícios” e “sem moléstia alguma”. Em primeiro lugar, vejamos as atividades da população escrava feminina, que se caracterizava mais por saberes do que propriamente profissões, ao contrário dos escravos. Em todo o caso, encontramos os seguintes ofícios nos anúncios: costureira, engomadeira, cozinheira, mocamba, rendeira, doceira, lavadeira, ensaboadeira e quitandeira. Esses termos parecem indicar que tais escravas tinham se especializado, em vez de terem simplesmente adquirido vários saberes. Uma coisa é ser engomadeira; outra, saber engomar. A primeira necessariamente tinha de ser capaz de “engomar liso e de pregas”.

Isso não quer dizer que algumas aptidões não fossem devidamente valorizadas na sociedade urbana, como “saber comprar”, “saber governar uma casa”, “saber compor uma bandeja de chá”, “saber servir de criada para vestir a uma senhora”. Distinguia-se o “serviço fino” de uma casa de outro em que só se exigia o trivial. Algumas atividades parecem mais artesanais, como saber “fazer velas”, “fazer sabão”, “refinar sal”, “refinar açúcar”. Em 1812, uma mulata, além de outras aptidões, preparava gangas e meias de seda, sem que fique claro o que se entendia por esse preparo. Um anúncio ressaltava que uma mulata de 12 anos era “muito inteligente para servir de mocamba”, enquanto outro apontava ser a escrava “muito desembaraçada” para qualquer serviço. As escravas ladinas eram as mais procuradas, como uma que, além de ser boa engomadeira, era capaz “de tudo o mais que deve saber fazer uma mulher”.

Tentava-se vender as amas-de-leite juntamente com suas crias, ou mesmo com filhos já crescidos. Em 1812, uma negra Mina era vendida com uma filha de 20 dias e, em 1821, outra escrava estava à venda com um filho de 10 anos. Porém, a atividade de amamentar uma criança nem sempre era a aptidão procurada. Por essa razão, eram ressaltadas outras qualidades: “Na Rua do Cano, n. 35, há uma preta com cria de um mês e muita abundância de leite e muito bom, boa lavadeira de rio e de casa, e também sabe de cozinha” (1821, n. 54).

Deve ser aqui acentuado que os dotes de cozinheira não eram exclusivos das escravas, pois encontramos um grande número de negros cozinheiros “até de massas”, o que exigia uma técnica culinária mais complexa. Também era estabelecida uma distinção hierárquica entre cozinhar e fazer doces, sendo esta última atividade mais valorizada do que a primeira.

No entanto, o maior número de anúncios diz respeito aos escravos e neles surgia quase sempre a indicação profissional. Para valorizar a mercadoria, além da profissão principal, eram indicadas outras habilidades, tais como: um sapa-

teiro “com princípios de bolieiro”; ou um bolieiro que sabia “servir de criado em outro qualquer serviço”; ou um cozinheiro e marujo; ou um cozinheiro e calafate. Enquanto nesses exemplos não se percebe qualquer afinidade entre as atividades exercidas, em outros se observa a reunião de profissões afins: “oficial de pedreiro, caiador e calceteiro”, ou “oficial de ferreiro e serralheiro, com bastante conhecimento de espingardeiro”.

Só quando os escravos eram de pouca idade se notava a falta de qualificação profissional, como um posto à venda por um negociante – “é bem inteligente de plantações de chácaras, de girar com carroças e sabe um pouco de cozinha” –, ou um negro de vinte e poucos anos que sabia cozinhar e engomar. Os negros do serviço doméstico eram jovens africanos que ainda não tinham se aculturado o suficiente para exercer uma profissão, como um negro Congo, de 17 anos, que sabia cozinhar “e fazer todo o serviço de uma casa”. Mais rara era a atividade de um moleque que penteava “sofrivelmente” e trabalhava numa loja de cabeleireiro. Já outro escravo, ladino, era “muito versado em servir no quarto de qualquer pessoa que se trate, em servir à mesa e ao chá com todo o desembaraço”. Além disso, ele penteava e cortava muito bem o cabelo (1812, n. 3; 1813, n. 38; 1820, n. 32; 1821, n. 8 e 14).

Embora só os brancos fossem mestres de um ofício, o escravo urbano podia chegar a oficial, deixando assim a categoria de aprendiz com que se tinha iniciado na profissão. Nos anúncios de venda de escravos, surgiam oficiais de alfaiate, canteiro, carpinteiro da ribeira (diferente do carpinteiro de casas), cabouqueiro, ferreiro, pedreiro, ourives, sapateiro, surrador, torneiro, calafate, latoeiro, entre outros.

Alguns desses ofícios são hoje menos conhecidos, como o de surrador, ou seja, o que surrava ou que curtia o couro. Já o torneiro trabalhava no torno, fosse madeira, marfim ou metal. Por sua vez, o cabouqueiro (ou cavouqueiro) abria um buraco ou cabouco com uma espécie de alavanca para enchê-lo de pólvora e rebentar as pedras. Por fim, a profissão de calafate, ou seja, a de calafetar embarcações, era própria de portos como o do Rio de Janeiro.

Para transformar os escravos em oficiais de qualquer ofício, era preciso ensiná-los. Nem sempre era na casa do senhor que eles faziam seu aprendizado, como se pode ver pelo seguinte anúncio:

Quem desejar pôr negros ou negras de 8 até 10 anos de idade a aprender o ofício de jardineiro, cocheiro ou cozinheiro, e além disso a ler, escrever, contar e coser, dirija-se à casa de Carlos Durand e Cia., Rua Direita, n. 9. As condições são as seguintes: 1ª Deve ter boa constituição e boa saúde, e ter tido bexigas naturais ou vacinadas; 2ª Ter ao menos duas camisas,

duas calças e uma jaqueta; 3^o Nos primeiros três meses o senhor poderá tirar o escravo. Depois de três meses deverá deixá-lo três anos à pessoa que dele se encarregar, a qual se obriga a fazê-lo aprender tudo o que o senhor houver destinado, e demais os diversos conhecimentos elementares indicados (1819, n. 74).

Nada como um estrangeiro para tirar partido da necessidade cada vez maior de qualificação da escravaria urbana. O anúncio acima não informa quanto era cobrado pelo serviço proposto, mas a última parte deixa entrever que o pagamento seria o trabalho do aprendiz durante três anos. Já as atividades domésticas eram aprendidas na prática, e uma negrinha “de nação”, já ladina, sabia fazer todo o serviço de uma casa aos oito anos de idade (1820, n. 78).

A aculturação dos africanos implicava, em primeiro lugar, aprender a língua portuguesa. Um negro de nação Cabinda, ao fim de oito meses aqui, ainda sabia pouco o português. Os estrangeiros que compravam escravos ensinavam-lhes outras línguas. Assim, em 1819, Guilherme Smith, ao desfazer-se das benfeitorias de sua casa, vendia “diferentes escravos com ofícios, que todos falam inglês, assim como ferrador, carpinteiro, boleiro etc.”. Muito raramente eram os africanos alfabetizados, ao contrário do que constatei na análise da gazeta baiana. Só foi encontrado um caso: um negro Cabinda, jovem, que fugira de seu senhor, sabia ler e escrever (1819, n. 58; 1820, n. 73; 1821, n. 7). Intrigante era a venda de um escravo próprio para bolieiro, que sabia “tocar piano e marimba, e alguma coisa de música, e com princípio de alfaiate”. Escravos tocadores eram comuns no Brasil colonial; a raridade estava no instrumento tocado: piano. Se a marimba era instrumento de negro, o piano era geralmente usado por brancos.

Sendo o Rio de Janeiro um porto, alguns escravos dedicavam-se à marinhagem, como Antônio de São Tomé, “bom marinheiro, tanto de governo como de todo o mais serviço de uma embarcação” (1821, n. 19).

Sabemos que a venda de escravos não se compadecia de relações familiares e que raramente marido e mulher eram vendidos ao mesmo tempo. Porém, em 1812, foi posto à venda “um casal de escravos ladinos, ele natural da Costa da África e ela crioula”. Alguns anos mais tarde, outro casal jovem podia ser comprado: ela era uma mulata que sabia costurar “e fazer todo mais serviço tendente ao arranjo de uma casa”, e ele era alfaiate. Concluía o anúncio: “estes se não vendem por sestro ou moléstia alguma” (1812, n. 10; 1819, n. 72).

Por vezes, punha-se como condição que o comprador levasse os escravos para outro local fora da cidade ou mais longe ainda. Todavia, nunca eram indicadas as razões por que se fazia tal exigência, como se vê no seguinte

anúncio: “Quem quiser comprar para fora da Capitania do Rio de Janeiro um escravo bom oficial de correio, sabendo cortar e fazer toda a qualidade de obra pertencente ao dito ofício, procure na Rua da Ajuda, n. 52, a Anastácio José de Sousa” (1821, n. 44).

Na maior parte dos casos, a venda era feita de particular a particular, mas ocasionalmente se vendiam escravos em leilão, sendo feita uma avaliação inicial: “No dia 28 do corrente [maio], na Praça dos Moedeiros, se há-de rematar o escravo Domingos Monjolo, avaliado em 108\$800” (1821, n. 42).

O sistema de troca também estava em uso na cidade. Vendia-se uma carruagem inglesa por 384\$000 réis, ou então trocava-se por três escravos bons para a agricultura, o que dava um valor de 128\$000 por cada escravo (1811, n. 65).

O preço mais alto encontrado foi 200\$000 réis por um moleque sapateiro com princípios de bolieiro, “sem nota, nem moléstia alguma, de muito boa vista e de idade de 14 a 15 anos”. Um mulato sapateiro, entre 14 e 16 anos, foi posto à venda por 9 doblas, ou seja, 115\$200 réis – cada dobra, ou dobra, valia então 12\$800 réis. Só em 1820 nos deparamos com um preço bem mais elevado para um negro jovem: 25 doblas, ou 320\$000 réis. Ele era “bolieiro examinado e bom oficial de sapateiro” e estava à venda apenas porque seu senhor queria empregar de outra maneira o dinheiro (1812, n. 37; 1816, n. 26; 1820, n. 81).

É preciso lembrar que muitas propriedades rurais eram vendidas com os escravos que as cultivavam. Os escravos, tal como os animais ou as benfeitorias, eram considerados parte do engenho, fazenda ou sítio. Quem comprasse um sítio na Praia Grande, em São João de Caraiá, levava uma casa, um cavalo, um escravo “e as mais benfeitorias”. Em 1817, foi posta à venda uma fazenda com casa de vivenda e oratório, engenho de ralar farinha de pau, moendo com água, escravos serradores e falquejadores “de machado e de roças”, além de bestas arreadas para tropa. Do mesmo modo se vendia a ilha do Viana, situada ao lado da Armação, “com boa casa de sobrado, cultivada com muitos arvoredos de espinho e outras muitas frutas de várias qualidades, com escravos, barco, escaler e canoa para o serviço da mesma ilha” (1811, n. 85; 1817, n. 3 e 9).

As embarcações eram igualmente transacionadas com os escravos que nelas trabalhavam. A corveta São João Nepomuceno, por exemplo, incluía sete escravos – cinco marinheiros, um “do governo” e um barbeiro. O mesmo acontecia em alguns empreendimentos urbanos. Em 1819, vendia-se “uma fábrica de padaria com sete escravos, bons forneiros”, ou sem eles se o comprador assim preferisse (1812, n. 35; 1819, n. 94).

O aluguel de escravos, como mostrou Mary Karasch, era uma prática muito comum no Rio de Janeiro, mas raramente apareciam anúncios desse tipo.

Havia quem preferisse alugar uma “preta de leite” em vez de comprá-la, pois a amamentação era uma fase transitória e a negra ficava depois sem serventia. O aluguel às vezes implicava algumas condições, como no exemplo seguinte, em que se pretendia um ambiente familiar para uma escrava muito prendada:

Quem quiser alugar uma preta que sabe coser, engomar, lavar, cozinhar e fazer doce, servir à mesa, compor uma bandeja de chá, servir de criada de vestir a uma senhora e tudo quanto diz das portas para dentro e não para a rua, só se aluga em casa de família. Quem a quiser dirija-se ao Largo da Glória, n. 18 (1813, n. 4).

Desse modo, a escrava não podia ser posta no serviço para a rua, mantendo-se sempre no serviço doméstico. Uma escrava de aluguel custava mensalmente 7\$200 réis, tendo ainda a vantagem de comer e vestir-se à sua custa. Mesmo assim, ela foi colocada à venda como quitandeira, certamente por dificuldades financeiras de seu senhor ou por este partir em viagem (1821, n. 91).

Em 1812, alugava-se um escravo ladino e bom cozinheiro. Em 1821, também se alugavam um negro cozinheiro “pronto para todo o serviço de casa” e um “criado preto de bons costumes” que sabia engomar liso. A própria Coroa recorria aos escravos alugados quando pretendia fazer alguma obra, como as que se preparavam na Ilha Rasa, por ordem da Real Junta do Comércio:

Precisa-se de oficiais cabouqueiros e de alguns serventes. As pessoas que quiserem, ou tiverem escravos que possam ser empregados nestes serviços, devem, para procederem aos necessários ajustes, procurar o coronel do Real Corpo de Engenheiros encarregado das referidas obras (1819, n. 57).

A procura por escravos com características específicas era escassa na *Gazeta*, sobretudo porque a oferta era muito grande, possibilitando a escolha. No entanto, em 1821, foram colocados anúncios pedindo um bom cozinheiro, um bolieiro e um oficial de marceneiro (1821, n. 11; *Gazeta* extraordinária, 1821, n. 4).

Já comentamos, a propósito da forma de trajar, a freqüência da fuga de escravos. Resta saber se os fugitivos conseguiam sair da cidade ou se ali permaneciam refugiados em alguma casa. O seguinte aviso dá a entender que a recolha de um negro sem dono podia ocorrer:

Joaquim José de Sousa Lobato torna a fazer saber que, tendo recolhido há anos em sua casa um preto pela miséria e desgraça em que lhe apareceu, que

este sempre disse vivia no mato e que não tinha senhor. Como pode porém haver herdeiros a quem pertença, o manda pôr no depósito desta cidade para dali ser entregue a quem justificar pertencer-lhe (1821, n. 14).

Servidor do Paço, Lobato era figura preeminente na corte. Compreende-se assim que não desejasse acobertar um escravo fugido, mas o fato é que o negro permaneceu em sua casa vários anos antes de ele se decidir por sua entrega no depósito da cidade.

Numa situação idêntica se encontrou o dono de uma padaria na Rua do Sabão. Havia um mês, ele tinha consigo um negro Congo que dizia chamar-se José e pertencer a uma roça de São Gonçalo, sendo seu senhor um padre. Porém, quando este atendeu ao chamado, constatou que ele não era seu escravo. Então, foi dado um curto prazo para que o dono fosse buscar o negro. Depois disso, este seria entregue “nas cadeias desta cidade” (1819, n. 68).

Uma prática diferente ressalta do seguinte aviso:

No domingo, 29 de abril, apareceu uma negrinha nova, que não sabe falar, escondida em um valado de uma chácara em Mataporcos. Quem for seu senhor procure na Rua da Cadeia, n. 30, que dando os sinais certos se lhe entregará, e se declara que logo se puseram escritos (1821, n. 15).

O que denota essa última frase? Nas casas e nos animais, costumava-se colocar quadrados de papel branco significando que ambos estavam à venda ou para aluguel. Basta lembrar a gravura de Debret a esse respeito. Será que também se punham esses papéis nos negros fugidos? Outro aviso era mais revelador: um moleque “bruto” (boçal) tinha sido achado no caminho para Santa Cruz. Quem o encontrara havia “avisado o público por escritos postos nas esquinas desta cidade”. Ou seja, antes de gastarem dinheiro com um anúncio na *Gazeta*, as pessoas divulgavam o achado de negros fugidos com avisos pregados nos cantos das ruas.

A busca por escravos fugidos implicava um pagamento a quem os entregasse, exatamente para evitar que as pessoas os guardassem consigo:

Quem souber de um preto por nome Domingos, de nação Monjolo, com a cara retalhada de sinais, estrutura ordinária, vestido de calças de ganga, véstia branca, procure a casa do conselheiro José Joaquim Carneiro de Campos, rua detrás do Hospício, n. 133, que terá suas alvíssaras. Este preto está fugido desde a primeira oitava da Páscoa (1821, n. 44).

Seria esse Domingos Monjolo o mesmo que no mês anterior fora anunciado para ser leiloado? Os senhores não comunicavam imediatamente na imprensa a fuga de seus escravos, preferindo deixar passar um tempo. Esperavam que eles voltassem sozinhos. Quando isso não acontecia, decidiam recorrer à *Gazeta*:

De 20 de novembro de 1820 desapareceu da fazenda da Ilha do Governador um preto crioulo por nome Filipe, de idade de 50 anos, de estatura alta, não muito desdentado, com um dente só em baixo na frente, calvo, com o dedo mínimo da mão esquerda direito que o não pode fechar, e na mão direita um dedo encolhido que não pode abrir, quando fala gagueja alguma coisa. Quem dele souber, ou o agarrar, dirija-se à Rua do Sabão, esquina da Quitanda, n. 19, que terá boas alvíssaras (1821, n. 47).

Como o anúncio apareceu em junho de 1821, o fugitivo estava fora da fazenda de seu senhor havia mais de seis meses. Já Horácio Messeri, padeiro, foi rápido ao comunicar a fuga de duas escravas, deixando passar apenas um mês até colocar o anúncio com a descrição das fugitivas:

Maria, Libola, estatura ordinária, cabelos curtos, cara redonda, um pequeno sinal na face esquerda, peitos grandes, vestida com saia de chita riscada de azul, e o corpo de riscadinho de linho branco e azul; Maria, Conga, pouco mais que ordinária, olhos grandes, cabelos compridos amarrados com um lenço encarnado com pintas brancas, vestido de linho riscado de azul e branco. Aquela pessoa que as segurar e conduzir à casa de seu senhor receberá a quantia de 12\$800 (1819, n. 67).

Eram os africanos, mais do que os crioulos, os que tentavam a fuga, alguns antes mesmo de qualquer forma de aculturação:

Quem achar um negro ainda moleque, de nação Cabinda, que fala congo, bonito, bem preto, sinais de bexigas, dentes abertos adiante, marcas da sua terra nas costas, e uma cicatriz no joelho, e que fugiu em 10 de agosto, fale com Valério José Pereira, morador em Paquetá, e será bem pago (1811, n. 72).

Alguns africanos eram suficientemente espertos para usar estratégias na fuga, como um moleque da nação Umbaca: “fala como crioulo e é costumado a alugar-se por liberto e sempre procura casas de estrangeiros e, segundo consta, está servindo a espanhóis” (1816, n. 24). Também uma escrava ladina da nação

Quissaman costumava dizer a quem a encontrava que não estava em fuga, evitando assim ser detida. Como os africanos boçais, os ladinos procuravam fugir, tendo para isso maior habilidade.

O receio de muitos senhores era que os escravos fugidos conseguissem ir para o interior ou embarcar no porto, pois desse modo seria difícil pegá-los. Quando fugiram um mulato e um negro ladino de Angola, foi feita a seguinte recomendação: “Recomenda-se aos mestres das diferentes embarcações que saírem deste porto e aos caminhantes de terra toda a cautela para evitar sua emigração e quem souber deles receberá suas alvissaras” (1811, n. 72).

A prática do pagamento de alvissaras explica o fato de uma pessoa se dar ao trabalho e à despesa de anunciar ter consigo um negro fugido, ou pelo menos perdido, como aconteceu com um negro boçal que andava pelo caminho da Glória (1811, n. 99). Alguns senhores eram bem claros quanto ao prêmio a ser dado a quem encontrasse um desses fugitivos. Um crioulo sapateiro, que sabia ler e escrever, fugiu e seu dono prometeu: “Se o achar nesta cidade, receberá 20\$000; na roça, 30\$000; a bordo de navio que esteja a sair, 40\$000; e no caso dele já ter saído, quem denunciar o mestre do navio receberá 100\$000” (1820, n. 18).

Todas as situações estavam assim previstas e, como se tratava de um negro valioso – por ter uma profissão e ser alfabetizado –, as alvissaras eram mais elevadas do que habitualmente, pois em geral se ofereciam apenas 12\$800 réis.

Alguns fugitivos acabavam no Calabouço. A Intendência Geral da Polícia divulgava na *Gazeta* sua prisão para que os senhores os fossem buscar. Em 1814, eram 34 os escravos “achados em quilombos e fora deles”. A lista permanecia afixada no Calabouço e na secretaria da Intendência. Era estabelecido um prazo de três meses para que fossem retirados, findos os quais seriam entregues ao magistrado, que arrecadava os escravos dos donos que não apareciam “para serem vendidos e ir o seu produto líquido, das despesas a que eles são responsáveis, para os cofres do fisco” (1814, n. 27).

Finalmente, a *Gazeta* fornecia informações relevantes, por meio dos anúncios, acerca das “nações” a que pertenciam os africanos do Rio de Janeiro. Este foi um dos principais temas abordados por Mary Karasch em *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. A historiadora norte-americana trabalhou sobretudo a documentação manuscrita, e as nações que surgem na *Gazeta* complementam e confirmam essas fontes:

Nações africanas no Rio de Janeiro, 1808-1822

Angola	África ocidental
Benguela	África ocidental
Cabinda	África ocidental
Cabundá	África ocidental
Calabar	África ocidental
Camundá	África ocidental
Canladura	África ocidental
Cassange	África ocidental
Congo	África ocidental
Gabão	África ocidental
Ganguela	África ocidental
Inhambane	África oriental
Libolo	África ocidental
Macua	África ocidental
Mandinga	África ocidental
Massumbo	África ocidental
Moçambique	África oriental
Monjolo	África ocidental
Quissaman	África ocidental
Rebolo	África ocidental
São Tomé	África ocidental
Umbaca	África ocidental
Ussá	África ocidental
Zaire	África ocidental

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*.

No anúncio abaixo, o mais interessante é o uso da palavra nação sem qualquer determinação geográfica:

D. Joaquina Margarida de Brito, moradora na Rua da Cadeia junto ao Parto, n. 40, pretende vender uma escrava de nação por nome Maria Rita, a qual sabe coser, engomar, fazer doce e é desembaraçada para todo e qualquer serviço que se lhe ofereça (1812, n. 2).

Nesse caso, “escrava de nação” significa apenas africana, contraposta à crioula. Daí o interesse da senhora em acentuar que Maria Rita, apesar de africana, era já ladina e desembaraçada para qualquer serviço.

Caso excepcional era o de Dina, uma mulata clara e “filha do Cabo da Boa Esperança”. Falava português e inglês e fugiu de seu senhor em uma noite (1809, n. 48). Ignoramos como essa escrava mulata da África do Sul veio parar no Rio de Janeiro. Teria sido comprada por um negociante em uma de suas viagens marítimas?

É de se notar o emprego do adjetivo *fulo* com o seguinte sentido no *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio de Morais Silva: “Diz-se do preto e do mulato que não têm a sua cor bem fixa, mas tirante a amarelo ou pálido”. Contudo, uma escrava da nação Canladura era descrita como “fula puxando a vermelho”. A condição de fula admitia graus. Dizia-se de uma crioula fugitiva que era “muito fula e feia” (1809, n. 131; 1820, n. 60).

Vida mercantil

Formação e dissolução de sociedades

A imprensa era o único meio à disposição dos negociantes nacionais e estrangeiros para divulgar a criação ou a dissolução de sociedades mercantis. Em 1817, por exemplo, Antônio José de Magalhães e Freitas anunciou ter feito sociedade com o capitão Manuel Moreira Lírio, um dos grandes negociantes do Rio de Janeiro, “ficando a dita sociedade girando debaixo da firma Magalhães e Lírio” (1817, n. 1). Entretanto, os avisos de dissolução de sociedades eram mais numerosos. Havia ainda a necessidade do acerto de contas entre os sócios, do pagamento dos credores e da cobrança dos devedores:

A casa de comércio que tem girado debaixo da firma de José Ludgero Gomes da Silva e Cia. acabou todas as suas transações comerciais em 30 de dezembro de 1815, continuando a pagar e receber na mesma casa na Praia do Peixe, n. 44, e a liquidação de todos os negócios desta sociedade será assinada com a mesma firma e contrassinada pelo sócio administrador Bernardino Brandão e Castro. Os mesmos sócios desta casa, à exceção daquele José Ludgero Gomes da Silva, a continuam debaixo da firma de Bernardino Brandão e Castro e Cia. (1816, n. 10).

As sociedades familiares eram comuns, especialmente entre irmãos. Um bom exemplo disso é o caso de Manuel Silvestre e Lourenço Antônio da Costa Dias, que mantiveram uma sociedade até 1821; o primeiro ficara encarregado de pagar aos credores e de cobrar as dívidas, pois era ele quem continuava com o negócio (1821, n. 28).

Nas sociedades mercantis, quando um dos sócios morria, eram os demais que providenciavam o inventário da firma e ajustavam as contas com os credores:

José Joaquim Vieira de Queirós, como sócio e inventariante dos bens do falecido seu sócio Miguel Feliciano de Sousa, faz público a toda e qualquer pessoa que tiver contas com a dita sociedade compareça no prazo de trinta dias contados do 1º de maio do corrente ano com as suas contas legalizadas para se entrar na indagação delas, pena de que não comparecendo no dito prazo não poderem mais repetir nem exigir quan-

tia alguma relativa à mesma negociação (*Gazeta* extraordinária, 1821, n. 12).

Além das sociedades mercantis propriamente ditas, foram criadas outras nessa época, como a da Mineração de Cuiabá e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce, para as quais entraram alguns negociantes como acionistas. Esta última, segundo aviso colocado na *Gazeta*, conseguiu 1.567 ações assinadas na corte. Entre os acionistas, havia “titulares, militares, funcionários públicos, negociantes, capitalistas e proprietários”. Com os estatutos da sociedade devidamente aprovados, o responsável, Francisco Joaquim da Silva, anunciava sua partida para Minas Gerais a fim de ali promover a subscrição de ações:

Pretende voltar antes de findar o prazo estabelecido, descendo pelo Rio Doce com canoas carregadas de seus gêneros até a Província do Espírito Santo, onde embarcará com os ditos gêneros para esta corte a dar conta à Junta Central que se formar para a direção da sociedade de tudo que observar na sua navegação pelo Rio Doce, para bem da mesma sociedade, de cujo estabelecimento sem dúvida o Estado há de colher importantíssimas vantagens pelo aumento da agricultura, comércio e navegação de uma tão rica e vasta província central que deste modo se tornará marítima, e pelo aproveitamento das preciosíssimas margens do Rio Doce, recebendo ao mesmo tempo a sociedade consideráveis lucros de tão louvável e patriótica empresa (1820, n. 1).

Entretanto, tempos depois, Francisco Joaquim da Silva preveniu os acionistas de que regressaria ao Rio de Janeiro mais tarde do que previra, pois ainda se encontrava em Minas ocupado com o desenvolvimento da Sociedade do Rio Doce (1820, n. 57). Tal sociedade resultou da ação da Coroa no combate e na domesticação dos índios da região, da melhoria dos caminhos e do aumento da população nas margens de um rio onde até então a presença de colonos era rara, como veremos em outro capítulo.

Administração de bens de negociantes falecidos ou falidos

A Real Junta do Comércio se encarregava de nomear os administradores dos bens dos negociantes falecidos, a fim de serem pagos em primeiro lugar os credores comerciais, antes de os herdeiros tomarem posse da herança. Em geral, a junta nomeava um dos principais credores para a administração, e esta tinha de estar concluída no prazo de dois anos, devendo o administrador, logo após sua nomeação, começar a pagar todas as dívidas.

Durante o ministério pombalino, permitiu-se que, ao morrer um negociante sem testamento, a Junta do Comércio cuidasse dos bens do falecido – isto no lugar do Juízo dos Defuntos e Ausentes, que atrasava o pagamento dos credores. Somente depois de a administração nomeada ter atuado, passava a sucessão a essa instância:

Antônio José Leite Lobo, administrador dos bens que ficaram do intestado Domingos Alves de Macedo, residente que foi na vila da Ilha Grande, tem ordem do Tribunal da Real Junta do Comércio, Fábricas e Navegação deste Estado e Domínios Ultramarinos para anunciar a todos os credores do dito intestado que está para se proceder a rateio da quantia que tem em seu poder, e que a este fim devem os mesmos credores comparecer na secretaria do dito tribunal para se habilitarem dentro do prazo de trinta dias, que se devem contar da data deste anúncio, e não comparecendo, será remetida para a Tesouraria do Juízo dos Defuntos e Ausentes (1811, n. 91).

A proteção dada inicialmente em 1766 aos credores dos negociantes mortos sem testamento foi alargada pelo alvará de 10 de novembro de 1810, que a estendeu aos credores dos negociantes com sociedades mercantis – mesmo que morressem com testamento – e àqueles que tivessem cobranças relevantes aos bens dos falecidos. Em seguida, procedia-se ao inventário perante o juiz conservador dos privilegiados do comércio no Rio de Janeiro.

A Real Junta do Comércio também nomeava administradores para os bens daqueles que faleciam no mar, deixando negócios pendentes:

José Inácio Vaz Vieira, administrador nomeado pela Real Junta do Comércio dos bens de Lourenço Antônio Marques Neves, falecido a bordo do navio Diana no regresso de Macau para esta cidade, avisa a todos os credores do dito Neves hajam de comparecer com os seus títulos por onde mostrem serem credores ao dito falecido, e a legitimar as suas respectivas quantias, para poderem entrar no rateio que a este respeito se fizer (1821, n. 28).

Aviso idêntico foi feito quando Antônio Ribeiro de Oliveira morreu a bordo da galera Maria Tomásia no regresso de Angola (1821, n. 17).

Das listas de negociantes divulgadas pelos almanaques da corte constam alguns nomes femininos. Na de 1816, aparecem o de D. Ana Maria de Sousa, o da Baronesa de São Salvador dos Campos, o de D. Leonarda Maria da Silva Velho, e em sociedade a Viúva Caldas e Filhos e a Viúva Dias e Filhos. Para continuar o negócio dos maridos, as viúvas de negociantes precisavam de uma

autorização régia. Mal a obtinham, anunciavam à praça a continuidade dos negócios familiares:

D. Ana Felícia da Silva Lisboa, viúva do falecido Manuel Pinheiro Guimarães, faz público que por falecimento do mesmo seu marido continuam as transações de sua casa sob a firma de Pinheiro, Viúva e Filhos, isto por concessão régia que obteve com data de 16 de fevereiro do corrente ano (*Gazeta* extraordinária, 1821, n. 11).

Quanto às falências ocorridas na praça, competia à Real Junta do Comércio cuidar do assunto, fosse para os negociantes de grosso trato ou para os mercadores de retalho:

José Antônio Pinheiro Saldanha, que teve loja de mercador de varejo na Rua Direita na esquina da Rua do Ouvidor, está apresentado falido à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, em 26 de setembro de 1809. Quem tiver de requerer contra ele dirija-se ao mesmo tribunal (1809, n. 111).

Às vezes, antes de a falência ser decretada oficialmente, corria o rumor de algum comerciante estar falido, o que prejudicava imediatamente seus negócios. Tornava-se necessário, então, tomar medidas urgentes para evitar maiores prejuízos:

Samuel Noel, negociante desta praça, tendo por notícia que algumas pessoas vadias e difamadoras têm espalhado notícias prejudiciais ao seu crédito, dizendo que estava para quebrar, faz ciente aos senhores seus credores que, querendo, poderão vir receber no dia de sábado, 20 de junho, até quarta-feira, 24 do mesmo, na sua casa da Rua Direita, n. 22, a importância das suas pretensões na seguinte forma.

Todos que tiverem que haver alguma quantia de que não têm documento ou letra, receberão a importância sem desconto algum. Todos que tiverem letras aceitas por ele, sendo em mão própria do sacador, receberão a importância abaixo de desconto de meio por cento ao mês. Todos que tiverem aceitos seus descontados, receberão a importância abaixo do mesmo desconto que levarão (1812, n. 49).

Por um aviso de falência em 1819, tornaram-se conhecidos os procedimentos habituais num processo desse tipo:

Devendo proceder-se a seqüestro e judicial arrecadação e arrematação dos bens dos negociantes desta praça José Luís Alves e José Alves da Costa Basto Portugal, em virtude da imediata resolução de Sua Majestade de 22 de março próximo passado, por haverem aqueles negociantes falido de crédito, e devendo o produto de seus bens ser rateado por todos os seus respectivos credores, foi o mesmo augusto senhor servido espaçar por um ano o prazo dentro do qual os credores de uma e outra casa dos mencionados negociantes falidos se devem habilitar competentemente perante o juiz dos falidos nesta corte, o desembargador de Agravos José Joaquim de Miranda e Horta, o qual vai a proceder na competente devassa para se conhecer da qualidade da falência e quebra de um e outro falido, e entretanto recebe igualmente em todas as tardes nas casas de sua residência, na Rua do Lavradio, todas as denúncias que dos mesmos negociantes falidos se queiram dar, ainda mesmo em segredo, para mais inteiro conhecimento da conduta mercantil que eles tiveram e atual existência de seus fundos, o que se participa e se faz público para que, suspendendo-se todas e quaisquer transações com os sobreditos falidos, possam seus respectivos credores, dentro de um ano que se lhes há por assignado e começa a correr da data de hoje, 6 do corrente mês de maio em diante, habilitarem-se competentemente para serem admitidos ao rateio a que se há de proceder na forma das leis, e bem assim para mais evidentemente se conhecerem as verdadeiras causas próximas daquela falência e saber-se da existência de alguns fundos pertencentes às mesmas casas que se não achem declarados e devidamente manifestados (1819, n. 39).

Passado pouco tempo da publicação desse aviso, foi anunciada a arrematação em hasta pública dos escravos, bestas de sege e carroça pertencentes aos dois falidos, bem como da galera Feliz Eugênia, da escuna Feliz Carlota, do penque Bom Fim, de um catraio, de um escaler e de alguns negros marinheiros. O inventário e as avaliações desses bens encontravam-se à disposição dos interessados no escritório dos negociantes falidos. Alguns imóveis também seriam arrematados, entre eles “as casas nobres em Catumbi, em que morava José Luís Alves, e respectiva chácara, e bem assim as casas térreas contíguas a ela”:

Nos dias 11, 12, 14 e seguintes do corrente mês, nas casas de residência de José Luís Alves, no Catumbi, desde as 2 até às 5 horas da tarde, continuam a vender-se em hasta pública escravos, bestas, móveis de casas, seges e carroças pertencentes ao dito negociante, que ultimamente fora declarado falido nesta praça. E nos dias 21, 22, 23 e seguintes, que não forem feriados

em honra de Deus, se arrematarão também em praça e público leilão das ditas 2 até às 5 horas da tarde, na Rua da Quitanda, na loja que faz esquina à Rua das Violas, não só as fazendas das três lojas de atacado e varejo pertencentes ao negociante falido José Alves da Costa Basto Portugal, mas também as mesmas armações das sobreditas lojas, com declaração porém de que as fazendas que em pequenos lotes se arrematarem serão pagas à vista, e as armações a quatro pagamentos iguais, o primeiro no ato de arrematação, e os mais a três, seis, nove meses (1819, n. 44).

Negociante de grosso trato matriculado na Real Junta do Comércio a 30 de maio de 1810, José Luís Alves fazia o comércio transatlântico, o tráfico de escravos e era acionista das companhias de seguros. Seu processo de falência não decorreu com tranqüilidade, como se vê no seguinte aviso:

Pelo Juízo dos Falidos desta corte se anuncia aos credores de José Luís Alves e José Alves da Costa Basto Portugal que, achando-se líquidos e depositados no Banco do Brasil 255:669\$832 réis, além do acumulado de vinte ações do Banco, cuja totalidade se ignora por falta de certidão, se não tem procedido ao primeiro rateio pelo motivo da preferência que o mesmo Banco disputa com os credores habilitados, cujo processo corre sem ter ainda obtido a primeira sentença, achando-se em casa dos advogados das partes litigantes. Devem os credores tomar posse dos bens existentes, títulos, créditos, livros e mais papéis dos ditos falidos para, em vista deles, continuarem na liquidação de uma e outra casa entre si (11 set. 1821).

Um processo de falência nunca era simples. Inicialmente, tomava-se nota das denúncias para em seguida ser aberta uma devassa, como vemos no aviso abaixo:

Perante a Real Junta do Comércio se apresentou como falido Nuno da Silva Reis, negociante desta praça. Anuncia-se que o juiz dos falidos recebe denúncias em todas as tardes que decorrerem de 15 do presente em diante, e vai a proceder a devassa relativa ao comportamento mercantil do mesmo falido (1822, n. 73).

Nem sempre os negociantes se encontravam em situação de falência. Alguns se limitavam a pedir concordata, dependendo para isso da boa vontade dos credores:

João Bernardo de Carvalho, negociante desta praça, achando-se onerado de dívidas e vendo a impossibilidade de pagar a seus credores nos devidos tempos, por consistir grande parte de seus fundos em dívidas ativas e por ter sofrido consideráveis prejuízos nos seus negócios, propôs aos mesmos credores o assinarem-lhe uma concordata, no que convindo uns, repugnaram outros, os quais lhe promoveram cada um de per si suas ações. E para evitar toda a suspeita de fraude por não ser de sua intenção maiores prejuízos, e menos repugnância à satisfação por seus bens até onde chegarem, faz público a todos os mesmos seus credores que, sendo de suas vontades querer-se pagar amigavelmente, independente de questões judiciais, bem como o fez aos credores Filipe Luís de Oliveira e Tomás Rafael dos Santos Pires, e outros, concorram à casa de sua residência no dia que lhes parecer para ali se tratar da real entrega dos bens de raiz existentes, dívidas e ações, nomeando um caixa à satisfação de todos para as devidas disposições, ficando assim cessando todas as despesas que causam tais execuções (1818, n. 85).

Nas transações comerciais, pagar aos credores era ponto de honra para não ficar malvisto na praça. Eram utilizados todos os meios para a realização do pagamento, preferindo-se sempre um acordo:

José Ribeiro dos Santos, pelos grandes reveses que tem sofrido no seu comércio, há chamado por carta circular, datada de 17 de julho do corrente mês, aos seus credores para no dia 16 de agosto haver uma conferência sobre a sua casa e se decidir do modo possível o pagamento de todos, o que faz público a esta praça (1819, n. 66).

Havia negociantes que preferiam se dedicar a atividades diferentes, a fim de pagar suas dívidas:

Leão Cohn faz saber a esta praça que, por unânime consentimento dos seus credores, e para poder indenizá-los do alcance em que está para com eles, se restabelece novamente nesta mesma praça empregando-se só em corretor, agitando unicamente compras, vendas, câmbios e mais transações mercantis pelos prêmios da prática, residindo na Rua Direita, n. 68, defronte do Arsenal (1812, n. 48).

Em 1816, esse corretor mudou-se da Rua Direita para a da Alfândega, estando ainda em plena atividade de corretagem.

Com os negociantes estrangeiros, os procedimentos eram distintos. Começou em 1811 o processo de falência da firma inglesa Rutherford Manson e Cia., que corria pelo Juízo da Conservatória inglesa. Os credores e devedores tinham o prazo de três meses para saldarem suas contas, no caso de dívidas, e para se habilitarem ao rateio, no caso de cobranças. Esse processo ainda estava em andamento no ano seguinte:

Os administradores da casa falida Rutherford Manson e Cia. fazem participante a todos os credores que houverem legalizado competentemente as suas dívidas, e que se acham habilitados com sentenças em forma legal, que desde hoje em diante, em qualquer sábado que não for dia santo, se há de proceder a rateio na casa de José Green, n. 18, Rua dos Pescadores (1812, n. 21).

Na qualidade de credores, algumas firmas estrangeiras também participavam de processos de falência de nacionais. A de João Batista Antunes Guimarães e Cia. foi anunciada em agosto de 1819 pelos administradores da casa falida Freese, Blankenhagen, Coucher e Companhia e José Antônio Alves de Carvalho:

Avisam a todos que tiverem transações com o dito falido para que no espaço de trinta dias contados da data deste compareçam com os seus documentos no escritório dos primeiros na Rua da Alfândega, n. 32, a fim de as liquidar para entrarem nos rateios que lhes competirem, e não o fazendo ficarão excluídos, como também, findo o dito prazo, podem vir receber o primeiro rateio (n. 67).

Em alguns casos eram feitos sucessivos rateios para o pagamento dos credores, como na falência de José Antônio de Abreu Guimarães, em 1821, quando se procedeu ao terceiro e último rateio de tudo o que se tinha apurado com a venda de seus bens (n. 12).

O procedimento por motivo de falência encontra-se bem descrito nos seguintes avisos: um referente à devassa sobre o comportamento mercantil do falido; o outro, ao seqüestro e à administração de seus bens:

Pelo Juízo dos Falidos se faz público que José Joaquim de Sousa Lobo, negociante matriculado e residente nesta cidade do Rio de Janeiro, se apresentara como falido perante a Real Junta do Comércio no dia 27 de abril próximo passado, aonde se lhe recebeu sua apresentação na forma da lei. E tendo-se de proceder a devassa por este mesmo Juízo para se lhe conhecer

do comportamento mercantil daquele apresentado, recebendo-se todas e quaisquer denúncias que dele e sua fazenda quizerem dar, se participa que no dia 15 do corrente mês se abre devassa e se recebem denúncias em todas as tardes que decorrem desde o sobredito dia 15 até legitimamente se findar, e isto em casa do desembargador José Joaquim de Miranda e Horta, juiz dos Falidos, morador na Rua do Lavradio, n. 55.

Pelo Juízo dos Falidos se anuncia haver-se apresentado na Real Junta do Comércio o negociante matriculado e residente na cidade do Rio de Janeiro José Joaquim de Sousa Lobo, cujos bens deverão, depois de inventariados e seqüestrados, ser entregues aqueles que na conformidade da lei forem nomeados administradores do devedor comum, para o que o mesmo juiz dos Falidos chama por este anúncio a todos os credores daquele apresentado falido para que na manhã do dia 14 do corrente mês se achem na casa e escritório dele apresentado das 10 às 10 e meia da manhã do sobredito dia, a fim de elegerem entre si dois administradores para tomarem conta dos bens e ações existentes, e procederem à liquidação na conformidade da lei (1822, n. 61).

Procedimento idêntico foi adotado quando o negociante Nuno da Silva Reis se apresentou como falido perante a Real Junta do Comércio. A devassa sobre seu comportamento mercantil foi aberta em junho de 1822 (n. 73).

Atividades de corretagem

Na definição de Antônio de Moraes Silva, corretor era a pessoa que intervinha em compras e vendas de mercadores, seguros etc. Mas José da Silva Lisboa, em seus *Princípios de direito mercantil*, apresenta uma definição mais especializada:

O ofício de corretor é semelhante ao de um procurador constituído, ou de qualquer outro comissário, preposto e agente acreditado, com a diferença, porém, que sendo empregado por pessoas que têm interesses opostos vem a constituir-se como árbitro escolhido a aprazimento das partes pela conclusão do negócio (1815, pp. 55-7).

O primeiro escritório de corretagem surgiu no Rio de Janeiro em 1810, quando Agostinho da Silva Hoffman, que fora corretor público e jurado em Lisboa, iniciou a mesma atividade no Rio de Janeiro na firma Silva Hoffman e Cia. Tratava-se de corretores de “fazendas, navios, câmbios, e seguros marítimos e terrestres”, que ofereciam seus préstimos aos comerciantes nacionais

e estrangeiros. Para tanto, em seu escritório na Rua da Candelária, n. 5, havia “pessoas prontas que falam correntemente as línguas estrangeiras da Europa e aí mesmo se traduzem em português as ditas línguas”. Era ainda oferecido aos comerciantes um espaço “para as suas conferências mercantis”, enquanto não se construía na cidade uma praça própria para esse fim. A fim de facilitar o fretamento de navios, ali se encontravam “cartas de fretamento prontas e impressas em diversas línguas e em português”. As listas de navios que entravam e saíam do porto começaram a ser impressas por Silva Hoffman em julho de 1809 e podiam ser adquiridas no escritório de corretagem (1810, n. 4).

Vejamos agora as “condições com que os corretores Silva Hoffman e Cia. recebem em seus armazéns todos os gêneros lícitos para vendas públicas, ou particulares”, divulgadas ao mesmo tempo em que se anunciava a abertura do escritório. Em primeiro lugar, os vendedores pagavam 1% de corretagem sobre o valor total da venda e 0,5% pelo aluguel do armazém. As despesas feitas para o fechamento do negócio corriam por conta dos vendedores. Se estes quisessem receber antecipadamente alguma porção do valor da venda, só podiam fazê-lo até a terça parte, mediante a comissão de 3% do valor total. Caso pretendessem que os corretores servissem de abonadores dos compradores, pagariam 2% pela garantia. Os corretores não se responsabilizavam pelas avarias provocadas em seus armazéns pelo “tempo, bicho, ou outro incidente”, nem por fogo. No entanto, se os proprietários das fazendas quisessem um seguro contra incêndio, eles o obteriam “por um prêmio muito moderado”. Quando se tratava de molhados, os corretores não se responsabilizavam por vasilhas de má qualidade que deixassem esvair o líquido. Posto isso, comprometiam-se a “zelar os interesses das partes concorrentes”.

Passado pouco tempo da divulgação dessas condições, os corretores propunham-se a negociar “seguros parciais, ou particulares, à maneira da praça de Londres”, para o que tinham aprontado as respectivas apólices. Atendiam a todos que desejassem fazer seguros e elaboravam uma lista daqueles interessados em servir de seguradores, a fim de avisá-los dos seguros em causa (1810, n. 23).

Em 1813, essa companhia de corretagem passou a sofrer a concorrência de Tomás Soares de Andrade, “corretor do número”, que sempre atuou em Lisboa, onde era muito conhecido. Instalou-se na Rua Direita, defronte do Real Erário, e ofereceu seus préstimos aos negociantes: “descontos das letras e bilhetes da Alfândega e vendas de todas as qualidades de gêneros, fretamento de navios, vendas ou compras dos mesmos”. Explicitava em seu anúncio:

Respeito a letras, toda a pessoa que tiver dinheiro e quiser fazer desconto pode procurar, ou mandar recado, que ele imediatamente mandará um dos seus caixeiros levar as letras a casa e à vista delas tratar do prêmio que os donos lhes determinarem etc. (1813, n. 42).

Estimulado pela concorrência, Silva Hoffman publicou diversos anúncios nesse mesmo ano, após ter interrompido por algum tempo suas atividades de corretagem:

Agostinho da Silva Hoffman faz ciente a todos os senhores negociantes do corpo mercantil, nacionais e estrangeiros, e a quem mais pertencer, que ele entra novamente a servir o officio de corretor jurado e corretor do Banco do Brasil, e corretor de seguros particulares ou parciais, debaixo da firma A. S. Hoffman e Cia., e os ramos em que eles oferecem os seus serviços de corretagem são os seguintes: em compras e vendas de gêneros; em leilões públicos ou particulares de quaisquer gêneros, ou por conta de seguradores, adiantando fundos por conta de tais leilões; em negociações e descontos de letras de qualquer natureza; em fretamentos e descontos de fretes de navios; em transações mercantis ou descontos para com o dito Banco; em transaçar [sic] seguros particulares ou parciais com validade na Casa de Seguros desta cidade (1813, n. 46).

Essa casa de seguro, mencionada no *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, possuía um caráter oficial e fora criada a 5 de fevereiro de 1810. Era gerida por um provedor, que naquele ano era o negociante Elias Antônio Lopes, um escrivão e um escriturário. Se compararmos esse anúncio com o de 1810, constataremos que Hoffman agora oferecia uma maior variedade de serviços, tendo acrescentado o desconto de letras divulgado pelo concorrente. Num segundo anúncio, complementando o primeiro, os sócios explicitavam: “se encarregam também de regular as avarias grossas, e também de aprontar quaisquer somas de dinheiros a risco para as diversas negociações marítimas” (1813, n. 51). Num terceiro aviso, Hoffman participava seu duplo emprego:

Do dia 31 de julho do corrente ano em diante, ele se achará todos os dias de manhã na Casa dos Seguros às horas costumadas para tomar e transactar [sic] todos e quaisquer seguros, por todas e quaisquer quantias, contra todos e quaisquer riscos, marítimos e terrestres, de vidas, fogos ou inundações, e os mesmos seguros tomará também em o seu escritório

na praia de D. Manuel, n. 5, todos os dias de tarde, tudo com validade na Casa de Seguros, na forma que manda a lei (1813, n. 63).

Não satisfeito com essa publicidade, Hoffman lançou um último anúncio para completar os anteriores:

Participa mais a todos os proprietários, mestres ou interessados das embarcações costeiras que fazem o comércio costeiro de toda a costa do Brasil, e principalmente o do Rio Grande, que ele por conta da companhia particular de seguros marítimos tomará os seguros sobre as ditas embarcações por ano a quem quiser segurar, dando aos segurados oito meses de respiro para o pagamento do prêmio que se ajustar, ficando por este modo a embarcação segura por todo o ano para navegar por toda a dita costa, e o prêmio do seguro pago somente uma vez cada ano, no fim do qual se poderá renovar o dito seguro, querendo, advertindo também que os ditos seguros se podem fazer em qualquer tempo do ano, para ficarem correndo da data em que se fizerem até completar um ano daquela mesma data (1813, n. 101).

É evidente que o comércio de cabotagem oferecia menos riscos do que o transatlântico, justificando-se assim as facilidades de pagamento que o corretor anunciava.

Em 1818, outro corretor começou a atuar no Rio de Janeiro: Manuel de Freitas Viana. Ele se oferecia para cuidar de desconto de letras, compra e venda de efeitos e de quaisquer outras questões mercantis. Nesse mesmo ano, após abandonar a companhia de seguros Permanente, Hoffman voltou a atuar sobretudo como corretor, achando-se “apto para aceitar quaisquer louvamentos e arbitramentos em questões de seguros, ou regulamentos de avarias grossas” que lhe quisessem atribuir (n. 78 e 79).

Como temos observado, as letras faziam parte do cotidiano dos negociantes, que a partir de 1817 tinham à sua disposição, na loja da *Gazeta*, uma obra publicada no ano anterior em Lisboa: *Manual do negociante, ou método fácil de calcular o prêmio das letras de risco e letras de desconto, principiando em qualquer dia do ano até o fim*. Também seria de utilidade o *Negociante perfeito, ou jornal do comércio* (1817, n. 39).

Companhias de seguros

Além da Casa de Seguros e das companhias seguradoras criadas no Rio de Janeiro, atuavam nesse porto representantes de companhias estrangeiras, como

a Loydes, de Londres, cujos agentes eram Guilherme Harrison e Cia., “para assistirem a todos os casos aonde for necessário haver exame respectivo a fazendas com avaria, tanto a bordo das embarcações que as transportarem para este porto, como depois de se acharem descarregadas”. Em 1821, o vice-cônsul da cidade “livre e hanseática” de Hamburgo também se apresentava como agente dos seguradores daquele porto (1812, n. 48; 1821, n. 12).

Quanto às companhias de seguros nacionais, tínhamos a Indenidade, que existia desde 1810 sob o comando de Dias, Barbosa, Silva e Cia., “com responsabilidade dos acionistas *in solidum*, tanto a respeito do capital, como de tudo o mais que expuserem a risco”. Eram então 34 os acionistas, entre os quais grandes negociantes, como Amaro Velho da Silva e Antônio Gomes Barroso, e outros membros dessas famílias, Manuel Guedes Pinto, Tomás Gonçalves etc. Em setembro de 1811, a companhia anunciava suas atividades na Rua Direita, n. 75 (*Almanaque*, 1810, p. 293). Em março de 1814, comunicava o aumento de seu capital:

Dias, Barbosa, Silva e Cia., diretores da companhia de seguros Indenidade, estabelecida nesta praça no ano de 1810 com o fundo de 500.000\$000 réis, fazem saber que a mesma companhia foi ultimamente elevada ao de 800.000\$000 réis, com a aquisição de novos sócios, comerciantes respeitáveis desta praça, debaixo da obrigação solidária com que a mesma companhia foi estabelecida, ficando portanto os mesmos diretores autorizados para poderem tomar em cada vaso até a soma de 40.000\$000 réis de risco, o que participam em benefício geral do comércio e das suas futuras especulações (1814, n. 25).

Em finais de 1819, o sócio Manuel José da Silva demitiu-se da diretoria e a firma passou a ser Dias, Barbosa, Viana e Cia. (n. 104).

A companhia de seguros marítimos de Lirios, Almeida e Hoffman, denominada Permanente, tinha como único diretor Agostinho da Silva Hoffman, que assim passava da simples corretagem para sócio de uma companhia seguradora. Surgiu em 1814, por despacho da Real Junta do Comércio: “É livre aos suplicantes formar a sua sociedade segundo as disposições expressas nos artigos da regulação de Casa de Seguros, aprovados pelo alvará de 11 de agosto de 1791” (n. 42).

Talvez porque a concorrência já fosse maior e Hoffman precisasse se afirmar no meio mercantil, ele tenha anunciado que os livros da escrituração da companhia se encontravam à disposição em seu escritório, no fim de cada mês, para a consulta dos interessados (1814, n. 63). Em 1815, comunicou que

os fundos tinham aumentado “com muito boas firmas”, mas sem dizer quanto, como habitualmente faziam as seguradoras:

Do 1^a de janeiro de 1815 por diante tomará de risco em cada navio por conta da dita companhia até a quantia de 10:000\$000, o que junto a 14:000\$000 que a companhia particular, de que o mesmo Hoffman é também diretor, agora toma de risco em cada navio, perfaz a quantia de 24:000\$000, que o mesmo diretor pode tomar de seguro marítimo em cada navio. E como por este modo, entre as quatro companhias de seguros marítimos aqui estabelecidas, se podem segurar quase 90 contos sobre um só navio, parece ter cessado a necessidade que havia de mandar fazer seguros em outras praças, mediante a mútua concordância dos respectivos prêmios e condições, o que é de esperar que sempre se possa convencionar (n. 12).

Em 1816, intitulado-se “cônsul deputado do império da Áustria e cidades hanseáticas e das duas Sicílias, diretor das duas companhias de seguros, a Permanente e a Particular”, Silva Hoffman anunciava sua mudança para a Rua da Alfândega, onde continuava a “servir seus ofícios de corretor jurado e do Banco e de tradutor público de línguas estrangeiras”. Porém, algumas alterações tinham ocorrido na Permanente neste ano. A diretoria não estava mais nas mãos de um único sócio, pois Antônio Ferreira de Araújo passou a diretor, sendo a firma agora Lírios, Araújo, Hoffman e Cia. Seu fundo consolidado era de 400 contos de réis. Atuava como caixa o coronel Custódio Moreira Lírio (1816, n. 20 e 65).

Em 1814, foi criada a Providente, cujos diretores eram Sousa, Lisboa, Duarte e Cia., com o capital de 400 contos de réis. Eles atendiam pela manhã na Casa de Seguros, na Rua Direita, e à tarde em suas residências. Em 1815, morreu o caixa, José Pereira de Sousa, e a firma passou a ser Viana, Lisboa, Duarte e Cia., pois Bernardo Lourenço Viana assumira aquela função. Em 1817, foi estabelecida a companhia de seguros marítimos denominada Probidade; seu fundo era de 800 contos de réis. Seus diretores eram Antônio da Silva Caldeira e José Diogo de Gusmão (1814, n. 57; 1815, n. 46; 1817, n. 53).

A Permanente continuava atuante em 1817:

Participam ao corpo do comércio que em sessão da mesma companhia, em 28 de janeiro do corrente ano, se deliberou e se decidiu que os mesmos diretores pudessem para o futuro, e daquela data por diante, tomar de risco em cada vaso a quantia de 30:000\$000, tendo-se para isso au-

mentado o risco 50% mais sobre o fundo capital da mesma companhia, e que a condição 16ª da mesma companhia, relativa à inteligência de portos proibidos, foi plenamente derogada, e a direção autorizada para poder tomar os riscos que bem lhe parecer e achar que sejam convenientes, em utilidade da mesma companhia (n. 11).

No ano seguinte, foi editado pela Imprensa Régia o *Balanço do livro de razão n. A, da companhia de seguros Permanente, extraído em 30 de dezembro de 1817*. No início de 1818, Silva Hoffman deixou a direção da empresa e foi substituído por José Joaquim Borges Monteiro. Em maio do mesmo ano, abandonou a sociedade, e a firma passou a se chamar Lírios, Araújo, Monteiro e Cia. (n. 75).

Ainda em 1818, surgiu uma nova companhia seguradora, Tranqüilidade, cujos diretores eram Joaquim José Pereira de Faro, José Antônio Lisboa e Paulo Martin, o conhecido livreiro. Seu capital era de 600 contos, com “responsabilidade solidária”. Como se lê no anúncio, tornaram-se seus sócios “muitos dos principais comerciantes da mesma praça”. A firma Faro, Lisboa, Martin e Cia. estava ligada à nova companhia e não mais à Providente, “da qual os mesmos diretores se despediram juntamente com outros sócios” (1818, n. 5). Por sua vez, a Providente, no mesmo número, anunciou que tinha aumentado seu capital para 600 contos “pela concorrência de mais acionistas” e que estava ligada à firma de Barroso, Viana, Duarte e Cia.

As quatro companhias – Indenidade, Permanente, Providente e Tranqüilidade – aliaram-se em 1820 para comunicar ao público o seguinte:

Tendo por conveniente ao mesmo [público] o praticarem seguros contra fogos pelo módico prêmio de um quarto por cento por ano sobre a estimação das propriedades urbanas e gêneros existentes em armazéns e trapiches, se têm determinado a abraçar este ramo efetuando tais seguros, precedendo o mero exame de um perito e as condições em que se convencionarem, o que regulará suas respectivas apólices (n. 33).

Estranhamente, a companhia de seguros Restauradora, estabelecida a 18 de abril de 1820, não colocou avisos na *Gazeta*. Sabemos de sua existência pela publicação das *Condições* de seu funcionamento e da lista de seus acionistas pela Imprensa Régia.

A atividade das seguradoras era de tal modo importante para a vida mercantil que uma nova bibliografia ajudava os que se dedicavam a ela. A loja da *Gazeta* anunciou em 1816 as *Reflexões sobre o comércio dos seguros*, por

640 réis, e as *Instruções, ou condições que se podem adotar nos contratos de seguros para uso e instrução dos que se destinarem às práticas do comércio exportático. Aumentado com um tratado sobre as avarias*, por 960 réis. Esta última obra, de Manuel Pacheco Leão, tivera uma primeira edição em Lisboa em 1787, outra em 1814, e foi logo reimpressa no Rio de Janeiro no ano seguinte. A primeira obra, saída anônima dos prelos da Impressão Régia em 1810, foi atribuída a José da Silva Lisboa, mas seu teor nos leva a atribuí-la a um matemático – embora a “prefação” possa ser daquele letrado. Foram reunidos dois escritos: um composto por um autor nacional e intitulado “Discurso relativo aos seguros em geral, e aos navais em particular”; e uma tradução, a “Aplicação do cálculo às diversas questões de seguros pelo Marquês de Condorcet, traduzido do artigo ‘Seguro marítimo’ inserto na Enciclopédia metódica”.

Uma pista quanto à autoria do “Discurso” é dada no segundo parágrafo, em que o autor se refere à lição sete de sua *Notícia geral do comércio* para o estudo dos diversos seguros regulados pelas leis européias. Ora, em 1810, José da Silva Lisboa só tinha publicado os *Princípios de direito mercantil e leis da Marinha para uso da mocidade portuguesa destinada ao comércio* (já com duas edições em Lisboa), os *Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa econômica do autor dos Princípios de direito mercantil* (Lisboa, 1804) e as *Observações sobre o comércio franco do Brasil*, lançadas no Rio de Janeiro em 1808.

Como o autor do “Discurso” escrevia no terceiro parágrafo, “só a matemática, e mais especialmente o cálculo das probabilidades, pode discorrer com acerto sobre tais assuntos, prescrevendo coerentemente as regras que convém praticar” nas relações entre risco do seguro e seu prêmio. Ele insistia: “é manifesto que tais questões são questões de cálculo, e que a sua discussão pertence com especialidade ao distrito da teoria dos acasos”. José da Silva Lisboa, formado em leis e autodidata em economia política, não possuía a formação matemática do autor desse texto, nem a do Marquês de Condorcet, mas sabia reconhecer a necessidade de divulgação de tais obras.

Não há dúvida de que os anúncios colocados na *Gazeta* complementam – e por vezes esclarecem – a documentação manuscrita que se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro acerca da criação de companhias de seguros. Enquanto esta fornece a lista dos diretores e acionistas, aqueles revelam pormenores de sua atuação no Rio de Janeiro e as formas de fazer contato com o público. É pouco provável que os capitalistas que entraram para este ramo de negócio possuísem os conhecimentos matemáticos das *Reflexões sobre o comércio de seguros*. Porém, todos sabiam por experiência o que podiam cobrar dos segurados para que a atividade fosse rentável.

Leilões

Realizavam-se na cidade dois tipos de leilão: os judiciais e os comerciais. No primeiro grupo, insere-se o seguinte aviso:

Sexta-feira, 3 do corrente mês, pela 1 hora da tarde, em casa do desembargador José Albano Fragoso, juiz conservador dos privilegiados da Real Junta do Comércio, em praça pública, se há de rematar o quarto do navio Robusto, interesse que nele tinha João Pereira de Sousa Caldas, a quem mais der, execução que lhe faz José Antônio Pereira Vilela. Quem quiser lançar deve comparecer a esse fim, por ser o último dia, e terem já corrido mais do que os dias da lei (1810, n. 61).

Eram várias as instâncias judiciais que mandavam realizar os leilões. No exemplo acima, era o juiz conservador dos privilegiados do comércio; noutra situação, era o intendente do ouro, a requerimento da Junta da Companhia dos Vinhos do Alto Douro:

Anuncia-se ao público que as fazendas vindas da costa da Ásia no navio Robusto, pertencentes ao ausente João Pereira de Sousa Caldas, se hão de rematar em praça nas portas da casa de residência do desembargador intendente do ouro, José Duarte da Silva Negrão Coelho, morador na Rua do Conde, a sair ao Campo, nas manhãs dos dias segunda, quarta e quinta-feira, que se hão de contar 8, 10 e 11 do corrente mês de julho. O depositário destas fazendas é Antônio Francisco Leite (1811, n. 54).

Outras vezes, era a própria Real Junta do Comércio que mandava leiloar os bens de negociantes falecidos, como o leilão de 19 fardos de fazendas da Costa do Malabar e outros bens que tinham pertencido a Joaquim Inácio Vermuel (1811, n. 15).

Quanto aos leilões comerciais, basta citar exemplos reveladores de situações diferentes: “A. A. S. Pinto quer finalizar os restos de uma consignação e faz leilão de algumas fazendas, ferragens e outros gêneros na loja de seu comércio na Rua Direita, n. 15, o qual há de principiar terça-feira próxima pelas 2 horas da tarde” (1810, n. 64); “Terça-feira próxima, pelas 3 horas da tarde, na casa de leilão público de Diogo Birnie, se hão de vender em leilão, por conta de quem pertencer, várias fazendas de lã, linho e algodão, lonas, cobre em chapa, chumbo e outros diferentes artigos” (1810, n. 70).

No primeiro caso, temos um consignatário de mercadorias que faz seu próprio leilão para se desfazer do que lhe restava em sua loja; no segundo,

trata-se de um leiloeiro oficial que leva a leilão mercadorias de vários negociantes. O mais estranho nessas práticas mercantis era a de leiloar “mantimentos avariados”, pois quem os compraria e para quê?

Faz público o comissário da esquadra inglesa que no dia 12 de novembro tem para arrematar em leilão nos armazéns do trapiche da Ilha das Cobras os mantimentos avariados que se seguem: farinha, 896 barris e 134 meias pipas com 370.759 libras; dita de cevada, 72 barris e 19 meias pipas com 878 alqueires; arroz, três meias pipas e um barril com 1.558 libras.

Adverte-se que se deverá pagar 25% no ato da arrematação e o resto quando se receberem os mantimentos, o que deverá ser dentro de sete dias consecutivos ao leilão, de contrário perderá o arrematante os ditos 25% que adiantou como sinal (1811, n. 87).

Esse anúncio pôs de sobreaviso as autoridades, que pouco tempo depois alertavam:

Por ordem superior se faz saber ao público por meio deste periódico que não se admitem nele anúncios de venda de gêneros avariados sem que primeiro o proprietário deles recorra ao físico-mor do Estado do Brasil para este lhe conceder a licença, a fim de se fazer pública a venda, e só à vista da sobredita licença se farão anunciar os gêneros que se pretenderem (1811, n. 92).

Certamente, o físico-mor só concederia a licença para venda se os gêneros não estivessem tão avariados a ponto de provocar doenças nos consumidores.

No mundo mercantil, alguns indivíduos se encarregavam de leiloar mercadorias dos negociantes mediante uma taxa. Em 1817, Marcos Archer, “porteiro dos leilões do comércio”, anunciava ter-se mudado e aceitava “para vender em leilão na porta da Alfândega” escravos, embarcações, casas térreas, móveis etc., com 2% de comissão de venda (1817, n. 14). Passados poucos meses, participava aos negociantes nacionais e estrangeiros ter estabelecido uma casa de leilão em sua residência, propondo-se a vender todo o tipo de mercadorias por uma comissão maior: 2,5%. Esclarecia ainda:

E desejando evitar dúvidas com os donos que o obsequiarem com as suas fazendas à comissão, tem resolvido estabelecer por praxe a seguinte regra. Todas as pessoas que tiverem fazendas vendidas poderão a qualquer hora

receber o dinheiro de contado (salvo quando as condições forem a prazo) sem que se admitam encontros, pois que fica claro que, podendo receber o dinheiro do que se achar vendido, os ditos encontros só poderão servir de aumentar a escrituração, além dos mais inconvenientes que daí se podem seguir (1817, n. 77).

A palavra “encontro” adquire aqui um significado próprio do vocabulário mercantil. E, para resolver essa questão, seria interessante consultar um dicionário especializado – obra que ainda não existia no mundo luso-brasileiro do início do século XIX. Pode-se supor que, nesse contexto, encontros signifiquem juros.

Os leilões às vezes reuniam uma diversidade de mercadorias, como um organizado por Guilherme Lennox, no qual seriam leiloados “uma grande coleção de livros em várias línguas, estampas francesas, uma lanterna mágica e fantasmagoria, alguns aparelhos de chá muito ricos, um telescópio completo e feito por Gilbert, oleados para salas e vários trastes para casa” (1814, n. 73).

A 6 de setembro de 1819, D. João VI criou o ofício de porteiro privativo dos leilões do comércio e das casas falidas, e o cargo foi concedido vitaliciamente a Alexandre José Rodrigues em dezembro daquele ano, “com o privilégio exclusivo”. O nomeado resolveu colocar um aviso na *Gazeta* dirigido aos comerciantes nacionais e estrangeiros:

Aqueles que quiserem fazer os seus leilões hajam de o procurar na Rua Direita defronte da Alfândega na propriedade n. 26, onde o acharão pronto para exercer as funções que lhe competem como tal, passando as competentes certidões quando necessárias sejam. E declara que por aqueles leilões que se fizerem de mera especulação e que não tiverem êxito suas rematações, nada levará, assim como também faz saber a todos aqueles que exercerem as funções deste ofício que incorrerão nas penas dos que infringem as régias determinações. E para que chegue à notícia de todos faz o presente anúncio para que se não chamem à ignorância (1820, n. 51).

Banco do Brasil

O alvará de 12 de outubro de 1808 criando o Banco Nacional foi considerado por José da Silva Lisboa “um dos máximos benefícios políticos do senhor D. João”, pois ele encarava sua criação como absolutamente indispensável – em primeiro lugar, para não se sentirem os efeitos da saída do ouro de Minas, “que era irresistivelmente atraído para Inglaterra, onde a sua demanda e valia subiu ao notório extremo na força da guerra”; em segundo, pela necessidade de se

entesourarem no Brasil os metais preciosos numa época de conflito bélico. Além disso, o banco economizava tempo e trabalho no giro mercantil (Lisboa, 1818a, pp. 94-5).

Perante a idéia de um banco no Rio de Janeiro, o redator da *Gazeta* achou por bem noticiar a criação de um banco inglês em Calcutá e citar um empréstimo do Banco de Inglaterra ao governo inglês, preparando assim o terreno para o futuro funcionamento do Banco do Brasil:

Sendo bem conhecida a vantagem que resulta aos estados comerciantes do estabelecimento e introdução de bancos públicos, que tanto facilitam a circulação geral, contribuindo a diminuir o juro dos capitais e introduzindo uma moeda artificial, que deixa empregar no comércio exterior os metais preciosos e tirar dos mesmos um lucro anual sem que daí resulte ao comércio falta ou estagnação, a que também acrescem as utilidades do estabelecimento de um grande e mais extenso crédito, será agradável aos leitores desta gazeta e aos habitantes do Brasil, que vão receber mais este benefício da real mão do nosso augusto e pio soberano, que não cessa de vigiar um só momento sobre tudo o que pode interessar o bem público dos seus vassallos, o conhecer os progressos que vai fazendo o banco público que o governo inglês estabeleceu ultimamente em Calcutá, no Reino de Bengala, e portanto aqui ajuntaremos o artigo que se lê nas gazetas inglesas a esse respeito, assim como outro sobre o empréstimo do Banco de Inglaterra ao seu governo, que igualmente nas mesmas folhas se encontra (1808, n. 13).

Na *Gazeta*, não era freqüente a publicação de notícias referentes ao Banco do Brasil, criado com o objetivo de remover os obstáculos que “a falta de giro dos signos representativos dos valores” impunha ao comércio e assim promover e animar as transações mercantis dos negociantes com as praças estrangeiras. Os estatutos do banco foram publicados na mesma data (Aguiar, 1960). Pelo decreto de 24 de janeiro de 1809, foram nomeados três diretores, entre os quais se encontravam negociantes abonados, como João Rodrigues Pereira de Almeida, e dez deputados, como Fernando Carneiro Leão, Antônio Gomes Barroso e Luís de Sousa Dias. Em finais de 1810, os acionistas do banco eram 28, ascendendo em 1821 a 1.380 no Rio de Janeiro e a 300 na Bahia (*Almanaque*, 1810, p. 309).

Silva Hoffman, nomeado pela Junta do Banco do Brasil como seu corretor, anunciava em 1811:

O mesmo corretor participa também que qualquer pessoa que quiser ser acionista do dito banco, ou tratar qualquer negociação, se pode dirigir ao dito corretor pessoalmente, ou por escrito, o qual mora nas casas do brigadeiro Manuel Cruz Ferreira, na praia de D. Manuel, n. 5 (n. 36).

Os dividendos de 1813 foram distribuídos na tesouraria geral do banco no início do ano seguinte: 7,2%, além do juro do fundo de reserva, aos acionistas antigos; e 6,4% aos acionistas que tinham entrado naquele ano. Em 1814, foram mais elevados: 11,6% e 11,35%, respectivamente. Em 1815, 16,45%, além do juro do fundo acumulado. Em 1819, a junta anunciou a distribuição de dividendos referentes a 1818, “na proporção de 15,44%, além de lucros realizados dos anos de 1812 a 1816 a quem pertencerem”, dos quais se deduziria, “na forma da lei”, a sexta parte “para o fundo de reserva”. Seriam igualmente distribuídos os juros vencidos da reserva dos anos anteriores (1814, n. 14; 1815, n. 12; 1819, n. 14).

Em 1815, foi criado um novo imposto a favor do Banco do Brasil, que devia ser pago na corte e na capitania do Rio de Janeiro. Suas contribuições no triênio de 1815 a 1817 seriam arrecadadas na casa do contratador e caixa do contrato, o negociante Manuel Moreira Lírio, ou na casa dos outros sócios do contrato de arrematação, os quais seriam outros negociantes provavelmente (1816, n. 40).

No primeiro aviso, não foi esclarecido onde incidia tal imposto, mas um segundo foi mais informativo:

Manuel Moreira Lírio, como caixa e administrador do contrato dos impostos a favor do Banco do Brasil, faz saber aqueles com quem esta notícia competir, que não poderão fazer venda ou compra de embarcações, sejam elas de que natureza forem, exceto jangadas e canoas de pescarias, sem que primeiro venha pagar a meia sisa do referido imposto ao dito contrato a que estão obrigados, tanto por vendas em público como por escritos em particular, de que já lhe têm sido denunciadas várias transações de tal natureza sem que tenham pago a competente meia sisa. Portanto, faz certo a todos aqueles que tais meias sisas deverem pagar, o venham fazer no tempo prefixo de trinta dias da data deste, e findos usará da lei que amplia tais fraudes do dito contrato, prometendo a quem denunciar tais vendas, ou compras, metade do valor daquilo que por ele for denunciado (1816, n. 65).

Num porto como o Rio de Janeiro, a venda de embarcações era muito freqüente e, incidindo o novo imposto sobre essas transações, certamente era

arrecadada uma quantia substancial. A fraude já se tinha instalado, graças à substituição da escritura de venda em tabelião por um escrito particular de compra e venda. Para evitá-la, foi feito o aviso acima, em que o administrador do contrato também contava com os denunciantes, embora tivesse de lhes entregar metade do valor denunciado.

Com o movimento constitucional no Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1821, a presidência do banco passou a ser ocupada por João Rodrigues Pereira de Almeida, grande negociante com muito prestígio no mundo mercantil. A 23 de março saiu um decreto cujo teor revela a quanto tinha chegado a insolvência do banco devido às dívidas do Real Erário:

Tendo o Banco do Brasil contribuído em diferentes épocas com extraordinários e avultados avanços ao meu Real Erário para suprir as urgências do Estado; achando-se o mesmo banco credor a diferentes cofres públicos pelo desconto de letras firmadas pelos seus tesoueiros e pelo pagamento de despesa de obras que deviam ser feitas pelos ditos cofres; e considerando eu que não podia ser assaz pronto o embolso de tão consideráveis quantias pelo produto das consignações que se acham arbitradas, querendo auxiliar, proteger e firmar um estabelecimento de tão notória utilidade e necessidade para o bem comum e particular dos meus fiéis vassalos, e de tanta vantagem, para se poderem ter disponíveis no meu Real Erário em tempos próprios as somas necessárias ao pronto pagamento das despesas públicas; desejando remover toda e qualquer desconfiança da solidez deste estabelecimento em consequência das suas transações com o meu Real Erário e estações públicas, hei por bem declarar como dívidas nacionais os desembolsos do Banco do Brasil por semelhantes transações, e a elas responsáveis todas as rendas públicas deste Reino do Brasil e os rendimentos que têm estrada nos diversos cofres públicos que têm feito transações com o banco, ou a quem devam pertencer as despesas das obras por ele feitas. E para aumentar os capitais que devem servir a acelerar o pagamento do que a minha Real Fazenda deve ao Banco do Brasil, sou servido ordenar que imediatamente a Diretoria Geral dos Diamantes faça entrar no cofre do banco todos os brilhantes lapidados que se acham no meu Real Erário, servindo-lhe de quitação o recibo do tesoureiro do cofre do banco, praticando-se o mesmo com diamantes que, para o futuro, se forem lapidando, a fim de que a junta do banco possa proceder à sua venda no Brasil ou na Europa, onde for mais conveniente, levando o seu produto à conta do crédito real. Outrossim sou servido ordenar que a mesma Diretoria Geral remeta logo ao cofre do banco todos os diamantes brutos que não forem

necessários para se entreter o trabalho da Fábrica de Lapidação estabelecida nesta corte, e assim o pratique para o futuro, a fim de serem mandados vender pela junta do banco fora dos domínios da minha real Coroa, e onde mais convier, para ser igualmente aplicado o seu produto ao pagamento da dívida da minha Real Fazenda. Finalmente, para dar a mais decidida prova do quanto desejo remover a mais leve suspeita contra a solidez de tão útil estabelecimento, tenho resolvido de meu moto próprio fazer entrar no depósito do banco todos os objetos de prata, ouro e pedras preciosas que se puderem dispensar do uso e decoro da minha real Coroa, esperando que os meus fiéis vassalos, imitando este meu exemplo, dêem ao mundo uma prova de que nenhum sacrificio é custoso aos portugueses a bem da causa pública, bem entendido que não poderá o banco exigir a comissão dos objetos depositados por semelhante motivo.

Em 23 de março de 1821, ocorreu uma mudança na junta do banco. Segundo o *Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816*, seus diretores eram grandes negociantes, como Luís de Sousa Dias, Fernando Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida e José Marcelino Gonçalves. Havia ainda dez deputados, todos negociantes. Ao assumir um dos lugares de deputado, José Antônio Lisboa, que fora lente da aula de comércio, criticou a atuação da antiga junta, em suas *Reflexões sobre o Banco do Brasil*, ao dirigir-se aos acionistas: “A administração que o antigo ministério aí conservava (não querendo que os acionistas se reunissem nas assembléias gerais, que eram prescritas anualmente nos seus estatutos) tinha licença para dispor dos seus fundos a seu bel-prazer”. Lembrou numa nota que, em 1817, o negociante Francisco José dos Santos e o corretor José da Rosa Salgado tinham sido presos “por falarem do mau uso que se fazia dos fundos do banco e das prevaricações dos seus empregados” (1821, pp. 12-3).

Segundo José Antônio Lisboa, o movimento constitucional de 26 de fevereiro de 1821 e a mudança de ministério provocaram uma desconfiança em relação às notas do banco, “resultando daqui uma extraordinária e perene concorrência ao cofre da remissão das ditas notas, concorrência que aumentou consideravelmente logo que Sua Majestade, pelo decreto de 7 de março, declarou a sua retirada e da sua real família para o Reino de Portugal” (ibid., p. 11). As pessoas que iam deixar o país quiseram “apurar os fundos que possuíam”. Houve dias em que se trocaram mais de 40 contos de réis, pois todos desejavam levar metais, uma vez que fora do Brasil aquele papel “não tinha uso”. Esses saques deixaram o banco em má situação. Por isso, em julho desse ano, foi publicado o seguinte aviso:

Sendo um dos desejos da Junta do Banco do Brasil estabelecer e consolidar a mais exata e segura estabilidade nas transações que lhe estão cometidas, e havendo reconhecido pela experiência que não é possível preencher estes fins no que diz respeito a verificar a existência dos saldos de cada uma das caixas que estão debaixo da sua inspeção, quando os oficiais empregados no expediente delas o estejam fazendo e ao mesmo passo contando dinheiro concernente aos sobreditos saldos, tem resolvido a mencionada junta que nos dois dias que em cada mês destinar para aquele exame, a contar de agosto próximo em diante, não se faça pagamento ou recebimento algum, excetuando letras que se devam cobrar, ou satisfazer, procedendo-se à verificação indicada a portas abertas, e em presença das pessoas que por si próprias pretendam conhecer o motivo da suspensão dos trocos das notas do banco em tais dias. E para que chegue a notícia ao público mandou inserir o presente na gazeta e no diário desta cidade. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1821. O secretário da Junta, Jacinto Ferreira de Paiva (n. 54).

José Antônio Lisboa justificou essa medida escrevendo:

A junta do banco recorreu ao mesmo expediente de que têm lançado mão outros bancos, em lugar de suspender inteiramente o troco das suas notas, como alguns têm feito, o limitou e calculando com os metais que tinha em seu poder suficientes para um troco moderado por longo tempo [...] o pôs em prática.

Numa nota, Lisboa referiu-se às pessoas que interpretaram mal a suspensão dos descontos e de alguns suprimentos feita pelo banco e que, por essa razão, o estavam desacreditando. Ora, apenas se tinha agido com prudência. Se o banco limitara o troco das notas, também devia pôr um limite à sua saída dos cofres, fazendo somente o pagamento indispensável das letras aceites, satisfação dos depósitos e outras obrigações, “mas nunca para novos empréstimos” (ibid., pp. 20-2 e 28). E o Tesouro Público devia compreender a situação do banco.

Ainda em julho, o Banco do Brasil procedeu a leilão propriedades imobiliárias, talvez de devedores da instituição:

Nos dias 7, 10 e 17 de julho hão de andar em praça do Juízo Privativo do Banco, nas casas da Relação, os seguintes prédios, por execução que faz o agente do mesmo Banco, e continuarão nos seguintes dias em que houver Relação até serem rematados, a saber: uma propriedade de casas

e chácara no Engenho Velho, pertencente a José Maria Velho e Manuel da Silva Velho; uma morada de casas térreas na rua detrás do Hospício pertencente a João de Sousa Mota, filho. Quem pretender lançar nos referidos prédios, compareça nos dias e lugar acima indicados, depois de finda a Relação. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1821 (n. 55).

Sabemos que nessa época impostos recolhidos a favor do banco ainda não estavam sob contrato de arrematação:

O desembargador juiz privativo do Banco Nacional do Brasil faz saber ao público que, tendo findado o lançamento dos impostos a favor do mesmo banco, os quais se acham internamente arrecadados por administração enquanto se não rematam, convém que os coletados que têm loges, seges, armazéns, barcos, canoas etc., mandem satisfazer as quantias de suas respectivas coletas no escritório de Manuel Moreira Lírio, Rua Direita, n. 80, onde se acha a caixa de arrecadação desta renda, o que deverá ter lugar até o fim do corrente mês, visto que depois deste prazo se passa a fazer a dita arrecadação executivamente (n. 97).

A situação difícil do Banco do Brasil depois da partida de D. João VI fez surgir na *Gazeta* uma quantidade maior de avisos a ele referentes e por ele mandados publicar:

A Junta do Banco do Brasil, tendo anunciado ao público em 8 de agosto o déficit de 102:055\$716 réis, que se mostrou haver na caixa de emissão do mesmo banco, da qual era fiel Francisco Joaquim de Lima, julga do seu dever, e se apressa a anunciar também, que a mencionada quantia [...] se acha plenamente solvida pelos procuradores do dito Lima nesta cidade, tendo portanto a mesma junta dado as suas ordens para se passar em juízo a competente e geral quitação e em consequência levantar o seqüestro a que tinha mandado proceder em todos os seus bens, cedendo e relevando o dito Lima de toda e qualquer ação cível ou criminal que de direito o corpo administrativo do Banco do Brasil tenha, ou possa vir a ter, sobre o referido Lima acerca do anunciado objeto. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1821. O secretário da junta, Jacinto Ferreira de Paiva (1822, n. 1).

Contudo, o Banco do Brasil não deixou de distribuir dividendos nesta fase difícil de sua história:

A Junta do Banco do Brasil participa aos senhores acionistas do mesmo residentes nesta corte, e aos procuradores dos de outra qualquer praça, que do dia 1º de fevereiro do corrente ano em diante podem comparecer na Tesouraria Geral do dito banco, munidos dos competentes títulos, para receberem o que a cada um competir no dividendo do ano de 1821, na proporção de 18,42%, de que se deduzirá na forma da lei a sexta parte para o fundo de reserva, assim como para perceberem o juro vencido da reserva dos anos anteriores, achando-se ali patente o balanço demonstrativo do rendimento e despesa. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1822. Jacinto Ferreira de Paiva (n. 14).

Ignoramos se operações de câmbio eram realizadas no Banco do Brasil, mas em finais de 1815 abriu uma casa na Rua da Cadeia “para cambiar toda a qualidade de moeda estrangeira” (1815, n. 100).

Embarcações à venda

Era grande a variedade de embarcações que entravam no porto do Rio de Janeiro. Num total de 1.329 ancoradas em 1811, as mais numerosas eram as lanchas e as sumacas do comércio de cabotagem (500 e 336, respectivamente). Entre as de maior porte, os brigues somavam 288 e os navios, 134. Os demais tipos estavam escassamente representados: escunas, 31; corvetas, 16; fragatas e charruas, sete cada; paquetes, seis; e naus, quatro (1812, n. 1).

Num porto de intenso movimento como o do Rio de Janeiro, realizavam-se constantemente vendas de embarcações, umas vezes com a indicação do nome do proprietário, outras apenas com o nome de quem se encarregava da venda. Embora predominasse a venda de pequenas embarcações, como lanchas ou sumacas, surgiam também avisos referentes a embarcações maiores:

Quem quiser comprar a galera portuguesa Feliz Sociedade, vinda proximoamente de Cádiz, dirija-se à casa do caixa e proprietário da dita galera, Francisco Luís Almeida e Cia., na Rua dos Pescadores, n. 17, aonde verá o inventário de seus pertences e tratará do preço (1810, n. 74).

Uma sociedade mercantil era a proprietária da embarcação, tal como no anúncio de um bergantim, “do lote pouco mais ou menos de 170 toneladas”, posto à venda pela firma Pirro, Freitas e Silva. Ele podia ser visto na Prainha, ao pé do trapiche do Cleto, e os proprietários mostravam o inventário de seus pertences, como era costume com essas embarcações que faziam a travessia do Atlântico. Esse bergantim chegara das ilhas de Cabo Verde e Madeira (1810, n. 78).

Como muitas dessas embarcações não tinham um só proprietário, por vezes o que se vendia era a cota individual, como no caso do navio Príncipe, chegado do Porto, do qual se vendia apenas um quarto. A redação dos anúncios nem sempre era clara quanto à propriedade, como no caso seguinte, em que ficamos sem saber se a mencionada viúva era a dona da corveta ou se apenas se encarregava de sua venda:

Quem quiser comprar a corveta São João Nepomuceno, com todos os seus pertences, pronta a navegar para a costa de leste, vinda proximamente de Angola, contendo a dita sete escravos, cinco marinheiros, um do governo e um barbeiro, vá falar com a viúva D. Tomásia Jacinta Vieira do Amaral, na Rua do Cano, no canto da Rua dos Ourives (1812, n. 35).

Quando morreu Amaro Velho da Silva, um negociante de grosso trato, entre seus bens incluíam-se navios e uma galera; o valor das embarcações era de 7:485\$143 réis. Ele ainda era proprietário de metade do bergantim Nossa Senhora da Penha, leiloado também em 1811. No ano seguinte, foi posto à venda em hasta pública, pelo juiz conservador dos Privilegiados, o navio Lusitânia. Os leilões de embarcações eram freqüentes, como os das mercadorias:

Acha-se em praça da Ouvidoria Geral do Cível a escuna Nova Fragatinha, forrada de cobre, vinda proximamente da Costa da Mina com todos os seus pertences e preparos para a negociação de escravos, cuja rematação é feita por ordem dos proprietários. Quem nela quiser lançar, dirija-se à praça do dito Juízo. O inventário acha-se em casa de Antônio Joaquim Maia, na Rua da Quitanda, na esquina da de São Pedro (1811, n. 93).

Infelizmente, nenhum desses inventários foi publicado na *Gazeta* – certamente em virtude do elevado custo e do tamanho da lista –, nem nos consta que tivesse saído dos prelos da Imprensa Régia. De qualquer modo, procurava-se sempre ressaltar no anúncio não só a navegação que a embarcação habitualmente fazia, mas também a solidez de sua construção. A escuna Maria Isabel, por exemplo, chegada de Caiena com escala por Maranhão e Pernambuco, era “muito bem construída de cedro espanhol, cavilhas de cobre, forrada do mesmo metal, bem preparada de todos os pertences para navegação, e muito boa de vela” (1811, n. 83 e 1812, n. 13; Silva, 1998, p. 27).

Em relação às embarcações que faziam o tráfico de escravos, era relevante indicar o número de cativos que podia nelas ser transportado, como se vê no seguinte aviso:

[José Vieira de Castro e Irmãos] vendem nos dias 10, 13, 16, às 11 horas da manhã, à porta da Alfândega, pelo maior lance o bergantim Regenerador, com amarras e mais aparelhos de linho, sendo próprio para o tráfico de escravos por ser veleiro e de lote de mais de 500 cativos, e vende-se por demandar muita água para a barra do Rio Grande (1821, n. 97).

Fretes

Embora sejam freqüentes os anúncios de embarcações que, no porto do Rio de Janeiro, carregavam mercadorias para levá-las a outros portos, são muito raras as informações acerca do custo dos fretes conforme os produtos embarcados. Só em 1820 se divulgou que o navio União Feliz, o qual sairia para o norte da Europa com escala em Lisboa, já se encontrava com mais de um terço de sua carga, mas ainda recebia fretes de açúcar, café e arroz ao “módico preço” de 300 réis por arroba; a aguardente a 15\$000 réis a pipa; couros a 12\$000 a arroba ou a 12 réis por libra. Pouco tempo depois, o navio General Lecor, armado em guerra, recebia carga para Lisboa com preços equivalentes, exceto a libra de couro, que ficava por 10 réis (1811, n. 99).

Desse modo, os proprietários de embarcações não parecem ter visto qualquer vantagem em divulgar seus preços de frete. Talvez tentassem não assustar a clientela e convencê-la a aceitá-los. Pela *Gazeta*, só sabemos que embarcações aceitavam fretes e quando as mercadorias tinham de ser embarcadas.

O corpo do comércio e a Coroa

Os negociantes não só tinham sua atividade controlada pela Real Junta do Comércio, como dependiam de decretos reais para confirmação de suas firmas. Tão logo estes eram assinados, os interessados faziam um comunicado ao público, conforme se pode ver no seguinte anúncio:

Por decreto de 2 de agosto do presente ano foi S. A. R. servido fazer mercê a João Rodrigues Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida, negociantes desta praça, de usarem da firma de Joaquim Pereira de Almeida e Cia., autorizando-os para com a dita assinatura poderem pedir e satisfazer em juízo e fora dele todas as obrigações ativas e passivas que à mesma sociedade pertencerem (1808, n. 3).

Também era o monarca que autorizava a viúva de um negociante a prosseguir com a firma do falecido marido:

O príncipe regente nosso senhor, por decreto de 9 de setembro do corrente

ano, foi servido fazer mercê a D. Maria Luísa de Sousa e Luís de Sousa Dias, viúva e filho do senhor José Pinto Dias, comerciante desta praça, de poderem continuar o giro do comércio da sua casa debaixo da firma de Dias, Viúva e Filhos, fazendo com ela todas as suas transações e podendo com a mesma demandar e ser demandada em juízo (1808, n. 6).

Do mesmo modo, em outubro de 1808, foi permitido que a casa do falecido Brás Carneiro Leão continuasse suas atividades comerciais debaixo da firma de Carneiro, Viúva e Filhos (1820, n. 74, 75 e 82).

Desde a chegada da corte ao Rio de Janeiro, os negociantes ajudaram o monarca em suas crises financeiras, recebendo em troca graças honoríficas e lugares de prestígio. Logo em 1808 foi aberta uma subscrição para auxiliar as vítimas da guerra em Portugal. Os negociantes do Rio de Janeiro – esquecendo as “excessivas perdas” sofridas devido à “invasão dos bárbaros usurpadores do Reino” e à conseqüente interrupção da navegação e estagnação do comércio – contribuíram para o esforço de guerra, solicitando que, nas embarcações destinadas a conduzir os socorros, se recebessem os gêneros que cada um deles estava disposto a doar, gêneros estes considerados úteis para o provimento dos exércitos. Entre aqueles que contribuíram com valores mais elevados, encontram-se os negociantes Antônio José Gomes Barroso, Elias Antônio Lopes, a firma de Joaquim Pereira de Almeida e Cia., Fernando Carneiro Leão por sua casa mercantil, Dias, Viúva e Filhos, entre outros.

Em 1810, voltaram os negociantes a contribuir para os cativos em Argel; em 1817, para as expedições militares a Pernambuco. Para essa última subscrição, a firma de Joaquim Pereira de Almeida e Cia. e a de Dias, Viúva e Filhos contribuíram com 2 contos de réis cada uma; Carneiro, Viúva e Filhos, 4 contos (o mesmo que Velho, Viúva e Filho). Mais tarde, os negociantes também não falharam quando o príncipe regente D. Pedro precisou de sua ajuda:

O coronel Antônio Ferreira da Rocha faz ciente ao público que, tendo-se encarregado de promover pelo corpo de comércio desta praça uma subscrição pecuniária para as atuais urgências do Estado, entregou a respectiva relação ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, o excelentíssimo senhor José Bonifácio de Andrada e Silva, a cuja ordem os senhores subscritores entrarão com as quantias que espontaneamente ofereceram, quando e na estação que lhes for determinada, ficando com o mesmo coronel terminada a referida comissão (1822, n. 21).

As contribuições dos negociantes para as despesas do Estado, bélicas ou

outras, eram recompensadas da maneira mais barata possível para o monarca. Bastava distribuir fartamente graças honoríficas, as quais davam mais prestígio social do que renda a seus favorecidos. Logo à chegada da corte em 1808, Custódio Moreira Lírio solicitou o hábito de Cristo, alegando ter feito vários empréstimos à Coroa. Anexou à sua petição uma atestação assinada por 63 homens de negócio do Rio de Janeiro, entre os quais Fernando Carneiro Leão, Antônio Gomes Barroso, Joaquim José Pereira de Faro e Amaro Velho da Silva. A 31 de maio de 1809, o príncipe regente D. João VI concedeu-lhe o solicitado, dispensando-o de quaisquer habilitações ou certidões. O negociante deveria receber o hábito na Catedral do Rio de Janeiro.¹

Outro negociante, João Rodrigues Pereira de Almeida, anexou à petição uma longa lista de donativos à Coroa: na qualidade de capitão do Regimento da Candelária, vestira e armara sua companhia; adquirira dez ações do Banco do Brasil; concedera um empréstimo para a criação da Fábrica da Pólvora; oferecera apetrechos militares e peças de artilharia para a Artilharia; e fizera despesas com os índios da Serra da Mantiqueira.²

Em 1810, tendo a casa de comércio Carneiro, Viúva e Filhos emprestado 10.000 cruzados para a instalação da fábrica de fundição de peças de artilharia e de canos de espingarda, foi concedida a seu principal representante uma comenda numa das ordens militares, e ao outro sócio, Geraldo Carneiro Beléns, “o foro de fidalgo na forma que seu avô e cunhado o têm”. É bom lembrar que, no período joanino e face às enormes despesas com a Coroa, os grandes negociantes já não se contentavam com simples hábitos; eles queriam comendas. Numa subscrição acordada quando o Brasil foi elevado a reino, assinaram como comendadores Fernando Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida, Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Joaquim José de Siqueira e José Luís da Mota.

No entanto, os negociantes não aspiravam só às ordens militares em recompensa por suas ajudas à Coroa. Outros títulos honoríficos eram igualmente desejados, como o de membro do conselho do monarca. Amaro Velho da Silva e Manuel Velho da Silva receberam esse título por carta de 22 de agosto de 1812, e João Rodrigues Pereira de Almeida, por correspondência de 31 de março de 1821. O de fidalgo cavaleiro também era almejado: Elias Antônio Lopes recebeu seu alvará a 19 de outubro de 1810; Antônio Gomes Barroso passou a sê-lo por alvará de 8 de maio de 1819, bem como seu filho, de mesmo nome, no mesmo ano (*Dicionário aristocrático*, 1867).

1. BNRJ, Ms., “Documentos biográficos”, C 76, 4.

2. BNRJ, Ms., “Documentos biográficos”, C 496, 14.

Vida cultural

Publicações da Impressão Régia

Ao ser criada a Impressão Régia, a censura ficou entregue a uma junta diretora, que deveria “examinar os papéis e livros” e vigiar para que nada se imprimisse “contra a religião, a moral e os bons costumes” (aviso de 24 de junho de 1808). Porém, pouco depois, a Mesa do Desembargo do Paço quis assumir o exame dos livros publicados no Rio de Janeiro e dos importados (Neves, 1999, p. 100).

A Junta da Impressão Régia era constituída por dois letrados bem conhecidos, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, e por um funcionário régio sem maior notoriedade, José Bernardes de Castro. Além de outros empregados menores (apontador e pagador, escriturário e guarda-livros, porteiro e fiel), havia as pessoas empregadas nas “oficinas de composição, impressão, fundição de letras, abrição de punções e matrizes, gravura etc.”, segundo o *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*.

Eram várias as atividades da primeira tipografia brasileira: imprimiam-se livros e a legislação produzida (decretos, alvarás, cartas régias etc.); fabricavam-se “livros em branco” para escrituração; encadernavam-se impressos; faziam-se pastas “e todas as obras pertencentes ao ofício de livreiro”; e aparavam-se resmas de papel (1808, n. 7). Em 1809, foram impressas diversas listas dos navios que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro, tendo o negociante Agostinho da Silva Hoffman recebido o privilégio de publicá-las periodicamente durante um ano. Em 1810, ele deixou de ser o encarregado da publicação. A partir de 1812, a própria *Gazeta* passou a publicar em suas “Notícias marítimas” a entrada e saída de embarcações.

Além de alvarás, decretos e cartas régias, também saíam dos prelos da Impressão Régia folhetos úteis à vida colonial, como a *Tabela dos dias das partidas dos correios destinados para a interior comunicação desta corte e cidade do Rio de Janeiro com a vila dos Campos de Goitacazes e com as Capitânicas do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Pará no presente ano de 1810 e seguintes*. De grande interesse para os letrados era a nomeação para algum cargo, e daí a divulgação pela imprensa da *Relação dos bacharéis despachados para diferentes lugares de letras por decretos de 6 e 9 do corrente*, que se vendia na loja da *Gazeta* por 80 réis (1810, n. 2 e 13).

Inicialmente, a produção livresca foi marcada pela situação européia e a presença dos exércitos de Napoleão em território português. Em 1808, saiu dos

prelos a *Memória histórica da invasão dos franceses em Portugal no ano de 1807*. Foram publicadas ainda as *Vozes do patriotismo ou fala dos portugueses feita em janeiro de 1808*, descritas como um “poema em verso solto, tão cheio de entusiasmo político como patriótico”. Ambas eram do padre José de Góis, da Congregação do Oratório de Pernambuco. Esse padre, muito prolífico, também publicou em 1809 uma ode pindárica *À fidelíssima Lusitânia livre já da tirania dos pérfidos franceses*. A dedicatória dos versos *À restauração de Portugal*, contra o “aleivoso galo”, o “monstro sanguinoso”, traz a data de 8 de janeiro de 1809. Seu autor apenas colocou as iniciais: M. de S. e A. Mereceu igualmente impressão o *Sermão de ação de graças pela restauração de Portugal, pregado na Real Capela por Januário da Cunha Barbosa, pregador régio*. Continuou-se em 1809 a publicação da *Confederação dos reinos e províncias de Espanha contra Bonaparte*, mas só foi localizado o n. 3; os dois anteriores, de 1808, perderam-se. Obras de caráter satírico vieram à luz, como a *Receita especial para fabricar napoleões*, em verso, e o *Embarque dos apaixonados dos franceses, ou segunda parte da proteção à francesa* (1809, n. 43, 45 e 50).

As invasões francesas ainda dominaram a produção da Impressão Régia em 1810. Foram publicadas a *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar* (reedição da obra lançada em Lisboa em 1809), de Francisco Soares Franco, e *A proteção dos ingleses*, versos de Joaquim José Lisboa reeditados no Rio de Janeiro.

Essa fase da Impressão Régia foi marcada pelo que em outro estudo denominei “ciclo napoleônico”, com folhetos sobre o imperador dos franceses e sua família. Dos 85 folhetos sobre esta temática à venda nos livreiros do Rio de Janeiro, a maior parte era impressa em Lisboa, mas alguns textos contra Napoleão foram reimpressos na nova corte, como o *Manifesto da razão contra as usurpações francesas. Oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*, de José Acúrsio das Neves, publicado em 1809, no ano seguinte à edição lisboeta. A obra estava disponível na loja de Paulo Martin, que, como francês, procurou vender o maior número de obras antinapoleônicas. As *Máximas de Napoleão* eram vendidas também em sua loja por 320 réis (*Gazeta extraordinária*, 1809, publicada depois do n. 26). O mesmo livreiro tinha à venda, em 1810, *Chalaga de Napoleão, ou proteção universal. Oferecida aos apaixonados dos franceses*. O autor, segundo Inocência Francisco da Silva, era Antônio Patrício Pinto Rodrigues.

Geralmente, era feita uma publicidade que reunia obras do mesmo tipo num só anúncio:

Na loja da *Gazeta* se acham os folhetos seguintes: *Discurso dirigido aos*

portugueses com uma profecia política sobre a próxima decadência do império francês, por 800 réis; *Elogio da plebe da nação espanhola*, por 160 réis; *Cartilha napoleônica. Diálogo entre Napoleão e um mouro*, por 320 réis; *Palafox, verdadeiro herói da história e da Europa*, por 640 réis (1810, n. 15).

Também faziam parte desse ciclo napoleônico as seguintes obras, à venda na loja de Paulo Martin: *O Plutarco revolucionário, na parte que contém as vidas de Madama Bonaparte e outros desta família*, traduzido do inglês e reimpresso no Rio de Janeiro depois de uma primeira edição em Lisboa; e a *Verdadeira vida de Bonaparte* (1810, n. 17). Anexo à primeira obra, foi publicado o “Catálogo dos folhetos impressos à custa de Paulo Martin Filho, que se acham na sua loja na Rua da Quitanda, n. 34”, num total de 24 títulos, sendo ainda anunciados quatro no prelo. Por aqui se prova que Martin não se limitava a ser livreiro, assumindo o papel de editor de obras de sucesso garantido. O “Catálogo” que ele imprimiu em 1810 e que saiu anexado ao n. 59 da *Gazeta* será analisado mais adiante.

Todavia, paralelamente, outros tipos de texto saíram dos prelos da Impressão Régia: por exemplo, *O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião* (1808), com uma dedicatória do autor, que assina apenas M. C. C., a Francisco José Rufino de Sousa Lobato, um dos servidores do Paço mais influentes na época. Para o autor, as corporações militares visavam refrear os inimigos estrangeiros e “os ociosos cidadãos que, como funestíssimas pestes das sociedades civis, as infestam”. Tratava-se, portanto, de combater simultaneamente os inimigos externos e internos. Foi também publicado nesse período o livro de José da Silva Lisboa – *Observações sobre o comércio franco no Brasil, do autor dos Princípios do direito mercantil* –, anunciado como uma “obra interessante pela discussão das objeções que se têm posto à franqueza concedida” (1809, n. 63). A primeira obra sobre medicina saiu em 1808. Embora sem nome de autor, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro* era de Manuel Vieira da Silva, médico da Real Câmara, e propunha-se a averiguar as causas das moléstias que grassavam na cidade, como veremos em breve.

Graças ao trabalho de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, temos hoje uma idéia precisa do movimento editorial da primeira tipografia brasileira. Com os avisos da *Gazeta*, ficamos a par das intenções de publicação de alguns autores, algumas das quais se concretizaram – enquanto outras ficaram só em projeto. Isto porque a Impressão Régia editava, por um lado, obras “por ordem de S. A. R.”, não acarretando, portanto, despesas tipo-

gráficas para os autores; por outro, aceitava publicar textos que, além de serem submetidos à censura, precisavam recorrer ao sistema de subscrição para virem à luz, dado o elevado custo de impressão cobrado pela única tipografia existente.

Com a presença da corte, acentuou-se a clivagem entre nobres e plebeus, suscitando o interesse pelas pesquisas genealógicas no Brasil, as quais no século XVIII tinham permanecido manuscritas. Alexandre José Curado de Figueiredo e Albuquerque propôs-se, em 1810, a publicar uma *Nobiliarquia brasiliense*. Para realizar seu trabalho, pedia na *Gazeta* que os interessados lhe enviassem suas genealogias “legalmente provadas por documentos”. Para recolhê-las, dispunha de correspondentes em várias capitânicas (1810, n. 17 e 97). Esse projeto não deu certo, pois a obra não consta das produções da Imprensa Régia. O autor resolveu em seguida dedicar-se à elaboração do *Almanaque da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, publicado em finais de 1810. Para não sair com erros, pôs o seguinte aviso em novembro de 1810: “Acha-se na imprensa o *Almanaque da corte do Brasil* e seu autor pede por favor a todas as repartições queiram mandar-lhe à loja da *Gazeta* as alterações que têm havido desde junho até o fim deste mês” (1810, n. 92).

No prólogo, Figueiredo e Albuquerque menciona “a dificuldade de haver notícias das diferentes capitânicas para formar um mais completo catálogo de notícias do que este que pela primeira vez sai ao público nesta capital do Estado do Brasil”. Declara ter nele seguido a ordem do *Almanaque da corte de Lisboa*, além de prometer apresentar “um calendário civil” equiparado ao das “nações mais civilizadas”. Ignoramos se o autor organizou os outros dois almanaques, o de 1816 e o de 1817, que saíram sem indicação de autoria. De qualquer modo, para a elaboração dessa obra, era fundamental a colaboração dos principais interessados:

Querendo publicar-se com a maior brevidade possível o almanaque desta corte, e sendo difícil conseguir os nomes e moradas de todas as pessoas que devem ali ser mencionadas, principalmente aquelas que não estão incorporadas, como negociantes, tanto nacionais como estrangeiros, letrados, médicos, cirurgiões etc., roga-se a cada um dos senhores pertencentes a estas classes que deixe o seu nome, rua e número da sua habitação na loja da *Gazeta*, ou na de Manuel Mandilo defronte do Carmo. A mesma recomendação se estende igualmente aos empregados em outras repartições, pois semelhantes participações poderão corrigir qualquer engano que tenha escapado nas relações que se têm pedido competentemente. Os que quiserem remeter os ditos avisos em carta fechada, porão no sobrescrito ‘Para o Almanaque’ (1816, n. 16).

Já outros tipos de obra, de impressão mais cara, não podiam passar sem a contribuição dos subscritores:

Roberto Ferreira da Silva faz público que pretende dar ao prelo uma coleção de perspectivas dos mais interessantes pontos desta corte e seus subúrbios. As pessoas que quiserem subscrever para esta coleção podem dirigir-se à loja de José Antônio Pinheiro Filho, na Rua Direita, a 1\$280 cada uma, e avulsas se venderão a 1\$600 (1815, n. 20).

As estampas encareciam a obra, e talvez por isso o autor tenha desistido da publicação, optando por outra mais barata: *Elementos de desenho e pintura e regras gerais de perspectiva*, que saiu do prelo em 1817 e continha apenas nove gravuras ilustrando o capítulo referente aos “pontos da perspectiva em geral”. O autor fez duas subscrições, obtendo com elas um total de 172 subscritores, cujos nomes constam de uma lista anexa à obra. Nela, incluem-se elementos da nobreza (dois barões, dez condes, o Duque e a Duquesa de Cadaval, seis marqueses e dois viscondes); negociantes, como Fernando Carneiro Leão e Geraldo Carneiro Beléns; letrados, como José da Silva Lisboa e Francisco de Borja Garção Stockler; altos funcionários, como Paulo Fernandes Viana; e médicos, como José Maria Bomtempo.

Em 1815, a subscrição para a obra de Manuel Aires de Casal era feita na loja do livreiro Manuel Mandilo, e o anúncio constitui uma espécie de prospecto, explicitando o conteúdo para melhor atrair os subscritores:

Corografia brasílica, onde se expõe a divisão, extensão e limites das suas províncias; a descrição do atual estado de cada uma delas, indicando o que ali há de notável, como sejam as suas povoações, rios, lagos, montes, portos, cabos, mineralogia, animais, botânica, produções de agricultura e indústria; a época e o método da sua colonização etc. Precedida da história desde o seu descobrimento em 1500 até o ano de 1532, em que este país foi repartido em capitánias, com um apêndice das duas províncias civilmente anexas à província do Grão-Pará. Esta obra, tão útil e desejada, se acha já pronta para a impressão, que ocupará 700 páginas de 4º, pouco mais ou menos, e se oferece à subscrição. E os senhores que quiserem subscrever depositarão 1\$600 réis na loja de Manuel Mandilo, defronte de N. S. do Carmo (n. 59).

A lista que acompanha a edição da obra do padre Casal revela um total de 93 subscritores e 133 exemplares subscritos. Foi com esse capital que o

autor financiou sua obra. Em contrapartida, a Coroa concedeu-lhe o privilégio exclusivo por 14 anos, como era habitual, para que nenhum livreiro nem impressor ou qualquer outra pessoa pudesse vender ou imprimir aquela obra, passando o privilégio a seus herdeiros dentro daquele período (alvará de 21 de maio de 1817).

A obra de Pizarro e Araújo, composta de vários volumes, foi anunciada num prospecto em que se indicava o preço da subscrição:

Prospecto das *Memórias históricas do Rio de Janeiro* por monsenhor Pizarro. Impressão Régia, 1819.

Pretende o autor das memórias sobreditas levá-las à estampa, rogando para isso ao público assaz distinto (em utilidade de quem se desvelou) queira prestar-lhe o seu honroso obséquio da assinatura de 8\$000 réis na Impressão Régia, na casa do livreiro Saturnino, Rua Mãe dos Homens, e na de Manuel Joaquim da Silva Porto, Rua da Quitanda, esquina da de São Pedro, onde os senhores assinantes poderão contribuir logo com a referida quantia, ou quando das mesmas casas receberem o 1º volume da obra, a qual será em 4º, e na mesma letra deste Prospecto.

Mais barata era a subscrição para a seguinte obra:

Dá-se à luz uma *Arte da gramática portuguesa*, muito resumida, clara e útil para a instrução da mocidade. Quem quiser ser assinante para a impressão dela deverá fazer a assinatura com 8 tostões, na Rua Direita, n. 32, da parte do mar, na botica do Largo do Capim, e na Rua da Pedreira, n. 5, e nessas mesmas casas se entregarão aos assinantes os volumes impressos (1816, n. 86).

Um estranho anúncio, pois dele não constava nem o nome do autor nem o assunto da obra, foi publicado em 1820:

Está atualmente no prelo um manuscrito, composto de 140 páginas pouco mais ou menos, das quais as primeiras dez serão distribuídas gratuitamente com a *Gazeta*, para que por elas se possa fazer uma tal e qual idéia da sua grande utilidade. O seu preço será 1\$280 réis, descontando-se 320 réis a favor daquelas pessoas que quiserem mandar subscrever (n. 87).

A subscrição podia ser feita na Impressão Régia e nas lojas dos principais

livreiros do Rio de Janeiro, mas o conteúdo da obra em momento algum foi revelado. O sistema da subscrição permite-nos compreender a importância de que se revestiu na época o prospecto, a fim de – por meio da ênfase no interesse e na utilidade da obra – se angariarem os assinantes suficientes para garantir a edição. Depreende-se de alguns prospectos que, não havendo subscritores em número adequado, a obra não seria impressa.

Uma vez obtida a quantia necessária para a impressão, alguns autores não visavam ao lucro; por vezes distribuía suas obras gratuitamente, como fez o autor do *Quadro comparativo dos homens e das nações*, que oferecia seu pequeno folheto aos assinantes do jornal literário *O Patriota*; ou Bernardo Avelino Ferreira e Sousa, que imprimiu à sua custa um *Elogio aos anos da sereníssima senhora princesa real* (1814, n. 58; 1818, n. 18).

Que a Coroa financiava algumas publicações fica claro num ofício do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a José Bernardes de Castro, em 14 de dezembro de 1809, a propósito de um manuscrito contra os pedreiros livres:

Sendo o folheto cheio de obscenidades, e não combatendo como era de esperar os falsos princípios e péssimas conseqüências, a ridícula seita dos pedreiros livres, deve ao menos deixar-se conhecer ao público que é obra que o governo consentiu que se imprimisse, mas que não mandou imprimir, e eu me lisongeio de que V. M. não imprimiu tal folheto por conta da Imprensa Régia.

Não havia necessidade de subscrição quando as obras eram impressas “por ordem de Sua Alteza Real”, como aconteceu em 1812 com o *Tratado elementar de mecânica*, de Francoeur, aumentado com as doutrinas extraídas de Prony, Bossut, Marie e outros – para uso dos alunos da Real Academia Militar – e traduzido por José Saturnino da Costa Pereira, que lecionava nessa instituição. As quatro partes do tratado abordavam estática, dinâmica, hidrostática e hidrodinâmica.

Quando a Coroa tinha interesse em divulgar obras que foram mandadas imprimir por ela, estas eram distribuídas gratuitamente aos subscritores da *Gazeta*, como ocorreu, em 1812, com *Observações acerca do capim de Angola ultimamente trazido e cultivado no Rio de Janeiro*, *Observações acerca do cravo da Índia* e *Observações sobre as caneleiras* (1812, n. 1, 2 e 5).

O custo da impressão no Rio de Janeiro era elevado quando comparado ao da tipografia baiana de Manuel Antônio da Silva Serva ou das várias ofi-

cinas lisboetas. Por isso, os negociantes que precisavam imprimir listas das mercadorias em leilão preferiam fazê-lo em Salvador.¹

Depois do movimento constitucional de 1821, a Impressão Régia passou a ser designada como Tipografia Nacional ou Imprensa Nacional. Embora a questão da censura ainda não estivesse totalmente resolvida, já se defendia a idéia da responsabilidade do autor pelos escritos produzidos. Daí o seguinte ofício para a direção da instituição:

Manda Sua Alteza Real o príncipe regente pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que a Junta Diretora da Tipografia Nacional não consinta jamais que se imprima escrito algum sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteúdo se publique no impresso. E constando ao mesmo senhor que no escrito intitulado *Heroicidade brasileira* se lêem proposições não só indiscretas, mas falsas, em que se acham estranhamente alterados os sucessos ultimamente acontecidos, há por bem que a referida junta suspenda já a publicação do dito papel e faça recolher os exemplares que já estiverem impressos, para que não continue a sua circulação. Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1822 (1822, n. 8).

O único exemplar conhecido desse folheto encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Graças a uma informação contida no borrador para dívidas da Imprensa Nacional, Alfredo do Vale Cabral afirmou que o texto era de José da Silva Lisboa.

O movimento constitucional teve como conseqüência o fim do monopólio da Impressão Régia e o aparecimento de novas tipografias: a de Moreira e Garcez, a de Silva Porto e Cia., a de Santos e Sousa, a de Torres e Costa. Esta última divulgou a seguinte notícia em 22 de agosto de 1822:

Na Rua da Cadeia, em a casa imediata à n. 111, logo abaixo da rua detrás do Carmo, se estabeleceu uma nova tipografia, na qual se pretende publicar um periódico que, além de outros objetos, conterà todos aqueles anúncios que interessarem ao público, os quais serão prontamente impressos (tendo sempre a devida preferência os senhores subscritores), à exceção daqueles que, podendo comprometer a alguma pessoa, não vierem assinados e reconhecidos por tabelião.

Esse periódico denominava-se *O Volantim*. Concorrente da *Gazeta*, que

1. ABNRI, "Cartas de Luís dos Santos Marrocos", 1939, carta 9.

cobrava pelos anúncios, ele publicava gratuitamente os escritos entregues, exigindo apenas a assinatura mensal de 640 réis e, por cada número avulso, 40 réis. Para maior agilidade, saíria todos os dias de manhã, exceto aos domingos e dias santos de guarda. Assim, a nova tipografia estava diretamente ligada à publicação de uma folha diária de anúncios.

Os livreiros e o comércio de livros

Contemporâneos como Theodor Von Leithold e Luís dos Santos Marrocos exageraram em suas considerações sobre o comércio livreiro. O primeiro chegou a afirmar que não havia mercadores de livros, embora se pudessem encontrar comerciantes de gravuras; já o segundo mencionava em 1813 apenas dois livreiros franceses – para ele, no Rio de Janeiro se fazia “pouco negócio de livros”.² Ora, a análise dos anúncios da *Gazeta* revela um comércio dinâmico nessa área.

Em 1808, já havia pelo menos quatro livreiros no Rio de Janeiro: Francisco Luís Saturnino da Veiga, na Rua do Ouvidor; Manuel Jorge da Silva, na Rua do Rosário; Paulo Martin e João Roberto Bourgeois, na Rua da Quitanda. Na *Gazeta*, eram divulgadas as obras que saíam dos prelos da Impressão Régia e as que os livreiros importavam da Europa na crença de que existia um mercado para elas. Data de 1810 o primeiro “Catálogo das obras impressas que se acham na loja de Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda, n. 34”. Eram assinaladas com asterisco as obras impressas à sua custa, o que indica que ele, além de livreiro, era editor no sentido atual do termo, ou seja, financiava a impressão das obras que depois punha à venda. Num total de 36 títulos, 25 tinham sido financiados por ele. Os preços individuais eram indicados no catálogo, mas quem quisesse comprar a coleção completa, que importaria em 20\$320 réis, conseguiria um desconto substancial e pagaria apenas 16\$000 réis.

Quando, em 1811, foi inaugurada na Bahia uma tipografia por Manuel da Silva Serva, os livros nela impressos eram também vendidos no Rio de Janeiro, às vezes em estabelecimentos que nada tinham a ver com o comércio livreiro, como em 1814, quando estavam à venda numa loja de vidros.

Contudo, é preciso prestar atenção na linguagem dos anúncios para determinar em que medida havia mesmo um comércio especializado de livros. Alguns são bem claros:

Na loja de livros de João Roberto Bourgeois, casa n. 33, Rua da Quitanda, se acham de venda as obras novas intituladas: *Câmara ótica*, nove folhetos por 1\$440 réis; *Portugal desafrontado. Diálogo entre um francês e um*

2. Ibid., carta 56.

eclesiástico do Minho, um folheto por 320 réis; *Partidistas contra partidistas e jacobinos praguejados*, um folheto por 480 réis (1810, n. 5).

Surgia também a expressão “loja do livreiro” ou “loja do mercador de livros”. Na Rua do Sabão, “pegado à Candelária”, estava localizada uma loja de livreiro, mas no anúncio não era dito o nome do mercador, embora tenha sido possível identificá-lo como Jerônimo Gonçalves Guimarães. Manuel Joaquim da Silva Porto já atuava no mercado livreiro em 1813, instalado na Rua da Quitanda. Por outro lado, sabemos que Francisco Luís Saturnino da Veiga passara para a Rua da Alfândega; por sua vez, Manuel Jorge da Silva continuava na Rua do Rosário; e Manuel Mandilo estava na Rua Direita, defronte da Igreja dos Terceiros do Carmo. O livreiro João Batista dos Santos instalou sua loja “ao pé do correio”. Em 1818, outro Mandilo apareceu no comércio livreiro: Francisco José Nicolau Mandilo, na Rua da Quitanda. No mesmo ano, José Antônio da Silva intitulava-se mercador de livros. Em 1820, surgiu o livreiro João Lopes de Oliveira Guimarães, na Rua da Alfândega. Em 1821, Manuel Joaquim da Silva Porto mudou sua loja para a Rua de São Pedro, canto da Quitanda (1814, n. 61; 1816, n. 13; 1820, n. 2; 1821, n. 28).

Em geral, os livreiros vendiam papel de solfa, pergaminhos para escrever, tinta, livros pautados “com riscos próprios para a escrituração portuguesa”, cartas de jogar estrangeiras e até cera da Índia, paramentos e objetos para missa. Às vezes se encarregavam da encadernação de livros, como João Lopes de Oliveira Guimarães. Na loja de Manuel Joaquim da Silva Porto, vendiam-se cartas de convite para enterros e “ofícios, conhecimentos e letras, tudo de muito boas chapas”, e ele aceitava encomendas de música, que seriam satisfeitas “com brevidade e por preços cômodos”. Na de Francisco Luís Saturnino, achavam-se estampas e desenhos “para uso dos principiantes” (1813, n. 42 e 46; 1814, n. 65; 1819, n. 31).

Os estrangeiros também participavam do comércio livreiro, embora em menor escala e sempre com obras de seus países. Na Rua do Ouvidor, Mateus Buchanan vendia periódicos e livros ingleses “dos melhores autores antigos e modernos”. Quanto aos livreiros nacionais, eles compravam obras da tipografia baiana e, sobretudo, das tipografias de Lisboa e Porto; umas por iniciativa própria, outras por encomenda. Apesar de ter diminuído consideravelmente neste período a venda de obras religiosas, os pequenos folhetos de devoção, baratos, encontravam clientela certa. Assim, em 1817, o livreiro Manuel Mandilo punha à venda uma nova reza de Nossa Senhora das Dores por 200 réis e a novena de São Francisco de Paula por 160 (1817, n. 80; 1819, n. 43).

A loja de livros de Jerônimo Gonçalves Guimarães exibia obras em francês muito caras, por serem divididas em vários volumes: o *Dictionnaire historique*, em vinte tomos, custava 40\$000; o *Viajante universal*, com 51 tomos, 38\$400; e a *Viagem* de Cook de volta do mundo, “enriquecida de mais de 2.000 estampas”, em 14 tomos, 60\$000. Manuel Joaquim da Silva Porto também arriscava vender obras caras: a *Encyclopédie de l’ingénieur, ou Dictionnaire des ponts et chaussées*, de Delaistre, em três volumes com um atlas, por 24\$000; o *Dictionnaire d’histoire naturelle*, de Valmont de Bomare, em 15 volumes, por 38\$400; e a obra mais cara de todas, *Répertoire général du théâtre français*, em 51 volumes, por 80\$000. Silva Porto tinha o cuidado de realçar nos anúncios que todos os livros eram bem encadernados (1818, n. 64, 75 e 93).

A loja da *Gazeta* atuou como uma grande livraria, fazendo concorrência aos livreiros da cidade. Ali se encontravam à venda estampas, mapas, dicionários, obras militares, jurídicas, livros de medicina, história, poesia, peças dramáticas, novelas. O periódico importava ainda as publicações da Academia Real das Ciências de Lisboa, como o *Tratado de polícia médica*, de José Pinheiro Soares, impresso em 1818. Em 1815, vendiam-se livros em francês, principalmente militares e médicos. Também estavam à venda obras caras, mas que não podiam faltar nas bibliotecas dos principais empregados públicos ou homens de negócios: os atlas. Custava 18\$000 réis o *Novo atlas universal português*, com as cartas geográficas dos impérios, reinos e repúblicas da Europa e de outras partes do globo, com 26 mapas; já o *Novo atlas* – em espanhol, com 13 mapas – era vendido por 16\$000 réis (1816, n. 8).

Os anúncios valorizavam as obras à venda. O *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, por exemplo, foi apresentado como “obra indispensável a toda a pessoa que deseja escrever a língua portuguesa com acerto, assim como entender os autores antigos”, podendo ser encarada como um suplemento ao dicionário de Antônio de Morais Silva (1819, n. 84).

É provável que os livreiros do Rio comprassem livros de particulares. Por isso, compreende-se que em 1818 fosse posto um anúncio dizendo que, na loja da Rua da Alfândega, havia algumas obras truncadas, cujos títulos eram indicados: “Quem tiver alguns volumes destas obras, e os queira negociar, o poderá fazer na sobredita loja” (n. 60). Nenhum mercador importaria obras truncadas; portanto, esse negociante deveria tê-las adquirido em leilões ou particularmente.

As boticas eram pontos de venda de obras especializadas, como se pode ver pelo seguinte anúncio: “*Análise química das águas férreas do Bom Jardim, da Cabeça da Venda Seca e dos banhos das Alcaçarias*, a preço 200; *Dissertação*

sobre o novo sistema contra estímulo, a preço 120. Vende-se na botica de José Vicente Rosa na Rua da Prainha” (1819, n. 21).

No ano seguinte, esse boticário anunciava: *Ponto de vista anatômico fisiológico, Observações sobre a incerteza das análises e reagentes e Reflexões sobre o método iatraléptico, ou modo de administrar os remédios pelo sistema cutâneo*, todos a 240 réis (1820, n. 6).

Assim como as boticas, as instituições religiosas faziam seu próprio comércio livreiro:

Vendem-se na portaria do hospício de Nossa Senhora do Patrocínio, às Marrecas, os livros seguintes: *Horas marianas*, de Sarmento, de diferentes encadernações, a 1\$600, 1\$200; *Ditas da Semana Santa*, a 1\$280, 320; *Missal festivo para assistir à missa*, a 1\$200, 800, 640; *Bíblia de Sarmento*, 44 volumes, 32\$000; *Dita pequena*, 4\$160; *Diretório sacro com cantochão e cerimônias para a Semana Santa e algumas festividades*, 1\$000; *Ditos fúnebres*, 1\$000; *Cartilhas doutriniais*, 200; *Flos Santorum abreviado*, 800; *Flos Santorum em folio*, 6\$240; *Espírito de São Francisco de Sales*, 520; *Horas da Quaresma*, 410; *História geral da Igreja*, 1\$560 (1821, n. 28).

Ocasionalmente, em lojas “de fazenda” se vendiam livros, como uma coleção das leis militares até o fim de 1812, em dois volumes, encadernada, pelo elevado preço de 25\$600 réis. Uma loja de vidros também recebeu um sortimento de livros vindos da Bahia, uns impressos pela tipografia baiana, outros importados de Lisboa; foram enumerados em dois anúncios seus títulos e preços. Ignoramos de onde provinham os livros de agricultura e devoção e as seletas latinas que se vendiam na Impressão Régia por preço muito módico “por estarem avariados com bicho, ainda que em muito bom estado de servirem” (1814, n. 24, 36 e 54).

Os comerciantes franceses colocavam à venda em suas lojas obras em francês. Um certo Albin, da Rua do Ouvidor, anunciou *Do sistema colonial francês*, do Conde de Hogendorp, “o mesmo que se retirou ao Brasil e mora atualmente próximo do Rio de Janeiro, sobre o Corcovado”. Tratava-se de um tenente-general que era muito conhecido na Europa e morava então numa chácara a duas horas da cidade (1820, n. 72) (Leithold e Rango, 1966, pp. 79 e ss.).

Alguns proprietários de bibliotecas decidiam desfazer-se de seus livros, pois era comum o anúncio da venda de suas coleções: em 1819, por exemplo, negociava-se uma coleção de obras francesas, italianas e latinas, “dos melhores autores em poesia, oratória, história e cirurgia” (1819, n. 2). A troca também era

uma prática adotada no Rio de Janeiro: “Em Matacavalos, n. 11, se acha uma coleção de livros de medicina, cirurgia, matéria médica, química etc., latinos, franceses e ingleses, que se vendem muito baratos ou todos, ou às obras, e mesmo se trocam por outros de diferentes matérias” (n. 20).

Provavelmente esses livros tinham sido herdados por quem não era médico nem cirurgião e, por isso, admitia trocá-los por outros que lhe interessassem. Algumas obras eram de venda certa por sua utilidade para os profissionais; daí o fato de um particular colocar um anúncio para vender o *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa*, do desembargador João Pedro Ribeiro. Em 1809, encontrava-se à venda uma “livraria” composta unicamente de “livros próprios para qualquer advogado ou magistrado” (1809, n. 99; 1810, n. 32).

Também se faziam leilões de livros, talvez porque seus proprietários pensavam que, desse modo, obteriam valores mais altos. Em 1817, na casa de um funcionário público, punha-se em leilão “uma coleção de livros de leis, clássicos portugueses, ingleses e franceses, e muitos folhetos”. Seriam leiloados em dias seguidos até que todos fossem vendidos (1817, n. 40).

Nem sempre ocorria o elogio das obras anunciadas como meio para vendê-las mais facilmente, como se o título por si só bastasse para atrair os compradores. Isso acontece, por exemplo, com as poucas obras de magia à venda: *História das imaginações extravagantes de Oufle, causadas pela leitura dos livros que tratam de mágica, dos endemoninhados, feiticeiros, lobisomens, fantasmas, almas do outro mundo, sonhos, pedra filosofal etc., com notas curiosas a este respeito*; e o *Tratado sobre o uso e abuso das virtudes e revelações, e coisas sobrenaturais, e do poder do demônio e da natureza, em ordem a fazer ilusões* (1814, n. 52).

Por vezes, o anunciante achava útil explicitar o conteúdo das obras à venda: “Na loja da *Gazeta* se acha *Apologia das mulheres*, em que se mostra com exemplos extraídos da história que elas são suscetíveis de virtudes religiosas, políticas, guerreiras, literárias e sociais no grau mais eminente, um volume por 960” (1820, n. 6).

Para o público leitor do Rio de Janeiro, aquele título apareceria como intrigante, e assim julgou-se necessário fornecer alguma explicação. Outras vezes bastava afirmar tratar-se de uma obra “muito moderna”, como os *Principes de l'économie politique et de l'impôt*, de Ricardo, traduzidos do inglês por Francisco Solano Constâncio, com notas de J. B. Say (1820, n. 12).

Um comerciante estrangeiro achou por bem discorrer nos seguintes termos sobre uma obra muito cara que se encontrava em sua loja:

O estudo da história em geral é o caminho mais fácil para chegar ao

conhecimento de exemplos de todo o gênero humano. O *Atlas histórico, genealógico, cronológico e geográfico*, por Mr. Le Sage, reúne em si o que é preciso para guiar e facilitar este estudo. O mérito desta obra é assaz conhecido e a tornou clássica. Alguns exemplares da última edição se acharão em casa de Wulfing Rubel, Rua dos Ourives, n. 73, ao preço de 32\$000 (1821, n. 28).

Depois da Revolta de Pernambuco e da proscrição das sociedades secretas, começaram a aparecer nos livreiros obras contra os pedreiros-livres: *História secreta da seita dos franc-maçons, sua origem, doutrina e máximas, com a descrição de algumas lojas, e o que se passa nelas quando se recebe algum por franc-maçom*; ou *Atalaia contra os pedreiros-livres. Discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento, e no qual se descobre a cifra com que se escrevem e as ações, sinais e palavras com que se conhecem* (1818, n. 6 e 28).

Esta última obra tinha obtido grande sucesso em Lisboa, “tendo-se consumido no espaço de 15 dias a primeira impressão”, feita pela Impressão Régia em 1817. Trata-se de uma tradução do espanhol de uma obra publicada em 1752, logo depois da bula de Benedito XIV, que excomungava os que participavam dessa sociedade secreta. Porém, o tradutor, que se identifica apenas por suas iniciais J. J. P. L., resolvera acrescentar-lhe um anexo: “O que se extraiu para o apêndice é tirado dos livros impressos pelos mesmos pedreiros-livres para seu uso e instrução dos seus confrades. E não deixará o leitor de ver os graus mais modernamente instituídos para as mulheres também serem admitidas à seita”. É provável que fosse esse apêndice a causa do sucesso da obra, e não um texto mais antigo e certamente já conhecido em espanhol.

A Nova sentinela contra franc-mações, discurso sobre sua origem, instituto, segredo e juramento – acrescentada ao *Discurso sobre a filosofia dos iluminados e suas máximas sediciosas contra a religião, soberanos e governos* – estava à disposição dos leitores na loja da *Gazeta* em 1819 (1819, n. 13).

Em 1820, essa loja divulgou a obra “de grande conceito e geral aceitação” intitulada *As idéias liberais, último refúgio dos inimigos da religião e do trono*, cujo autor não é identificado. Ele já produzira, contudo, dois outros livros do mesmo teor: *Caracteres da verdadeira religião* e *A religião provada pela revolução*. Em todos, defendia o liberalismo em detrimento ao trono e ao altar (1820, n. 44).

É preciso lembrar que os livreiros dependiam da Mesa do Desembargo do Paço para a liberação na Alfândega das obras por eles importadas, e que os próprios anúncios publicados na *Gazeta* tinham de ser submetidos à polícia.

Foram sobretudo os livreiros franceses que enfrentaram mais problemas com a censura, quando pretendiam retirar seus livros na Alfândega, pois os censores apontavam a grande divulgação que a língua francesa tinha, ao contrário do inglês. Naquela língua, foram escritos “livros ímpios, sediciosos, inflamatórios e de uma execranda obscenidade, diretamente compostos e destinados para abalar e subverter o trono, o altar e os bons costumes” (Neves, 1999, pp. 100-1).

Depois do movimento constitucional, valorizaram-se obras anteriormente proibidas: “Na loja de Paulo Martin se acha o *Contrato social* de Rousseau, traduzido em português, por 2\$880. Esta obra que, mesmo em francês, era proibida antes da nossa regeneração, presentemente se torna indispensável a todo o português” (1822, n. 40).

Esse livreiro francês procurava aproveitar o momento propício, de entusiasmo pelo sistema constitucional, para empurrar livros que seriam difíceis de vender – pelo preço e a língua em que estavam escritos: “Na loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda, se acha a moderníssima obra *Golpe de vista sobre as revoluções constitucionais de Nápoles em 1821*, com um mapa das operações militares que tiveram lugar, um volume em francês por 3\$600” (1822, n. 48).

Aliás, desde 1810, Paulo Martin Filho surge na *Gazeta* como o livreiro que melhor fazia a publicidade das obras à venda em sua loja. Nos anúncios, agrupava os títulos por temáticas destinadas a atrair os profissionais de várias áreas: num deles, dirigiu-se aos negociantes e guarda-livros; em outro, aos fabricantes; e, num terceiro, àqueles que se dedicavam aos estudos navais, como os guardas-marinhas (1810, n. 33, 36 e 38).

O Rio de Janeiro era a cidade onde se vendiam mais livros e, por essa razão, o negociante Manuel Antônio da Silva Serva, dono da tipografia baiana, vinha ao Rio fazer a divulgação de suas publicações:

Faz público que tem um grande sortimento de livros por preços muito cômodos, tanto impressos na sua tipografia como também de outras partes. E quem quiser ser assinante da gazeta daquela cidade, pagando por ano 7\$200, dirija-se ao dito que as remeterá por todas as embarcações que vierem daquela cidade, assim como quem quiser imprimir qualquer obra, também da mesma forma dirija-se ao mesmo, morador na Rua da Vala, entre a Rua de São Pedro e a das Violas, e com um letreiro por baixo de seu próprio nome (1818, n. 87).

A viagem da Bahia para o Rio de Janeiro valeria a pena, bem como a estadia do negociante nesta cidade. Afinal, o mercado baiano era mais restrito no que se referia ao comércio livreiro e à circulação da *Idade d’Ouro do Brasil*. É de

se notar também que Silva Serva fazia concorrência à Imprensa Régia numa época em que ainda não se tinham instalado outras tipografias na corte.

Bibliotecas

A *Gazeta* fornece poucas informações sobre bibliotecas particulares. Sabemos, por exemplo, que se perderam “dois caixões de livros” quando foram desembarcados “os trastes” da fragata Minerva em 1809. Mas nada é dito quanto a seu proprietário, embora se prometessem alvíssaras a quem os entregasse. Ignoramos a quem pertencia uma biblioteca de 122 volumes, quase todos de direito, que foi posta à venda em 1819 por 230\$000. Seu catálogo encontrava-se à disposição dos interessados (1809, n. 96; 1819, n. 92).

Já vimos que algumas coleções de livros à venda no Rio de Janeiro podiam fazer parte de bibliotecas individuais, mas não há qualquer indicação do nome de seus donos. A biblioteca particular mais importante na cidade era a do Conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo. Quando ele morreu, seu testamenteiro colocou um aviso na *Gazeta* dizendo ter achado “truncadas muitas obras que existiam completas na livraria do dito conde, e uma grande falta de estampas e mapas”. Por isso, pedia às pessoas que as devolvessem, caso as tivessem consigo “por esquecimento ou qualquer outro motivo” (1819, n. 28).

Há notícia de que o intendente geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, também possuía uma bela “livraria”, como então se dizia. É o que revela a dedicatória de uma *Oração* que Eduardo José de Moira, vigário colado da freguesia de São Salvador dos Campos de Goitacazes, dedicou em 1809 ao intendente: “V. S., além dos benefícios que me tem feito, os maiores que se podem esperar, fez-me o de me franquear desde o princípio da minha carreira oratória a sua copiosa e escolhida livraria”.

Anexado à *Gazeta* n. 58 de 1810, foi distribuído um *Anúncio* da abertura da biblioteca da Companhia dos Guardas-Marinhas “juntamente com o depósito de escritos marítimos”. Estaria aberta das oito da manhã às duas da tarde, exceto nos dias santos e nos dos aniversários de membros da família real; do domingo da quinquagésima até a quarta-feira de Cinzas; e ainda da quarta-feira maior até a segunda dos Prazeres. Como vemos, os feriados eram muitos. Quem podia freqüentar essa biblioteca eram os oficiais de Marinha que se apresentassem “vestidos na forma da ordem” e os professores da Real Academia dos Guardas-Marinhas. Sabemos, por uma petição de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que os lentes da Academia Militar, os quais não dispunham de biblioteca própria, viam-se forçados a pedir obras emprestadas na de seus colegas da Marinha.

Essa biblioteca possibilitaria ainda a elaboração conjunta de uma obra

intitulada *Biblioteca do oficial de mar e guerra*, que ofereceria “reunidos em breve quadro, na nossa linguagem, e com a melhor dedução, todos os conhecimentos que os nossos camaradas devem possuir para que possam ser oficiais perfeitos”. Isto porque é

indubitável que a ciência é a luz do mundo intelectual ou racional e que para o progresso dela deve concorrer grandemente, no estado atual dos conhecimentos humanos, a composição de obras que, recopilando com sistema o que se acha difundido pelos multiplicados escritos de cada profissão, reduza ao mais breve tratado o corpo de doutrina que na realidade merecer a nossa atenção naquela profissão.

Esse trabalho de compilação seria feito na biblioteca “em todas as noites dos primeiros dias ativos de cada semana” pelos oficiais, que assim contribuiriam para “economizar tempo e despesas, talvez superiores às forças dos soldos militares”. Contudo, essa obra não foi realizada, pois não há notícia dela entre as publicações da Imprensa Régia. O que interessa sublinhar é o papel da biblioteca como centro de estudos e de produção de obras destinadas aos profissionais da Marinha.

Há de se assinalar o silêncio do gazeteiro acerca da Biblioteca Real, talvez porque seus livros, antes da elaboração dos estatutos da biblioteca em 1821, não estivessem tanto à disposição do público quanto poderia parecer. As obras eram ocasionalmente emprestadas aos diplomatas, aos servidores da Casa Real, a algum funcionário mais graduado, mas não constituíam de modo algum um acervo acessível a qualquer pessoa.³

Periódicos em circulação

Constituem ainda um enigma as “folhinhas” anuais vendidas em lojas do Rio. Não eram, como os almanaques, instrumento útil para conhecer a sociedade local e lidar com a burocracia do Antigo Regime. Como eram baratas e de poucas páginas, essas folhinhas não chegaram até nós. Seria seu conteúdo a notícia das marés, das fases da lua, dos dias santos? Qual seria a utilidade desse tipo de periódico simplesmente anunciado como *Folhinha para o ano de 1809*? Em 1822, foi divulgada a chegada das “folhinhas de reza, algibeira e porta” para aquele ano, o que pouco elucida sobre seu conteúdo (n. 11).

Como o *Almanaque do Rio de Janeiro* não era publicado todos os anos, importavam-se exemplares do *Almanaque de Lisboa*, que, como se lia num

3. BNRJ, Ms., 65, 2, 6, n. 7; e 66, 1, 2, n. 15.

anúncio de 1812, também incluía “os tribunais e pessoas neles empregadas da corte do Rio de Janeiro”. Além disso, eram divulgadas umas *Efemérides para o ano de 1812*, que estavam à venda na casa da Fazenda da repartição da Marinha, cujo título completo era *Efemérides náuticas, ou diário astronômico para o ano de 1812, calculado para o meridiano do Rio de Janeiro*, de Joaquim Inácio Moreira Dias, um coronel de infantaria. Esse tipo de publicação foi se repetindo nos anos seguintes (1811, n. 92; 1813, n. 16; 1814, n. 61).

O público leitor do Rio de Janeiro era mais atraído por periódicos do que por livros. Aqueles forneciam informação e distração, enquanto estes se destinavam sobretudo ao uso de uma profissão ou ao exercício de uma devoção. Não eram só os livreiros que possibilitavam esse tipo de leitura. Em 1809, João Gomes Barroso, que não é conhecido como mercador de livros, vendia uma coleção da *Minerva Lusitana*, do n. 1 até o 42, por 2\$000 réis, com as seguintes palavras: “Estas gazetas têm muita aceitação pelo arranjo do editor”. Na verdade, publicado em Coimbra desde julho de 1808, esse periódico teve uma grande procura no reino, tendo sido alguns números reimpressos mais de uma vez (1809, n. 127) (Tengarrinha, 1989, p. 61).

Fundado em 1811 e divulgado em 1813, o *Investigador Português em Inglaterra* era um periódico que se podia assinar no Rio de Janeiro. Mas em 1819, no n. 92, sua publicação foi suspensa, e os assinantes receberam a quantia referente aos exemplares não publicados. Segundo José Tengarrinha, o *Investigador* foi suspenso por ter deixado de chegar a seu redator, José Liberato Freire de Carvalho, o subsídio que lhe era pago pelo ministério do Rio de Janeiro (1813, n. 81; 1819, n. 40) (*ibid.*, p. 87). Em 1816, a leitura desse jornal suscitou a edição pela Impressão Régia da *Análise da memória publicada pelo doutor José Martins da Cunha Pessoa, em o número 52 do Investigador Português em Inglaterra*. Embora fosse apresentada como escrita pelo filho do marechal de campo Francisco de Borja Garção Stockler (o menino contava então apenas 11 anos), foi este último seu verdadeiro autor.

Apesar de o *Correio Brasiliense* – publicado em Londres por Hipólito da Costa – não ser anunciado na *Gazeta*, ele era lido com freqüência. E a loja da *Gazeta* pôs à venda, em 1817, o *Exame dos artigos históricos e políticos, que se contém na coleção periódica intitulada Correio Brasiliense, no que pertence ao reino de Portugal*, dividido em sete folhetos que custavam 4\$800 réis (n. 65).

O livreiro Manuel Joaquim da Silva Porto dedicou uma longa publicidade ao aparecimento de um importante jornal científico em Portugal:

Se faz a subscrição para o *Jornal de Coimbra*, periódico de todo o mere-

cimento pelos objetos úteis que contém, sendo dos mais preciosos observações, extratos e notícias sobre todas as partes essenciais ou acessórias da arte de curar, havendo já 12 volumes para a primeira subscrição de um ano, a qual se faz por 8\$000 réis. Também se vendem volumes avulsos a 800 réis, e podem os senhores que já subscreveram mandar receber o último número que lhes falta (1813, n. 42).

Esse periódico foi fundado pelo carioca Dr. Ângelo Ferreira Dinis, lente da Faculdade de Medicina de Coimbra e grande divulgador da vacinação, e pelos doutores José Feliciano de Castilho e Jerônimo Joaquim de Figueiredo. Apesar do título, era impresso em Lisboa pela Impressão Régia e circulou até 1820. Nele se encontravam, além de informação científica, debates e mesmo acusações de plágio científico, como se pode ver na seguinte obra à venda no Rio: *Defesa de Antônio de Araújo Travassos contra a injusta acusação que no n. 20 do Jornal de Coimbra lhe fez o Dr. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, lente de física experimental da Universidade de Coimbra, de ter chamado suas várias descobertas alheias sobre destilação.*

Um aviso régio de 25 de junho de 1818 proibiu no Rio de Janeiro a circulação de *O Português*, redigido em Londres por João Bernardo da Rocha Loureiro, pois eram “sediciosos e incendiários” os discursos nele inseridos. Mostrava o redator “não ser o seu principal objeto propagar no povo conhecimentos úteis e verdadeiras idéias, mas concitá-lo para perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e a introduzir a anarquia” (*Código brasileiro*, v. 3).

Um periódico impresso em Paris, os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, lançado em 1818, conquistou leitores no Rio de Janeiro, o que justificou o seguinte anúncio:

Os redatores dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* participam aos seus assinantes, correspondentes e mais pessoas residentes nos domínios portugueses, ou em países estrangeiros, que eles se encarregam de comprar e de expedir, a quem o desejar, quaisquer livros, estampas, mapas geográficos, máquinas, modelos, instrumentos de física e de química, aparelhos destilatórios, sementes e raízes de plantas, produtos químicos, e em geral todos os objetos relativos às ciências e às artes, pelos preços dos catálogos e das fábricas, tudo da melhor qualidade e sem defeito. Igualmente se encarregam de dirigir a impressão de qualquer obra escrita em português, francês ou inglês, e de fazer abrir chapas em cobre, pedra, pau, ou de fazer litografiar debuxos (n. 26).

Toda a correspondência devia ser enviada a J. D. Mascarenhas, diretor do periódico, e as despesas teriam de ser pagas em Paris. Segundo José Tengarrinha, os redatores dos *Anais* eram Cândido José Xavier e Francisco Solano Constâncio. A publicação era trimestral e durou até 1822. A litografia ainda era um processo desconhecido em Portugal. Conforme Adrien Balbi, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque já dominava a técnica e ilustrava os *Anais*. No Brasil, a subscrição custava 6\$000 réis e era feita na loja de Manuel Joaquim da Silva Porto (1820, n. 94) (Tengarrinha, 1989, p. 197).

Outro periódico publicado em Paris em 1820 foi anunciado no Rio de Janeiro: o jornal político e literário *O Contemporâneo*:

O seu plano é dar a conhecer os sucessos do tempo, assim como oferecer o exame da literatura nacional e estrangeira e das obras de economia e administração pública, ajuntando reflexões imparciais sobre os diferentes artigos. Cada mês sai à luz um caderno de cinco a seis folhas de impressão, dos quais quatro fazem um volume. O preço de subscrição é no Brasil de 3\$200 réis por cada volume, ou quatro cadernos, dos quais já se publicaram até 5 de maio inclusive. As pessoas que desejarem subscrever para este periódico poderão dirigir-se nesta cidade à loja da *Gazeta*, onde receberão os cadernos correspondentes à sua subscrição logo que chegarem (como se espera) e se anunciar pela *Gazeta* (n. 68).

O teor do anúncio revela que a loja da *Gazeta* só encomendaria os números subscritos, não arriscando importar o periódico por conta própria sem ter a certeza de haver subscritores, ao contrário de outros anunciados que já se encontravam à venda. Em finais de 1820, a loja da *Gazeta* pediu às pessoas que tinham assinado a primeira subscrição que pegassem os primeiros quatro cadernos; se quisessem fazer a segunda, deveriam pagar 3\$200 (n. 100).

Com o movimento constitucional de 1821, a circulação de periódicos do reino e do Brasil aumentou – e a *Gazeta* anunciou os novos títulos logo em março. Além do *Conciliador do Reino Unido*, apareceu o *Bem da Ordem*, “em que o autor se propõe instruir os cidadãos nos seus direitos e obrigações no nosso novo Estado constitucional” (1821, n. 24). O primeiro era redigido por José da Silva Lisboa e o segundo, por aquele que viria a ser o terceiro redator da *Gazeta*, Francisco Vieira Goulart. O preço de cada número desses dois periódicos era 80 réis.

Como se tornava necessário proceder à eleição dos deputados do Brasil às cortes de Lisboa, foi reimpressa uma folha do *Gênio Constitucional*, do Porto,

que instruíra o povo acerca do processo eleitoral. Foi também reimpresso em 1821 um *Artigo copiado do Diário da Regência*, n. 119.

No início de 1822, mais um periódico surgiu no Rio de Janeiro:

Saiu à luz o primeiro número do *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*. É com o maior sentimento que os redatores deste periódico têm de anunciar ao público que cada um dos números dele só pode constar, por ora, de uma folha com quatro páginas de impressão em lugar das oito a que se comprometeram pelo prospecto já publicado. Isto, porém, em nada altera a essência do plano que adotaram, pois que para os senhores assinantes só subsiste a diferença de receberem em dois dias por semana, debaixo de dois números, as mesmas oito páginas que aliás receberiam em um só dia e com um só número. E o preço de cada número avulso reduz-se pelo mesmo motivo a 80 réis. O editor anunciar-se-á pelo *Diário* o dia em que sair qualquer número, visto não poder designar-se dia certo, sendo porém sempre dois por semana (suplemento do n. 4).

No prospecto do novo periódico era descrito o conteúdo: “interessantes artigos” das folhas inglesas e das folhas da França que se pudessem obter (o que parece indicar ser mais difícil o acesso a estas); o que fosse relativo ao Brasil e Portugal nos dois periódicos impressos em Londres (o *Português* e o *Correio Brasiliense*); as notícias oficiais e as decisões do Soberano Congresso de Lisboa, extraídas dos “melhores periódicos de Lisboa”. Publicar-se-iam ainda memórias e reflexões enviadas das províncias do Brasil, desde que chegassem assinadas por seus autores, “tendo sempre alguma preferência as que forem de geral interesse, ou tenderem a consolidar o sistema constitucional e a união fraternal que felizmente subsiste entre os portugueses dos dois hemisférios”. Às ciências e às artes seria dedicado o espaço que sobrasse, “depois de satisfeita a justa curiosidade que o público mostra ter de ser informado dos acontecimentos políticos”. A poesia, que parecia “ter sido banida de todos os periódicos desta cidade”, também seria acolhida.

O periódico circulou entre 5 de janeiro e 26 de abril de 1822. Seu redator era José Joaquim Gaspar do Nascimento; a partir do n. 6, passou também a nele colaborar João Batista de Queirós. A justificativa para não se imprimir as páginas prometidas foi apresentada no n. 14, de 21 de abril: os redatores disseram não ter patronos “na desmazelada e babélica Imprensa Nacional”, que punha dois compositores às ordens de José da Silva Lisboa, enquanto o *Compilador* só disponibilizava um, “péssimo” e “a grande preço”. A partir desse número, o jornal passou a ser impresso na tipografia de Moreira e Garcez.

Novos periódicos estavam sempre surgindo, uns de caráter mais político, outros mais centrados na vida cultural. Os cinco números da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*, publicados no final de 1821 e início de 1822, preocupavam-se com a instrução pública, uma vez que o Reino Unido era uma monarquia constitucional e já estavam decretadas pelas cortes de Lisboa as bases da Constituição. Seria a instrução que abriria “a estrada da honra” aos talentos e virtudes. José da Silva Lisboa era seu redator.

O prospecto do *Correio do Rio de Janeiro* comentava a falta de tipografias remediada em parte pela chegada de uma nova, o que permitia a publicação de uma folha diária, exceto nos domingos e dias santos. Confessava seu redator, João Soares Lisboa, não possuir luzes suficientes para dirigir a opinião pública, mas apenas firmeza de caráter para manifestá-la:

Sendo o principal fim a que nos propomos servir de órgão de nossos concidadãos do Brasil, será nosso primeiro objeto inserir em nossa folha todas as memórias, planos e cartas que nos forem dirigidas sobre política, governo, finança, agricultura, comércio e tudo o mais que for de interesse nacional.

Soares Lisboa comprometia-se ainda a denunciar os despotismos e as injustiças das autoridades constituídas, “servindo-lhe de primeiro castigo a execração pública pela notoriedade de seu procedimento”. Por outro lado, divulgaria tudo o que se fizesse “a bem da nossa regeneração”. Completava o prospecto o seguinte anúncio:

No dia 10 do corrente mês de abril há de sair à luz o n. 1 do jornal intitulado *Correio do Rio de Janeiro* e com ele principia a assinatura do primeiro trimestre. Os senhores que quiserem subscrever para esta diária folha, a fim de lhes ser entregue em suas casas, o podem fazer na loja da *Gazeta*, de Manuel Joaquim da Silva Porto, ou na casa do redator na Rua da Vala junto à Rua do Ouvidor, n. 61. Os senhores subscritores de fora se podem dirigir diretamente ao redator e este se obriga a fazer a remessa das folhas regularmente por todos os correios. Preço da assinatura, 5\$000 por três meses (1822, n. 43).

Esse jornal diário era vendido avulso a 80 réis, que era o preço habitual. Saíram 158 números entre 10 de abril e 21 de outubro de 1822, recomeçando depois só em agosto de 1823. A interrupção deveu-se ao fato de, no Conselho de Procuradores, o procurador do Rio de Janeiro ter considerado que o n. 52

do *Correio* continha “doutrinas criminosas”, devendo seu redator ser punido. Embora este tenha sido absolvido a 1º de agosto no processo que lhe fora movido por abuso da liberdade de imprensa, no mês de outubro o jornal foi fechado (Silva, 1988, pp. 19-21).

É interessante notar na *Gazeta* a ausência de publicidade do jornal que mais concorrência lhe fazia em matéria de anúncios: o *Diário do Rio de Janeiro*. Este os publicava gratuitamente, enquanto a *Gazeta* cobrava por linha – e por isso deve ter-lhe retirado grande número de anunciantes em 1821.

O *Macaco Brasileiro* também circulava em 1822:

Subscreve-se para o periódico intitulado o *Macaco Brasileiro* pela quantia de 400 réis mensais na loja da *Gazeta*, e os senhores que assinarem, não tendo os números antecedentes, se lhe venderão a 40 réis cada um, e querendo coleções também se venderão em geral a todos pelo mesmo preço como já se anunciou no *Diário* (n. 86).

Como outros periódicos desse momento político, o *Macaco Brasileiro* preferiu outra tipografia que não a Tipografia Nacional: escolheu a Impressão de Silva Porto e Cia., fundada por um dos maiores livreiros do Rio de Janeiro. O *Correio do Rio de Janeiro* era igualmente impresso nessa tipografia. Já *A Verdade Constitucional* saía em 1822 dos prelos da Tipografia de Santos e Sousa.

Em 16 de março de 1822, este último periódico se referiu a uma prática habitual do periodismo político da época: as cartas anônimas ao redator. Este agradeceu “o ativo zelo com que têm desafiado este nosso periódico, oferecendo-nos o socorro de suas luzes para o bom desempenho do mesmo”. Porém, ao mesmo tempo, afirmou: “nada será capaz de nos fazer retrogradar, e nem ao menos torcer um pouco o principiado caminho, por isso que se acha tão impressa em nosso coração a verdade constitucional, que só com ele poderá ser arrancada”. O que seria para o redator essa verdade constitucional? Pela crítica que o redator faz no mesmo número aos deputados de Minas Gerais que se tinham recusado a partir para Lisboa, ele via a “Assembléia da nação” como soberana, não tendo um governo provisório como o de Minas autoridade suficiente para permitir que os eleitos não viajassem para Portugal.

O mercador de livros Paulo Martin anunciou em 1821 os três periódicos baianos: *Idade d’Ouro do Brasil*, *Minerva Baiense* e *Semanário Cívico* – todos vendidos no Rio de Janeiro ao mesmo preço de Salvador. Disponha também de algumas coleções do *Diário das Cortes* e tomaria providências para que se pudessem fazer subscrições desse periódico e do *Diário da Regência*. Assim,

o público teria acesso imediato ao que se passava nas cortes, sem se ver na necessidade de ser instruído “morosamente e aos pedaços”, numa alusão aos excertos publicados pela *Gazeta* e outros periódicos do Rio. A coleção do *Diário da Regência*, da Biblioteca Nacional de Lisboa, só possui números de 1821.

Jornais de Lisboa chegavam nessa época ao Rio em grande quantidade. A loja da *Gazeta* e a do livreiro José Antônio da Silva vendiam o n. 7 do *Patriota Sandoval: Diário Político, Científico e Filosófico*, publicado em 1822, “no qual seu redator altamente vocifera contra alguns membros das cortes de Portugal”. Na verdade, os criticados eram Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges e José Joaquim de Moura; atacava-se o despotismo desse triunvirato sobre a nação e até sobre a liberdade de imprensa.

Era vendido ainda um extrato da *Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil* (n. 163), redigida pelo conhecido polemista José Agostinho de Macedo e por Joaquim José Pedro Lopes (que fora redator da *Gazeta de Lisboa*), “na qual vem uma bula de Sua Santidade contra a associação chamada dos carbonários e uma explicação sobre esta seita”. Esse número da *Gazeta Universal* se destinava aos que propagavam as sociedades secretas, julgando que estas eram “o esteio do sistema constitucional” (1822, n. 78).

Diferentes de todas as publicações periódicas eram os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes, e Literatura por uma Sociedade Filotécnica no Rio de Janeiro*, iniciados em 1822. Neles, foram publicados estudos como o de Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira sobre “a Igreja no Brasil, ou informação para servir de base à divisão dos bispados projetada no ano de 1819”, no qual foi feito um cálculo da população do Brasil.

As belas-lettras

A poesia era então considerada o gênero mais nobre entre as belas-lettras, e não só a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou várias obras poéticas como os livreiros mandavam vir de Lisboa livros lá editados. Por vezes, reimprimia-se no Rio de Janeiro uma obra que já tivera sucesso em Portugal, como *Galateia. Égloga. Primeira e segunda parte*, de Antônio Joaquim de Carvalho, com nova edição no Rio em 1813, devido à boa acolhida das edições lisboetas de 1789 e 1801. A égloga, na definição de Antônio de Moraes Silva, era um “poema pastoril em que de ordinário falam os pastores sobre coisas rústicas, ou seus amores”. Também reimpressos foram em 1810 os *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade dedicados aos seus bons amigos*, cuja primeira edição saíra em Lisboa em 1805. Em 1810, teve uma nova edição, a primeira no Brasil, a *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga.

O livreiro Paulo Martin, que sabia melhor do que os outros fazer a pu-

blicidade de sua mercadoria, reuniu num só anúncio, em 1813, as várias obras de Bocage:

O tomo 4º das *Poesias* do insigne Bocage por 1\$600, que acaba de se imprimir, bem como todas as mais obras do mesmo já publicadas, que são as seguintes: *Obras poéticas*, quatro volumes, 5\$600; *Improvisos*, \$320; *Consórcio das flores*, \$480; *Jardins*, poema, 1\$280; *Canto de Tripoli*, 1\$280; *Vestal*, tragédia, \$800; *Eufêmia*, tragédia, \$960; *Plantas*, poema, 2\$240; *Epicedio* feito à morte do mesmo, \$320, assim como um sortimento grande de livros poéticos, cuja relação se pode ver na mesma loja (n. 44).

Nem sempre os anúncios da *Gazeta* deixam claro, usando apenas a fórmula “saiu à luz”, se uma obra fora editada em Portugal ou no Rio de Janeiro. Essa ambigüidade nota-se em 1810 em relação à *Ode à amabilíssima rainha D. Maria I no seu plausível 74º ano de idade*. Ela não consta do levantamento feito por Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, que também não inclui *As oferendas pastoris. Idílio a S. A. R. o príncipe regente nosso senhor em o faustosíssimo dia 7 de março de 1810, aniversário de sua plausível e feliz entrada neste porto do Rio de Janeiro*, de Antônio José Vaz (1810, n. 20).

Filinto Elísio, como era conhecido o padre Francisco Manuel do Nascimento, foi um dos poetas mais divulgados no Rio de Janeiro e talvez por isso se vendesse em 1821 o folheto sobre sua morte, impresso em Paris no ano anterior. Seu nome consta também de uma coletânea, *Jornal poético, ou coleção das melhores composições em todo o gênero, dos mais insignes poetas portugueses, tanto impressas como inéditas*, anunciado em 1816 (1816, n. 48; 1821, n. 28). Fora um livreiro lisboeta, Desidério Marques Leão, que resolvera reunir num volume “peças de poesia que não viram a luz da impressão, ou que tendo sido publicadas em folhetos separadamente por edições quase todas consumidas, jazem no esquecimento meio mortas”. Esse *Jornal poético* estava para ser publicado periodicamente em folhetos, e dez constituiriam um volume, saindo cada número duas vezes por mês. O volume de 1812 é o único existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, reunindo sonetos, odes, epigramas, oitavas, elegias, hinos e décimas. Entre as oitavas, uma de Inácio José de Alvarenga ao nascimento de D. José Tomás de Meneses, filho de D. Rodrigo José de Meneses, governador de Minas Gerais. Inclui ainda esse volume *Erícia ou a vestal*, tragédia de Manuel Maria Barbosa do Bocage, várias vezes representada no Real Teatro de São João no Rio de Janeiro.

Divulgavam-se as obras poéticas publicadas em Portugal e uma produção local – ligada aos eventos mais marcantes –, que saía dos prelos da Imprensa Régia. Podemos citar *À tomada de Caiena pelas tropas do Pará ajudadas pelas dos brigues Voador e Real João, combinadas com as da fragata inglesa A Confiança. Ode oferecida ao príncipe regente nosso senhor por seu autor José Eugênio de Aragão e Lima, professor régio de filosofia do Pará*, publicada em 1810. Esses textos de quem habitualmente não versejava se caracterizam por inúmeras notas de rodapé que “explicam” as alusões das estrofes. A primeira refere-se ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Meneses, “a cuja disciplina deve a tropa do Pará a vivacidade do seu fogo, que os franceses mesmo confessaram ser por extremo ativo, e a prontidão de suas manobras”. A segunda menciona os perigos da navegação no Cabo Norte, que fizeram arribar ao Suriname uma embarcação com sessenta soldados. É fornecida em outra a data da capitulação de Caiena: 12 de janeiro de 1809, ocorrendo a entrada das tropas na cidade a 14 de janeiro. A última nota é a mais longa e remete para a Junta Provisional formada por oito cidadãos caienenses:

Preside o governador português, o qual tem dado muitas providências, tendentes ao bom regime da conquista. Mas a mais importante de todas, a que (com o valor da tropa, e sua aptidão para entrar no mato, que os franceses mais que tudo admiravam) concorreu para a entrega da colônia, e para as boas disposições dos caienenses a favor dos portugueses e do seu chefe, foi a que ele havia dado desde os primeiros ataques: a saber, que se respeitasse a propriedade particular, e se abstivessem de todo o saque, o que os nossos cumpriram com toda a pontualidade, e primor.

Fica claro com essa ode à tomada de Caiena que a celebração de um evento tão notável só podia ser feita em verso e que não era preciso ser poeta para versejar.

Foi ainda impressa em 1817 a *Ode à aclamação de D. João VI*, de Joaquim José Pedro Lopes, que, até onde se sabe, também não era poeta conhecido. Saíram à luz depois do movimento constitucional os versos recitados no Real Teatro de São João por Bernardo Avelino Ferreira e Sousa “a benefício dos expostos da Real Casa da Santa Misericórdia” (1821, n. 28). Tratava-se de uma produção barata, 160 réis. Seria a *Coleção de versos constitucionais impressos a benefício do montepio literário desta corte* referida por Inocêncio Francisco da Silva?

Esse autor veio de Portugal para o Rio de Janeiro e ocupou um lugar de oficial da Secretaria da Intendência Geral da Polícia. Assim, compreende-se

que sua primeira produção poética tenha sido uma ode a Paulo Fernandes Viana, intendente geral da polícia. Porém, nem Inocêncio sabia a data exata dessa publicação da Imprensa Régia, nem ela é referida por Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, embora estes citem *A fidelidade do Brasil. Elogio dramático aos faustosíssimos anos de Sua Majestade Fidelíssima o senhor D. João VI, rei constitucional do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, recitado no Teatro Nacional de São João da corte do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1822*, publicado nesse mesmo ano. Trata-se de mais um exemplo típico de funcionário letrado cuja produção não passava de uma forma de adulação das autoridades.

A tradução de obras poéticas pela Imprensa Régia faz sua aparição em 1816 com *As cantatas de João Batista Rousseau*, traduzidas por um médico, o Dr. Antônio José de Lima Leitão, que se dedicara nas horas vagas de sua profissão a traduzir Virgílio “em verso solto”, como escrevia no prefácio. O valor da tradução poética é ressaltado pelo próprio Lima Leitão:

Confrontando-se com o original a tradução, achar-se-á em ambos igual número de versos, e só, se bem me lembro, em quatro lugares pus por necessidade absoluta um verso francês pequeno noutro hendecassílabo português. Fiz o meu possível para copiar as suas belezas, isto é, para as reproduzir, pois que traduzir versos não é traduzir prosa, mas sim criar.

Seguindo as obras poéticas, podemos apontar os textos de retórica sagrada como os mais relevantes na cultura letrada, às vezes impressos por ordem régia depois de terem sido ditos do púlpito nas cerimônias religiosas do Rio de Janeiro. Um dos primeiros sermões a serem publicados foi o *Sermão de ação de graças*, pregado na Capela Real pelo pregador régio Januário da Cunha Barbosa. Outros exemplos podem ser citados: a *Oração de ação de graças que no dia 7 de março de 1816, aniversário da chegada de el-rei nosso senhor ao Rio de Janeiro, recitou na Capela Real Francisco Ferreira de Azevedo*; ou as duas orações fúnebres por ocasião da morte de D. Maria I, uma proferida na Capela Real por D. Luís Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e a outra na Igreja da Cruz por fr. Francisco de São Carlos.

Em novembro de 1818, a *Gazeta* anunciou a publicação de *Breve exame de pregadores, pelo que pertence à arte de retórica, extraído da obra intitulada “O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério”*, organizado pelo padre Inácio Felizardo Fortes, professor de língua latina. O volume foi classificado como uma “obra útil para os que se destinam para o ministério do púlpito, apresentando em breve e claro resumo os preceitos

essenciais da retórica”. Esse tratado distinguia três tipos de discurso eclesiástico: o didascálico ou instrutivo, ao qual pertenciam os “sermões de mistérios”; o deliberativo, que incluía os “sermões de doutrina”; e o demonstrativo, formado pelos “panegíricos e orações fúnebres”, que foi o mais cultivado no Rio de Janeiro (Silva, 1977, pp. 173-8).

Algumas peças dramáticas apresentadas no Real Teatro de São João corriam impressas, como *A união venturosa. Drama com música para se representar no Real Teatro do Rio de Janeiro no faustosíssimo dia dos anos de Sua Alteza Real o príncipe regente* e *A verdade triunfante, elogio dramático e alegórico para se representar no Real Teatro da corte do Rio de Janeiro, no grande e plausível dia natalício da rainha nossa senhora*, ambas de Antônio Bressane Leite. As peças eram vendidas a preços baixos. A tragédia *Nova Castro* custava apenas 960 réis, e a *Ericia ou a vestal*, tragédia traduzida por Manuel Maria Barbosa do Bocage – para se representar em benefício de Joaquina Lapinha, primeira atriz do teatro –, era vendida ao preço de 800 réis (1820, n. 68 e 82).

Vendiam-se ainda os textos de outras peças representadas em Lisboa, no teatro da Rua dos Condes, como *A glória do oceano* ou *A queda do despotismo*, drama que tinha como personagens o Heroísmo, a Liberdade, a Indústria, a Agricultura, a Navegação, a Poesia, a Pintura, a Escultura, a Arquitetura, o Despotismo, o Orgulho, a Intriga, a Iniquidade e o Fingimento. Essa pletera de personagens nos versos de Nuno Álvares Pereira Pato Moniz levou o próprio autor a escrever no fim: “Como a pequenez das noites obriga a encurtar os espetáculos, foi por isso este pequeno drama consideravelmente mutilado na sua representação”. Essa peça não consta do repertório do Real Teatro de São João, mas o texto estava à venda na loja de Paulo Martin em 1810 (1810, n. 40).

A loja da *Gazeta* também disponibilizava a seus clientes tragédias a preços acessíveis: *Os dois irmãos inimigos*, *Virgínia*, *Vestal*, *Nova Castro*, *Eufêmia*, *Sofonisba*, *Fayel*, *Merival*, *Os macabeus* e *El-rei D. Sebastião em África*, impressa em Lisboa em 1817 (1817, n. 49 e 60). Muitos textos de Voltaire foram traduzidos para o português, como a *Sofonisba* acima mencionada, *Alzira ou os americanos*, *Os citas*, *Marianne*, *Zaira*, *Orestes* e *Bruto*. Além disso, Baculard d’Arnauld era lido na versão portuguesa com a *Eufêmia, ou o triunfo da religião* e *Fayel*, bem como Houdar de la Motte com *Os macabeus*.

Vendiam-se peças em brochura – portanto, baratas (a partir de 640 réis) – e coletâneas como *Teatro estrangeiro*, em dois volumes, por 2\$000 réis, ou *Teatro cômico português*, em quatro volumes, por 8\$000 réis. Embora as tragédias fossem mais anunciadas, o mercador de livros Manuel Antônio da Silva

Serva tinha em sua *Notícia* de obras à venda no Rio de Janeiro várias comédias e entremezes. Entre as primeiras, deparamo-nos com o texto de Metastásio, *Gricelda, ou a rainha pastora*, e outros de Goldoni, como *A mulher amorosa* e *A viúva sagaz ou astuta, ou as quatro nações*. Quanto aos entremezes, componentes fundamentais dos espetáculos de teatro, a lista de Silva Serva enumerava *O médico e o boticário*, *Os dois mentirosos*, *O doutor sovina*, *A corriola*, *O miserável*, *A mestra abelha*, *O trapaceiro*, *O poeta desvanecido*, *Virou-se o feitiço contra o feiticeiro* e *O casamento por mágica*.

Nessa época, as obras de história e a literatura de viagens inseriam-se na classe das belas-letras, mas são escassos os títulos à venda nessas matérias, talvez por seu preço elevado – sobretudo das obras estrangeiras em versão original. João Luís Lisboa mostrou em artigo recente que a estratégia editorial para baratear essas obras consistiu em ir publicando as traduções ao longo dos anos em vários volumes, a fim de que cada um saísse mais barato. Porém, mesmo a produção histórica nacional permanecia cara, como se pode constatar pelo seguinte anúncio: “Na loja da *Gazeta* se acham *História de Portugal* por Damião Antônio, 8º, vinte volumes por 19\$200 réis; por La Clède, 8º, 16 volumes por 19\$200 réis; por Moraes, 8º, quatro volumes por 4\$000 réis” (1815, n. 12).

O mesmo ocorria com a literatura de viagens:

Na loja da *Gazeta* se acha no idioma francês *Viagem no interior do Brasil*, mormente nos distritos do ouro e dos diamantes, feita com a permissão de Sua Majestade el-rei D. João VI, nosso senhor, contendo igualmente uma viagem ao Rio da Prata, por João Mawe, dois volumes com quatro estampas e um mapa do itinerário do autor, por 9\$600 (1820, n. 56).

Bem mais baratas eram as traduções das viagens do capitão Dampier e as de Cook, que custavam, em 1820, 1\$280 réis cada uma. Tratava-se de edições resumidas, em português, sem o luxo e o cuidado editorial das inglesas ou francesas. A *Viagem do capitão Cook à volta do mundo* foi condensada em um só volume na edição de Lisboa, em 1819, mas contém a descrição da paragem do navio no Rio de Janeiro em novembro de 1768. No anúncio colocado pelo livreiro Manuel Joaquim da Silva Porto, a *Última viagem à roda do mundo pelo capitão inglês Collen Smith na fragata Tritão*, traduzida em português em três volumes, em brochura, custava apenas 1\$600 réis (1821, n. 9).

A *História do Brasil*, de Beauchamp, traduzida em português, em sete volumes com estampas, era vendida por 8\$000 réis (1820, n. 7). A edição do Rio de Janeiro data de 1818 e foi traduzida pelo padre Inácio Felizardo Fortes. Rubens Borba de Moraes chama a atenção para o fato de o livro de Beauchamp,

publicado na França em 1815, ter tido uma tradução em Lisboa, em 1817, e outra no Rio de Janeiro, em 1818, quando a *História do Brasil*, de Robert Southey, só foi traduzida em 1862. Não se sabe quantos exemplares da edição carioca de Beauchamp foram impressos, mas os livreiros de Lisboa continuaram, mesmo depois dela, a mandar com freqüência para o Rio a edição lisboeta.

O surto novelístico

Só a análise dos anúncios da *Gazeta* nos permite avaliar adequadamente o surto de novelas, originais ou traduzidas, que foram publicadas em Lisboa na virada do século XVIII para o XIX – fenômeno este intensificado nas primeiras décadas do Oitocentos. Mesmo a Impressão Régia do Rio de Janeiro participou, embora em muito menor escala, dessa febre editorial.

As novelas começaram a ser publicadas em 1810, talvez por conta de Paulo Martin, que sabia tratar-se de um tipo de publicação barato e bem aceito pelo público feminino. Além do mais, os livreiros de sua família em Lisboa já há muito lidavam com novelas. Podemos citar, por exemplo, *O diabo coxo, verdades sonhadas e novelas da outra vida traduzidas a esta* (1810); *História de dois amantes, ou o templo de Jatab, traduzida e acomodada por J. P. S. A. e Paulo e Virgínia. História fundada em fatos traduzida em vulgar* (1811); *O castigo da prostituição, As duas desafortunadas e Triste efeito de uma infidelidade* (1815), todas traduzidas do francês.

Em *O castigo da prostituição*, rotulada de “conto moral”, a narradora, cuja condição social ignoramos, é arrastada pela paixão, tendo como conseqüência de seus atos a prostituição e uma doença venérea. A novela traz um ensinamento às donzelas em geral e às dotadas de formosura em particular:

Aprende de mim, e sabe o que se perde, em se perdendo a inocência. Não vos deixeis enganar por mulheres libertinas; não vos deixeis cair em os laços em que sua imprudência as tem precipitado; e lembrai-vos que desde o primeiro instante em que tropeça vossa fraqueza, principiam vossas desgraças, para não acabarem jamais (p. 32).

A alusão às mulheres libertinas decorre da presença, na novela, de uma “astuta corruptora” que seduz a narradora para o prazer com os seguintes argumentos: a beleza é um dom para ser usufruído, e não guardado; a beleza desaparece quando não há prazer; a intensidade dos prazeres, ainda que momentânea, vale mais do que anos sem eles; prazer e casamento são incompatíveis: “Logo que o himeneu aparece, o amor se retira”. Por último, o casamento significa a escravização da mulher: “O casamento presentemente é um jugo

pesado que a mulher impõe a si mesma; é uma prisão em que ela se encerra para dela não sair senão com a morte”.

Convencida, a jovem decide entregar-se ao prazer: “a paixão da libertinagem se apoderou da minha alma”. Todavia, o castigo de sua conduta vem sob a forma de uma doença venérea: “A dor se veio apoderar do instrumento do crime. Um veneno mortal se mistura em meu sangue, e me forma um objeto de horror para os outros e para mim mesma” (p. 29).

Em *As duas desafortunadas*, duas reclusas em um convento, ambas de condição social elevada, conversam sobre seus infortúnios amorosos e descobrem que estes foram provocados pelo mesmo homem. O interesse familiar obrigara Lucília à reclusão; e a Marquesa de Clarence toma conhecimento da libertinagem do marido. Em *Triste efeito de uma infidelidade*, uma dama narra a um desconhecido “as conseqüências desgraçadas das mais queridas paixões”; ela perdera a virgindade com seu amante, capitão de um Regimento, estava grávida e aquele a abandonara à sua sorte. A dama se suicida com um punhal, pedindo numa carta que lhe tirassem rapidamente do ventre a criança que nele trazia, a fim de que pudesse ser batizada.

Essas três novelas publicadas pela Impressão Régia apresentavam todas as características para o sucesso junto ao público, graças a uma série de oposições: paixão x razão, vício x virtude, libertinagem x amor inocente. As conseqüências trágicas da paixão são evidenciadas com a doença ou a morte.

No entanto, as novelas impressas no Rio de Janeiro são muito poucas em comparação com as importadas. Manuel Antônio da Silva Serva veio de Salvador ao Rio de Janeiro em 1811 negociar uma grande quantidade de livros, cuja lista mandou imprimir. Nela, as novelas ocupam um lugar já considerável. Em 1813, Paulo Martin tinha à venda em sua loja

A filósofa por amor, dois volumes, 1\$920; *História de dois amantes*, 960; *Paulo e Virgínia*, dois volumes, 1\$600; *Choupana índia*, 640; *Cartas de uma peruviana*, dois volumes, 1\$600; *Diabo coxo*, dois volumes, 1\$600; *Cartas americanas*, 960 réis, assim como um grande sortimento na mesma matéria, cujo catálogo se pode ver na mesma loja (n. 24).

Mais de 150 títulos circularam pelos mercadores de livros do Rio de Janeiro nesse período, inclusive na loja da *Gazeta*, que em geral dava preferência a obras de interesse profissional: “*Camiré*, novela americana, 480; *Claudina*, novela saboiarda, 480; *Selico*, novela africana, 320; *Selmur*, novela inglesa, 480; *Felizmente*, conto moral, 480; *Joaninha*, dois volumes, 2\$400” (1816, n. 57).

As quatro primeiras novelas constituíam o volume *Novelas novas, escritas*

em francês por *Mr. de Florian* (Lisboa, 1815). A designação de americana, inglesa etc. referia-se ao local da ação, e não à naturalidade do autor, quase sempre anônimo. Como se pode ver pelos anúncios da *Gazeta*, as novelas eram uma leitura acessível, com raras exceções, em função da encadernação e do número de volumes. As *Novelas orientais por um sábio da Pérsia*, em nove volumes, atingiam o preço de 9\$600 réis.

Em 1821, a loja da *Gazeta* anunciou a novela “muito moderna” *Henriqueta de Orléans, ou heroísmo*. Esta não era traduzida do francês nem do inglês: era portuguesa e oferecida à rainha do Reino Unido, ou seja, D. Carlota Joaquina. Em dois volumes, com duas estampas, custava 2\$560 réis. Embora só sejam colocadas as iniciais D. S. P. P. C., sabemos pela dedicatória à rainha que se tratava de uma “vassala”, a qual empreendera a escrita de sua novela “na idade de 17 anos, sem lição alguma deste gênero, vivendo inteiramente separada do mundo no centro da minha família, continuamente ocupada nos cuidados domésticos e nos exercícios próprios do meu sexo”. Logo no início da narrativa, a heroína Henriqueta queixa-se da sorte que a fizera nascer mulher, pois não suportava passar o dia inteiro “presa na almofada”, ou seja, entregue a seus bordados e rendas. Sobre a produção novelesca nacional, há ainda a mencionar outro exemplo de escrita feminina: a *História de Diófanes, Climenea e Hemirena, príncipes de Tebas. História moral escrita por uma senhora portuguesa*.

São poucos os grandes autores no conjunto de novelas em circulação, e na maior parte dos casos seus nomes não são indicados na tradução portuguesa. Deparamo-nos apenas com *Atala, ou os amores de dois selvagens no deserto*, do Visconde de Chateaubriand, nova edição revista e aumentada (Londres, 1818); *Zadig, ou o destino. História oriental*, de Voltaire (Lisboa, 1807); *Memórias do cavalheiro de Kilpar, o homem raro. Escritas em inglês por Fielding e na língua portuguesa por M.* (Lisboa, 1805); e *Tom Jones, ou o enfeitado. História galante e divertida composta no idioma inglês por M. Fielding. Traduzida em vulgar por A. S. da S. C.* (Lisboa, 1812-1816). Jean-François Marmontel foi um dos autores mais traduzidos: *Palemon, ou efeitos da saudade. Conto pastoril de Marmontel, traduzido por uma senhora portuguesa* (Lisboa, 1803); *O viajante sueco e os solitários de Múrcia. Conto moral de Marmontel, traduzido em português da dicção francesa pelo tradutor do Filósofo inglês e das Novelas orientais* (Lisboa, 1803); *A caixinha. Conto moral de Marmontel, traduzido por Antônio Maria do Couto, professor régio* (Lisboa, 1815); e *A má mãe. Conto moral* (Lisboa, 1818).

Já as obras do abade Prévost surgem apenas com os títulos, pois se tratava de uma tradução adaptada, isto é, que não respeitava o original: *Aventuras de um homem de qualidade, ou memórias e sucessos do Marquês de Renoncour*

(Lisboa, 1792); e *O deão de Killerine, ou memórias do conde de***** (Lisboa, 1816). O mesmo acontece com Bernardin de Saint-Pierre: *Paulo e Virgínia. História fundada em fatos* (Lisboa, 1807); e *A choupana índia escrita em francês pelo autor de Paulo e Virgínia* (Lisboa, 1806). O nome de Daniel Defoe também não aparece na tradução em quatro volumes de *Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusoe, que contém a tornada à sua ilha, as suas novas viagens e as suas reflexões*, traduzidas de uma versão francesa por Henrique Leitão de Sousa Mascarenhas (Lisboa, 1785-1786), com novas impressões em 1815 e 1816. Tampouco o de Jonathan Swift é indicado em *Viagens de Gulliver a vários países remotos*, traduzidas por J. B. G. e com várias edições: a primeira, de 1793, e a última, de 1816, em dois volumes. O tradutor certamente não sabia inglês suficientemente para traduzir do original e preferiu a edição francesa, cujo prefácio acompanha o volume.

Essas viagens imaginárias, que fazem parte da produção novelesca do fim do século XVIII e início do XIX, influenciaram as *Viagens de Silvério Dinis a vários países, em que se referem sucessos sérios e jocosos, com instruções morais e descrições breves, tanto de terras, animais, árvores e outras coisas, como de costumes dos habitantes, especialmente do Brasil*. Seu autor coloca apenas as iniciais no frontispício: J. D. M. T. P. S. O volume da primeira parte foi publicado pela Impressão Régia de Lisboa em 1815, mas não há notícia de uma segunda parte; talvez o autor tivesse desistido de prosseguir depois de narrar suas aventuras em Pernambuco.

O autor escreve na advertência que as ações descritas eram imaginárias, mas que as descrições de “tudo o que é geográfico”, ou daquilo que se referia aos moradores e a seus costumes, era verdade, por ter presenciado ou averiguado. O personagem Silvério Dinis era natural da Ilha da Madeira, filho de “pessoas pobres mas de bons costumes”. Quando ficou órfão, passou a viver com um tio clérigo que lhe ensinou latim e outras matérias. Em seguida, fugiu de casa e foi servir de caixeiro a um negociante, até que embarcou num navio que se dirigia a Pernambuco.

Os maus tratos a bordo fizeram com que Silvério desejasse fugir daquela vida mal pusesse pé em terra, e um marinheiro mais velho o aconselhou a procurar – ao chegar a Pernambuco – a ponte do Recife e o convento dos frades capuchos de Santo Antônio. Como sabia ler e escrever, poderia ali servir de donato. Silvério quis saber o que isso significava, e o marinheiro explicou: “um donato só tem o trabalho de tirar esmolas para o convento, dentro da vila passeando por toda ela, ou pelas terras do campo levando consigo bestas para conduções e um preto escravo para tratar destas” (pp. 21-2).

Silvério conseguiu essa ocupação e isso lhe permitiu contar casos ocorridos

em Pernambuco, descrever árvores e animais, como o tatu, a paca, o mutum e outras aves, observar o fabrico da farinha de pau e o trabalho dos engenhos. Deixando em seguida o convento por não se dar bem com o novo provincial, decidiu procurar uma negra que vendia fruta e outros comestíveis na Praça da Polé e era casada com um açoriano, dono de uma tenda. As descrições que ele faz de várias iguarias, como o bobó e o angu, revelam que o autor esteve de fato na região.

Após ajudar o casal comprando mercadorias para ele vender, Silvério conheceu outro açoriano que tinha negócios nos sertões do Rio de São Francisco, mas que não sabia ler. Por isso, este açoriano o convidou para cuidar das contas e escritas e ajudá-lo a conduzir algodões e gado que ele depois revendia. Esse trabalho renderia a Silvério 20 patacas mensais, mais a alimentação e algumas ajudas. As viagens terminam com suas andanças pelo sertão, numa experiência que parece mais vivida do que imaginada.

As novelas trazidas para o mercado livreiro carioca não eram todas as publicadas em Portugal. Adrien Balbi divulgou, em apêndice a seu *Essai statistique*, uns quadros bibliográficos elaborados por um médico, Antônio de Almeida, que incluíam as novelas anunciadas na *Gazeta de Lisboa*, separando, nem sempre acertadamente, as originais das traduzidas. Porém, percebe-se a quantidade de publicações anuais. Para apresentar apenas um exemplo, em 1801, foram anunciadas 11 novelas originais e oito traduzidas. Todos os anos, a produção novelesca era abundante, como se pode ver pelo catálogo de um mercador de livros lisboeta, que incluía 19 novelas impressas em 1818 à venda em sua loja.

Embora as novelas em brochura fossem baratas (a partir de 160 réis), obras em vários volumes – como a *História de Clara Harlowe*, em 15 tomos – e encadernadas podiam custar um preço elevado. Havia entre as damas do Paço quem comprasse os nove volumes de *O filósofo inglês, ou história do senhor Cleveland, filho natural de Cromwel, escrita por ele mesmo*, que constantemente eram enviados para o Rio de Janeiro pelos livreiros de Lisboa. A publicação dessa novela prolongou-se por quatro anos, porque, como se lê na advertência, saía em folhetos periódicos para a comodidade dos assinantes.

A música

A convergência de dois fatores – a missão francesa e a presença de Segismundo Neukomm – teve como resultado a publicação, em 1820, da primeira obra dedicada à música: *Notícia histórica da vida e das obras de José Haydn, doutor em música*. O texto foi redigido por Joaquim Le Breton e apresentado no Instituto de França em 1810. Como este chefe da missão francesa no Rio de Janeiro já

tinha morrido, surgiu a idéia de traduzir a obra e dedicá-la ao discípulo de Haydn, Segismundo Neukomm, que então se encontrava no Rio. Entre os 44 subscritores, deparamo-nos com o nome do padre José Maurício, do conselheiro José da Silva Lisboa, do desembargador Clemente Ferreira França, da atriz Joaquina Lapinha e do compositor espanhol Paulo Rosquelas.

É interessante notar, no prólogo dessa tradução, as seguintes palavras:

Um dos sinais do adiantamento da civilização no corrente século é não só o dar-se geral apreço à biografia dos homens ilustres, mas também o elevar ao predicamento destes os compositores de música que adquiriram celebridade pelo seu espírito inventor na ciência da música, que sustenta muitas artes liberais, é ligada às teorias da matemática e física, e tanto contribui ao esplendor do culto divino.

Esse texto reflete uma mudança na condição social dos compositores, até então marcados pelo servilismo em relação a seus mecenas. De criados dos grandes, eles passaram a cientistas, por praticarem a “ciência da música”, e merecedores de biografias, como os demais homens ilustres. O tradutor lembra obras recentes, como a nova enciclopédia de Edimburgo, que continha já um verbete Haydn, e a obra alemã publicada em Leipzig, *Literatura e música*, que trazia um catálogo completo de toda a música “e o número e espécies de instrumentos para que é composta, com seu preço e lugar da publicação”. Ou seja, a impressão musical difundia-se e a produção dos compositores deixava de pertencer apenas aos respectivos patronos.

A tradução da memória de Le Breton vinha a propósito “em um país que há muitos anos conhece, e tem aplaudido nos templos, teatros e concertos particulares, os diferentes gêneros de música daquele original compositor”. Escrevia ainda o tradutor: “Justo é que no Brasil se dê algum reconhecimento público a quem se mostrou ser um prodígio da espécie humana na ciência da harmonia”.

O tradutor prestou homenagem no prólogo ao discípulo de Haydn, Segismundo Neukomm, “juiz competente para retificar algumas passagens da memória de mr. Le Breton, ajuntando as notas que teve a bondade de comunicar a quem lhe pediu o obséquio de aceitar a dedicatória desta tradução”. Lembrou que o discípulo “adaptou ao piano as partituras da dita insigne composição (*Memorial da imagem do espírito*) e dos oratórios das *Sete palavras na cruz* e das *Quatro estações*”.

A música estava sempre presente nas cerimônias religiosas, especialmente nas exéquias de algum membro da família real. Quando, em 1813, morreu a

infanta D. Maria Ana, irmã da rainha D. Maria I, os responsórios foram cantados pelos músicos da Real Câmara e da Capela Real, dirigidos por Marcos Portugal, que também conduziu a missa com música de Zanetti (1813, n. 48). Segundo o autor de *Sketches of portuguese life, manners, costume and character* (1826), a música da Real Capela era “extraordinariamente bela”, com um coro composto dos melhores “castrati” da Itália.

A atividade musical do Rio de Janeiro reflete-se nas páginas da *Gazeta* não só pelas referências às récitas do Teatro de São João, mas também pela venda de libretos, instrumentos musicais e partituras. Os oito folhetos da *Viola de Lerenó*, “coleção de modinhas e cantigas”, estavam à disposição do público na loja da *Gazeta* em 1814. Antes de ser encenado, o “drama em música” composto por Paulo Rosquelas e intitulado o *Grande Califa de Bagdad* era vendido “com a sua tradução portuguesa” no próprio teatro e numa loja da Rua do Ouvidor (1819, n. 81). Contudo, não é explicitado se era apenas o libreto ou se incluía a própria partitura. Também *Axur, rei de Ormuz*, uma ópera sério-cômica – para ser representada no aniversário de D. Maria I em 1814 – teve seu texto impresso em português e italiano. Já houvera uma edição anterior em Lisboa, em 1799, o que mostra ser o repertório do Teatro de São Carlos semelhante ao do Teatro de São João. A música era de Antonio Salieri, o cenário de Jacomo de Argenzio, mas o vestuário era nacional, criado por João da Lapa. Um dos principais personagens, Atar, general dos exércitos de Axur, era cantado por uma mulher, Carlota d’Aunay, embora homens cantassem nos demais personagens masculinos.

Em 1820, no Real Teatro de São João, durante o benefício das duas irmãs Piacentini, foi cantada pela primeira vez *La cenerentola*, ou triunfo da virtude, de Rossini (1820, n. 72). Note-se que as irmãs não constam individualmente do registro de estrangeiros, onde só aparece o nome de um cantor, Fabricio Piacentini, certamente seu parente, que chegara ao Rio em maio desse ano. Era prática da Intendência da Polícia só registrar o chefe de família.

As partituras não eram vendidas em nenhum estabelecimento especializado, mas em qualquer loja ou armazém. Num destes, estava à venda “um grande sortimento de música, novamente chegada de França, dos melhores autores, para instrumentos de todas as qualidades e para cantoria”. Por 1\$920 réis se vendiam seis sonatas de guitarra “com acompanhamento de um violino e duas trompas”. Um italiano anunciava “toda a qualidade de música vocal e instrumental, chegada novamente de Itália, dos autores mais modernos como Rossini e Paer etc., tudo por preço módico” (1811, n. 4; 1816, n. 91; 1819, n. 69) (Monteiro, 2001).

Havia quem se oferecesse para copiar solfa, e os armazéns vendiam papel

adequado a essa atividade. A música permeava a sociedade carioca a ponto de o Colégio de Fábricas, criado em 23 de março de 1809, manter um mestre de música, José do Rosário, para os artesãos aprendizes. Professores de música podiam ser encontrados na cidade, como um que ensinava a tocar flauta em casas particulares (1812, n. 30) (*Almanaque*, 1810, p. 316). Porém, mais tarde, a atividade ficou reduzida pelo alvará de 18 de janeiro de 1820, ratificando outro do tempo de D. José, que concedia privilégios à irmandade de Santa Cecília, existente no Rio de Janeiro desde o século XVIII:

Proíbe que nenhuma pessoa possa exercitar por qualquer estipêndio, por módico que seja, ou seja em dinheiro ou em gêneros, ou ainda a título de presente, a referida arte da música sem ser professor dela e irmão da dita confraria, sob pena de 12\$000 réis pagos da cadeia, metade para a Santa Casa de Misericórdia, outra metade para as despesas da Mesa da irmandade (n. 19).

Esse anúncio não impediu que Manuel de Andrade de Almada se oferecesse para ensinar música. Ele ministrava as lições na casa dos alunos pela manhã e à tarde na sua, à Rua da Cadeia. Ressaltava seu método de ensino e cobrava 2\$400 réis por mês em sua casa; por fora, o conjunto de 12 lições custava 3\$200 (1820, n. 69). Seria esse mestre efetivamente irmão da Confraria de Santa Cecília?

Embora fossem vendidos rabeções, os pianos fortes eram os instrumentos mais anunciados. Vinham principalmente da Inglaterra e da França, e os anúncios destacavam o fabricante: “Antônio José de Araújo, morador na Rua do Alecrim, n. 135, tem para vender um forte piano francês de Eraud” (1810, n. 59).

Um anúncio falava de um piano forte “de bom autor e de excelentes vozes”, chegado de Lisboa. Outro mencionava um piano forte inglês “de muito boas vozes e com seus registros”. Mais rara era a menção a outros instrumentos musicais menos modernos, como um “cravo de penas de oitava larga de Mathias”, ou seja, de Mathias Boltheim (1810, n. 4 e 10; 1813, n. 79; 1819, n. 60). As harpas também eram pouco anunciadas, mas há referência a uma “órfica” como sendo um “instrumento de nova invenção”.

Os negociantes ingleses dedicavam-se frequentemente ao comércio de instrumentos musicais. Um bom exemplo é Alexandre Mac Grouthers, que em 1814 anunciava “uns pianos fortes, dois grandes pianos direitos e um órgão elegantíssimo que se toca com os dedos e que bem pode servir para uma capela ou igreja”. Já Diogo Wood oferecia pianos fortes “perpendiculares e horizontais”, bem como “harpas elegantes” e outros instrumentos. John Ferguson, por sua

vez, vendia “uma porção de pianos fortes e também uma porção de rabecas, e com as suas competentes encordoações, e um bom órgão para qualquer igreja”. Além disso, era mestre em afinar pianos e órgãos. Ferguson continuou nesse tipo de comércio, pois em 1820 anunciou “uma nova partida de pianos chegados de próximo, do mesmo autor que se intitula Guilherme Stodart, aprovado por todos os melhores mestres em música”, prometendo manter sempre um bom sortimento de pianos e mais instrumentos (1814, n. 71; 1815, n. 93; 1817, n. 10; 1820, n. 3).

Já Gadet e Jalasson fizeram saber aos “curiosos das artes” que tinham recebido de Paris

um sortimento de violas de diferentes preços, com cordas para viola, rabeca, e forte piano, assim como todas as peças de música nova dos melhores mestres italianos, alemães e franceses, e igualmente papel pautado para escrever música, tudo vindo das fábricas mais famosas daquela capital.

Aliás, um dos livros mais comercializados pelos livreiros lisboetas em suas remessas para o Rio de Janeiro era uma *Arte de viola*, de autor não indicado (1818, n. 84).⁴

Cabe indagar a função dos “realejos grandes para sala” vendidos na Rua da Alfândega: serviriam apenas para ouvir algumas músicas ou se destinavam a propiciar bailes familiares? Já numa longa lista de mercadorias, que ocupava duas páginas da *Gazeta*, surgiam, ao lado de guitarras e órgãos, “realejos pequenos”, provavelmente portáteis (1818, n. 81).

A dança se integrava ao mundo musical carioca, e os mestres eram geralmente estrangeiros. Em finais de 1814, Lourenço Alberti, que já ensinara sua arte em Lisboa, deu princípio às suas lições no Rio. No entanto, não contente com a atividade, ainda trabalhava como mestre de fogos artificiais, profissão lucrativa numa cidade que era a sede da corte: “apronta com brevidade qualquer fogo que se lhe encomende, de vista e máquinas de nova invenção” (1814, n. 27).

Os franceses também se dedicavam ao ensino da dança:

Luís Lacombe, professor de dança, ultimamente chegado ao Rio de Janeiro, tem a honra de anunciar a todas as pessoas civilizadas desta cidade que ele se propõe ensinar todas as qualidades de danças próprias nas sociedades. Todas as pessoas que lhe quiserem fazer a honra de tomar as suas lições o poderão procurar na Rua do Ouvidor, n. 82, 3º andar (1811, n. 56).

4. ANTT, Real Mesa Censória, caixa 156.

Esse mesmo francês, ou outro da família com o mesmo sobrenome, oferecia-se, em 1821, para ensinar todas as “danças de sala” em sua casa, na Rua do Piolho, às segundas, quartas e sextas-feiras (n. 44). Entretanto, no Rio de Janeiro dessa época, não se cuidava apenas da dança como prática de sociabilidade. Os mestres formavam um núcleo de profissionais:

Em janeiro de 1819 se abre uma aula de dança gratuita, de que é mestre Augusto Toussaint, primeiro dançarino do Real Teatro de São João, e nela se aceitam pessoas de ambos os sexos, de 7 anos até 12, para serem empregados no serviço do mesmo teatro. Quem quiser ser admitido, fale com o administrador do teatro, Carlos José da Costa, para saber as condições (1818, n. 98).

A dança constituía um dos elementos habituais dos espetáculos de teatro, organizados de forma variada para agradar a uma audiência que se aborreceria com um só gênero dramático. Assim, por exemplo, numa récita de 22 de janeiro de 1819, foi declamado em primeiro lugar “um elogio alegórico acompanhado de música”, a que se seguiu uma “ópera séria”, intitulada *Caçada de Henrique IV*, com música de Pucita. No fim do primeiro ato desta, dançou-se “um baile sério pantomimo”, *Ulisses e Penélope*, composto por Toussaint, primeiro dançarino do teatro, e só depois teve lugar o segundo ato da ópera (1819, n. 7).

As belas-artes

As estampas eram os objetos artísticos de maior consumo. Em 1809, estavam à venda na loja do livreiro Paulo Martin “as belas estampas do embarque de S. A. R., obra do famoso Bartolozzi” (1809, n. 35). Em 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho convidou o artista para trabalhar em Lisboa. Lá, Francesco Bartolozzi fundou uma aula de gravura. Sua reputação o acompanhou até o Brasil, onde suas gravuras seriam bem vendidas.

Circulavam, sobretudo, estampas de santos, de membros da família real, de Luís XVIII (cujo retrato em grande custava 3\$200 e em pequeno 2\$400), ou de personagens relevantes nos últimos acontecimentos políticos, como Lord Wellington e Palafox:

Em casa de Henrique de Saules, na Rua da Quitanda, n. 58, há para vender vários exemplares de uma coleção de estampas que representam as principais façanhas do exército português e inglês na península, comandados pelo exmo. Duque de Vitória. Na mesma casa se faz a subscrição

de algumas outras estampas que se hão de publicar para continuação da sobredita coleção (1814, n. 10).

O século XVIII foi, por excelência, o do colecionismo, que se manteve nas primeiras décadas do século seguinte. A própria loja da *Gazeta* se encarregava da venda de retratos de personagens célebres por seus feitos ou pertencentes à família real, destinados a completar as coleções de cortesãos e empregados públicos. Em 1811, estavam à venda:

Retrato de S. A. R. o príncipe regente nosso senhor; o das sereníssimas princesas D. Carlota Joaquina e de D. Maria Teresa com o senhor infante D. Pedro Carlos; Fernando VII; Lorde Wellington; Marquês de La Romana; Palafox; cidade do Porto exaltada e abatida; embarque dos franceses do cais da Pedra, assim como outras análogas às circunstâncias (n. 28).

Em geral, as gravuras eram feitas a partir de um quadro, como se pode ver no seguinte anúncio:

Na loja de Manuel Mandilo, livreiro defronte do Carmo, e na de vidros de Neves e Irmão na Rua da Alfândega, n. 16, se vende o retrato do senhor D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, pintado por Simplício João Rodrigues de Sá em 1812 e gravado nesta corte no presente ano. Seu preço 1\$280 réis (1815, n. 61).

Após o movimento constitucional, as estampas vendidas por Paulo Martin eram de outro teor. Uma chamava-se *Estampa constitucional*; outra, *El-rei constitucional*. Representavam-se os eventos mais relevantes: *Juramento da Constituição portuguesa*, *Fidelidade dos portugueses a seu soberano*, *Triunfo maior da Lusitânia*. O herói da fracassada revolta de 1817, Gomes Freire de Andrade, era representado nos Campos Elíseos. Entre os novos personagens retratados, além de outros menos conhecidos, encontravam-se fr. Francisco de São Luís, Manuel Borges Carneiro e Castelo Branco, deputados que mais se sobressaíram nas cortes de Lisboa.

As publicações da Imprensa Régia revelam igualmente o gosto pelo retratismo e pelo colecionismo. Em junho de 1816, a *Gazeta* começou a anunciar os fascículos da *Coleção de retratos de todos os homens que adquiriram nome pelo gênio, talentos, virtudes etc. desde o princípio do mundo até os nossos dias*. São 18 ao todo, publicados até 1818, sendo cada gravura acompanhada do resumo biográfico do retratado.

Como não havia na cidade museus que pudessem ser visitados, coleções particulares eram expostas ao público, o que se constata no seguinte aviso:

Antônio da Silva Lopes, primeiro substituto da Academia Portuguesa do Nu, participa que em 22 do corrente mês publica a abertura da sua grande coleção de pintura dos maiores mestres em quase todos os ramos. Os dias públicos são quartas e sextas-feiras de tarde, das 3 horas em diante, nas casas em que reside no Beco dos Cachorros, n. 23, e além destes, extraordinariamente, a professores ou pessoas inteligentes (1811, n. 40).

O teor do anúncio não permite afirmar que a exposição fosse paga, mas essa atividade podia corresponder à necessidade de ganhar a vida numa nova cidade. Em alguns casos, essas coleções podiam ser compradas:

Em um local contíguo à sala do consistório da irmandade da Sé se acha uma coleção de 200 painéis, pinturas antigas de diferentes escolas, que o seu proprietário italiano oferece à curiosidade e à compra dos amadores das artes belas. A dita coleção será visível todos os dias das 10 horas da manhã até à 1 da tarde (1819, n. 27).

Em 1817, no armazém que fora de Charles Durand, estavam à venda “uma coleção de quatro quadros de flores pintadas por Redouté, obras-primas desse grande mestre, seis estampas de Volpato segundo Rafael, vinte quadros de vistas da Alemanha lindas, pintadas por Bleute”. J. D. Thompson, com loja na Rua Direita, leiloava diversas mercadorias e, entre elas, “uma porção de painéis pintados pelos melhores pintores, de Rafael, Guido, Teniers, Dominichino, de diversos assuntos”. Não deve ter tido sucesso com a venda, pois no ano seguinte os painéis continuavam à disposição dos eventuais compradores (1817, n. 3; 1818, n. 58).

Em finais de 1818, Tomás Maria Hipólito Taunay divulgou seus desenhos, a fim de conseguir subscritores para as respectivas estampas:

Os três desenhos que representam: o 1º, o desembarque de S. A. R. a princesa real no Arsenal da Marinha; o 2º, a passagem do seu acompanhamento por baixo do arco triunfante, erigido na Rua Direita, fronteiro à Rua do Ouvidor; o 3º, a aclamação, para sempre memorável, de Sua Majestade el-rei nosso senhor D. João VI, para cujas estampas se abriu uma subscrição, da qual Sua Majestade Fidelíssima se dignou ser o protetor, se acham depositados em casa do ilmo. senhor comendador Fernando Carneiro Leão,

na Rua Direita, n. 43, onde poderão ser vistos todos os dias, desde as 11 horas da manhã até às 2 da tarde (1818, n. 91).

Vemos assim que, para a impressão de estampas, tal como para a de livros, contava-se com o método de subscrição para o financiamento. O autor dos desenhos encontrava-se naquele local para aceitar o dinheiro dos interessados e lhes passar recibo. Declarava que a lista de todos os subscritores, muitos dos quais eram estrangeiros, seria publicada na *Gazeta*. Contudo, essa lista não foi localizada.

Pintores retratistas ofereciam seus préstimos numa sociedade aristocrática e cosmopolita que recorria a seus serviços, tal como o fazia na metrópole. Os artistas estrangeiros também contavam com a clientela do Rio de Janeiro. Em 1818, Goulu, francês que se orgulhava de ter retratado o príncipe real e as infantas, anunciava “aos amadores das artes” a mudança de seu endereço (1818, n. 101). Com o nome estropiado para Goulie, ele surgiu em 1817 no registro de estrangeiros como pintor. Já Hipólito Taunay, que partiu para a França em fevereiro de 1819, foi registrado simplesmente como “artista”:

Hipólito Taunay tem a honra de avisar aos assinantes da sua subscrição que ele, depois de passar pela Bahia e por Pernambuco, chegou no fim de outubro de 1819 a Paris, onde está adiantando a execução das suas estampas debaixo da proteção oficial do excelentíssimo Marquês de Marialva, contando dentro em cinco ou seis meses cumprir com as suas obrigações na cidade do Rio de Janeiro (1820, n. 27).

Negociantes estrangeiros como Gadet e Jalasson forneciam os materiais necessários à atividade pictórica:

Os artistas e amadores de pinturas e desenho acharão sempre tudo quanto diz respeito às suas artes, brochas, pincéis, tintas em grão e pães, papel e lápis de todas as cores e qualidades, pastas, estojos ricamente guarnecidos para pintar, palhetas, vidros e marfim para os retratos, vidros grandes para quadros etc. (1818, n. 56).

Outros se ofereciam para dar aulas, alegando ser o culto das artes plásticas próprio da educação para a vida em sociedade:

Manuel Dias de Oliveira, professor público de desenho e figura nesta corte, tendo adquirido os seus estudos na corte de Roma mandado pelo

príncipe regente nosso senhor, propõe-se a ser útil com o ensino da sua arte por casas particulares, nas horas vagas da sua aula, a todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, que tiverem gênio para esta aplicação, tão própria para ornamento das pessoas bem educadas, fazendo ele de própria mão os exemplares para os seus discípulos e satisfazendo a todos eles com a recíproca harmonia na moderada recompensa do seu merecimento. Na Rua do Rosário, defronte do Hospício, n. 44, espera o sobredito professor os senhores a quem se dedica (1813, n. 9).

Outros mestres ministravam aulas, sobretudo os que se dedicavam ao estudo da história natural, como o bacharel Basílio Ferreira Goulart, interessado em ensinar o desenho científico (1815, n. 8). Convém lembrar ainda que o desenho, além de ser útil aos naturalistas, era um elemento fundamental na formação dos engenheiros militares. Daí a importação, de Portugal, da obra de Antônio José Moreira publicada em 1793: *Regras de desenho para a delineação das plantas, perfis e perspectivas pertencentes à arquitetura militar e civil, com a descrição e prática dos instrumentos de que mais ordinariamente se servem os oficiais engenheiros, assim no bofete como no terreno, para uso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho*.

Os próprios artesãos, alunos do Colégio de Fábricas, criado em 1809, dispunham de um mestre de desenho e arquitetura civil: Joaquim Cândido Guillobel, o autor das figurinhas que retratavam tipos da sociedade carioca.

Foi posta à venda uma obra impressa em Lisboa em 1815 com um catálogo dos principais pintores portugueses, escrita por José da Cunha Taborda: *Pintor ao serviço de S. A. R., o príncipe regente nosso senhor*. Tratava-se da tradução de uma obra italiana, de Michael Angelo Prunetti, com o título *Regras da arte da pintura, com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores*. A esse texto, Taborda acrescentou *Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus*, queixando-se no prólogo da dificuldade em encontrar informações para seu trabalho nos cronistas, tanto seculares quanto das ordens religiosas, os quais tinham escrito “quase nada, ou bem pouco de nossos pintores”. Ele prosseguia: “nenhuma notícia deles, ainda quando por fazerem memória de alguns quadros, que louvam, deveriam declarar ao menos os nomes de seus autores”.

Essa queixa, natural num pintor do início do século XIX, tem sua razão de ser: socialmente, os pintores eram artesãos, homens da plebe, “mecânicos”; não gozavam, sobretudo em Portugal, de maior consideração. Seus nomes pouco importavam; o que interessava eram os temas pintados, sacros ou profanos.

Mesmo na corte joanina do Rio de Janeiro, o pintor Antônio José Nunes, que viera para o Brasil com a família real, ganhava 640 réis diários “pela folha da Casa das Obras”, com a obrigação de trabalhar nas obras do Paço. Portanto, era considerado um jornaleiro, ganhando jornal, e não ordenado, o que mostra como a profissão era ainda desvalorizada.⁵

Livros de arte eram anunciados por comerciantes franceses, que acreditavam na possibilidade de vendê-los para os cortesãos. Charles Durand e Cia. importara da França obras amplamente ilustradas, como

vida e obras dos pintores os mais célebres de todas as escolas, contendo 475 estampas, oito volumes em 4^o; obras completas de Poussin, com 170 estampas, três volumes em 4^o [...]; galeria dos chefes de obra de arquitetura, pintura e escultura, um volume em folio [...]; galeria dos pintores flamengos, três volumes em folio, 201 estampas [...]; museu francês com gravuras arranjadas por obras dos maiores mestres, dez volumes em 8^o (1817, n. 7).

É de se notar as deficiências de tradução no anúncio acima (por exemplo, “chefes de obra” por “obras-primas”) e a ausência de preços de livros que seriam muito caros, pelas ilustrações e pelo número de volumes. No ano seguinte, outro negociante francês, Dumont e Cia., explicitava que a “elegante obra” *Musée français*, dessa vez em cinco volumes em folio, compreendia “uma coleção completa de quadros, estátuas e baixos relevos” que compunham a compilação nacional, “com a explicação dos objetos e discursos históricos sobre a pintura, escultura e gravura” (1818, n. 33).

Ciências e artes

Os historiadores da cultura científica hoje sabem que não é possível, para o período em questão, estabelecer uma fronteira clara entre as ciências e as artes. Antônio de Moraes Silva procurou, em seu dicionário, definir as artes como o conjunto de regras para atingir um determinado fim e as ciências como um conhecimento pelas causas. Porém, no início do século XIX, nem todas as ciências se preocupavam com as causas, como a história natural, predominantemente descritiva e classificatória. Podemos, contudo, dizer que a botânica era um conhecimento científico e a agricultura, uma arte estreitamente ligada àquela ciência.

Com a conquista de Caiena e a presença do intendente geral, o desembargador José Severiano Maciel da Costa, foram enviadas plantas de especiarias,

5. ANRJ, Casa Real, Mordomia-mor, caixa 1, pacote 4, documento 19.

como o cravo-da-índia e a noz-moscada, além de outras plantas medicinais, como a jalapa, ou de uso corrente, como a árvore-do-pão, para serem introduzidas no Brasil. Umás ficaram em Pernambuco, e outras vieram para o Rio de Janeiro com um “hábil cultivador de Caiena”, Germain: “Por ordem de S. A. R. vão ser plantadas no jardim da Lagoa de Freitas, para serem dali distribuídas pelos lavradores que quiserem cultivar tão interessantes plantas” (1811, n. 56). A essa notícia seguia-se um longo panegírico de D. João, que sempre tomava medidas para beneficiar seus vassallos.

Não há dúvida de que a Coroa incentivou as artes e as ciências que encontravam uma aplicação imediata na produção de riquezas. As *Observações sobre o capim de Angola ultimamente trazido e cultivado no Rio de Janeiro* foram publicadas em 1812 pela Impressão Régia “por ordem superior” e distribuídas gratuitamente a todos os subscritores da *Gazeta*, tal era o interesse em sua divulgação. O mesmo ocorreu com as *Observações acerca do cravo-da-índia* e as *Observações sobre as caneleiras*, no mesmo ano.

Excepcionalmente, o redator resolveu publicar, em alguns números de 1812, umas “Noções sobre o anil”, primeiramente citando a planta do anil e suas 35 espécies, sendo a mais interessante a tintória, que se dava em lugares quentes da Ásia, África e América. Em seguida, foi descrito o modo de fabricar “a preciosa tinta” chamada anil (1812, n. 29).

Em 1818, o tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, Guilherme Barão de Eschwege, “bem conhecido pelos seus trabalhos mineralógicos, tanto neste reino como no de Portugal”, encontrava-se em Minas Gerais, encarregado de uma fábrica de ferro. Foi então divulgada na *Gazeta* uma carta em que o mineralogista descrevia para o governo umas águas minerais nos distritos de Araxá e Desemboque, entre Goiás e São Paulo. Em muitos locais daquela região, encontravam-se fontes ou “olhos de água”, chamados bebedouros, onde os fazendeiros levavam seu gado duas vezes por mês, “porque faz engordar os animais, sem que seja preciso dar-se-lhes sal, gênero bastante caro ali”. Dizia-se ainda que os banhos naquelas águas curavam “sarna, lepra e papos”. Eschwege prometia enviar várias garrafas para a corte, a fim de que ali a água pudesse ser convenientemente analisada (1816, n. 102). Despertavam então grande interesse as virtudes curativas das águas minerais, vindo a desenvolver-se durante todo o século XIX a criação de termas.

Em 1820, o redator decidiu apresentar à “curiosidade dos leitores” um artigo – publicado na Inglaterra, no *The Courier* – sobre os trabalhos em algumas sessões do Liceu de História Natural de Nova Iorque. Todavia, esse tipo de divulgação científica era esporádico na *Gazeta*, uma vez que o objetivo do periódico era outro (1820, n. 53).

Em que medida as ciências e as artes, ou técnicas, faziam parte do cotidiano da sociedade carioca? A medicina interessava a todos, e o primeiro livro médico foi publicado em 1808: *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*. Nele, o médico da Real Câmara, Manuel Vieira da Silva, examinava as causas das doenças mais correntes na cidade e que lhe davam a fama de insalubre. Mais do que o Morro do Castelo, eram as águas estagnadas e os locais pantanosos os responsáveis pela insalubridade. As medidas por ele preconizadas vieram em parte a ser postas em prática pela Intendência Geral da Polícia em suas medidas de urbanização. Escrevia o médico: “É por conseqüência da boa polícia o aterrar todos os lugares pantanosos, e encanar as águas para aquelas valas que se julgam suficientes ao seu despejo, e que devem participar das alternativas da maré” (1808, p. 12).

Outra causa de insalubridade eram os enterros dentro das igrejas, “em razão do calor atmosférico e da pouca largura das ruas”. Além disso, os corpos eram mal sepultados na Misericórdia, sendo deixados “quase expostos ao calor e ao ar”; daí se seguia a “desenvolção de gases sufocadores da vida”. Era preciso criar, portanto, cemitérios nas extremidades da cidade, onde fossem enterrados “os ricos e os pobres”, mas estabelecendo “aquelas diferenças necessárias a conservar as diferenças sociais”, pois o autor sabia que a recusa dos cemitérios por aqueles que se consideravam nobres derivava da possibilidade de promiscuidade social naqueles locais. Na época, pensava-se que só os escravos deviam ser enterrados ali, ou então os que tinham uma religião diferente, como os ingleses, os quais possuíam seu próprio cemitério em Lisboa e passaram a tê-lo no Rio de Janeiro, quando, em 1809, a Coroa comprou uns terrenos destinados aos ingleses “e outros estrangeiros de diferente comunhão”.⁶

O médico defendia ainda a necessidade de quarentena para os negros novos que chegavam ao porto, pois eles podiam trazer consigo os germes de moléstias epidêmicas. “Os pretos desembarcam e são logo expostos à venda. Entram nas diferentes casas e permite-se-lhes a livre comunicação com a gente delas, particularmente as crianças” (ibid., p. 19).

Por último, Vieira da Silva criticava o pouco asseio de matadouros e açougues e a falta de bons medicamentos. Numa atitude corporativa, lamentava “a liberdade concedida a qualquer cirurgião para curar de medicina” e preconizava uma maior vigilância sobre os curandeiros e boticários que vendiam purgantes, vomitórios e outras composições “sem receita de médico”. Tinha-se chegado ao cúmulo de ser permitida a venda de vomitórios e purgas nas

6. BNRJ, Ms., II – 34, 30, 53.

lojas de ferragens “à discrição de cada um que se persuade dever usar deles” (ibid., p. 26).

A questão do sepultamento voltou a ser abordada em 1812, no *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*, de José Correia Picanço, médico que o publicou apenas com as iniciais J. C. P. Citando os vários autores que já tinham dissertado sobre o tema, não pretendia apresentar nada original – somente transmitir a preocupação da classe médica com os males que afetavam a saúde pública. Picanço considerava o momento oportuno para a publicação de suas reflexões, pois se vivia numa época em que cada um aspirava à reputação de filósofo e pretendia “abandonar os abusos e prejuízos populares” (1812, p. 89).

O primeiro e principal preconceito a vencer era de carácter social: “como e de que modo se há de propor hoje, e persuadir aos grandes da terra, que suas cinzas repousem em um cemitério?”. Um nobre recusava-se a ser sepultado junto de “um vil plebeu” e, para convencê-lo, só uma garantia seria eficaz: “poderão, como bem lhes parecer, mandar ornar e distinguir os seus túmulos de troféus e inscrições”. Desse modo, um monumental mausoléu evidenciaria a condição social de quem ali estava sepultado, não havendo confusão possível com as sepulturas plebéias (ibid., pp. 85 e 88-9).

Picanço utilizou ainda argumentos médicos contra o sepultamento nas igrejas. Em primeiro lugar, “a mistura das exalações sepulcrais, que penetram necessariamente através das camadas de terra de que os cadáveres estão necessariamente cobertos, não pode deixar de ser funesta em um lugar onde tudo conspira a concentrar os vapores malfazejos”. Além dessas exalações constantes, a “podridão do ar” aumentava com a necessidade de abrir as sepulturas existentes para nelas se enterrarem novos corpos, ou para se tirarem os que lá estavam sepultados: “em ambos os casos a atmosfera se impregna das emanações dos cadáveres que ou não estão absolutamente dissolvidos, ou que se acham em recente putrefação” (ibid., pp. 78-9).

Tanto o livro de Vieira da Silva quanto o de Correia Picanço trataram de questões de saúde pública que a todos interessavam. Porém, outras obras de carácter mais profissional saíram dos prelos da Impressão Régia, umas originais, outras traduzidas. No *Tratado de inflamação, feridas, e úlceras extraído da nosografia cirúrgica de Anthelmo Richerand*, de Joaquim da Rocha Mazarem, lente de uma das cadeiras médico-cirúrgicas estabelecidas no Hospital Militar da Corte, lemos na dedicatória ao príncipe regente:

Incumbido juntamente do tratamento das moléstias cirúrgicas dos enfermos das Reais Armadas no mesmo hospital, aonde concorrem os alunos que

se dedicam à arte de curar, vi a falta que há de autores e de livros desta ciência no nosso idioma, por onde eles se pudessem aplicar.

Sentindo-se incapaz de “formar uma doutrina que lhes servisse de instrução”, Mazarem preferiu recorrer à nosografia de Richerand; no entanto, em notas de rodapé revelou sua experiência nos hospitais de Lisboa e no do Rio de Janeiro, em questões como amputação de membros por gangrena, suturas, mutilações, uso de eméticos etc.

Os livreiros do Rio importavam obras de medicina impressas em Lisboa, como a *Exposição anatômica do útero humano grávido, e dos seus conteúdos* (1813), de Guilherme Hunter, traduzida do inglês pelo cirurgião Antônio Lopes de Abreu; a *Memória sobre a febre epidêmica contagiosa que grassou em Lisboa em agosto de 1811*, de Henrique Xavier Baeta; e a *Memória sobre a febre e sua curação em geral, ou o novo e seguro método de curar facilmente, por meio de ácidos minerais, todas as espécies de febres*, tradução de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1813, n. 45 e 94; 1814, n. 65).

Não há dúvida de que nessa época a história natural predominava sobre todas as demais áreas científicas e o gosto pelas coleções de produtos da natureza era geral na elite ilustrada, que procurava reunir em suas casas gabinetes de espécies botânicas ou minerais. Em 1819, procuravam-se “algumas produções da Natureza” com que se pudesse enriquecer “um gabinete de história natural”, assim como se tentava vender uma coleção mineralógica:

Na Travessa de Nossa Senhora da Lapa, n. 4, há um museu de todas as pedras minerais e raridades, que compreendem um estudo completo de mineralogia da América portuguesa digno do gabinete de um rei, que se há-de vender por estes três dias, da data deste anúncio impreterivelmente (n. 33).

Enquanto o diletantismo marcava o colecionismo naturalista, o profissionalismo dominava outras áreas científicas. Uma coleção de instrumentos físicos e matemáticos foi posta à venda em 1810, e, nesse mesmo ano, podiam ser adquiridos na Rua da Alfândega “almanaques náuticos, telescópios, óculos acromáticos, ditos de dia e de noite, estojos de matemática de diversas qualidades, cartas hidrográficas e outras máquinas para astronomia, náutica etc.” (1810, n. 20 e 58).

Em sua versatilidade comercial, o francês Durand entrou nesse negócio, segundo o próprio, por solicitação de oficiais engenheiros do Rio de Janeiro:

Mandou vir de Paris, e recebeu ultimamente, 24 estojos completos de ma-

temática com o calibre das bocas de fogo, segundo a ordenança do Brasil. Estes estojos saíram da oficina do célebre Lenoir, primeiro engenheiro mecânico de S. M. Luís XVIII, e operário privilegiado dos instrumentos destinados à Escola Politécnica de França. A beleza da execução e o bem acabado do trabalho destes instrumentos nada deixam a desejar. O preço é 20\$000 réis cada um (1818, n. 24).

Paulo Martin reuniu estrategicamente num mesmo anúncio várias obras científicas para atrair os profissionais da Marinha: *Ensaio de tática naval*, traduzida do inglês por Manuel do Espírito Santo Limpo (por ordem do príncipe regente), em dois volumes com estampas e, por isso mesmo, cara: 7\$200 réis; *Construção e análise das proposições geométricas e experiências práticas que servem de fundamento à arquitetura naval*, traduzida do inglês por Antônio Pires da Silva Pontes; *Ensaio sobre a teoria das torrentes e rios*, de Manuel Jacinto Nogueira da Gama; *Descrição e uso dos instrumentos de reflexão*, de Antônio Cabral; *Explicação da tabuada náutica*, de José Monteiro da Rocha; *Lições do cálculo diferencial*, de Tristão Álvares da Costa Silveira; e *Tratado do melhoramento da navegação por canais*, de Antônio Carlos da Silva (1810, n. 38). Constata-se, assim, que a produção científica nacional nessa área era abundante e que, quando necessário, se recorria à Inglaterra, a grande produtora de textos científicos sobre náutica.

Abundavam os anúncios de obras científicas ainda não traduzidas para o português que se vendiam no Rio de Janeiro por preços elevados:

Darwin, *Zoonomie, ou lois de la vie organique*, quatro volumes, 8º, 16\$000; Portal, *Anatomie médicale*, cinco volumes, 8º, 12\$800; Bichat, *Anatomie descriptive*, três volumes, 8º, 10\$000; Bichat, *Anatomie générale*, quatro volumes, 8º, 9\$600; Pinel, *Nosographie*, três volumes, 8º, 10\$000 (1818, n. 16).

Na mesma loja da Rua da Prainha se vendiam a *Physiologie*, de Dumas, por 12\$800 réis; a *Astronomie physique*, de Biot, pelo mesmo preço; e os *Éléments de thérapeutique e de matière médicale*, de Alibert, por 4\$800 réis (1818, n. 33 e 40).

A química recebeu maior divulgação graças a um estrangeiro e ao laboratório por ele montado. Em junho de 1810, foi anunciado:

Mr. Gardner, doutor em medicina, membro das Sociedades Matemática e Filosófica de Londres, informa os seus amigos em geral que as suas leituras sobre química e filosofia natural principiarão sexta-feira, 29 de

junho, às 6 horas da tarde infalivelmente, esperando ser honrado por um auditório capaz de poder cooperar para o grande trabalho e despesas que ele tem feito em aparatos químicos, próprios para fazer as leituras mais completas. NB. Está-se publicando um compêndio impresso das leituras, que se pode obter na leitura introdutória (n. 51).

Não foi localizado o compêndio destinado a atrair o público para as conferências, as quais suscitaram o interesse do próprio D. João, que a elas assistiu acompanhado de alguns cortesãos e membros da família real:

O doutor Gardner agradece, cheio de prazer e satisfação, a todos os senhores que lhe fizeram a honra de assistir às suas últimas leituras e juntamente avisa ao público que seu laboratório químico se abrirá todas as quintas-feiras de tarde para repetir as leituras que ele teve a honra de fazer na presença de S. A. R. o príncipe regente nosso senhor e sua augusta e real família. A primeira leitura é na quarta-feira 31 de julho, principiando às 6 da tarde em ponto. A entrada é pelo portão velho de São Joaquim, o seu preço é 640 réis cada pessoa (1811, n. 60).

Notamos que se traduziu o inglês *lectures* por leituras e não por palestras ou conferências. Além disso, verificamos a exigência de pontualidade, talvez por o inglês conhecer os hábitos cariocas. Finalmente, constatamos que se tratava de conferências pagas, na medida em que a química, como a física no século XVIII, tornara-se uma ciência com uma dimensão de “divertimento” em sociedade. Porém, o químico inglês logo deve ter percebido que o Rio de Janeiro não era Londres, pois passado algum tempo anunciou, para atrair maior público, a gratuidade da primeira conferência (que teve de ser adiada em relação à primeira data divulgada) e deixou de exigir pontualidade: “O doutor Daniel Gardner faz saber ao público que vai principiar o curso de química de quarenta leituras. A abertura é na tarde de 17 de setembro às 6 horas e por ser a primeira leitura é gratuita para todos. A entrada é pelo portão velho de São Joaquim” (1811, n. 74).

Na sala do Real Colégio de São Joaquim, também se realizaram as preleções filosóficas de Silvestre Pinheiro Ferreira, que se propunha a abordar a teoria do discurso e da linguagem, expondo os princípios da lógica, da gramática geral e da retórica; o tratado das paixões, no qual se cuidaria da estética, ou teoria da eloquência, da poesia e das belas-artes, seguido da ética e do direito natural; e, finalmente, “o sistema do mundo”, incluindo a ontologia, a nomenclatura das ciências físicas e matemáticas, a cosmologia e a teologia natural.

Dizia o anúncio da *Gazeta*: “Além da exposição da teoria, haverá em cada uma das preleções lição e análise de alguma obra escolhida dos principais filósofos, oradores e poetas, assim antigos como modernos, sagrados e profanos” (1813, n. 30).

As pessoas que pretendessem assistir às preleções às segundas, quartas e sextas pelas cinco horas da tarde pagariam meia dobra por mês. O texto de cada uma foi publicado pela Impressão Régia entre 1813 e 1820.

Apesar de os artigos não noticiosos serem raros na *Gazeta*, em 1808 foi divulgado um estudo sobre uma ciência que então se começava a impor entre os funcionários da Coroa: a estatística. Segundo o redator, fora o professor Herman Curing, da Universidade de Helmstadt, o primeiro a ensinar essa ciência, embora em autores antigos, como Heródoto, Estrabão e outros, se encontrassem apontamentos sobre “a povoação, o número de tropas, os meios de as fazer subsistir, e as rendas e despesas do Estado”. Em seguida, vinha a definição da ciência: “A estatística tem por objeto fazer conhecer as forças físicas, morais, e políticas de um país, e se pode comparar à anatomia, pois ensina a fazer a dissecção do corpo social para depois se examinar separadamente cada uma das suas partes” (1808, n. 22).

Mesmo com a presença de José da Silva Lisboa, autor de *Princípios de economia política* (1804), no Rio de Janeiro, essa ciência não era tão popular quanto a história natural ou a medicina, por exemplo. A obra de Adam Smith foi durante muito tempo proibida pela censura e o que se publicou no Rio, em 1811 e 1812, foi apenas um *Compêndio da obra da riqueza das nações*, traduzido por Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Ou seja, foi um texto expurgado que saiu à luz na Impressão Régia.

O próprio tradutor esclarece isso, ao dedicar o livro a D. João, falando do trabalho que empreendera em relação à obra de Smith para “a abreviar e traduzir do original inglês, coligindo o que nela há de mais essencial”. Também no prólogo se justificou: “Abreviei-a porque um compêndio de tais doutrinas, na parte mais sólida e aplicável a todos os Estados, [...] faz mais suave a sua leitura, não sendo carregada de algumas discussões prolixas, em que a Inglaterra mais especialmente se interessa”. Para o tradutor, a obra de Smith era necessária a todos os que se destinavam à administração pública, mas não só: “um epítome dos mais substanciais princípios de economia política” ajudaria os “curiosos das classes médias” que tanto contribuíam para “a boa ordem e riqueza nacional”.

Contudo, os livreiros não importavam nem anunciavam livros nesta área. Só a loja da *Gazeta*, em 1816, punha à venda “a moderníssima obra” *Traité*

d'économie politique, de Jean Baptiste Say, em dois volumes, por 10\$800 réis, o que era um preço elevado.

No entanto, o aspecto mais importante da divulgação científica nesse período foi a tradução das obras fundamentais para os estudos da Academia Real dos Guardas-Marinhas e da Real Academia Militar. Nessa área, aquele que seria o segundo redator da *Gazeta*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, desempenhou um papel relevante, traduzindo o *Tratado elementar da análise matemática por J. A. Cousin, membro do Instituto Nacional e professor no Colégio de França*, divulgado em janeiro de 1810 e que custava “em papel” 640 réis (1810, n. 5). Em 1812, outro lente da Academia Militar, bacharel formado em matemática e capitão do Real Corpo de Engenheiros, José Saturnino da Costa Pereira, traduziu para uso dos alunos o *Tratado elementar de mecânica*, de Francoeur.

Os conhecimentos geográficos eram necessários aos empregados públicos em geral. Assim, a venda de atlas encontraria compradores certos, apesar do elevado preço desses tipos de obra. Em 1816, o *Novo atlas português, que compreende todas as cartas geográficas dos impérios, reinos e repúblicas da Europa, e de outras várias partes do globo em 26 mapas* custava 18\$000 réis em um só volume. Um pouco mais barato, mas só com 13 mapas, era o *Novo atlas* em espanhol: 16\$000 réis.

Quanto às artes, ou seja, às técnicas, alguns reinóis procuraram difundir-las na cidade, como Lucas Troxelas, mestre da Real Fábrica de Alcobça, conhecida pela sua cerâmica colorida a azul e branco e com belos desenhos:

Roga a todos os mancebos que se dedicam às artes que apliquem o tempo de descanso ao desenho, alicerce do verdadeiro pensar nas artes. Que todo aquele que não tiver mestre que lhe dê lição, o dito Troxelas se obriga todos os domingos a dar lição grátis, dirigindo-se à loja de marceneiro na Rua dos Barbônios, n. 7, de José Bernardo Pereira (1817, n. 76).

A arte do desenho era necessária aos artesãos, cientistas e viajantes; por isso, o longo anúncio colocado na *Gazeta*:

O bacharel Basílio Ferreira Goulart se propõe a ensinar o desenho por prenda às pessoas que se destinarem a estudar as ciências naturais, e principalmente a botânica; a aqueles que pretenderem viajar; e a quem se quiser entreter com utilidade no gabinete ou no campo. Daqui se deixa ver como fará objeto de aplicação, segundo os diferentes desígnios, a figura, o debuxo dos vários produtos, e ornato, a perspectiva dos lugares urbanos ou

rústicos, marinhas, etc.; o fazerem uso de carteira, acostumando-se também a copiar ao microscópio; e finalmente tudo aquilo que deve entrar no plano desta parte da instrução, em que se há de compreender a expressão, que faz por assim dizer o espírito desta arte etc. Para esse fim está munido com a competente provisão do Desembargo do Paço, que o autoriza. Um tal anúncio deve fixar as atenções paternais e de todos que têm a seu cargo a educação da mocidade. Os que se interessarem nesta notícia poderão dirigir-se à Rua de São José, n. 1, lado esquerdo (1815, n. 8).

Na Bahia e no Rio de Janeiro, houve várias tentativas de introduzir a criação do bicho-da-seda, com o objetivo de incentivar a manufatura da seda no Brasil. Em 1820, Gaspar José Monteiro dizia ter “descoberto o bicho-da-seda nesta corte em janeiro de 1818” e oferecia-se para ensinar seu modo de criação a quem se interessasse pela “prosperidade das novas descobertas e a propagação deste ramo”. Porém, no ano seguinte, ele colocou um aviso na *Gazeta* declarando que se obrigava a responder às pessoas que tinham criticado aquele seu projeto (1820, n. 30; 1821, n. 26).

Os estrangeiros também contribuíram para a divulgação das artes úteis à sociedade. O inglês John Gilmour, recém-chegado de Londres em agosto de 1819, foi enviado ao Rio de Janeiro por uma casa londrina de fabricantes de todo o gênero de engenhos “para ver os engenhos de arte que têm uso neste país, tanto nas manufaturas de açúcar e destilações como para qualquer outro efeito”. Ele trouxe dois engenhos completos “e de nova invenção” para moer cana e armou um no trapiche da Ordem, convidando os interessados em “engenharia” para o examinarem. Encarregava-se de qualquer encomenda para a fábrica de Londres (1819, n. 67).

Os folhetos políticos

Os folhetos políticos à venda no Rio de Janeiro no período joanino distribuem-se em dois grandes ciclos: o napoleônico e o constitucional. Em ambos os casos, estamos diante de obras impressas em Portugal e reimpressas no Rio de Janeiro. Só em 1822 surgiu com força uma produção local em resposta à produção portuguesa.

A propósito do movimento editorial português entre 1807 e 1814, João Luís Lisboa escreveu: “o folheto político, a anedota, as páginas de pequenas histórias, são publicações que as guerras napoleônicas fazem pulular” (1991, p. 165). O catálogo publicado em 1810 por Paulo Martin nos fornece, de mistura com algumas obras poéticas, o que de mais importante se imprimiu no reino. Vejamos as publicações:

- *ABC poético, doutrinal, antifrancês, ou veni mecum*. Lisboa: Impressão Régia, 1809 (reimpresso no Rio de Janeiro em 1810);
- *Catecismo civil ou breve compêndio das obrigações do espanhol, conhecimento prático da sua liberdade e explicação de seu inimigo*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1808;
- *Chalça de Napoleão, ou proteção universal oferecida aos apaixonados dos franceses*. Lisboa: Oficina Nunesiana, s. d. (reimpresso no Rio de Janeiro em 1810);
- *Congresso de Baiona e máximas de Napoleão*;
- *O despertador dos soberanos e dos povos oferecido à humanidade*, de José Acúrsio das Neves;
- *Embarque dos apaixonados dos franceses, ou segunda parte da proteção*, de José Daniel Rodrigues da Costa;
- *Exame das causas que alegou o gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francês e espanhol em novembro de 1807*. Lisboa: Impressão Régia, 1808 (reimpresso no Rio de Janeiro em 1809);
- *Exposição dos fatos e máquinas com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha*. Lisboa: Impressão Régia, 1808 (de D. Pedro Cevallos);
- *Manifesto da razão contra as usurpações francesas, oferecido à nação portuguesa*, de José Acúrsio das Neves;
- *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses o chegassem a dominar*. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1809 (de Francisco Soares Franco);
- *Ode à fidelíssima Lusitânia livre já da tirania dos pérfidos franceses*, de José de Gois;
- *Ode sobre o memorável feito da tarde de 18 de junho em que a cidade do Porto tomou armas para sacudir o jugo francês*, de Antônio Soares de Azevedo;
- *Ode à restauração de Portugal*;
- *Proteção à francesa*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809 (de José Daniel Rodrigues da Costa);
- *Relação da viagem de Junot a Portugal, dada por ele mesmo a seu amo Napoleão, com notas interessantes*;
- *Os sebastianistas (reflexões críticas sobre esta ridícula seita)*. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1810 (de José Agostinho de Macedo) (reimpresso no Rio de Janeiro em 1810);
- *Sonho de Napoleão*. Lisboa: Oficina de João Evangelista Garcez, 1809;
- *Ulisseia libertada. Drama alegórico representado no Teatro do Salitre*.

Lisboa: Oficina de João Evangelista Garcez, 1808;

- *Verdadeira vida de Bonaparte até à feliz restauração de Portugal*, de S. S. O.;
- *Vida de Madama Bonaparte, e de toda a sua família*;
- *Vozes do patriotismo, ou fala aos portugueses, feita em janeiro de 1808 a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809 (de J. de G. P. do O. de P) (versos de José de Gois, da Congregação do Oratório de Pernambuco).

Assim como Paulo Martin, João Roberto Bourgeois fez questão de ter à venda em sua loja obras antifrancesas: *Portugal desafrontado: diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia e um eclesiástico da Província de Entre o Douro e Minho* (1808) e *Partidista contra partidista e jacobinos praguejados* (1809).

O baiano Manuel Antônio da Silva Serva incluiu na sua *Notícia* de obras à venda no Rio de Janeiro, em 1811, uma quantidade substancial de “papéis pertencentes a notícias, proclamações e tudo quanto pertence às guerras”, alguns diferentes dos que Martin importara. Selecionei aqui apenas os folhetos que mencionam Napoleão e seus seguidores mais próximos, mas os temas são os mais variados, referindo-se muitos à Espanha, ao patriotismo português e às batalhas travadas na Península Ibérica:

- *Bonaparte arguido pela fortuna*;
- *Compêndio da vida e fatos mais notáveis de Napoleão*;
- *Diálogo entre Murat e Bonaparte*;
- *Entrada de Napoleão no inferno*;
- *Estado atual de Bonaparte*;
- *Fugida de Luciano Bonaparte*;
- *Morte de Murat ou simium jocoso sério*;
- *Política infernal entre Lúcifer e Bonaparte*;
- *Proclamação de Junot*;
- *Proclamação de Napoleão*;
- *Reconvenção de Bonaparte a um espanhol*;
- *Relações das viagens de Junot a Portugal*;
- *Retrato político do imperador dos franceses*;
- *Sonhos de Junot*;
- *Testamento de Bonaparte em que divide o mundo inteiro ao seu arbítrio*.

Na loja da *Gazeta*, vendia-se em 1811 a *História secreta da corte e gabinete de Saint-Cloud*, em dois volumes, com a seguinte publicidade:

Esta obra, que tem tido um consumo extraordinário tanto em Inglaterra como nos Estados Unidos, dá bem a conhecer a produção mais interessante que neste século tem aparecido sobre os caracteres, projetos, crimes e barbaridades execrandas de Bonaparte e de toda a sua família, assim como de todos os seus generais e de todas as pessoas que têm figurado na funesta revolução francesa (n. 40).

Assumindo a forma poética, ou preferindo a prosa satírica ou séria, essas publicações criticavam os que se deixaram arrastar em Portugal pela sedução francesa. Exaltavam ainda a coragem dos portugueses que lutaram contra os invasores. Há até um exemplo de história contrafactual em Francisco Soares Franco. Como ele escrevia no prefácio da *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os franceses o chegassem a dominar*, não eram patentes a todos as desgraças que ocorreriam se o domínio francês continuasse, “a alguns por falta de reflexão, a outros por alimentarem esperanças mal fundadas acerca de homens cujo caráter não conheciam”. Dividida em sete artigos, a obra examinava o que aconteceria com o estado eclesiástico, a nobreza e o povo e os males que cairiam sobre a agricultura, as fábricas e o comércio. Seriam os negociantes os que mais sofreriam:

Uma das maiores negociações da Praça de Lisboa eram os gêneros do Brasil. Como todos vinham a esta capital, ganhavam com a sua importação, e tornavam a ganhar com a exportação, que dos mesmos gêneros se fazia para Inglaterra, Hamburgo etc. Tudo isso acabava com o domínio francês (p. 57).

Em 1812, com as sucessivas vitórias militares de Napoleão, foi considerada útil pelo governo a publicação da obra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, um piauiense que estudava leis na Universidade de Coimbra quando se formou o corpo militar acadêmico contra os invasores franceses, de que fazia parte também, como tenente-coronel, José Bonifácio de Andrada e Silva. *O patriotismo acadêmico* usa os termos mais violentos para se referir a Napoleão: “cometa sorvedor dos impérios”, “flagelo dos homens”, “o esposo da prostituta de Barras” e “monstro da Córsega”.

O segundo ciclo de folhetos políticos começou a circular no Rio de Janeiro após 26 de fevereiro de 1821. A multiplicidade de periódicos em circulação, a rapidez dos eventos políticos em Portugal e no Brasil, a variedade de opiniões e as polêmicas deram lugar à proliferação de pequenos opúsculos, estudados recentemente por Lúcia M. Bastos P. das Neves. Aqui citarei apenas o modo

como esses folhetos foram noticiados pela *Gazeta*, lembrando ainda que foi Paulo Martin quem mais importou esse tipo de discurso político e melhor divulgou, por meio de notícias impressas, a chegada ao Rio de “folhetos constitucionais”.

Um dos textos fundamentais à compreensão do momento político foi impresso depois do movimento constitucional: em março, vendia-se na loja da *Gazeta a Constituição explicada*. Tema polêmico na nova situação era o da censura, e em abril saiu dos prelos o *Discurso sobre a liberdade de imprensa* (1821, n. 21 e 28). Em finais de 1821, foi reimpresso no Rio de Janeiro o *Projeto da Constituição portuguesa*, com o seguinte aviso: “Os editores, em continuação ao referido *Projeto*, prometem publicar em volume separado as emendas a que der lugar a discussão de cada um dos seus artigos para se tirar desta obra toda a possível utilidade” (n. 106).

Aqueles que pretendiam colaborar no novo momento político usavam apenas as iniciais de seus nomes, mas não recorriam ao anonimato como outros autores mais polêmicos. As *Trovas patrióticas, ou lembranças constitucionais* foram oferecidas à nação por A. S. R. (1821, n. 26).

Mais tarde, foram anunciadas as diversas partes da *Reclamação do Brasil*, sem, contudo, ser descrito seu conteúdo. Muito mais elucidativo quanto aos temas tratados era o anúncio de outro folheto, cujo título completo já revelava a temática abordada:

Saiu à luz o *Amigo da razão, ou Carta aos redatores do Revérbero*, em que se mostram os direitos que tem o Brasil a formar a sua Câmara Especial de Cortes no próprio território, conservando a união com Portugal, em ordem a salvar-se dos horrores da anarquia, evitando de um golpe o retrocesso do despotismo e as pretensões das cortes de Portugal contrárias aos seus interesses. Vende-se na loja de F. L. Saturnino da Veiga, por 160 réis (1822, n. 20).

Alguns folhetos tiveram sucesso, obrigando a uma reimpressão. Como esse tipo de obra era barato e tinha poucas páginas, um só autor podia publicar vários sobre temas diferentes:

Saiu reimpressa a *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa*, vende-se nas lojas dos senhores Guimarães, Saturnino e Santos e na casa do senhor Braga, na Rua Direita, no canto da Rua do Rosário, pelo preço de 400 réis, onde também se vendem *Resposta analítica a um artigo do Constitucional que pretende que o Brasil torne a ser colônia*, por 320 réis, e a *Resposta*

ao compadre do Rio de São Francisco, por 200 réis, tudo obra do mesmo autor (1822, n. 32).

Esse conjunto de folhetos é atribuído ao padre Luís Gonçalves dos Santos. O n. 72 do *Português Constitucional*, de 15 de dezembro de 1820, tinha declamado contra a abertura dos portos brasileiros e queria que tudo voltasse a ser como em 1807. O autor da *Resposta analítica* retorquia em 1821: “Isto em bom português quer dizer volte o Brasil a ser colônia nossa. Já é tarde, meu amigo, já não há forças que façam girar a roda em movimento contrário”. Com a volta ao “antigo estado”, como haveria igualdade entre os dois Reinos Unidos? “Um reino colônia é absurdo, é quimera, é nada”.

A distribuição destes e de outros folhetos políticos contava com vários locais de venda na cidade, como ocorreu com a *Carta ao redator da Verdade Constitucional*, na qual, entre outras matérias, se discutia se era ou não necessária a tropa de Portugal (1822, n. 43). Ao contrário de outro tipo de obra, era importante que em vários pontos do Rio de Janeiro se pudessem adquirir os textos políticos sem os quais a elite letrada não podia agora passar.

Alguns autores preferiam seriar seus folhetos. Em 1821, José Anastácio Falcão publicou *O alfaiate constitucional* em quatro partes, no Rio de Janeiro. José da Silva Lisboa escreveu suas *Reclamações* em 14 partes, saindo a última em 28 de março de 1822. Também sua *Causa do Brasil no juízo dos governos e estadistas da Europa*, publicada em 1822, foi dividida em 16 partes. Esses folhetos seriados aproximavam-se dos periódicos da época, constituindo um gênero híbrido.

Nem todos os folhetos eram doutrinários ou didáticos. Em 1821, imprimiram-se umas *Endechas constitucionais* e os *Novos hinos constitucionais*, além das *Poesias em aplauso aos heróicos feitos do memorável dia 26 de fevereiro*. Em dois números, saíram os sonetos de Inácio José Correia Drumond “em aplauso ao feliz sucesso da completa regeneração da nação portuguesa” (1821, n. 28, 30 e 31).

A Igreja não se manteve indiferente ao movimento político e ao novo vocabulário constitucional. Do púlpito, fr. Francisco de Santa Teresa Jesus Sampaio pronunciou e publicou, em 1821, um *Sermão de ação de graças* em que declara, na dedicatória ao Senado da Câmara, ter começado, depois do dia 26 de fevereiro, a mostrar aos fiéis as vantagens da Constituição.

Se em 1821 os folhetos publicados ou reimpressos no Brasil incidiam principalmente sobre a oposição governo despótico/governo constitucional, sobre a caracterização do “corcunda” e do “constitucional” e sobre a definição

de um novo vocabulário político, em 1822 o teor dessas publicações mudava. Proliferavam então os escritos contra as cortes de Lisboa, as representações, as proclamações, os manifestos e as cartas aos redatores dos periódicos em circulação – escritos estes caracterizados por um espírito polêmico e não mais doutrinário ou didático.

De qualquer modo, o exame dos folhetos anunciados na *Gazeta* revela que o discurso político possível no Rio de Janeiro desse período não era formado por obras de grande fôlego teórico, mas por escritos curtos, rapidamente produzidos e lidos por leitores que não pertenciam mais apenas à elite ilustrada. Esses folhetos estavam presos ao devir dos acontecimentos e às linhas políticas dos vários periódicos existentes, com eles polemizando. Dada a velocidade da produção política, os autores de folhetos, tal como os redatores de periódicos, procuraram em 1822 outras tipografias para a impressão de seus textos, em virtude do acúmulo de trabalho na Tipografia Nacional. Havia agora a tipografia do Diário, a de Silva Porto e Cia., a de Torres e Costa, a de Santos e Sousa e a de Moreira e Garcez, e por elas eram distribuídos os manuscritos.

Notícias

O perigo francês

Em Portugal e na Espanha, 1808 e parte do ano seguinte foram dominados pelas notícias referentes aos exércitos franceses. Por outro lado, temia-se um desembarque de tropas fiéis a Napoleão em território brasileiro e, por essa razão, o redator não hesitava em dar ouvidos a rumores ou informações pouco seguras:

Correu aqui notícia, vinda por pedestres de Goiazes, que os franceses, tendo feito um desembarque no Pará com aparências de amizade, o capitão general os rechaçara completamente, ficando vivos só os prisioneiros. Porém, isto merece confirmação.

Igualmente correu voz que um corsário francês desembarcara vinte homens na costa do Pará ou Maranhão para procurar à força mantimentos, e que toda essa gente fora morta, ou feita prisioneira, tendo-se feito à vela o corsário bem embaraçado no porto em que tocara, pois Caiena se diz bloqueada por duas fragatas inglesas (1808, n. 1).

A conquista de Caiena em finais de 1808 afastou os temores de uma invasão pelo norte. A chegada de embarcações ao Rio de Janeiro sempre proporcionava algumas notícias, por meio de suas tripulações, sobre o que se passava na Europa, embora essas informações devessem ser corroboradas posteriormente pelos periódicos. Por dois navios que ali aportaram – um de Pernambuco e o outro de Lisboa –, chegaram algumas novidades, sempre sujeitas a confirmação:

Que a Divisão de 25 a 30 mil homens, vanguarda do exército francês que entrou na Espanha, sofreu grandes destroços na Biscaia; que houvera uma revolução no Norte da Alemanha; que a Prússia declarou guerra à França; que a Rússia mandara comissários a Inglaterra a tratar de paz e que Bonaparte, para remediar tantos inconvenientes, voltara a Viena. Não respondendo pela veracidade de tais asserções, as comunicamos ao público, fazendo votos para que na série das subseqüentes folhas venham confirmadas à letra (1810, n. 17).

A guerra européia ocupou páginas e páginas da *Gazeta*, até que finalmente o redator anunciou a derrota definitiva de Napoleão após este ter fugido da Ilha de Elba e ocupado novamente o governo da França:

Pela chegada do pacote recebemos as mais agradáveis notícias. O tirano do mundo, o pérfido Bonaparte, batido pelos incansáveis esforços dos imortais Wellington e Blucher, depois de consideráveis perdas, buscou cobardemente a sua salvação na fuga, e dizem que demandara o Havre para passar à América setentrional, ou como outros afirmam à Inglaterra. O certo é que o seu governo efêmero foi derribado e a Europa respira outra vez (1815, n. 69).

Outros temas afloraram depois que a guerra terminou. Não será aqui analisada a forma como o gazeteiro selecionava as notícias estrangeiras, embora possamos afirmar de passagem que eram escolhidas preferencialmente aquelas que diziam respeito às casas reinantes européias, com uma ou outra referência ao sistema político vigente em algumas delas após as mudanças ocorridas com a derrota de Napoleão. Aqui, interessa-nos ressaltar os temas selecionados pelo redator em relação ao Brasil.

O elogio das autoridades constituídas e a divulgação das medidas tomadas pelo governo ocupavam o maior espaço na *Gazeta*. Mesmo a guerra contra os botocudos foi apresentada aos leitores como um benefício do soberano a seus vassallos, na medida em que contribuía para a colonização em terras antes ameaçadas pela nação indígena.

A ofensiva contra os índios

Por carta régia de 13 de maio de 1808 ao governador de Minas Gerais, determinou-se a guerra aos índios botocudos – justificada pelas incursões que eles faziam nas terras dos colonos – e se criou a Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce. Seguiram-se outras duas cartas régias, em 2 de dezembro de 1808 e 7 de outubro de 1809, sobre as providências a serem tomadas para a navegação do Rio Doce e a colonização do território banhado por esse rio e seus afluentes. Em 17 de maio de 1809, foram relatadas as vitórias contra os índios bárbaros, que tinham cometido “as maiores atrocidades e devastações”, assassinando os brancos e os índios mansos, destruindo suas plantações e incendiando suas casas:

Por ofício que se acaba de receber da Junta da Civilização e Conquista dos Índios, em data de 8 do corrente mês, consta que os botocudos foram

batidos com grande perda junto ao Cuiaté pela 4ª Divisão, comandada pelo alferes Lizardo José da Fonseca, ficando 12 mortos, cinco prisioneiros e muitos feridos, que puderam escapar-se pela precipitação com que se meteram ao mato, onde seria imprudente segui-los no estado de fadiga e extenuação de forças em que se achava a gente da partida, que não passava de 13 homens. Semelhantemente, e quase ao mesmo tempo, foi aquela cruel raça antropófaga acometida pela 5ª Divisão, que comanda o alferes Januário Vieira Braga, que havendo-lhes feito uma horrível mortandade, aprisionou 45, não havendo da nossa parte mais do que um homem morto e quatro feridos. Principiam, pois, a sentir-se já os saudáveis efeitos das sábias e paternais providências que S. A. R. foi servido dar pela carta régia de 13 de maio do ano passado, não só porque aqueles índios devastadores começam a destruir-se, mas porque assim se animam já os colonos a entrarem novamente para a cultura dos terrenos que haviam abandonado pelo susto das atrocidades daqueles bárbaros. Pelos mapas que a mesma junta remete se vê que os novos colonos montam já a perto de 500 pessoas, sem contar as mulheres dos respectivos casais, e que os índios aldeados, entre xamixunas e puris, são já 975 (n. 71).

O redator decidiu em outro número da *Gazeta* explicitar as providências tomadas nas três cartas régias que tinham como principal objetivo a navegação do Rio Doce, a qual por si só iria “elevar ao maior grau de prosperidade e de opulência as Capitânicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, promovendo seu recíproco comércio com a facilidade dos transportes dos gêneros por meio de muitos rios navegáveis” (1810, n. 76).

Assim, o território “infestado pelos índios e por eles invadido” foi distribuído em seis divisões militares, cada uma das quais comandada por um alferes que já tivesse dado provas de ser capaz de participar de

uma guerra que se devia por necessidade fazer a povos bárbaros sem domicílio certo, ou conhecido, no meio de matos extensíssimos e quase impenetráveis, devendo estes serem perseguidos e buscados pelo trilho à maneira de feras, para o que seriam inúteis os conhecimentos do mais acreditado general.

As táticas militares não teriam qualquer serventia numa luta no meio do mato contra os índios. Quanto aos soldados, também foram escolhidos os mais aptos a

suportarem toda a espécie de privações, quando descalços e só defendidos com coletes de algodão capazes de resistir às penetrantes setas dos índios, se entranham pelos matos, levando cada um a sua espingarda e competente munição e sobre as costas o parco sustento que lhe é indispensável.

A junta estava encarregada de controlar o trabalho dos comandantes e tudo o que era necessário “à redução, civilização e aldeamento dos índios, à povoação dos terrenos que se forem libertando e livrando de incursões e hostilidades, e à navegação do Rio Doce e dos mais rios que nele deságuam”.

A guerra contra os índios teria como consequência a obtenção de uma mão-de-obra barata, pois a junta cuidaria da

distribuição dos índios que se conquistarem, sendo em pequeno número, pelos fazendeiros e agricultores que deles se quiserem encarregar para os sustentarem, vestirem, civilizarem e instruírem na nossa santa religião, sendo-lhes permitido o utilizarem-se gratuitamente do serviço dos mesmos índios por espaço de 12 anos, sendo maiores de 12 anos de idade, e por espaço de 20 anos, sendo menores de 12 anos, em compensação das despesas do seu tratamento, educação e curativo, e em remuneração do trabalho e vigilância que exigem enquanto são incapazes de prestarem serviço, ou pela idade, ou pela rusticidade e ignorância da língua portuguesa (1810, n. 76).

Num ofício da junta, datado de 20 de agosto de 1810, depois de se haver examinado a atuação de três das seis divisões, os resultados da ação governamental eram o seguinte: das 144 fazendas destruídas pelos índios, 78 já estavam de novo em poder de seus antigos donos ou de seus herdeiros; e naqueles terrenos tinham-se fixado 106 casais de pessoas livres, 36 solteiros livres, 935 escravos, 346 bestas e 995 cabeças de gado vacum.

As instruções acerca do modo de passar em revista as divisões foram também transcritas pelo redator, servindo-se do exemplo das que tinham sido dadas para a inspeção da 2ª Divisão, pois as demais eram idênticas (1810, n. 77). Entre essas instruções, a 7ª questão inquiria se ainda se conservavam aldeados no sítio de um capitão os 582 índios puris, e se os 393 da nação xamixuna também tinham sido aldeados de acordo com a ordem recebida. Nesse aldeamento, era preciso demarcar as terras que fossem necessárias aos índios. A 10ª mandava examinar se tinham cessado as dissensões por limites de terras entre os brancos e os índios coroados e coropos, aldeados na freguesia de São Manuel da Pomba. A 11ª investigava se o comandante tinha, sem cessar,

continuado a guerra ofensiva contra os índios botocudos, ou outros quaisquer índios bravos que costumam atacar os portugueses e destruir as suas plantações, até senhorear-se das suas habitações e aldeias, e até constrangê-los a pedir a paz e a submeterem-se ao domínio do príncipe regente nosso senhor.

Finalmente, a 18ª mandava indagar qual tinha sido o comandante de divisão que aprisionara e destruíra maior número de índios.

Ao contrário do que se nota na *Idade d'Ouro do Brasil*, que também abordou em suas páginas o projeto de colonização do território do Rio Doce, não há aqui nenhuma alusão a outra forma de abordagem das nações indígenas que não fosse a guerra. Em 1810, não houve da parte do redator da *Gazeta* nenhum relato de tentativas de pacificação e de atração dos índios para uma convivência pacífica com os brancos (ver Silva, 1978).

O gazeteiro limitava-se a divulgar para o leitor o resultado da inspeção na 2ª Divisão. Reconhecera o inspetor “que em todo o tempo deste comandante os índios não têm morto pessoa alguma dos portugueses, que têm somente feito alguns roubos nas roças e que mataram uma besta”. Quanto aos índios puris e xamixunas aldeados, eram 975; decidiu-se sua mudança para a barra do ribeirão de Santa Ana dos Arrepiados e Casca, “servindo de barreira contra os índios ainda não conquistados”. O gazeteiro resumiu ainda o resultado das inspeções na 3ª e 4ª divisões e prometeu informar acerca das demais divisões. Enquanto na 3ª os índios bravos apenas tinham atacado uma roça, na 4ª “foram mortos e devorados quatro portugueses pelos antropófagos índios botocudos no lugar de São João de Alfie, em setembro de 1809” (1810, n. 80, 81 e 83).

Em março de 1811, voltou o gazeteiro a divulgar os resultados da inspeção nas divisões, desta vez a 1ª e a 5ª, transcrevendo ainda um ofício do Conde de Palma, então governador de Minas Gerais, no qual se congratulava com os resultados obtidos:

As intensas e dilatadas brenhas que serviram até agora de covil às feras e aos botocudos, ainda mais temíveis que as mesmas feras, transformar-se-ão em povoações deliciosas, prosperando a agricultura em terrenos novos, por isso mesmo fertilíssimos, animando-se outra vez a mineração como nos primeiros dias felizes desta capitania, e criando-se ao mesmo tempo um comércio ativo, que ela nunca teve, nem esperou ter (n. 18).

De acordo com a carta régia de 28 de setembro de 1810, fora criada mais

uma divisão, a 7^a, localizada nos terrenos das Minas Novas, confinantes com a comarca de Porto Seguro, junto do Rio Jequitinhonha.

Em 1812, o redator publicou uma carta do vigário de São Miguel narrando que, na Divisão do Presídio de Cueté, um botocudo aprisionado se entregara facilmente à amizade com aqueles que anteriormente combatera. Acrescentou o gazeteiro que esse episódio mostrava “quanto se pode esperar que seja pronta a civilização e pacificação deste bravo gentio, e nós o comunicamos ao público porque é de dar geral satisfação” (n. 3). A atitude agora não era mais a de simplesmente dizimar os índios botocudos, ou de afugentá-los para os matos, mas a de estabelecer com eles um contato pacífico. Finalmente, em 1813, o comandante da 7^a Divisão foi elogiado pelo seu papel na região: “Havia conseguido domesticar todas as famílias botocudas que bordavam as margens do Rio Jequitinhonha, sendo respeitados os passageiros e os colonos, sem ter havido exemplo da menor ofensa” (n. 71).

D. João pôde constatar que os botocudos, “depondo a sua natural ferocidade, se prestavam à civilização, que gera o amor do trabalho e chama à sociedade tantos membros e à lavoura braços, de que tanta míngua experimenta”. Ordenou então, por uma provisão régia, que o comandante procurasse reduzir “ao mesmo estado de paz” as outras famílias botocudas que habitavam o extenso sertão entre a 7^a e a 5^a divisões.

No que diz respeito às populações indígenas até então arredias ao contato com os brancos, foi noticiado que o diretor do presídio na margem oriental do Rio Tocantins criara uma povoação com o nome de São Pedro de Alcântara e para ela atraía os índios macamecran, cuja nação se compunha de 3.000 pessoas, distribuídas por duas aldeias a umas 3 léguas daquela povoação (1813, n. 65).

A melhoria das comunicações

Em dezembro de 1809, o redator lembrou aos leitores que o príncipe regente continuamente procurava “o bem, descanso e prosperidade dos seus vassallos”, que sempre iam “medrando debaixo do seu paternal cuidado”. Isso ficava evidente com as medidas adotadas “para melhoramento e perfeição de tão vasto continente como o do Brasil”. Numa rubrica intitulada “Notícias do interior”, o gazeteiro relatava que, cumprindo ordens reais, o governador de Goiás, “para encurtar e segurar quanto fosse possível a distância entre a cidade do Rio de Janeiro e a do Grão-Pará”, abrira no norte daquela capitania uma estrada de 121 léguas e um quarto desde o Registro de Santa Maria até o porto real do Pontal:

Não se podia abrir uma estrada com mais acerto e juízo, porque nela se acham muitos estabelecimentos pouco distantes uns dos outros, o que concorre para que os correios encontrem todo o auxílio nos juizes ordinários e comandantes dos registros, que nos respectivos distritos têm a seu cargo acelerar por todos os meios possíveis o trânsito dos correios (n. 131).

Essa estrada estava acabada, com pontes e pinguelas nos ribeirões; e nos rios em que a vau não podia passar, havia canoas e cavalgadas nos lugares convenientes. Continuava o caminho mais 166 léguas desde o Registro de Santa Maria até Vila Rica, e essa notícia era tão importante que o redator fez imprimir um “Mapa das vilas, arraiais, capelas e fazendas que há na estrada que vai de Vila Rica até o Registro de Santa Maria da Capitania de Goiás, e suas distâncias, para passarem os correios da corte para a cidade do Pará, vindo do Rio de Janeiro até Vila Rica pelo correio ordinário e regressarem da cidade do Pará para a corte”, bem como um

roteiro da nova estrada que o príncipe regente nosso senhor mandou abrir pela Capitania de Goiás para facilitar a comunicação por terra da corte do Rio de Janeiro e da cidade do Pará, ao qual se ajuntam recopiladamente as diversas providências que se têm praticado para o dito fim e explicações necessárias à sua melhor inteligência.

O mapa e o roteiro foram elaborados em dois desdobráveis insertos no n. 131, o que graficamente constituía uma inovação no formato da *Gazeta*. Por outro lado, em 1811, a Imprensa Régia do Rio imprimiu por ordem do príncipe regente o *Roteiro da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará pelo Rio Tocantins acima até o porto real do Pontal na Capitania de Goiás*, de Manuel José d’Oliveira Bastos.

Era quase sempre o Conde de Linhares quem transmitia as medidas governamentais ao gazeteiro para divulgação: em julho de 1810, anunciou-se, por exemplo, um projeto de canais e eclusas para facilitar a navegação entre os rios Guandu e Itaipu e entre este e o Miriti, e para o qual, como era costume, a Coroa precisava dos capitais de seus vassalos. Os oficiais engenheiros faziam os estudos prévios no terreno, mas, para a execução da obra, contava-se com uma subscrição de capitalistas. Todas as vantagens eram apontadas: a valorização das terras de serra acima, a prevenção de inundações nos campos da Fazenda de Santa Cruz, o envio de gêneros do distrito de Ilha Grande, Parati e Cunha e o mais rápido abastecimento do Rio de Janeiro (1810, n. 54).

O extermínio ou, na melhor das hipóteses, a domesticação dos botocu-

dos e de outras nações indígenas bravas teve como conseqüência que alguns rios importantes se tornassem navegáveis sem perigo para as embarcações. O Jequitinhonha era um deles e seu aproveitamento permitiria uma intensificação do comércio na região:

Ordenou também S. A. R. que se promovesse a navegação daquele rio, da qual há de resultar o interesse recíproco e particular dos fazendeiros, assim na exportação dos próprios gêneros, como nos fretes das canoas postadas nos lugares cômodos para receberem por baldeação os gêneros, logo que a passagem das cachoeiras permitir a navegação (1813, n. 71).

Mais uma vez, em 1813, a questão das comunicações chamou a atenção dos leitores da *Gazeta*:

Por ordem superior fazemos neste número um breve resumo das sábias providências de S. A. R. para a interna comunicação de algumas capitânicas deste vastíssimo continente, da qual depende essencialmente tanto a civilização dos povos, quanto a prosperidade do comércio interior, e por conseqüência do exterior, que dele dimana (n. 64).

Tratava-se agora do estabelecimento de caminhos para os correios terrestres promovido pelo governador do Ceará entre as seis principais vilas daquela capitania e a de Pernambuco, “lembrando que se deveria estender aquela comunicação até o Rio Parnaíba para facilitar a remessa dos ofícios e cartas das Capitânicas do Piauí e Maranhão para esta corte”. O governador do Maranhão, por sua vez, mandou dois emissários para reconhecer os lugares mais próprios e a maneira mais fácil de se transportar as cartas. Ele já tinha estendido os correios a mais duas vilas de sua capitania, e em outras cinco se haviam estabelecido estafetas que se comunicavam com os correios mais próximos. O governador concordava com a comunicação com o Ceará, mas propôs ainda como mais vantajosa a comunicação direta de sua capitania com a Bahia. O redator congratulava-se com todas essas propostas:

Desta maneira, não só vemos já fixada a comunicação interna de toda a Capitania do Ceará e a externa com as limítrofes de Maranhão e Piauí, mas até veremos em breve praticadas franca e facilmente as estradas da primeira destas duas com a Bahia e com os pontos mais centrais deste continente, e muito principalmente com a corte, o que tantas vezes se torna sumamente difícil por mar (1813, n. 64).

Quer se tratasse de homens e mercadorias, quer fossem cartas e mensagens a serem transportadas, o estabelecimento de estradas e caminhos no interior do Brasil visava complementar a única forma até então predominante: a comunicação marítima. Daí o interesse da Coroa em alardear esses projetos, não esperando sua concretização para mandar divulgá-los.

O apoio à colonização

Tanto o ataque aos botocudos e a outros índios bravos quanto a abertura de estradas e o aproveitamento das vias fluviais tinham como objetivo último a criação de povoações, o aumento do número de colonos e o desenvolvimento da agricultura ou da mineração. Os relatos da inspeção às várias divisões em que foi dividido o território a colonizar eram acompanhados de dados precisos sobre os contingentes de colonos naquelas regiões. Assim, por exemplo, na revista à 4ª Divisão Militar do Rio Doce, constatou-se que, das 52 fazendas de cultura destruídas pelos botocudos, 18 já se achavam novamente habitadas por seus antigos donos. E, de julho de 1809 até o dia da revista, tinham entrado para povoar esta divisão “34 casais de portugueses livres, e sete homens solteiros livres, com 235 escravos, 84 bestas e 224 cabeças de gado *vacum*” (1810, n. 83).

A fim de evidenciar o grande número de colonos que em tão pouco tempo se tinha fixado na 1ª e 5ª divisões, o redator transcreveu um ofício do Conde de Palma, governador de Minas Gerais, dirigido ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 29 de janeiro de 1811:

Pelo mapa incluso verá também V. Excelência que têm entrado para cima de 3.000 pessoas só nos limites da 1ª Divisão, e em muito pequena parte da 5ª. (Estes dois corpos marcham pela margem esquerda do Rio Doce e por terrenos pertencentes às comarcas de Sabará e Serro Frio). Já os novos colonos da 1ª Divisão pretendem ajuntar-se em corpo de povoação. Pediram-me comandante das Ordenanças que os governasse e licença para erigirem capela à sua custa, devendo esta ser edificada no porto real de Joanésia, junto ao ribeirão de Santo Antônio, que é muito abundante de ouro e navegável até à sua foz no Rio Doce, donde dista 8 léguas, tendo as suas cabeceiras na comarca do Serro Frio. Esta paragem está, pode-se assim dizer, no centro da mata geral do Rio Doce. Nunca ali entraram os habitantes desta capitania, nem eles, há três anos, poderiam esperar que, dentro de tão limitado tempo, não só libertariam inteiramente os seus terrenos já cultivados das incursões bárbaras dos índios, e muito menos ir, como vão agora, formar estabelecimentos permanentes de agricultura e mineração no centro das suas próprias habitações (n. 18).

Embora Aires de Casal, em sua *Corografia brasílica*, nada escreva acerca desses novos focos de povoamento, Pizarro e Araújo, numa nota das *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, refere-se à necessidade da guerra aos botocudos para preparar “a futura navegação do Rio Doce e a cultura dos excelentes e férteis terrenos adjacentes”. Ele, aliás, disse ter lido o ofício acima citado não na *Gazeta*, mas no *Investigador Português*, em seu n. 1, de junho de 1811, o que é estranho, pois a transcrição da *Gazeta* é de 2 de março desse ano. Sua nota 30 parece mesmo ter sido copiada da *Gazeta*, por sua referência à carta do Rio Doce de Antônio Pires da Silva Pontes Leme.

Em fevereiro de 1813, o redator resumiu o que lhe tinha sido comunicado “por pessoa muito fidedigna” acerca do transporte de colonos para Caravelas a mando do intendente geral da polícia e a pedido do ouvidor daquela comarca. A região, “por sua fertilidade, posição e cópia de rios navegáveis”, teria uma lavoura “cômoda e lucrativa” e a colonização ali seria fácil e rápida. Lastimava-se, contudo, que nos termos das vilas de Belmonte, Trancoso, Prado, Alcobaça e Mucuri houvesse tantos baldios, sem que “nossos capitalistas” resolvessem “dar um novo emprego aos seus fundos (atualmente quase estagnados)” na aquisição de sesmarias liberadas pelo príncipe regente. Para incentivar os capitalistas nacionais, noticiava-se:

O inglês Carlos Frazer, sesmeiro estabelecido no termo da vila do Prado e no lugar da beira-mar chamado Curumuxatiba, em menos de dois anos tem feito uma plantação de 302 mil pés de algodoeiro (de semente de Pernambuco) e de 50 mil pés de café e 160 mil covas de mandioca, e tem já colhido algodão igual ao da sua semente, segundo o qualificaram os negociantes ingleses aqui domiciliados (n. 11).

A Coroa contava com os ilhéus para o esforço de colonização, como sempre fizera ao longo dos séculos, e o decreto de 16 de fevereiro de 1813 determinou que os casais e seus filhos, vindos dos Açores a pedido do intendente geral da polícia para se estabelecerem em várias capitânicas – e os que futuramente viessem –, ficassem isentos de recrutamento militar e do serviço de milícias.

Esses ilhéus já tinham sido distribuídos pelas capitânicas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e em Porto Seguro, tendo-se-lhes fornecido, além dos terrenos para cultivarem, instrumentos agrícolas e sementes, habitação, gado para o serviço agrícola “e até mesadas para sua sustentação nos primeiros dois anos”, enquanto não pudessem colher os frutos de sua lavoura. O redator da *Gazeta* deu considerável destaque a esse decreto (1813, n. 16).

O povoamento de regiões antes desocupadas, ou habitadas apenas por

índios, fez-se também com a instalação de presídios e a captação das populações indígenas à sua volta. Segundo o redator, a navegação do Jequitinhonha (tornada possível pela domesticação dos botocudos), a qualidade do terreno e a salubridade do clima convidavam as populações a fixarem-se ao longo da estrada de beira-mar. O ouvidor de Porto Seguro contribuía para a conservação dessa estrada e promovia sua povoação, “criando presídios guarnecidos interinamente pelos índios menhans”, que se achavam aldeados em Belmonte, e pelos indivíduos e casais dispersos de sua comarca (1813, n. 71).

Os agregados que foram mandados com Francisco José Pinto de Magalhães para o presídio na margem oriental do Rio Tocantins – em número de cinqüenta a sessenta – fundaram a povoação de São Pedro de Alcântara “acariando e recolhendo dentro dela os índios macamecrans, que lhe eram próximos, cuja nação se compunha de 3.000 almas”. Esses índios estavam em duas aldeias a 3 léguas da povoação. Dessa forma, tornavam-se mais fáceis as comunicações do norte de Goiás com o Pará e o Maranhão, “em consequência de se haverem domesticado, ou debelado, outros gentios” (1813, n. 65).

Pizarro e Araújo se referiu à fundação de São Pedro de Alcântara por volta de 1810, mas numa nota contou uma história diferente acerca das relações com os índios das vizinhanças. Citou *O Patriota* (2ª subscrição, n. 3) e a “Notícia das novas povoações de São Pedro de Alcântara e São Fernando, civilização da nação macamecran, estrada para o Pará”, que apresentava “os progressos da povoação e civilização dos lugares mais centrais, há pouco desertos, ou infestados por nações bárbaras e ferozes”.

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, redator de *O Patriota* e da *Gazeta*, escreveu:

No n. 65 da *Gazeta* desta corte, demos uma idéia do estabelecimento da povoação de São Pedro de Alcântara e da obediência dos índios macamecrans, mas a pequena extensão daquela folha não nos permitiu expor circunstanciadamente as providências que se haviam dado e os resultados daquele importante serviço. O nosso jornal encherá este destino, e ambos os periódicos serão um argumento vitorioso das únicas intenções do seu redator. O que imos [sic] referir é fundado em documentos autênticos e da maior fé. Temos consultado papéis originais e firmamos com o selo da verdade a nossa exposição (*O Patriota*, 2ª subscrição, n. 3, p. 61).

Entretanto, o que Pizarro e Araújo conta, numa nota, desagradou ao fundador da povoação: “angariar a indiada macamecran para cativá-la e vendê-la, e não para civilizá-la, como praticou, enganando com tais pretextos simula-

damente o general, a quem ofereceu em 1813 a memória sobre esse assunto”. Ele conhecia o fato por uma conversa que tivera com o governador Fernando Delgado Freire de Castilho.

Os projetos de colonização mantiveram-se até o fim do período colonial, quando a *Gazeta* transcreveu um ofício a Tomás Antônio de Vilanova Portugal, escrito em Santa Catarina a 5 de dezembro de 1820. Além de noticiar a abertura de uma estrada para Lages, referia-se à criação de uma povoação em Caldas do Norte, para a qual já estavam recrutados setenta povoadores:

Junto achará V. Ex.^a o plano da povoação que tenho projetado fundar ali, assim como as sortes para a pequena e grande cultura, arranjado pelo coronel engenheiro Antônio José Rodrigues de acordo com mais pessoas inteligentes, cujo projeto espero mereça a real aprovação de Sua Majestade, na certeza que é muito vantajoso adiantar os estabelecimentos nesta província para o interior (1821, n. 1).

A mineração em Goiás

Se foi grande a preocupação do redator com a divulgação do esforço colonizador, já não são tão numerosas as notícias sobre descobertas ou explorações minerais. Foi encontrado um único exemplo, referente a Goiás.

Além de desenvolver a agricultura e o comércio fluvial com o Pará, o governador de Goiás, D. Francisco de Assis Mascarenhas, enviou para Anicuns, em março de 1809, um desembargador superintendente “para formar a sociedade que se havia de empregar na extração do ouro, manter a ordem e examinar a pedreira, que se achou ser a mais rica da capitania”.

Baseado na memória enviada pelo governador ao Conde de Linhares, o redator ressaltou os trabalhos de mineração ocorridos nas minas de Anicuns, onde, além dos mineiros, eram admitidos os que apresentavam “escravos ferrentados” e homens livres dispostos a este serviço. Iniciado o trabalho, logo se descobriram dois vieiros de ouro cravado em pedras:

Até 21 de março, gastou-se o tempo na abertura indispensável de uma nova estrada, em edificar um armazém para recolher a pedra aurífera, na lavagem da pedra moída, terras de desmonte e pissarras que pintavam. E então, chegando o excelentíssimo governador, que dirigiu melhor os braços e sufocou a desordem que já principiava a lavrar, se apuraram no fim do mês 2:439\$525 réis (1809, n. 131).

Esse valor aumentou para 10:607\$195 réis em ouro limpo no mês seguinte.

Porém, em maio, diminuíram os braços na mineração, “porque uns se ocuparam na construção de novo armazém em lugar mais conveniente, na fatura de uma cerca que tivesse os trabalhadores como fechados e vedasse o extravio, e outros ficaram impossibilitados por uma epidemia”. Mesmo assim, foram recolhidos aos cofres 7:293\$128 réis.

Em junho, data da memória enviada pelo governador, continuava-se a extrair e a moer o ouro, mas estavam diminuindo os trabalhadores devido às enfermidades, à tarefa do encanamento do córrego que evitava o entulho e à construção de um oratório a mando do governador. Apesar desses incidentes, era esperado um recolhimento razoável de ouro. O redator afirmava:

Do exposto se conclui a riqueza destas minas, apesar da irregularidade do serviço por falta de boa administração, que só se pode conseguir convocando hábeis mineiros da Capitania de Minas Gerais, que unam a teoria à prática neste gênero de trabalho. Então construir-se-ia a fábrica de pilões que faça mais em um dia que todos os braços agora empregados. A pedra, que se julga inútil, se aproveitará, e finalmente far-se-á uma máquina que esgote o lugar do vieiro e torne fácil a extração da pedra.

Os trabalhos continuavam com a construção de um canal de duas léguas, que levaria o ribeirão dos Bois às minas; assim, o governador de Goiás era elogiado não só por cumprir as ordens régias como por tomar iniciativas “à sua própria custa” para bem de seus governados.

Notícias mercantis

Em 1810, o gazeteiro pensou ser do interesse do corpo mercantil e do público em geral o estado das relações comerciais do Brasil com o segundo porto da Inglaterra. Por isso, apresentou o “Mapa dos navios portugueses e suas cargas que entraram no porto de Liverpool, saídos do Brasil no ano de 1809” e o “Mapa dos navios comprados por vassalos portugueses em Liverpool no ano de 1809”, prometendo dar outras notícias a esse respeito à medida que as fosse recebendo. É muito provável que fosse o Conde de Linhares, responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a fornecer-lhe esse material.

Pelo primeiro mapa, ficamos sabendo que, em 11 meses, 35 navios provenientes de portos brasileiros aportaram em Liverpool carregando algodão, couros, açúcar, arroz, pau-do-Brasil, copaíba, caixas sucadas, tabaco, chifres, cocos, cera, sebo, salsaparrilha, café, cacau, vaquetas, pau-da-rainha, melão, anil, dentes-de-elefante e ipecacuanha. Os dentes-de-elefante (apenas

dois) tinham chegado aos portos brasileiros provenientes da África. Quanto às vaquetas, eram umas peças de couro macio para forrar sapatos e botas. O algodão constituía de longe a mercadoria mais exportada: 29.543 sacas. É de se notar também os 16.318 couros e as 2.249 caixas de açúcar. Essas mercadorias iam consignadas a casas mercantis inglesas e a algumas nacionais: a de João Teodoro da Costa, a de Jorge Rocha e a de Francisco Inácio de Siqueira Nobre, o grande negociante da Bahia que tinha negócios até na Inglaterra.

Os navios saíam dos principais portos brasileiros: Pernambuco (13), Maranhão (14), Bahia (seis), Rio de Janeiro (um) e Pará (um). Não era dito o nome de seus proprietários, apenas o de seus mestres. Já o segundo mapa revela que Francisco Inácio de Siqueira Nobre comprara um navio em Liverpool.

Em 1812, foi divulgado um “Mapa das embarcações que entraram no porto da cidade do Rio de Janeiro e lugares de onde vieram, desde o 1º de janeiro até o último de dezembro de 1811”. Vejamos, em primeiro lugar, os portos de onde tinham saído essas embarcações – Caiena agora pertencia à Coroa portuguesa. A variedade de portos é grande, mas chama a atenção sua elevada quantidade nos Estados Unidos, o que prova que o comércio com esse país já era intenso. Separamos os portos ingleses dos europeus continentais para que se ressalte a predominância do comércio com a Inglaterra numa época de guerra com a França:

Portugal: Lisboa, Porto, Caiena, Madeira, Faial, Cabo Verde, Cabinda, Angola, Moçambique, Benguela, Ilha do Príncipe, Goa, Macau;

Inglaterra: Londres, Portsmouth, Liverpool, Falmouth, Hull, Bristol, Jersey;

Europa: Gibraltar, Tenerife, Malhorca, Messina, Alicante, Tarragona, Vigo, Cádiz;

África: C. Mina, Calabar, Boa Esperança, Santa Helena;

América: Baltimore, Boston, Filadélfia, Providence, Nova Iorque, Montevideú, Buenos Aires, Calhau de Lima, Havana, Patagônia;

Ásia: Bengala;

Brasil: Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande, Santa Catarina, Espírito Santo, Paranaguá, Campos, Rio São João, Rio São Francisco, Parati, Cabo

Frio, Guaratiba, Santos, Macaé, Ubatuba, V. N. Valente, Laguna, Itapemirim, Caravelas, Paraíba, São Sebastião, Aldeia Velha, Guaraparim, Taguaí, Ilha Grande, Garatuba.

Analisemos agora a diferença, em número de embarcações, entre o comércio de cabotagem e o internacional. Enquanto o primeiro ocupou 977 embarcações, o segundo, apenas 197. Chama a atenção a quantidade de lanchas, sumacas e brigues que, de Campos, tinham partido nesse ano para o Rio de Janeiro: 179, o mesmo que do porto de Rio Grande (1811, n. 104).

Só voltamos a encontrar informações desse tipo em 1820, quando foi publicado o “Mapa das embarcações que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro no ano de 1819”. Os dados eram apresentados de modo diferente: ressaltavam mais a nacionalidade das embarcações do que os portos implicados no comércio. Além disso, assinalavam as características dos barcos: se eram de guerra ou mercantes ou, no caso dos ingleses, se eram paquetes que traziam notícias e periódicos.

O número de embarcações inglesas é o esperado, dada a intensidade do comércio inglês com o Brasil, mas surpreende a quantidade das americanas, o que nos leva a pensar na necessidade de estudar melhor as relações comerciais com os Estados Unidos nessa época. Causa espanto também a quase inexistência de embarcações espanholas no Rio de Janeiro, comparada à presença sueca e holandesa. O reatamento das relações diplomáticas com a França em 1816 não provocou uma forte presença desse país no porto – especialmente se cotejarmos o número das embarcações francesas com o das americanas, por exemplo.

Embarcações estrangeiras em 1819

Nacionalidade	Entradas	Saídas
Alemãs	3	3
Americanas	61	70
de guerra	2	2
Cidades hanseáticas	4	2
Dinamarquesas	2	2
Espanholas	–	1
Francesas	32	27
Hanoverianas	1	–
Holandesas	14	13
de guerra	2	2
Inglesas	159	175

de guerra	15	16
paquetes	13	13
Prussianas	2	—
Russas	6	5
de guerra	4	4
Sardas	1	1
Suecas	16	11
Total	340	349

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro*, 1820, n. 42.

Quanto às embarcações de cabotagem, num total de 1.092 entradas e 1.043 saídas, predominavam as provenientes de Campos (230 e 223, respectivamente) e as do Rio Grande e Porto Alegre (108 e 105); Bahia e Pernambuco ficavam muito aquém desses números (28 e 22, no primeiro caso, e 22 e 21, no segundo).

O comércio em embarcações portuguesas a partir do Rio de Janeiro era assinalado por continentes: Europa, 57 entradas e 37 saídas; África, 54 e 55; Ásia, 9 e 7; América do Sul, 53 e 50. Os dados mostram como o comércio asiático perdera importância e como o realizado com os portos da América do Sul ganhara relevo. Podemos supor que o maior número de transações se fizesse com Buenos Aires e Montevideú, mas nada é dito acerca dos portos, sendo apenas indicado o tipo de embarcação: navios, bergantins, escunas, corvetas e mesmo sumacas, dada a proximidade de alguns portos sul-americanos.

Em 1821, havia novos dados sobre as embarcações que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro, mas sem indicação de suas nacionalidades. Da Europa, tinham chegado 57 embarcações e para lá haviam partido 39; da Ásia, 3 e 10; da África, 58 e 54; da América meridional, 35 e 42. Contudo, os portos africanos incluíam, como esclarece o redator, os Açores e a Madeira, “que os geógrafos anexam a esta parte do mundo” (1821, n. 4). As embarcações norte-americanas continuavam a ser numerosas (72 entradas e 63 saídas), logo atrás das inglesas.

Entre as notícias que diziam respeito à vida mercantil, deve incluir-se a da inauguração da Praça do Comércio em 1820. A Bahia já fizera a sua havia alguns anos; não se compreendia, então, por que motivo a construção na corte tardara tanto. D. João VI visitou o edifício em 14 de julho de 1820 e ouviu as palavras que lhe dirigiram os negociantes portugueses e ingleses, congratulando-se com o estabelecimento de “uma praça onde comodamente se reunissem os comerciantes para fazerem suas transações”. A inauguração

foi acompanhada de música, “havendo abundância de iguarias e de refrescos, e outros divertimentos que consumiram grande parte da noite”. O gazeteiro detalhou vários aspectos da Praça do Comércio:

Compõe-se este edificio de uma grande sala cercada de colunas que formam em roda uma galeria. É aberto sobre dois vestíbulos que dão entrada pelas faces laterais e que fazem parte desta sala. Os quatro ângulos são destinados a salas para os diferentes empregos análogos ao comércio. O pavimento é elevado nove degraus acima da rua para dar passagem às águas da chuva que, por um cano subterrâneo, vão ter ao mar (n. 58).

O redator elogiou “a simplicidade da arquitetura romana” com suas colunas dóricas. Os ornatos reduziam-se às armas dos três reinos e a escudos com as iniciais do rei. As estátuas destinadas aos pedestais ainda não tinham sido colocadas, mas sabia-se que quatro iriam representar as quatro partes do mundo: “Este elegante monumento é obra do insigne Mr. Grandjean de Montigny, que tantas vezes temos tido ocasião de elogiar pelos preciosos monumentos que nesta capital tem erigido, e que teve a honra de ser apresentado a Sua Majestade”.

Em abril de 1821, a Praça do Comércio foi palco de sangrentos confrontos políticos. Ali foi convocada a reunião dos eleitores para que tomassem conhecimento das instruções deixadas por D. João VI a D. Pedro, que ficaria no Rio de Janeiro como regente do Brasil.

O Reino Unido

A primeira notícia sobre a elevação do Brasil a reino foi dada de maneira muito sóbria:

Havendo-se publicado nesta corte a carta de lei de 16 do corrente [dezembro], pela qual Sua Alteza Real houve por bem elevar o Brasil a Reino e assumir o título de príncipe regente do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves, o público desta cidade se apressou a dar as demonstrações do mais completo júbilo, iluminando-se espontaneamente um grande número de edificios (1815, n. 101).

Depois, em 10 de janeiro de 1816, o redator não só transcreveu a carta de lei, como reproduziu a fala que o presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro fizera em 28 de dezembro, na presença do príncipe regente. Alguns dos mais importantes cidadãos acompanharam o presidente e os vereadores, como

os comendadores Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Joaquim José de Siqueira, José Marcelino Gonçalves e Francisco de Sousa e Oliveira. Entre eles, estava ainda o conhecido doutor Mariano José Pereira da Fonseca:

O Brasil, augustíssimo senhor, merecia aquela preeminência pela sua vastidão, fertilidade e riqueza. A mente esclarecida de V. A. R. o reconheceu; a paternal e augusta mão firmou o liberalíssimo diploma, a carta de lei de 16 de dezembro corrente. Que inauferíveis direitos à nossa eterna gratidão (n. 3)!

Essa gratidão foi demonstrada pelo corpo mercantil quando o príncipe regente recebeu, em 26 de janeiro de 1816, alguns dos mais notáveis negociantes, quase todos comendadores da Ordem de Cristo: Fernando Carneiro Leão, João Rodrigues Pereira de Almeida, Amaro Velho da Silva, Luís de Sousa Dias, Joaquim José de Siqueira, Geraldo Carneiro Beléns, José Marcelino Gonçalves, José Luís da Mota e Mateus Pereira de Almeida, o único que não possuía esse título honorífico:

Por parte dos negociantes que estavam presentes, e de todos os mais da praça desta capital, teve então o comendador Fernando Carneiro Leão a honra de acatadamente oferecer a S. M., além de outras demonstrações da sua gratidão e aplauso, uma subscrição voluntária para se formar um capital, cujo rendimento anual seja empregado a bem da educação pública (n. 27).

É de se notar o título de Sua Majestade agora dado a D. João VI. Quando o redator publicou essa notícia em abril (com bastante atraso), a rainha D. Maria I já tinha falecido, em 20 de março. Perante a oferta dos negociantes, o Marquês de Aguiar transmitiu a Fernando Carneiro Leão que D. João VI havia determinado que os novos estabelecimentos fossem erigidos na corte, para que os descendentes dos contribuintes pudessem se beneficiar deles:

Que o mesmo senhor mandará unir às cadeiras de ciências que presentemente existem nesta corte aquelas que de mais se houverem de criar, em ordem a completar um Instituto Acadêmico que compreenda não só o ensino das ciências, mas ao mesmo tempo o das belas-artes e o da sua aplicação à indústria, o que contribui de fato para a civilização e prosperidade das nações.

Os pagamentos das subscrições seriam empregados em ações do Banco do Brasil, e a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino guardaria uma relação dos subscritores e de seus respectivos donativos. O rendimento anual dessas ações seria “privativa e perpetuamente aplicado para estabelecimentos que promovam a instrução nacional”.

No aviso do Marquês de Aguiar, já se abria uma porta para que o tal Instituto Acadêmico incluísse o ensino das belas-artes e o de sua aplicação à indústria, o que permitiria o desvio do dinheiro para o financiamento da missão artística francesa que estava chegando. No número seguinte da *Gazeta*, anunciava-se o desembarque do grupo francês:

Em o navio americano Calphe chegaram do Havre de Grace a este porto as pessoas abaixo nomeadas (a mor parte das quais são artistas de profissão) e que vêm residir nesta capital: Joaquim Le Breton, secretário perpétuo da classe de belas-artes do Instituto Real de França, cavaleiro da Legião de Honra; Taunay, pintor, membro do mesmo Instituto, trazendo sua mulher e cinco filhos; Taunay, escultor, e traz consigo um aprendiz; Debret, pintor de história e decoração; Grandjean de Montigny, arquiteto, traz sua mulher, quatro filhas, dois discípulos e um criado; Pradier, gravador em pintura e miniatura, trazendo sua mulher, uma criança e uma criada; Ovide, maquinista, trazendo em sua companhia um serralheiro com seu filho e um carpinteiro de carros; Neukomm, compositor de música, excelente organista e pianista, e o mais distinto discípulo do célebre Haydn; João Batista Level, empreiteiro de obras de ferraria; Nicolau Magloire Buaut, oficial serralheiro; Pélite, surrador de peles e curtidor; Fabre, o mesmo; Luís José Roy, carpinteiro de carros; Hypolite Roy, filho do antecedente, e do mesmo mister (1816, n. 28).

Essa lista publicada pela *Gazeta* revela que a Coroa tinha como metas – como se lê no aviso do Marquês de Aguiar – as belas-artes e sua aplicação à indústria. Daí o fato de, entre os “artistas”, estarem incluídos os artesãos, que na época também eram assim designados.

Tudo leva a crer que a elevação do Brasil a reino e a gratidão dos negociantes perante tal medida, expressa por uma subscrição aplicada no Banco do Brasil, estavam intimamente ligadas ao pagamento dos artistas franceses que chegaram em abril de 1816.

A Intendência Geral da Polícia

Em 1817, foi ressaltado o zelo com que o intendente geral da polícia, Paulo

Fernandes Viana, pusera em prática medidas benéficas para o Brasil e, em particular, para o Rio de Janeiro:

Mencionaremos em primeiro lugar o transporte e estabelecimento em diferentes capitanias de mais de 800 ilhéus de várias idades e sexos, conseguindo cada chefe de família, além de casa e terreno próprio para a lavoura, os instrumentos rurais, o gado e mesadas para a sua sustentação nos primeiros dois anos e até a isenção do serviço militar para si e para seus filhos, como declara o decreto de 16 de fevereiro de 1813. Entre aqueles novos colonos se têm promovido casamentos, auxiliados com donativos de muitos particulares. Até o fim do ano de 1816 passava a despesa destes estabelecimentos de 48 contos de réis, além do valor das cédulas (n. 78).

Em relação às melhorias da capital, sede da corte, foram citados a iluminação, que aumentava a segurança dos cidadãos, o estabelecimento de novos quartéis para a Guarda Real da Polícia, as barreiras “e outras muitas acertadas providências que deram à cidade a desejada tranqüilidade”. Além disso, foram enxugados pântanos e charcos “que tanto empeciam a saúde pública”, e o abastecimento de água havia melhorado consideravelmente:

Os novos chafarizes da barreira de Santo Antônio e de Matacavalos, o primeiro com três bicas e o segundo com quatro, o dispendioso trabalho com que se tem procurado conduzir as águas do Rio Maracanã para a cidade, repartindo-se em vários chafarizes, acudiram à dificuldade de saciar tão numeroso povo.

Em 1818, a condução das águas do Rio Maracanã estava concluída, e no dia do nome do rei, 24 de junho, foi inaugurado o novo chafariz do Campo de Santana, com 22 bicas para abastecimento da população. Desta vez, porém, em vez de elogiar o intendente geral da polícia, o responsável efetivo pelas obras, o redator preferiu incensar o próprio monarca (n. 51).

Além da secagem das águas estagnadas, a abertura de valas e a construção de aterros providenciadas pelo intendente procuraram evitar o problema das enchentes:

Extensas valas abertas na Cidade Nova, limpas as de várias ruas desta cidade como dos Inválidos, das Mangueiras, dos Arcos, da Lapa, Guarda Velha etc.; terrenos alteados como no Largo da Real Quinta, Estrada do

Macaco, Glória, Catete, Caminho Velho, Lagoa de Freitas e outras, e sobretudo nos caminhos da Cidade Nova e São Cristóvão, guarnecidos de corrimões e arvoredos, no Campo de Santana, Barro Vermelho e outros muitos que fora longo enumerar, tudo isto concorre evidentemente para a salubridade do país, aumentada por imensos aterros, de que já se experimentam os mais felizes resultados.

No entanto, não paravam aí as obras de urbanização. Pontes de pedra facilitavam o trânsito pelo Campo de São Cristóvão, pela Rua do Senado e pela Praia do Flamengo; pontes de madeira auxiliavam a passagem dos rios Peracuara, Viegas, Cabeçu e Gambá. Além disso, estradas foram abertas: do Rio Tagoá à Real Fazenda de Santa Cruz; da bica dos Marinheiros a Mataporcos; e a de Minas, a mais importante. Também foram construídos cais e rampas, como as do Valongo:

Providas as necessidades, lembra o agradável e disto oferece um notável exemplo o passeio erigido no Campo de Santana, bordado de arvoredo, adornado de roseiras, com guardas de madeira. Recordamos com júbilo a ereção do Real Teatro de São João em menos de dois anos, em uma bela praça.

Em outra ocasião, o redator elogiou a atuação do intendente geral da polícia pela abertura da nova estrada que, por ordem sua, ligava a vila de Campos à corte:

As vantagens que esta estrada procura são as seguintes: poupar aos viajantes 12 léguas de caminho da vila de Campos até esta cidade; evitar-se a barra do Furado, perigosa pelo ímpeto das águas no tempo das cheias, e incômoda porque no tempo da seca, tapando-se a barra, se inundavam os campos circunvizinhos e eram obrigados os viajantes a alugarem canoas e irem embarcar com todas as suas cargas desde o Furado até o lugar de Santo Amaro, com quase um dia de demora e gravíssimos incômodos pelos trabalhosos passos que se formavam; evitar os areais e lugares desertos que se encontravam por aquele caminho, o que obrigava os viajantes a jornadas forçadas para alcançarem os pousos, o que não acontece no novo caminho, que é todo povoado; facilitar o comércio recíproco do país (1819, n. 49).

Embora o gazeteiro estivesse atento às melhorias das comunicações e sempre elogiasse as autoridades por isso, nesse caso específico era o intendente

da polícia que merecia os louvores. Esse longo elogio põe em evidência a variedade de funções atribuídas a esse magistrado, que tão depressa dava apoio à imigração de ilhéus como mandava abrir estradas, ou cuidava da segurança e da urbanização do Rio de Janeiro. Por um aviso da Secretaria da Intendência Geral da Polícia, foi aberta em 1820 a concorrência para o aterro do Campo de Santana, com o intuito de “se nivelar e extinguirem os pântanos que ali fazem as chuvas”. Seria escolhido quem oferecesse o menor preço por “cada carrada de aterro tirado do morro por onde se faz a rua que vem de Santo Antônio dos Pobres a Matacavalos” (1820, n. 101). Esse tipo de obra urbana não estava a cargo da câmara, talvez porque as rendas desta não fossem suficientes para isso. Era a Intendência Geral da Polícia que se encarregava das transformações mais profundas da cidade.

Ainda em 1819, foi dedicado um número da *Gazeta* ao desenvolvimento da região de Campos de Goitacazes: “é com o maior prazer que anunciamos os vantajosos resultados que se têm seguido da incansável solicitude e atividade da polícia sobre aquele objeto importantíssimo”.

Primeiro, limparam-se os cinco principais rios da região, transformando em terras boas para a lavoura e pastos os terrenos maninhos submersos em lodo arrastado pelas constantes inundações. Em seguida, outras medidas foram tomadas, como “o melhoramento das estradas de toda a província, principalmente a abertura e rompimento de uma nova para comunicar com a Capitania de Minas Gerais desde a vila de São Salvador até ao registro do Rio da Pomba, quase na foz do Rio Paraíba” (“Abreviada demonstração”, 1892, p. 375). Com a melhoria da comunicação, seguir-se-ia o aumento do comércio pela facilidade da troca dos excedentes de ambas as capitanias, e com ele viria o progresso da agricultura, da indústria e da população e até “o polimento da civilização e a prática da boa moral, bases em que assenta a perfectibilidade social”.

Até meados do século XVIII, a região de Campos era evitada pelas populações, “já pela oposição dos índios que a ocupavam, já pelo monopólio e facções contenciosas dos primeiros e poucos colonos que aí se domiciliaram”. O comércio era muito reduzido no interior e começava a desenvolver-se apenas nas povoações marítimas. Agora a situação era outra:

A polícia tem feito construir 18 pontes de 40 a 60 palmos de comprimento desde São Salvador até São Fidélis, ficando já estas 8 léguas de estrada em toda a perfeição e livres das voragens e abismos que embaraçavam o trânsito. Mais 12 pontes do mesmo volume se assentaram desde São Fidélis até o registro do Rio da Pomba, tendo sido beneficiada toda esta extensão, à exceção de 2 léguas e 375 braças, que formam as testadas de

sesmeiros ausentes, mas para as quais se têm expedido as providências necessárias.

O redator lembrou ainda, acerca dos trabalhos do intendente, a notícia dada na *Gazeta* de 17 de setembro de 1817 sobre a abertura de uma nova estrada para o trânsito de carros e carruagens, que punha em comunicação a corte com Minas Gerais, evitando a Serra das Cruzes e reduzindo para 2 léguas e meia um caminho tortuoso de 4 léguas:

Se tão incansavelmente se tem mostrado a polícia naqueles trabalhos que em curto resumo acabamos de expor, não se tem mostrado menos vigilante no reparo das pontes e estradas que estão abertas em torno desta corte. No decurso dos anos de 1818 e 1819 se têm empregado muitos braços e despesas nos reparos das estradas de Santa Cruz, Ilha do Governador, Macaco e São Cristóvão. Em todas elas se têm feito aterros, três pontes novas, sendo uma toda de pedra. Reformaram-se quase inteiramente de novo oito que estavam em ruína. Adiantou-se imenso a formosa Estrada de Taguaí que, pela distância dos transportes, absorve grandes somas, e se tem levado a um ponto incrível a que conduz à grande cascata da Tijuca, faltando já pouco espaço para ficar concluída. A Estrada da Cidade Nova, que pelo demasiado trilho sofre muito nas ocasiões de chuvas, embebe serviço quase diário, o que unido aos trabalhos executados nas estradas do Engenho Velho, Andaraí Grande e Pequeno, Catete e Laranjeiras, dá um resultado do sobejo para fazer saltar aos olhos o imenso cabedal de atividade que se emprega pela polícia para melhoramento daqueles objetos, que são de muita importância para uma grande povoação.

Na própria cidade, fizeram-se calçadas e aterros, sobretudo nas ruas Formosa, das Flores e de Santo Antônio Pobre. Além dos chafarizes que mandara o intendente construir – de grande necessidade para o abastecimento da população –, fora erguido um grande aqueduto nas Laranjeiras para abastecer todo o bairro, bem como o Catete, onde havia escassez de água.

Tudo o que o redator noticiou acerca da atividade da Intendência Geral da Polícia consta também do documento “Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana”, elaborado em 1821, quando este deixou o cargo depois do movimento constitucional. O alto funcionário acreditava na divulgação de suas obras pela imprensa, fornecendo por isso ao gazeteiro as informações necessárias, como esta que se segue:

De 18 para 19 do passado [novembro] roubaram nesta cidade, em notas do Banco, 81:000\$000 de réis. Havendo no dia 19 chegado esta notícia ao conhecimento da polícia, esta empregou de tal sorte a sua vigilância e atividade que no dia 20 estava preso o ladrão, e a 24 à tarde estava apreendido todo o roubo, que fora escondido em três diversos lugares, o qual imediatamente foi entregue ao próprio dono (1819, n. 98).

Mais uma vez, a eficácia da polícia era divulgada. Quando Paulo Fernandes Viana morreu, em 1º de maio de 1821, o gazeteiro fez seu obituário ressaltando as “muitas e interessantes obras públicas, como fontes, aquedutos, pontes, calçadas, estradas, e iluminações das principais ruas e praças desta corte”. Durante quase 13 anos, o intendente trabalhara “a bem da comodidade, segurança e tranqüilidade pública”.

A rebelião de Pernambuco

Durante quase dois meses, a *Gazeta* silenciou sobre os rebeldes pernambucanos, só fornecendo notícias a respeito dos eventos bem mais tarde do que a *Idade d'Ouro do Brasil*. Enquanto a gazeta baiana se referiu à rebelião no início de abril, apenas em maio a *Gazeta do Rio de Janeiro* abordou a questão, justificando-se, aliás, pela demora:

Temos demorado por longo tempo o comunicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos acerca da revolta de Pernambuco, não tanto pelo horror que sentíamos em referir semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da história portuguesa, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito que os vassallos desta nação consagraram ao seu soberano nas ocasiões de maior apuro e em distâncias mui remotas, mas para não adiantar fato ou circunstância alguma em coisa por sua natureza tão odiosa de que não tivéssemos completa informação. E porque demais estando convencidos, assim como todos, de que os habitantes de Pernambuco não podiam ter-se alienado até o ponto de perderem os sentimentos de fidelidade e obediência que noutro tempo realçaram o seu caráter, não acertávamos como pôde verificar-se a escandalosa ingratidão que acabavam de manifestar (1817, n. 39).

As notícias da rebelião chegaram mais cedo à Bahia, não só pela maior proximidade, mas também porque muitos pernambucanos, sobretudo negociantes, fugiram para lá. Entretanto, corriam rumores sobre ela no Rio de Janeiro,

e mesmo assim o redator permaneceu silencioso. Só quando teve a certeza de que a maioria da população pernambucana não tinha seguido os cabeças da revolta, ele decidiu escrever sobre o assunto:

Sabe-se já com toda a evidência que foi unicamente o resultado da trama de alguns malvados que tomaram este expediente para fugir à justa punição de seus crimes. Tinha o governador e capitão-general passado ordem de prisão contra alguns deles que, desde muito tempo a esta parte, procuravam excitar animosidades e maquirar desordens. Em execução desta ordem foi preso no dia 6 de março último Domingos José Martins, que era um dos principais. E da prisão de outros, que eram oficiais da guarnição, se encarregaram os dois chefes dos Regimentos de infantaria e artilharia, de que esta se compõe. Infelizmente, porém, tal espírito de insubordinação tinham os oficiais culpados introduzido nestes corpos que nenhum deles obedeceu à voz de seus chefes, e se puseram em declarada insurreição. O brigadeiro Manuel Joaquim, comandante do Regimento de artilharia, foi cobardemente assassinado por um capitão a quem deu voz de preso, e animados com este exemplo os soldados dispararam as suas espingardas sobre o coronel ajudante de ordens, Alexandre Tomás.

Depois dessas mortes, dirigiram-se às cadeias para pôr em liberdade Domingos José Martins e outros rebeldes; durante os eventos desse dia, morreram cerca de 16 pessoas. O governador só teve tempo de recolher-se ao forte do Brum, mas, não havendo ali nem mantimentos nem meios de defesa, viu-se obrigado a embarcar no dia 9 de março numa sumaca fornecida pelos revoltosos, tendo chegado ao Rio de Janeiro a 25 desse mês:

Os chefes principais dos revoltosos, que são Domingos José Martins, o padre João Ribeiro, o advogado José Luís de Mendonça, o capitão de artilharia José de Barros Lima e o coronel de Milícias Manuel Correia de Araújo, se instalaram em governo provisório no dia 7 de março e repartiram pela soldadesca uma parte do dinheiro que acharam nos cofres públicos.

Quase ao mesmo tempo em que a sumaca que transportava o governador de Pernambuco, chegou ao Rio de Janeiro uma embarcação enviada pelo Conde dos Arcos com mais notícias sobre a rebelião. D. João VI mandou aprontar navios de guerra e força armada para sujeitar os rebeldes, e logo se iniciou uma subscrição para ajudar nas despesas com o envio das tropas:

A Bahia, como província mais próxima, foi a primeira em dar a conhecer os dignos sentimentos de seus honrados habitantes, cujos esforços e boa vontade, dirigidos pela discrição, atividade e zelo do capitão-general, Conde dos Arcos, facilitaram os meios não só de obstar à propagação da revolta para o sul de Pernambuco, mas para armar em guerra dois navios da praça, os quais com um brigue que havia foram fazer o bloqueio ao porto de Pernambuco, e ultimamente para pôr em campo uma divisão de tropas destinada contra os insurgentes.

No Rio de Janeiro, a rapidez dos preparativos permitiu que a 2 de abril saísse a flotilha para o bloqueio de Pernambuco, composta de uma fragata, uma escuna e duas corvetas. A 4 de maio, partiram as tropas num comboio formado por uma nau e dez navios de transporte com 3.000 homens de infantaria e cavalaria:

Esta tropa é comandada pelo marechal de campo Luís do Rego Barreto, bem conhecido já pelos seus serviços no Exército de Portugal, e junta com igual número de tropas que se lhe há de reunir do governo da Bahia, é mais que suficiente para o fim a que se destina, o qual se espera obter com toda a certeza, e dentro de breve tempo.

Em 21 de maio, ainda não se tinha confirmado a notícia de achar-se Pernambuco “restituído à obediência devida”. Uma cópia do ofício enviado pelo Conde dos Arcos em 2 de maio foi entregue ao redator para que este o transcrevesse. Nele, lia-se que as tropas baianas estavam, desde 27 de abril, senhoras de toda a costa de Pernambuco. O gazeteiro acrescentou a esse ofício a seguinte informação:

Refere-se por notícias de um jangadeiro vindo de Pernambuco que há muito descontentamento no povo e em um dos Regimentos, o qual romperá logo que chegue alguma força; que havia discórdia tal entre os do governo que Martins pretendia escapar-se para a América inglesa (1817, n. 41).

Para completar a informação dos leitores, o gazeteiro transcreveu alguns trechos da *Idade d’Ouro do Brasil*. Quando finalmente chegou a notícia da vitória sobre os rebeldes, uma *Gazeta* extraordinária divulgou os festejos na cidade, especialmente no Real Teatro de São João:

Começou o espetáculo, que subitamente se arranjou, pelo hino nacional

cantado pelos músicos do mesmo teatro e pelos espectadores, assim dos camarotes como da platéia, havendo mesmo senhoras que do seu camarote cantaram o referido hino. Mediavam altos e concordes vivas e todas as demonstrações, assim com os lenços como com vários versos que se recitaram (1817, n. 3).

Embora se tenham seguido uma dança e a representação de um drama, o mais importante nessa récita teatral improvisada eram, segundo o redator, as manifestações de júbilo e o hino nacional cantado pelos fiéis vassalos.

Uma viagem científica

Em 1820, encontrava-se no Rio de Janeiro Louis de Freycinet, comandante da corveta La Physicienne. O gazeteiro, que nessa época era Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, anteriormente professor da Academia Real da Marinha, resolveu divulgar uma notícia acerca da viagem de circunavegação realizada pelo oficial francês:

A corveta de S. M. Cristianíssima L'Uranie, destinada a uma viagem de descoberta sob a direção do capitão de fragata Mr. L. de Freycinet, saiu de Toulon e chegou a este porto com oitenta dias de viagem, aos 6 de dezembro de 1817. O objeto da expedição era principalmente fazer indagações sobre a medida da terra, sobre os fenômenos da agulha de marear, sobre a história natural etc.

A Uranie saiu deste porto a 29 de janeiro de 1818, seguiu para leste, passou além do Cabo da Boa Esperança e, dobrando o Cabo de Horne, entrou no Oceano Atlântico. Sua viagem estava quase acabada quando, aproximando-se às Ilhas Malvinas, onde o interesse de sua viagem o obrigava a refrescar, a embarcação tocou de repente em um baixo invisível até então desconhecido. Esta desgraça obrigou a encalhar a Uranie na costa mais próxima, com a felicidade de salvar-se toda a guarnição e todos os trabalhos da expedição, perdendo-se unicamente alguma parte das coleções de história natural. Havendo aportado às mesmas ilhas uma embarcação americana, Mr. L. de Freycinet a comprou para continuar a sua viagem e lhe deu o nome de corveta Physicienne, a qual entrou neste porto no dia 20 de junho e atualmente está em conserto e é provável que daqui se dirija a algum porto da França (n. 56).

O relato dessa viagem foi publicado em Paris, com um longo título: *Voyage autour du monde, entrepris par ordre du roi, sous le ministère et conformément*

aux instructions de S. Exc. M. le vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, exécuté sur les courvettes de S. M. L'Uranie et La Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. O volume de 1824 dizia respeito à zoologia; o de 1826, às observações do pêndulo; e os de 1829 apresentavam um histórico da viagem.

Por esse relato, vemos que Freycinet aproveitou seus meses de permanência no Rio de Janeiro para conhecer e descrever a sociedade local e seu modo de viver.

A colônia suíça

A única referência à vila de Nova Friburgo diz respeito à festa organizada pelos seus habitantes no dia de São João, santo sob cuja invocação fora criada a igreja matriz. O inspetor da colônia, monsenhor Miranda, aprovou a proposta da câmara local e os dias festivos prolongaram-se desde o dia de São João até o de São Pedro:

As festas da igreja consistiram em missas cantadas, um coro de colonos suíços, sermões pelo reverendo vigário Jacob Joyce, cantando-se no fim a oração *Domine Salvum fac Regem* e um hino em francês. A mocidade da colônia, compondo um corpo de 120 indivíduos, fez as evoluções e deu as descargas convenientes (1820, n. 67).

A festa religiosa foi seguida de um “suntuoso jantar” na Casa da Câmara, em que tomaram parte o inspetor, os membros do governo municipal “e muitas pessoas daquela vila e lugares vizinhos, em número de mais de 500”. No dia seguinte, houve outro jantar, a convite do inspetor, que trouxe à sua mesa “as principais pessoas”. Os dois jantares terminaram com um hino patriótico “cantado em coro” e com saúdes a D. João VI:

À iluminação espontânea de todas as casas, fogos de artifício, fogueiras, músicas e danças, demonstrações da pública alegria, acresceu o aparato de divertimento de cavalcadas na praça do pelourinho, notável pelo garbo e riqueza dos cavaleiros e pelos escudos, emblemas e inscrições, sendo a de um *Viva D. João VI, primeiro rei do Reino Unido*, e a de outro *Honra e fidelidade*. Executaram-se vários torneios e escaramuças que, com divertidos máscaras a pé e a cavalo, encheram de satisfação aos espectadores, que no seu entusiasmo bradavam *Viva el-rei nosso senhor*.

No dia 28, teve lugar o batismo de 23 catecúmenos, cerimônia que com

outros colonos se tinha ali praticado por várias vezes, e realizaram-se vários casamentos. Essa notícia revela que o catolicismo foi imposto aos suíços obedientes a outro credo pelo batismo ou pelo matrimônio católico. A liberdade religiosa não era ainda concedida, só ocorrendo mais tarde, em meados do século XIX. Lembrou o gazeteiro que a fundação de um hospital e a criação de escolas de primeiras letras, de gramática portuguesa, de latim e de veterinária não só garantiam o progresso daquela colônia como “a satisfação e a prosperidade dos seus habitantes”. Assim, surgiu de forma lacônica a menção a uma aula de veterinária no núcleo colonial, quando tal aula não existia em outras localidades brasileiras. Se a informação estiver correta, qual terá sido o objetivo dessa criação na colônia suíça? Implementar o gado leiteiro na região, seguindo a tradição dos colonos suíços?

O movimento constitucional em Portugal

Embora a 27 de outubro de 1820 D. João VI escrevesse aos governadores de Portugal acerca da convocação de cortes em Lisboa, na seqüência da Revolução do Porto, nada fora divulgado na *Gazeta* sobre o movimento constitucional em Portugal, a não ser em uma edição extraordinária de 9 de novembro, dedicada a convencer os leitores de que a rebelião estava controlada:

O espírito de inquietação, e o desatinado desvario, que tem atacado o meio-dia da Europa desgraçadamente soprou sobre uma das mais belas cidades de Portugal e, corrompendo ânimos ambiciosos e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos efêmeros, que a prudência do governo se apressou a atalhar e a extinguir (*Gazeta* extraordinária, n. 8).

Escrever em novembro de 1820 que o governo português extinguiu a revolta só era possível mediante a transcrição de uma proclamação dos governadores datada de 29 de agosto, totalmente superada, portanto, pelos acontecimentos posteriores dos quais o rei já estava informado, mas não os habitantes do Rio de Janeiro. Esse número foi preenchido com ofícios de autoridades militares portuguesas repudiando o movimento do Porto, todos datados de finais de agosto e início de setembro. Embora o gazeteiro promettesse fornecer mais notícias à medida que estas chegassem de Portugal, até o início de dezembro de 1820 nada foi escrito que se relacionasse com os acontecimentos ocorridos naquele reino.

Em 9 de dezembro, contudo, o redator transcreveu em sua totalidade o longo decreto do dia 2 daquele mês a respeito das pessoas que entrassem ou sássem do Brasil, julgado “indispensável nas circunstâncias atuais à seguran-

ça e conservação da pública tranqüilidade deste Reino”. Ou seja, procurava o governo controlar a entrada de pessoas que pudessem difundir no Brasil as idéias de constitucionalismo monárquico tão temidas pelos conselheiros de D. João VI.

O controle sobre os passageiros das embarcações ficou muito mais severo no Rio de Janeiro e nas demais capitânias. A exigência de passaporte era antiga, mas todos os que desembarcavam tinham agora de se dirigir imediatamente ao intendente geral da polícia ou, se fossem militares, ao governador das Armas. Nas capitânias, deveriam encaminhar-se às autoridades competentes:

E ali entregarão os seus passaportes e farão as mais declarações que convierem e segundo as quais se possa ter o especificado e necessário conhecimento da mesma pessoa, e se possa dar o documento preciso para a expedição de novo passaporte, quando pretenderem sair deste reino, ou passar de uma para outra província (1820, n. 99).

Qualquer indivíduo destituído de passaporte que tivesse desembarcado antes da visita do magistrado e não se apresentasse às autoridades seria preso “para se ter a seu respeito o procedimento que se julgar conveniente, segundo a sua qualidade, motivo da transgressão desta ordem e mais circunstâncias que possam concorrer neste caso”.

Os comandantes ou mestres das embarcações mercantes tinham de ter pronta uma lista com o número de passageiros que trouxessem a bordo e seus nomes, empregos e ocupações, não podendo consentir seu desembarque antes da visita da embarcação pelo magistrado dela encarregado. Quem consentisse, ou não tivesse a lista pronta, pagaria uma multa de 100\$000 réis.

O decreto referia-se igualmente aos estrangeiros e às medidas a eles relativas, mas percebe-se que a intenção do governo era vigiar mais de perto todos os nacionais que desembarcavam. Daí a publicação do decreto naquele preciso momento.

É também digno de nota o fato de ter sido assinado em 1º de dezembro de 1820 o decreto que desligava do Exército de Portugal a Divisão dos Voluntários Reais, passando-a para o Exército do Brasil, certamente pela desconfiança do governo em relação à tropa portuguesa, responsável pelo movimento constitucional em Portugal. Esse decreto também foi transcrito pela *Gazeta*, o que não era habitual.

Contudo, foi a publicação, em 24 de fevereiro de 1821, do decreto do dia 18 desse mês – no qual se mencionava a partida de D. Pedro para Portugal para pôr imediatamente em execução as medidas convenientes “a fim de restabelecer a

tranqüilidade geral daquele reino”, “ouvir as representações e queixas dos povos” e proceder às “reformas e melhoramentos” da Constituição portuguesa, devendo esta ser transmitida pelo príncipe real ao rei para que fosse por este sancionada – que agitou a tropa portuguesa sediada no Rio de Janeiro. No decreto se dizia claramente que a futura Constituição não poderia “ser igualmente adaptável e conveniente em todos os seus artigos e pontos essenciais” às circunstâncias especiais do reino do Brasil. Por essa razão, eram desde logo convocados à corte os procuradores das cidades e vilas que tinham juízes letrados e se nomeava uma comissão para acompanhar os trabalhos desses procuradores.

O 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro

O número da *Gazeta* de 28 de fevereiro, com as notícias do movimento militar do dia 26, foi reimpresso em Portugal, na Tipografia Rolandiana, “com licença da Comissão de Censura” implantada pelas cortes de Lisboa. Ao referir-se àquele dia 26 “tão memorável”, o redator do periódico carioca expressou sua incapacidade para relatar adequadamente os eventos e as emoções por eles despertadas:

A multiplicidade das circunstâncias, a celeridade com que se sucederam quase instantaneamente, os vantajosos resultados que se colheram, e a geral tranqüilidade no meio de acontecimentos quase sempre rubricados com sangue, absorvendo as mais sisudas reflexões, roubam ao escritor a faculdade de comunicar aos leitores idéias, que têm enleado a sua alma, e sentimentos que em plena efusão se patentearam. Bastando portanto transmitir uma singela e verdadeira exposição do que houve de mais notável neste dia singular aqueles que não tiveram a satisfação de o presenciarem, e confessando de antemão quanto este objeto é desproporcionado à nossa fraqueza, esperamos que a mesma grandeza do assunto eclipse a insuficiência do escritor.

Teve então início o relato, bastante depurado, dos acontecimentos:

Ao romper do dia se achou a Praça do Rossio juncada de tropa que marchava no silêncio da madrugada, e na melhor ordem, composta das diferentes armas e guarnecendo a artilharia as bocas das ruas. Os primeiros que ocuparam aquela posição foram o batalhão de infantaria n. 11, o de caçadores n. 3, e os de artilharia a cavalo, entrando sucessivamente os mais. Convocada prontamente a câmara à sala grande do Real Teatro de São João, que oferecia melhor oportunidade, apareceu Sua Alteza Real

o príncipe real do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarves, na varanda contígua e leu em voz alta, segundo as ordens de Sua Majestade, o decreto de 24 de fevereiro.

O decreto foi recebido com vivas a el-rei, à religião e à Constituição, e imediatamente se publicou uma lista das pessoas que haviam de ocupar os cargos públicos. Em seguida, D. Pedro mandou que o escrivão lavrasse o termo de juramento, que ele assinou em seu nome e como procurador de D. João VI; assinaram ainda o infante D. Miguel, os ministros e secretários de Estado e outras pessoas que ali se encontravam. “Assim se efetuou uma tão notável mudança dentro em pouco tempo, e com incrível tranqüilidade”.

Dadas as providências necessárias, voltou D. Pedro à Quinta da Boa Vista para participar ao rei o sucedido. Às 11 horas, D. João VI dirigiu-se ao Paço da cidade acompanhado do príncipe real:

E chegando à Praça do Rossio, o povo entre milhares de vivas tirou do coche que transportava a Sua Majestade os machos que o conduziam, e puxou-o até ao Paço aonde sua augusta pessoa foi levada em braços dos seus amados e fiéis vassallos, não cessando as aclamações de júbilo.

De uma das janelas do Paço, D. João VI declarou que aprovava tudo o que D. Pedro havia feito, ao que o povo respondeu com aclamações, sendo impossível descrever “os transportes de prazer e a satisfação com que todos se abraçavam, dando-se mútuos parabéns e não podendo conter o alvoroço em que nadavam seus corações”.

E “a noite não foi menos brilhante que o dia”. O rei e sua família se dirigiram ao Real Teatro de São João, que estava iluminado “com a maior suntuosidade e elegância, e povoado de imenso número de pessoas em grande gala, e rivalizando a riqueza com o bom gosto”. Depois dos vivas e dos versos dedicados ao evento, ouviu-se *La cenerentola*, de Rossini, e o intervalo entre os dois atos foi animado com um “elegante baile”.

O mesmo número da *Gazeta* transcreveu ainda o decreto com a data de 24 de fevereiro, mas redigido depois do movimento constitucional:

Havendo eu dado todas as providências para ligar a Constituição que se está fazendo em Lisboa com o que é conveniente no Brasil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aprovar essa mesma Constituição, e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo o descanso e felicidades, hei por

bem desde já aprovar a Constituição que ali se está fazendo e recebê-la no Brasil, e nos mais domínios da minha Coroa.

A lista dos novos empregados públicos foi também divulgada: Inácio da Costa Quintela, ministro dos Negócios do Reino; Joaquim José Monteiro Torres, ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos; Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Além dos nomes para os ministérios, outros cargos importantes passaram a ser ocupados por outras pessoas, pois os empregados anteriores eram malvistas pelos constitucionais: o Conde da Lousã foi nomeado para a presidência do Real Erário; Antônio Luís Pereira da Cunha, para a Intendência Geral da Polícia; o Visconde de Asseca, para a presidência da Real Junta do Comércio; João Rodrigues Pereira de Almeida, para a direção do Banco do Brasil; José da Silva Lisboa, para a Inspeção Geral dos Estabelecimentos Literários; e o brigadeiro Carlos Frederico de Caula tornou-se o novo general das Armas.

Imprimiu-se ainda um suplemento à *Gazeta* n. 17, de 28 de fevereiro, “a fim de exprimir circunstâncias que se omitiram e seguir a ordem com que se apresentaram os corpos da Primeira e Segunda Linha na Praça do Rossio designada para a reunião”.

A censura prévia e a tranqüilidade pública

Uma das primeiras medidas divulgadas pela *Gazeta* depois de instaurada a nova ordem política foi o decreto de 2 de março de 1821, que, por um lado, acabava com a censura prévia e, por outro, pretendia coibir os abusos de uma “ilimitada liberdade de imprensa”. Assim, D. João VI ordenava: “Que, enquanto pela Constituição comitada às cortes de Portugal se não acharem reguladas as formalidades que devem preencher os livreiros e editores, fique suspensa a prévia censura que pela atual legislação se exigia para a impressão dos escritos” (1821, n. 19).

Isso não significa, contudo, que a censura houvesse efetivamente terminado. O impressor era obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou a alguém no seu lugar, dois exemplares das provas tipográficas “sem suspensão dos ulteriores trabalhos”. Essas provas seriam distribuídas a um dos censores régios e, conforme seu parecer, o diretor permitia a continuação da impressão ou mandava suspendê-la, até que se fizessem “as necessárias correções” – isso no caso de nelas se encontrar algo “contra a religião, a moral e os bons costumes, contra a Constituição e a pessoa do soberano ou contra a pública tranqüilidade”. Portanto, os prejuízos financeiros eram maiores agora para os autores, uma vez que o processo de impressão já tinha sido iniciado.

Também foi mantida a vigilância sobre os livros à venda. Os livreiros tinham de enviar ao diretor dos Estudos as listas das obras à venda que ainda não tivessem sido examinadas. Ele podia proibir a comercialização, devendo os exemplares ser entregues na Livraria Pública, a menos que, sendo importados, se preferisse reexportá-los, ou seja, devolvê-los.

Como justificativa para um decreto que pouco mudava em matéria de censura para a edição e circulação de livros, D. João VI afirmava que não pretendia “abrir a porta à libertina dissolução no abuso da imprensa” e que continuariam a ser punidos por “escritos sediciosos ou subversivos da religião e da moral” seus autores; e, quando estes não fossem conhecidos, os editores, os vendedores e os distribuidores.

O próprio gazeteiro sentiu a necessidade de citar Montesquieu e seus ensinamentos políticos para apoiar que, embora a liberdade de imprensa fosse “uma conseqüência dos princípios liberais”, o decreto fosse apenas marcado pelo “espírito de moderação”, coibindo-se assim os excessos que se podiam seguir de uma legislação mais liberal.

No dia seguinte ao decreto sobre a censura, o novo intendente geral da polícia, Antônio Luís Pereira da Cunha, divulgou um edital de pura advertência sobre a “manutenção da ordem e boa administração dos negócios públicos”, lembrando que, até ser finalizada a Constituição jurada, permaneciam em vigor as mesmas instituições civis:

Convém, portanto, que todos os habitantes desta corte e reino, tendo legítima confiança nas autoridades constituídas, e no bom desempenho de suas funções, não perturbem por qualquer modo que ser possa a tranquilidade pública, abandonando-se a excessos de uma mal entendida liberdade (1821, n. 19).

A publicidade das contas do governo

Foi anunciada pouco depois da eclosão do movimento constitucional a impressão da *Conta corrente do Visconde do Rio Seco com a Tesouraria-mor do Real Erário* e do *Balanço da Intendência Geral da Polícia*, vendendo-se o primeiro por 240 réis e o segundo por 80. O redator divulgou na *Gazeta* (1821, n. 39), de forma simplificada, as contas apresentadas pelo Visconde do Rio Seco, um dos personagens mais criticados do Antigo Regime no Rio de Janeiro:

Como um argumento da liberalidade do atual governo, lembraremos que, além do balanço do Real Erário que copiamos na *Gazeta* extraordinária n. 10, se tem impresso a conta corrente do Visconde do Rio Seco com a

Tesouraria-mor do Real Erário, pelas diferentes repartições da Casa Real que se achavam a cargo do mesmo visconde no ano de 1820, que por ser muito extenso não copiamos, contentando-nos com dar o seu resultado. O *deve* compõe-se de várias adições em diversas épocas, somando 617:756\$678, e o *há de haver* soma semelhantemente 856:806\$678, das quais adições o resumo é o seguinte:

Pelas Reais Guarda-Roupas	95:468\$893
Pela Tesouraria da Real Capela	83:606\$451
Pela Tesouraria da Casa Real	117:148\$479
Pelo Almoxarifado da Casa das Obras e Paços Reais	145:819\$787
Pela Real Quinta e Paço da Boa Vista	74:801\$241
Pela Real Fazenda de Santa Cruz	56:289\$539
Pelo que ficou credor do ano precedente	283:672\$291
Rs	856:806\$678.

É preciso lembrar aqui que este alto funcionário, em decorrência dos ataques que lhe foram feitos, resolveu imprimir a *Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública do Visconde do Rio Seco*, publicada na então Imprensa Nacional em 1821 e reimpressa em Lisboa.

Também Paulo Fernandes Viana, ao ser substituído pelo novo intendente, teve suas contas divulgadas ao público, no “Balanço demonstrativo da receita e despesa da Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino do Brasil desde o 1º de janeiro até 25 de fevereiro de 1821” (n. 39). Trata-se de um período curto, pouco significativo do que eram as despesas anuais daquela instituição em relação às receitas:

Receita

Direitos de escravos despachados para diversos portos do sul	4:420\$800
Passaportes	401\$500
Contrato do Subsídio Literário das águas ardentes	902\$222
Rendas de Pernambuco	3:089\$856
Ditas da Bahia	2:836\$130
Direitos dos escravos por entrada na Alfândega desta Corte	8:287\$300
Licenças concedidas para casas de jogos	1:300\$000
Idem para tabernas	6:660\$800
Idem para armazéns	5:158\$400
Idem para seges, carroças e carros de fretes	1:643\$200
Idem para mascates	1:670\$000

Idem para estalagens, casas de pasto e de bebidas	819\$200
Idem para cavalos e bestas de aluguel	185\$600
Idem para escaleres e mais embarcações de fretes	1:212\$000
Idem para fazer e vender fogos	48\$000
Idem para festas do Espírito Santo em diferentes freguesias de fora	12\$800
Solturas	96\$000
Portarias a requerimento de partes	4\$000
Excesso de despesa a que fica credor o tesoureiro	3\$638
	38:751\$846.

Despesa

Iluminação da cidade	7:150\$956
Consertos de diferentes calçadas e da rampa do Valongo e aterros	4:527\$890
Idem de diversas estradas e pontes	11:797\$597
Sustento de animais ocupados na condução de pipas de água, consertos das mesmas e dos carros, e mais serviços das quintas de São Cristóvão, Macaco e Mataporcos	713\$375
Plantação de roseiras, amoreiras e urumbeba no quadrado do Campo de Santa Ana	980\$080
Palacete do referido Campo	500\$320
Pagamentos de empréstimos feitos ao cofre e prêmios de letras reformadas no Banco do Brasil	1:208\$000.

Nesse balanço, alguns pontos chamaram nossa atenção: por exemplo, as rendas consignadas à intendência e não à câmara, como as licenças de casas comerciais. Também parece estranho que o dinheiro do subsídio literário destinado ao pagamento de professores régios estivesse agora nos cofres da polícia. Por outro lado, despesas com aterros, consertos de calçadas etc., que poderiam onerar excessivamente a câmara, pertenciam à intendência, do mesmo modo que a manutenção de estradas e pontes. É de se notar a preocupação com o embelezamento do Campo de Santa Ana, o local agora preferido para as festas reais, onde por isso mesmo tinha sido construído um palacete para albergar a família real durante os festejos.

Devemos comparar essa receita e despesa com a justificativa que o ex-intendente apresentou depois de ser destituído do cargo: “Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do

Paço Paulo Fernandes Viana”. A propósito da iluminação, que constituía uma avultada despesa da polícia, ele escreveu:

Criei e fui sempre aumentando a iluminação da cidade, não só nas ruas dela, mas e principalmente com todo o esplendor no Paço da cidade, no da Quinta da Boa Vista e na praça e casa das Laranjeiras, onde a rainha nossa senhora fixava por tempos a sua residência.

Também por toda a Estrada de São Cristóvão tinham sido colocados postes “de que pendiam fartos candeeiros para a iluminarem”. Mesmo em sua justificativa parecia o intendente ter-se preocupado mais com o brilho da realeza em suas habitações do que com a segurança das ruas da cidade.

Sempre com o objetivo de divulgar a transparência das contas públicas depois do movimento constitucional, foi publicado, em 7 de maio de 1821, o “Balanço da receita e despesa efetiva do Real Erário do Rio de Janeiro, desde o dia 26 de fevereiro até 26 de abril de 1821”.

As eleições e os acontecimentos de abril de 1821

Conhecidas as instruções para o processo eleitoral, segundo o modelo da Constituição espanhola, teve início num domingo, 8 de abril, a eleição dos compromissários e eleitores das várias freguesias da cidade. A *Gazeta* deu ampla divulgação aos resultados. A freguesia do Sacramento fez o ato eleitoral na sacristia da Igreja de São Francisco de Paula; a da Candelária, na Praça do Comércio; a de São José, no Convento de Santo Antônio; a de Santa Rita, no de São Bento; e a de Santa Ana, na sala do Real Teatro de São João.

Em todas as freguesias, começou a cerimônia com uma missa, durante a qual o pároco fez um pequeno discurso. A sessão de votação tinha um presidente, um secretário e dois escrutinadores. Depois de eleitos os compromissários, foram escolhidos os eleitores. O ato eleitoral terminou com repiques de sinos e girândolas de fogos; cantava-se na freguesia um *Te Deum* e à porta tocava uma banda. Tudo estava terminado em 10 de abril, devendo-se em seguida passar à fase de escolha dos eleitores de província e dos deputados.

Todavia, o gazeteiro viu-se obrigado a relatar os eventos de 21 e 22 de abril na Praça do Comércio:

Na dor mais pungente devemos ser fiéis expositores de acontecimentos desastrosos, que tiveram origem na inconsideração, progresso na exaltação de sentimentos ilegais, enfim, em desgraças que a maior vigilância não pudera antever. Havendo procurado com o maior desvelo a verdade,

sempre nosso norte, referiremos quanto extraímos de fontes legítimas (n. 33).

Sob a presidência do ouvidor da comarca, foram convocados os eleitores na Praça do Comércio, a fim de procederem às “funções de que eram encarregados”, pressupondo-se que seriam funções eleitorais:

Os amigos da ordem aguardavam em silêncio o resultado daquela respeitável assembléia, quando por inesperada fatalidade inimigos da causa pública sofregamente procuravam medidas violentas e providências arrebatadas. Discursos sediciosos, vozes tumultuosas substituíram a tranqüilidade e sangue frio necessários em deliberações de tanta importância. Objetos alheios daquela assembléia, e portanto nulos, sucederam aos legítimos fins a que ela se propunha, e rumores anárquicos ressoaram no que deveria ser o sagrado alcançar da liberdade.

Mas, afinal, o que acontecera? Aqueles que assistiam à reunião dos eleitores exigiram a adoção da Constituição espanhola enquanto a portuguesa não estivesse pronta:

Em consequência das instâncias e representação dos partidários, os eleitores passaram a fazer um termo de juramento em que pediam a Sua Majestade a adoção interina da Constituição espanhola até a instalação da Constituição em que se ocupam as cortes atualmente em Lisboa, e uma deputação composta de cinco membros, encarregada de apresentar a Sua Majestade este juramento, obteve o decreto que nessa mesma noite aceleradamente se imprimiu.

Todavia, o rei retrocedeu, e o decreto de 22 de abril repôs a situação anterior:

Subindo ontem à minha real presença uma representação, dizendo-se ser do povo, por uma deputação formada dos eleitores das paróquias, a qual me assegurava que o povo exigia para minha felicidade e dele que eu determinasse que de ontem em diante este meu Reino do Brasil fosse regido pela Constituição espanhola, houve então por bem decretar que essa Constituição regesse até à chegada da Constituição que sábia e sossegadamente estão fazendo as cortes convocadas na minha muito nobre e leal cidade de Lisboa. Observando-se, porém, hoje que essa representação era

mandada fazer por homens mal intencionados e que queriam a anarquia, e vendo que meu povo se conserva, como eu lhe agradeço, fiel ao juramento que eu com ele de comum acordo prestamos na Praça do Rossio no dia 26 de fevereiro do presente ano, hei por bem determinar, decretar e declarar por nulo todo o ato feito ontem, e que o governo provisório que fica até à chegada da Constituição portuguesa seja da forma que determina o outro decreto e instruções que mando publicar com a mesma data deste e que meu filho, o príncipe real, há de cumprir e sustentar até chegar a mencionada Constituição portuguesa (*Gazeta extraordinária*, 1821, n. 8).

Dias depois, D. João VI e a família real partiram para Portugal acompanhados de um grande número de cortesãos. Embarcaram na madrugada de 25 de abril e no dia seguinte, às seis da manhã, a esquadra se fez à vela, ficando D. Pedro como regente, com os poderes concedidos pelas instruções dadas pelo rei.

Medidas de economia de D. Pedro

Foi como “artigos de ofício” – ou seja, mandados publicar pelas autoridades – que saíram transcritos na *Gazeta* os decretos de 31 de outubro de 1821. No primeiro, D. Pedro determinava que, a partir de dezembro, fosse-lhe entregue pelo Tesouro Público do Rio de Janeiro, para todas as despesas de sua Casa, a quantia mensal de 9:200\$000 réis, além de 400\$000 réis mensais para cada um de seus dois filhos: “E hei outrossim por bem que desde então se não pague mais por nenhuma repartição aos criados do meu efetivo serviço, porque fica a meu cargo o seu pagamento”.

Quanto aos criados que tinham servido D. João VI, até que chegassem ordens do rei a esse respeito, ganhariam daquela data em diante apenas metade do que recebiam pelas repartições da Casa Real no Tesouro Público, dado que deveriam ser pagos “pela dotação do rei, e não pela da nação”. Esse decreto, publicado no mesmo número da *Gazeta* que informava as quantias pagas pelas repartições da Casa Real no Tesouro Público em 1820 – quantias estas extremamente elevadas –, deve ter causado alívio nos leitores mais constitucionais do periódico, que assim viam diminuídas as despesas com o chamado serviço do Paço, ou seja, com os criados da família real.

A contenção de despesas, “nas circunstâncias atuais das rendas públicas em que se faz indispensável a economia mais severa”, atingiu ainda os ministros, que passaram a receber, em vez de 10.000 cruzados, apenas 8.000, e os pensionistas:

Não sendo possível, nas atuais circunstâncias do Tesouro Público, continuar a pagar-se por inteiro todas as pensões, e devendo regular-se o seu pagamento de modo que, acudindo às precisões justas de todos, não falte a uns o que em outros abunda, hei por bem ordenar provisoriamente que, da data deste em diante, se paguem por inteiro as pensões que tiverem sido concedidas em remuneração de serviços decretados segundo as leis do Reino e igualmente aquelas que não excederem a 150\$000 réis anuais. Que as pensões que excederem a dita quantia até 300\$000 réis se satisfaçam com 150\$000 réis, e as de mais de 300\$000 réis se paguem com diminuição de metade, sem exceção de pessoa.

O Antigo Regime caracterizou-se pela concessão de mercês, as quais nem sempre se limitavam a honras, sendo por vezes acompanhadas de graças pecuniárias, as chamadas pensões. D. Pedro procurava então minimizar os estragos que tais mercês causavam ao Tesouro Público (não mais denominado erário régio), numa época em que as províncias pouco contribuíam para as despesas do governo do Rio de Janeiro.

D. Pedro imperador

O período da regência de D. Pedro merece um estudo mais aprofundado no que se refere às relações com as cortes de Lisboa. A *Gazeta* fornece material abundante para tal análise por meio da documentação oficial nela transcrita. Porém, aqui cabe apenas, dentro da exemplificação do tipo de notícias divulgadas pelo periódico, mostrar como a aclamação de D. Pedro foi noticiada em 15 de outubro de 1822 e suas palavras textuais nessa conjuntura:

Aceito o título de imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, porque tendo ouvido o meu Conselho de Estado e de procuradores gerais e examinado as representações das câmaras de diferentes províncias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral de todas as outras que só por falta de tempo não têm ainda chegado (n. 124).

Passados dois dias, o gazeteiro relatou com pormenor a atuação do Senado da Câmara no sentido de assegurar que as províncias “suas limítrofes” também concordassem com a aclamação de D. Pedro ao título de imperador constitucional, uma vez que “o título de rei era pequeno para seu alto merecimento, e pouco acomodado à capacidade da vastíssima extensão” do Brasil. A necessidade dessa consulta levou ao adiamento do ato de aclamação para 12 de outubro, dia do aniversário de D. Pedro, conforme edital de 21 de setembro:

O local designado para tão solene e majestoso ato foi a grande praça conhecida com o nome de Campo de Santa Ana, em cujo centro se reedificou o palacete onde o senhor D. João VI havia assistido aos fogos de artifício que se dedicaram à sua aclamação. Não cansaremos os nossos leitores em especificar a riqueza com que se achava guarnecido e mobiliado [...], diremos contudo que, desde alguns dias antes, as portadas exteriores, a baranda [sic], as grades das janelas e os arcos inferiores se achava tudo armado e coberto de cortinas de damasco com sanefas e panos de veludo carmesim, indicando assim aos que passavam e viam exposta tão rica armação à inclemência do tempo, o aparato e grandeza que haveria no interior (n. 125).

Os festejos da aclamação do imperador seguiam os mesmos moldes dos que se celebravam no Antigo Regime. Várias corporações tinham mandado erguer seis arcos triunfais no caminho por onde D. Pedro passaria. As casas das ruas de São Pedro, na cidade nova, as que circundavam as praças de Santa Ana e da Constituição, as do Largo de São Francisco de Paulo e do Palácio Imperial e as das ruas dos Ciganos, do Ouvidor e de parte da Rua Direita estavam engalanadas com colchas de preciosas sedas. As senhoras às janelas ostentavam suas jóias e enfeites, “distinguindo-se entre outras cores nos mesmos vestidos, guarnições e plumas dos toucados a verde e amarela, que o novo imperador havia designado para o escudo de armas dos Brasil”.

D. Leopoldina e D. Pedro deixaram a Quinta da Boa Vista às 11 da manhã em uma “riquíssima berlinda”. No cortejo, seguiam três moços de estribeira “pela primeira vez tirados das diversas cores, além dos brancos, que compõem a povoação brasílica”. Um era “indígena do país de cor baça”; outro, negro; e outro, mestiço “de cor parda”.

Por onde passava a berlinda imperial surgia uma nuvem de lenços ondulando no ar. Das janelas eram lançadas “aromáticas flores”, sinais “assaz significativos do universal contentamento e geral aprovação do bem merecido título”. Ao chegar ao palacete do Campo de Santa Ana, o casal imperial foi recebido pelo Senado da Câmara “e mais pessoas das classes mais distintas” que ali o esperavam. O presidente discursou enumerando as razões que o Brasil tinha para romper os vínculos de união com Portugal e constituir-se nação independente, pedindo ao defensor da nova nação que aceitasse o título de imperador constitucional.

D. Pedro então pronunciou as palavras transcritas no número anterior da *Gazeta* e todos soltaram vivas à religião, ao imperador, à imperatriz, à independência do Brasil, à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e ao povo

constitucional. Dirigiu-se em seguida à Capela Imperial, onde se celebrou um *Te Deum* e houve beija-mão. Durante três noites, em representações teatrais, “os vates mais engenhosos” celebraram a aclamação, enquanto a cidade se iluminava.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
Real Mesa Censória, caixas 154-156.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Ms. I – 28, 32, 13 – *Carta de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães dirigida a D. João de Almeida*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1812.

Ms. I – 31, 30, 95 – *Mapa dos estrangeiros, cujos nomes se acham descritos nos livros de matrícula feita pela Intendência Geral da Polícia da corte e reino do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1820.

Série Documentos Biográficos

Francisco Vieira Goulart, C 851,18.

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, C 620,15.

Padre Tibúrcio José da Rocha, C 834,13.

Fontes impressas

“ABREVIADA demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a serviu o desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana”. *RIHGB*, 1892, n. 55, pp. 373-80.

ALMANAQUE da corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1816. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816 (transcrito na *RIHGB*, 1965, n. 268, pp. 179-330).

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1817. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817 (transcrito na *RIHGB*, 1965, n. 269, pp. 211-370).

A AMANTE militar. Novela. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

O AMIGO da razão, ou carta aos redatores do Revérbero, em que se mostram os direitos que tem o Brasil a formar a sua Câmara especial de cortes no próprio território, conservando a união com Portugal, em ordem a salvar-se dos horrores da anarquia, evitando de um golpe o retrocesso do despotismo e as pretensões das cortes de Portugal contrárias aos seus interesses. Rio

- de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.
- O AMIGO do rei e da nação, (J. P. F.). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- ARMITAGE, John. *História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I em 1831 (...)*. São Paulo: Martins, 1972.
- AXUR, rei de Ormuz, ópera sério-cômica para representar-se no Real Teatro de São João no feliz natalício de Sua Majestade Fidelíssima a senhora D. Maria I, rainha de Portugal, a 17 de dezembro de 1814 (texto em português e italiano). Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814.
- BALBI, Adrien. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Paris: Rey et Gravier, 1822, 2 v.
- BOMTEMPO, José Maria. *Compêndios de medicina prática feitos por ordem de Sua Alteza Real*. Rio de Janeiro: Régia Oficina Tipográfica, 1815.
- O CAMPEÃO português em Lisboa derrubado por terra a golpes da verdade e da justiça, por um brasileiro natural do Rio de Janeiro, que o oferta e dedica aos amantes do novo império brasiliense. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres e Costa, 1822.
- AS CANTATAS de João Batista Rousseau traduzidas em verso português pelo dr. Antônio José de Lima Leitão. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816.
- A CAIXINHA. Conto moral de Marmontel, traduzido por Antônio Maria do Couto, professor régio. Lisboa: Impressão Régia, 1815.
- CASAL, Aires de. *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, 2 t.
- CASTIGO da prostituição, novela traduzida do francês. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.
- CATÁLOGO de algumas obras que se vendem na loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda, n. 33. Vindos neste último navio de Lisboa. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.
- CATÁLOGO das obras impressas, que se acham na loja da Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda, n. 34. As impressas à sua custa levam este sinal *. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.
- CÓDIGO brasiliense, ou coleção das leis, alvarás, decretos, cartas régias etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente nosso senhor a estes estados. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811-1820, 3 v.
- COMPÊNDIO da obra da *Riqueza das nações* de Adam Smith, traduzida do original inglês por Bento da Silva Lisboa, oficial da Secretaria de Estado

- dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811-1812.
- CONDIÇÕES da companhia de seguros Indenidade, confirmadas por Sua Alteza Real o príncipe regente nosso senhor pela imediata resolução de 5 de fevereiro de 1810, estabelecida nesta praça do Rio de Janeiro pelos negociantes abaixo declarados. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.
- CONDIÇÕES da companhia de seguros Restauradora, estabelecida nesta praça do Rio de Janeiro em 18 de abril de 1820, pelos negociantes abaixo declarados. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, s. d.
- CONTOS morais vertidos em vulgar. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, 2 v.
- DESCRIÇÃO dos emblemas alegóricos, e seus epigramas, com que se adornou a iluminação que na fachada das casas de sua residência apresentou ao público o coronel Antônio José da Silva Braga. Na noite de 6 de fevereiro de 1818, em que se celebrou com pompa verdadeiramente real a feliz e gloriosa aclamação do muito alto e poderoso rei nosso senhor D. João VI. E nas três noites seguintes dos dias 7, 8 e 9 em memória do seu reconhecimento, amor, e lealdade, que professa ao mesmo augusto senhor, cuja preciosa vida os céus dilatam por longos anos para glória e delícias de toda a nação portuguesa. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.
- DICIONÁRIO aristocrático que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real, médicos, reposteiros e porteiros da Real Câmara, títulos e cartas do Conselho, fiel extrato dos livros de registro das mercês existentes no Arquivo Público do Rio de Janeiro, desde 1808 até setembro de 1822 (...) por A. R. S. B. F. (Sanches de Baena). Lisboa: s. e., 1867.
- AS DUAS desafortunadas, novela traduzida do francês. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.
- ELEMENTOS de astronomia para uso da Academia Real Militar por (...), sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, e lente do 4º ano da referida Academia. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814.
- O FILÓSOFO inglês, ou história do senhor Cleveland, filho natural de Cromwel, escrita por ele mesmo e traduzida em português da dicção francesa por F. F. J. T. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1800-1804, 9 t.
- FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde, entrepris par ordre du roi, sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, exécuté sur les courvettes de S. M. L'Uranie et La Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris: s. e., 1824-1829.

- GUIMARÃES, Manuel Ferreira de Araújo. *Epicédio ao ilmo. e exmo. senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho (...) oferecido à ilma. e exma. senhora Condessa de Linhares*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.
- HENRIQUETA de Orleães, ou o heroísmo. Novela portuguesa, por D. S. P. P. C. 2 ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1829 (a 1ª edição deve ser de 1821, data do anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro*).
- HEROICIDADE brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.
- HINO constitucional, que apareceu e se cantou no Real Teatro de São Carlos na noite de 18 de setembro de 1820. S. l.: Tipografia Régia, s. d.
- HISTÓRIA de Gil Brás de Santilhana traduzida em português por Manuel Maria Barbosa do Bocage. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1797-1800, 4 v.
- JORNAL poético, ou coleção das melhores composições em todo o gênero, dos mais insignes poetas portugueses, tanto impressas como inéditas, oferecidas aos amantes da nação por Desidério Marques Leão, livreiro ao Calhariz. Lisboa: Imprensa Régia, 1812.
- LEAL, Francisco Luís. *Coleção de contos filosóficos para instrução e recreio da mocidade portuguesa*. Lisboa: Oficina de Antônio Gomes, 1793.
- LEÃO, Manuel Pacheco. *Instruções, ou condições que se podem adotar nos contratos de seguros para uso e instrução dos que se destinarem às práticas do comércio exportático. Aumentado com um tratado sobre as avarias*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.
- LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Nacional, 1966.
- LIMA, José Eugênio de Aragão e. *A tomada de Caiena pelas tropas do Pará ajudadas pelas dos brigues Voador e Real João, combinadas com as da fragata inglesa A Confiança. Ode oferecida ao príncipe regente nosso senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.
- LISBOA, José Antônio. *Reflexões sobre o Banco do Brasil oferecidas aos seus acionistas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- LISBOA, João Luís et al. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)*. Lisboa: Colibri, 2002, v. 1.
- LISBOA, José da Silva. *Escritos econômicos escolhidos, 1804-1820*. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. 1.
- . *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818a.
- . *Princípios de direito mercantil e leis da Marinha*. Lisboa: s. e., 1815.
- . *Princípios de economia política*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.
- . *Sinopse da legislação principal do senhor D. João VI pela ordem dos*

- ramos da economia do Estado*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818b.
- LISTA geral dos acionistas do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MAZAREM, Joaquim da Rocha. *Tratado de inflamação, feridas, e úlceras extraído da nosografia cirúrgica de Anthelmo Richerand (...)*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.
- MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de. *O guarda-livros moderno, ou curso completo de instruções elementares sobre as operações do comércio, tanto em mercadorias como em banco*. Lisboa: Impressão Régia, 1815-1818.
- NEGOCIANTE perfeito, ou jornal de comércio e de geografia. S. l.: Tipografia Silviana, 1810.
- NEVES, José Acúrsio das. *Manifesto da razão contra as usurpações francesas oferecido à nação portuguesa, aos soberanos e aos povos*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1808.
- (NO)TÍCIA... Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811 (o exemplar da BNRJ encontra-se mutilado, mas trata-se dos livros à venda na casa de Manuel Antônio da Silva Serva, na Rua de São Pedro, n. 17).
- NOTÍCIA. S. l.: Impressão Régia, 1821.
- NOTÍCIA. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres e Costa, 28 de agosto de 1822.
- NOTÍCIA de algumas obras modernas e constitucionais chegadas modernamente à loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda, n. 33. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, 1821.
- NOTÍCIA histórica da vida e das obras de José Haydn, doutor em música, membro associado do Instituto de França e de muitas academias. Lida na sessão pública de 6 de outubro de 1810 por Joaquim Le Breton, secretário perpétuo da classe de belas-artes (...) traduzida em português por um amador e dedicada ao senhor Segismundo Neukomm (...). Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.
- “NOTÍCIA das novas povoações de São Pedro de Alcântara e São Fernando, civilização da nação macamecran, estrada para o Pará”. *O Patriota*, s. d., 2ª subscrição, pp. 61 e ss.
- OBSERVAÇÕES sobre as caneleiras. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.
- PICANÇO, José Correia. *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Sousa Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

- PROTESTO da tropa a Sua Majestade. S. l.: Tipografia Régia, 1821.
- RELAÇÃO dos 31 compromissários nomeados à pluralidade de votos pelos paroquianos da freguesia de Santa Rita em domingo 8 de abril de 1821. S. l.: s. e., s. d.
- À RESTAURAÇÃO de Portugal (por M. de S. e A.). Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809.
- SAMPAIO, Fr. Francisco de. *Sermão de ação de graças que, em memória dos dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, o Senado e os cidadãos do Rio de Janeiro solenizaram no dia 15 de setembro na Igreja de São Francisco de Paula*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, 2 v.
- . *Resposta analítica a um artigo do Português Constitucional em defesa dos direitos do reino do Brasil por um fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- SILVA, Manuel Vieira da. *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.
- SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. *O patriotismo acadêmico (...)*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.
- SKETCHES of portuguese life, manners, costume, and character illustrated by twenty coloured plates, by A. P. D. G. Londres: s. e., 1826.
- SOUSA, Bernardo Avelino Ferreira e. *Relação dos festejos que à feliz aclamação do muito alto, muito poderoso, e fidelíssimo senhor D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, na noite do indelével, e faustosíssimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subseqüentes, com tanta cordialidade como respeito votaram os habitantes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1818.
- TABORDA, José da Cunha. *Regras da arte da pintura. Apresenta breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos de suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti (...). Acresce memória dos mais famosos pintores portugueses, e dos melhores quadros seus que escreve o tradutor*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.
- TRATADO elementar de mecânica, por Mr. Francoeur, por ordem de Sua Alteza Real traduzido em português, e aumentado de doutrinas extraídas das obras de Prony, Bossut, Marie etc. para uso dos alunos da Real Academia Militar desta corte, por José Saturnino da Costa Pereira. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

- TRISTE efeito de uma infidelidade, novela traduzida do francês. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1815.
- O VERDADEIRO valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.
- VIAGENS do capitão Cook à roda do mundo no navio de Sua Majestade (...). Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1819.
- VIAGENS de Ciro, em que se descreve as suas viagens e acontecimentos a várias partes do mundo. Obra utilíssima, política e moral, acompanhada de um discurso sobre a mitologia e teologia dos antigos, pelo cavalheiro de Ramsay. Novamente traduzido P***. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1817 [1791], 2 v.
- VIAGENS de Gulliver a vários países remotos, traduzidas por J. B. G. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1816, 2 v.
- VIAGENS de Silvério Dinis a vários países, em que se referem sucessos sérios e jocosos, com instruções morais e descrições breves, tanto de terras, animais, árvores e outras coisas, como de costumes dos habitantes, especialmente do Brasil. Autor J. D. M. T. P. S. Lisboa: Impressão Régia, 1815, parte 1.

Periódicos

- ANAIS Fluminenses de Ciências, Artes, e Literatura por uma Sociedade Filotécnica no Rio de Janeiro, 1822.
- O BEM da Ordem, Rio de Janeiro, 1821.
- COMPILADOR Constitucional Político e Literário Brasiliense, Rio de Janeiro, 1822.
- O CONCILIADOR do Reino Unido, Rio de Janeiro, 1821.
- O CONSTITUCIONAL, Rio de Janeiro, 1822.
- CORREIO do Rio de Janeiro, 1822.
- GAZETA Universal Política, Literária e Mercantil, Lisboa, 1821.
- O PATRIOTA, Rio de Janeiro, 1813-1814.
- O PATRIOTA Sandoval. Diário Político, Científico e Filosófico, Lisboa, 1822.
- SABATINA Familiar de Amigos do Bem Comum, s. l., 1821-1822.
- A VERDADE Constitucional, s. l., 1822.

Bibliografia geral

Dissertações e teses não publicadas

- BROWN, Larissa V. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. University Microfilms International, 1986.
- CHAHON, Sérgio. *Aos pés do altar e do trono: as irmandades e o poder régio no Brasil, 1808-1822* (dissertação). USP, 1996.
- MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)* (tese). USP, 2001.
- MONTEIRO, Maurício Mário. *A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro, 1808-1821* (tese). USP, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *As representações napoleônicas em Portugal: imaginário e política (1808-1810)* (tese de titular). UERJ, 2002.
- NIKITIUK, Cláudia. *O Correio Brasiliense como instrumento de divulgação cultural: catálogo das obras divulgadas na secção Literatura e Ciências* (dissertação). USP, 1979.
- PUNTSCHART, William. *Os negociantes de grosso trato no Brasil colonial, 1808-1822* (dissertação). USP, 1992.

Obras de referência

- CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993, 2 t.
- DICIONÁRIO bibliográfico português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, t. 19.
- JORNAIS e revistas portuguesas do século XIX. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998/2002, 2 v.
- REGISTRO de estrangeiros, 1808-1822. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Pinto de. *Bancos no Brasil colonial: tentativas de organização bancária em Portugal e no Brasil até 1808*. Salvador: Progresso, 1960.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- CARDOSO, Teresa Maria R. Fachada Levy. “A *Gazeta do Rio de Janeiro*: subsídios para a história da cidade”. *RIHGB*, 1991, n. 152, pp. 341-436.
- CARVALHO, Alfredo de. “Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil”. *RIHGB*, 1908, parte 1 (tomo consagrado à exposição comemorativa do primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil, promovida pelo mesmo instituto).
- KARASCH, Mary. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. S. l.: Princeton University Press, 1987.
- LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- . “O papel da história entre os leitores do século XVIII”. *Ler História*, Lisboa, 1993, n. 24, pp. 5-15.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. “Festas e arte efêmera em honra da família real portuguesa no Brasil colonial”. In — et al. *Arte efêmera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “O Brasil regenerado: a política na praça pública”. *Anais da XIII Reunião da SBPH*. Curitiba: s. e., 1994.
- . *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- . “O império luso-brasileiro redefinido: o debate político da Independência (1820-1822)”. *RIHGB*, 1995, n. 387, pp. 297-307.
- . “O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822)”. *Ler História*, Lisboa, 1999, n. 37, pp. 95-111.
- . “Um silêncio maldito: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1823”. *Revista da SBPH*, Curitiba, 1998, n. 15, pp. 21-8.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822): com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RODRIGUES, Antônio Gonçalves. *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951.

- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, 2 v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.
- . *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1977.
- . “D. João VI no Brasil (1808-1821)”. *D. João VI e o seu tempo*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- . *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- . “Os livreiros de Lisboa e o comércio de livros com o Brasil”. *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*, Lisboa, 1999, n. 6, pp. 87-105.
- . “Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)”. *Revista de História*, São Paulo, 1973, n. 94, pp. 441-57.
- . “Livros e leituras no Brasil colonial”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Pelotas (RS), 2000, n. 1, pp. 100-7.
- . *Movimento constitucional e separatismo no Brasil, 1821-1823*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- . *A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- . *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1989.

Considerada durante muito tempo um periódico áulico que se limitava a incensar o governante, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi desprezada por muitos historiadores, que nela não conseguiam descobrir interesse algum. Este livro mostra como as informações contidas na *Gazeta* contribuem para um estudo mais aprofundado do cotidiano carioca no período em que a corte residia no Rio de Janeiro, dos grupos socioprofissionais existentes na cidade, dos aspectos da atividade mercantil num grande porto e da vida cultural, que se diversificou graças à presença de cortesãos e estrangeiros.



ISBN 978-85-7511-105-5



9 788575 111055